V COPRI

5 a 7 de junho
evento híbrido

Pensando o Internacional a partir de
Povos, Poderes e Espaços

ANAIS DO EVENTO

REALIZAÇÃO: PPGRI-UFU
APOIO: FAPEMIG (APQ-02432-21)

V COPRI

PPGRI-UFU

FAPEMIG

V COPRI

Pensando o Internacional a partir de Povos, Poderes e Espaços

Comissão Organizadora

Ana Lívia Ayres
diretora criativa

Ana Luiza Gomide
diretora de marketing

Bruna Amuy
diretora acadêmica

João Marcos Poyer
diretor financeiro

Vitória Oliveira
diretora de logística

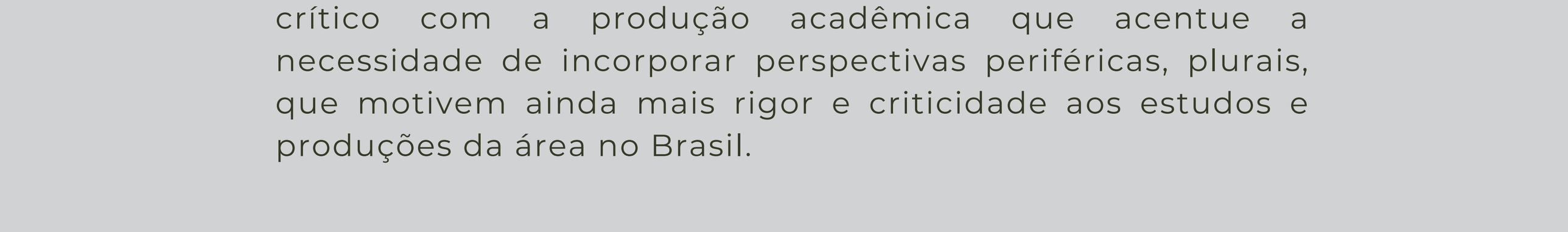
V COPRI

Pensando o Internacional a partir de Povos, Poderes e Espaços

Considerações Gerais

Em 2024, o Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia deseja continuar avançando como um dos centros de pesquisa e formação em Relações Internacionais do cenário nacional. Ao longo dos 9 anos de história, o programa já garantiu diversas realizações, como o Conceito Capes de 4 e a diversidade intelectual em seu corpo discente, proveniente de diversas regiões do Brasil e do globo, expandindo seu alcance a cada ano.

Desta forma, a quinta edição do Congresso de Pesquisa em Relações Internacionais (V COPRI) expressa a continuidade e riqueza das três linhas de pesquisa do programa em um mesmo espaço, projetado para possibilitar o diálogo e divulgação científicos, dentro e fora do programa, contando com pesquisadores locais e, cada vez mais, com a participação da comunidade acadêmica nacional. O tema da edição atual é *"Pensando o Internacional a partir de Povos, Poderes e Espaços"*, tendo como objetivo pautar um diálogo crítico com a produção acadêmica que acentue a necessidade de incorporar perspectivas periféricas, plurais, que motivem ainda mais rigor e criticidade aos estudos e produções da área no Brasil.



V COPRI

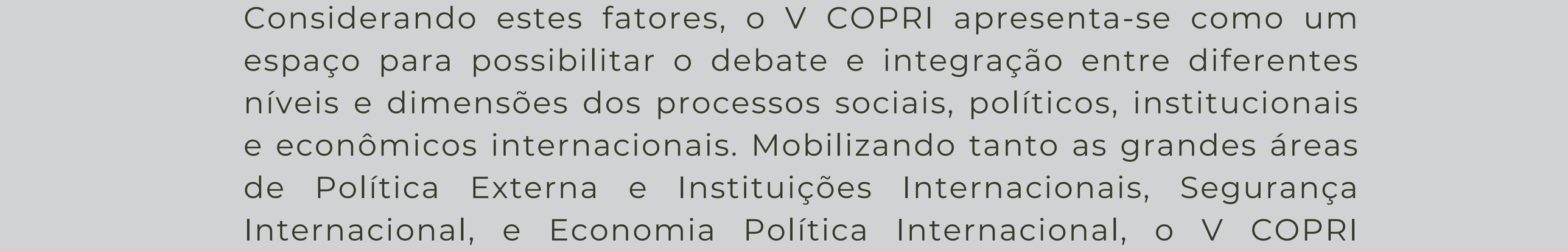
Pensando o Internacional a partir de Povos, Poderes e Espaços

Justificativa

A década de 2020 se iniciou já como um cenário de grande incerteza e instabilidade a nível, tanto nacional quanto sistêmico, em respeito às suas instituições, à economia e à segurança internacional. Entre inúmeros exemplos, além da pandemia de COVID-19, perpetuaram-se guerras e conflitos étnicos e territoriais no leste europeu e oriente médio, com grande potencial disruptivo para o efêmero equilíbrio geopolítico. A edição atual do Congresso de Pesquisa em Relações Internacionais provoca aqui aos pesquisadores do campo a promoverem suas pesquisas a partir de lentes que contemplem as perspectivas dos periféricos à Ordem Internacional estabelecida.

Naturalmente, a área de Relações Internacionais se vê necessária para possibilitar a construção de conhecimento capaz de explicar os grandes eventos contingentes em seus processos históricos, em sua complexidade factual e simbólica, que se expressam logo em necessárias clivagens teórico-analíticas. Um mesmo processo histórico, isto é, explica-se necessariamente através de sínteses de suas variadas dimensões. É neste aspecto que as Relações Internacionais se destacam em posição teórica privilegiada ao ser capaz de analisar processos internacionais em diversos níveis e integrá-los.

Considerando estes fatores, o V COPRI apresenta-se como um espaço para possibilitar o debate e integração entre diferentes níveis e dimensões dos processos sociais, políticos, institucionais e econômicos internacionais. Mobilizando tanto as grandes áreas de Política Externa e Instituições Internacionais, Segurança Internacional, e Economia Política Internacional, o V COPRI convoca os pesquisadores de Relações Internacionais brasileiros a congregarem-se em torno da proposta *"Pensando o Internacional a partir de Povos, Poderes e Espaços"*.



V COPRI

Pensando o Internacional a partir de Povos, Poderes e Espaços

Objetivos

Objetivo Geral: Realizar o V COPRI, entre os dias *5 a 7 de junho de 2024*,, com *20 horas* de duração, em formato híbrido para um público estimado de *300 pessoas*, com uma rica e gratuita programação, dispondo de apresentações de trabalhos científicos, mesas redondas e minicursos, contribuindo e fortalecendo o reconhecimento nacional do Evento e do Programa.

Objetivos Específicos:

a) Promover chamada nacional para seleção de pelo menos 30 trabalhos acadêmicos a serem apresentados na modalidade presencial ou remota, sendo 10 por linha de pesquisa;

b) Promover chamada nacional para seleção de pelo menosalidade presencial ou remota, sendo um por dia de evento;

c) Promover quatro mesas temáticas, sendo uma por linha de pesquisa e uma aula magna do PPGRI-UFU, com, pelo menos um(a) convidado(a) externo e notório por mesa;

d) Garantir, por meio de autorizações, solicitações e parcerias, os meios físicos e digitais, infraestrutura, logística e marketing para produção, execução e encerramento do Evento;

e) Buscar o registro de periodicidade de publicações do Evento, na forma de Anais, juntamente com os órgãos competentes.

f) Manter registrado e sistematizada todas as informações concernentes à produção, execução e encerramento do Evento, bem como comunicar e provocar a Comissão Organizadora do V COPRI;

g) Emitir certificações para todos(as) participantes do evento e da Comissão Organizadora do V COPRI;

h) Selecionar e premiar os melhores trabalhos de pós-graduação e graduação por linha de pesquisa;

i) Confeccionar e comercializar KIT CONGRESSISTA com itens básicos, como camiseta, squeeze, agenda, caneta etc.

V COPRI

Pensando o Internacional a partir de
Povos, Poderes e Espaços

SUMÁRIO

1.TRABALHOS COMPLETOS

1.1 Política Externa

1.1.1 CONTRASTES DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NOS GOVERNOS LULA E BOLSONARO…….....7

1.1.2 BOLSONARO E A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA: Uma análise da fidelidade de seus apoiadores durante a pandemia de COVID-19…….....24

1.1.3 LULA E A TERRA PROMETIDA: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA DO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA…….....40

1.1.4 A Crise Ontológica Eurasiana e sua Instrumentalização nos Períodos Yeltsin-Putin (1992-2020).....56

1.1.5 As relações entre a Politíca Externa Britânica e as origens do Brexit……...69

1.1.6 O PAPEL DO DIREITO INTERNACIONAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS MIGRANTES: uma apresentação das normativas e recomendações…….88

1.1.7 Uma América Latina e Caribenha para mulheres? Considerações decoloniais sobre as discussões e os assuntos de Gênero na CEPAL…….....106

1.2 Segurança Internacional

1.2.1 "NOVOS BRICS": O multilateralismo de guerra e a supressão da Ucrânia……122

1.2.2 AFRICOM E A EXPANSÃO MILITAR ESTADUNIDENSE NO CONTINENTE AFRICANO…….....141

1.3 Economia Política Internacional

1.3.1 O NEOLIBERALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO PARADOXO AUTORITÁRIO…….....156

1.3.2 Análise do fascismo como expressão dos interesses imperialistas na periferia global…….....173

1.3.3 REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ: O Socialismo de mercado como modelo alternativo de desenvolvimento……...189

V CONGRESSO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - PPGRI UFU
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONTRASTES DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NOS GOVERNOS LULA E BOLSONARO

MAESTRI, Igor Gomes[1]
MARTINS, Anna Luiza Ferreira[2]
SILVA, Simone Mendes[3]

PALAVRAS-CHAVE: Política Ambiental, Meio ambiente, Brasil, Política Externa, Governos;
LINHA DE PESQUISA 1: Política Externa e Instituições Internacionais;

1. INTRODUÇÃO

A proposta de análise de política externa é examinar minuciosamente todos os elementos envolvidos no processo de tomada de decisões, destacando pontos cruciais para alcançar o cenário desejado. Considerando que tais decisões podem influenciar as relações internacionais e as interações entre os Estados, torna-se imperativo investigar alguns aspectos da política externa brasileira do ponto de vista doméstico para o internacional, tendo em vista que, conforme será abordado ao longo do trabalho, há uma interdependência entre essas duas esferas, como discorrido por Putnam (2017) ao explorar o conceito de jogo de dois níveis.

O objetivo deste estudo é abordar a correlação entre a evolução da política externa e a temática do meio ambiente, salientando o histórico do Brasil no que diz respeito ao tema ambiental. Assim, será analisado como a referida pauta foi abordada durante os governos de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e as perspectivas para o governo Lula iniciado em 2023, investigando também, de forma breve, a política adotada pelo petista em seus primeiros mandatos que tiveram início a partir de 2003. Serão examinadas as mudanças, rupturas e avanços promovidos por cada governo em questão, buscando compreender como o tema

[1] Graduando em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, igormaestri@ufu.br
[2] Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, anna.martins@ufu.br
[3] Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, simone.mendes@ufu.br.

ambiental é tratado na política externa no país e como ele se insere dentro da agenda de Estado e sofre alterações de acordo com os interesses de cada governo.

2. POLÍTICA AMBIENTAL COMO PAUTA DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A história do Itamaraty demonstra que a política externa (PE) pouco era influenciada e influenciava o Congresso Nacional, de modo que a política externa brasileira ocasionava um distanciamento da sociedade civil e acarretava um insulamento burocrático. Assim, essa PE passou a ser monopolizada pelo Ministério das Relações Exteriores (Baptista; Bertolucci; Diogo, 2021), e, de acordo com Milani e Pinheiro (2013) se transformou em uma política avessa à sociedade civil, distanciando o doméstico e o internacional, através desse abismo criado entre o cotidiano dos cidadãos e os assuntos de política externa.

Contudo, a partir da década de 1990, a política externa brasileira sofreu diversas modificações, vários temas passaram a integrar a agenda brasileira e diversos atores passaram a ser relevantes para a formulação dessa política. Ademais, houve o avanço na incorporação da sociedade civil no debate sobre formulação de PE (Milani; Pinheiro, 2013). Diante disso, vários autores passaram a contestar essa visão de isolamento da política externa como uma política *suis generis* (única de seu tipo) e passam a entendê-la como política pública.

Nesse sentido, de acordo com Milani e Pinheiros (2013), o estudo de PE como política pública significa compreender que essas medidas possuem interesses e motivos para existir e muitas vezes tendo como característica sua efemeridade. Essa noção transitória pode ser relacionada ao debate acerca da PE como uma política de Estado ou de governo, ou seja, se ela consegue se desviar das barganhas políticas internas e da burocracia para atuar de forma independente do governo (Baptista; Bertolucci; Diogo, 2021). Em uma análise histórica sobre a PE brasileira, no que tange a temática de meio ambiente, é inviável pensar em uma política externa de Estado, pois há diversos órgãos subnacionais, empresas, organizações não governamentais e a própria opinião pública que tem sido cada vez mais relevantes para essa temática.

Adicionalmente, durante o final do século XX, o Brasil passou a descentralizar a formulação de sua política externa, permitindo que outras agências do governo pudessem influenciar as temáticas de política externa (Milani; Pinheiro, 2013), incluindo secretarias, ministérios, o terceiro setor e a própria opinião popular. Além disso, destaca-se a maior importância que os temas de baixa política ganharam nesse momento, temas de direitos

humanos, economia e meio ambiente. Essas pautas seriam essenciais para que os países emergentes pudessem se tornar relevantes nas discussões (Milani; Pinheiro, 2013).

Em matéria de baixa política, o destaque será para o tema ambiental. A política externa brasileira possui, desde o início da consolidação de uma agenda ambiental internacional, o desenvolvimento nacional como fio condutor. Dessa forma, a relevância política que tal fator possuía durante o século XX, era primordialmente relacionada à estratégias econômicas, como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), de 1953, que marcou o início das políticas públicas focadas no aumento da integração da região à vida econômica do país, e na consolidação efetiva da floresta na agenda de políticas públicas. A partir de então, a Amazônia foi parte de determinações incompatíveis entre si: ao mesmo tempo em que completava o modelo de desenvolvimento do Estado, também era alvo de políticas do Ministério do Meio Ambiente, cujo objetivo se reduz à plena conservação de seus recursos. Tal contradição ambiental é resultado da dificuldade brasileira de implementar na esfera nacional o que foi decidido a nível externo, prejudicando a construção de um padrão de governabilidade mais coerente (Bezerra, 2013).

Além disso, pode-se destacar algumas conferências internacionais que contribuíram para a mudança de postura do Brasil ao longo dos anos. Inicialmente, a Conferência de Estocolmo, em 1972; a Conferência do Rio (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), em 1992 (Lago, 2007). Na Conferência de Estocolmo, o interesse do Brasil convergia para o aproveitamento econômico brasileiro em relação aos recursos naturais brasileiros, de modo que impedir projetos de desenvolvimento no Brasil com o argumento de ecologia seria inaceitável. Além disso, assinalou o compromisso de manter diálogo com os países da Bacia do Prata, ao reconhecer que os problemas ambientais ultrapassam fronteiras políticas (Lago, 2007)[4].

Com a chegada da década de 90, a Amazônia já estava consolidada na agenda ambiental internacional, discutida na primeira Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, e o Brasil contemplava um governo Collor com destaque para a temática ambiental, na tentativa de conter a imagem negativa na cúpula internacional. A fim de melhorar seu engajamento, durante a Rio-92, o país conseguiu incluir o desenvolvimento como pauta para a discussão do meio ambiente, afirmando que os problemas ambientais dos países em desenvolvimento são decorrentes da existência de

[4] Informações retiradas do Relatório da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, do Ministério do Interior, citadas por do Lago (2007).

problemáticas emergentes de cunho econômico e social. A postura adotada pelo país já foi divergente, assumindo seu papel e importância no quadro das mudanças climáticas, a partir do aspecto fundamental das florestas como consumidoras de carbono. De acordo com Marcos Azambuja (*apud* do Lago, 2007) o Brasil abandonou o argumento de soberania para advogar a cooperação, o que possibilitou a participação de organizações internacionais e de outros governos, em parceria com a iniciativa privada, em projetos de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Essas vitórias diplomáticas não apenas reforçaram a posição de destaque do Brasil como importante representante do Sul Global, como também reforçou o descongelamento das estruturas mundiais desfavoráveis às nações emergentes, reafirmando a responsabilidade histórica dos Estados desenvolvidos (Bezerra, 2013). O estabelecimento desta como uma pauta central nas discussões climáticas permitiu o avanço do termo "desenvolvimento sustentável'', que será base para a criação do Mercado de Créditos de Carbono - estratégia de conter a poluição sem alterar a estrutura de poder monetário dos Estados.

Esse mercado surgiu inicialmente com o Protocolo de Kyoto, elaborado em 1997, durante a Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada no Japão, cuja proposta era a reunião de 55% dos países responsáveis por 55% da emissão de gases de efeito estufa – algo que só foi possível com a entrada russa em 2004 - a fim de conter avanços climáticos extremos. O objetivo do protocolo era prevenir tais consequências através da limitação da difusão de poluentes, utilizando-se como estratégia a conversão dessa redução em valor econômico. Dessa forma, uma tonelada de dióxido de carbono corresponderia a um crédito de carbono, que poderia ser negociado no mercado internacional. A emissão de outros gases também geradores do efeito estufa (GEEs), também poderia ser convertida em créditos de carbono, de acordo com o conceito de carbono equivalente. Para auxiliar os Estados a cumprirem as suas metas de emissões e encorajar o setor privado e os países em desenvolvimento a contribuírem para os esforços de redução de poluentes aéreos, os negociadores do protocolo incluíram três mecanismos baseados no mercado, além de medidas nacionais ou esforços de redução (IPAM, [S/D]).

O primeiro deles é o comércio das emissões, que permite aos países desenvolvidos com limites de emissões permitidas sobrando, a venda desses excessos para outras nações desenvolvidas, que estão ultrapassando seus próprios tetos de poluição, sendo a European Climate Exchange uma das principais corretoras para esse tipo de transação. Ademais, há também o mecanismo de implementação conjunto, que permite aos Estados atuarem em conjunto para atingir suas metas, possibilitando a elaboração de um acordo caso um país não

seja capaz de reduzir suas emissões, mas outro sim, permitindo que o país hospedeiro se beneficie de investimento estrangeiro e transferência de tecnologia. Por último, foi definido o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento, que, por sua vez, não possuem as mesmas metas definidas no âmbito do Protocolo de Kyoto. Esses projetos podem ser convertidos em Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), que representam uma tonelada de CO2 equivalente, possibilitando, assim, o comércio destas com os países que possuem as metas vinculadas ao Protocolo. Tais projetos podem ser implementados no setor energético, de transporte e florestal, e permitem maior flexibilidade aos Estados industrializados para a adequação a um desenvolvimento sustentável, além de estimular o contato tecnológico com nações em desenvolvimento (IPAM, [S/D]). Dessa forma, entende-se que a lógica do mercado de carbono é a precificação da poluição, de modo no qual, se é fornecido algumas unidades de créditos de carbono, e ocorre a emissão de todas elas, se está abrindo mão de vender esses créditos e, portanto, perdendo dinheiro. O mesmo ocorre se há a necessidade de comprar mais créditos para justificar as emissões. Assim, utiliza-se um dos incentivos mais poderosos para mudança de comportamento, consumo e produção: o preço.

Dentro desse cenário, a consolidação de um mercado regulado de carbono no Brasil é um objetivo aspirado há anos, atualmente tratado como pauta de destaque no Plano de Transição Ecológica do governo Lula. A ausência desse processo permite a operação apenas do mercado voluntário no país, baseado em trocas de créditos de carbono entre empresas de modo autônomo, concedendo-as a autorresponsabilidade de definir suas metas de emissão e a necessidade de compensá-las, caso sejam extrapoladas. Já em um mercado regulado, os governos são os agentes responsáveis pela definição de metas e a forma de compensação das empresas, permitindo maior controle governamental sobre assuntos nacionais que poderiam sofrer negligências no setor privado, diminuindo casos de abuso e violação de direitos territoriais. Após diversos esforços de sistematização de propostas distintas, a Comissão de Meio Ambiente do Senado recebeu o PL412, que possibilita a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), mas sugere que as empresas submetidas à regulação estatal também possam participar do mercado voluntário (que permanecerá existente), para compensar suas emissões, caso não consigam se adequar aos limites de poluição, através de licenças e créditos oriundos de projetos privados de extração de créditos de carbono - responsáveis muitas vezes por diversas violações sociais. Dessa forma, percebe-se que, em vez da regulamentação representar um novo ciclo de responsabilidade

ambiental, ela apresenta brechas e omissões que permitem a permanência de violências de cunho sanitário, territorial e comunitário, por parte do setor empresarial (Lobo, 2023).

Diante disso, é possível afirmar que o discurso brasileiro sobre a questão do meio ambiente, em matéria de política externa, permaneceu sem grandes mudanças durante os primeiros anos do século XXI, com os mandatos de Lula, Dilma e Temer. Em respeito às convenções internacionais que o Brasil participou e condizente com a responsabilidade ambiental brasileira e com o desenvolvimento sustentável, a partir da concepção do mercado de carbono. Contudo, o compromisso efetivo do Brasil com essa pauta passou a ser questionado no âmbito internacional, bem como na opinião pública brasileira. Isso se deu em virtude dos diversos escândalos de desmatamento na Amazônia, relacionados com a permissividade do governo; com destaque para a polêmica do governo Temer, o qual permitiu uma abertura de uma área de quase 47 mil km quadrados, para abrigar a mineração no seio da floresta amazônica (Milhorance, 2017).

3. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA E DA AGENDA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO (2018-2022)

Desde os princípios de sua campanha eleitoral, Bolsonaro demonstrou indícios de que a pauta ambiental não seria um dos pilares de sua agenda política, considerando a baixa frequência com que esse tema foi citado (Scantimburgo, 2018). Durante a própria campanha em 2018, o ex-presidente chegou a defender que deveria ocorrer uma fusão do Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Agricultura, de modo a priorizar o crescimento econômico em detrimento da questão ambiental (Bragança, 2018).

Os anos sob o governo de Bolsonaro são apontados como um dos períodos de maior retrocesso na agenda ambiental já testemunhados no país. Segundo dados divulgados pelo Instituto Socioambiental (ISA), além de uma elevação recorde nos índices de desmatamento em certos biomas e da flexibilização de leis ambientais, ocorreram progressivos cortes de orçamento em órgãos federais como no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O reconhecimento dos direitos dos povos originários também se encontrou fragilizado devido à adoção de práticas anti-indígenas. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o garimpo em terras indígenas aumentou 787% entre 2016 e 2022 (Stabile, 2023). Tal ocorrência está atrelada ao incentivo à aprovação de propostas como a PL 191/2020, que regulamenta a

exploração mineral nessas zonas, e da PL 2159, que flexibiliza a emissão de licenças para tal atividade (Caio César, 2023).

Dados apontam que desde o período da redemocratização do Brasil, o país se empenhou na construção de um protagonismo nas discussões acerca das temáticas ambientais, considerando a imensidão de seu território, a importância de suas florestas nativas e da grande biodiversidade existente, símbolo de orgulho nacional. Nesse sentido, a política externa ambiental brasileira se fundamentou na construção de diálogos dentro de organismos internacionais, conferências climáticas e cúpulas ambientais, sempre exercendo uma participação ativa e adquirindo posições de destaque (Nascimento; Torres, 2022).

Contudo, o governo de Jair Bolsonaro é considerado um marco, justamente por provocar uma brusca mudança na postura da política externa adotada pelos governos anteriores até então dentro da temática ambiental. Antes mesmo de assumir, o ex-militar afirmou que, caso eleito, poderia retirar o Estado Brasileiro do Acordo de Paris de 2015 (Oliveira Neto, 2022). Tal resolução é considerada um dos principais tratados dentro do âmbito ambiental que estabelece metas de extrema importância na redução das mudanças climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável. (Ministério do Meio Ambiente…, 2023). A motivação para tal decisão estaria pautada na lógica de que o acordo em questão infringiria a soberania nacional brasileira, principalmente no que diz respeito à atuação do governo dentro do território amazônico. Bolsonaro, que já estava eleito ao final de 2018, também pediu ao então presidente Michel Temer, já no fim de seu mandato, desistir da proposta ofertada à Organização das Nações Unidas de sediar a 25ª Conferência das Partes (Oliveira Neto, 2022).

A preocupação com a soberania do governo em gerir e controlar a Amazônia foi um dos norteadores da política externa brasileira entre os anos de 2019 e 2022. Tal ideal nacionalista corroborou muitas vezes por isolar o Brasil no cenário global, pois a visão que se defendia era de que a Amazônia Legal, por ser um bem brasileiro, deveria estar fora de julgamentos e interferências externas, cabendo ao governo o papel de administrar os recursos da região com total autonomia e livre das pressões internacionais. No entanto, essa postura de priorização da soberania brasileira e de seu isolacionismo se mostrou mais flexível quando o debate envolvia a atuação de outros regimes considerados aliados pelo então presidente, como o governo dos Estados Unidos, sob o comando de Donald Trump (Oliveira Neto, 2022). Isso se mostra evidente quando Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, revela sua preocupação com a situação ambiental da Amazônia durante uma discussão no Fórum

Econômico Mundial de 2019 e Bolsonaro responde que gostaria muito de explorar as riquezas amazônicas juntos aos Estados Unidos (UOL, 2020).

Ainda em 2019, através de articulações com o então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, houve uma reestruturação do chamado Fundo Amazônia, estabelecendo, por exemplo, uma restrição no papel de Organizações Não Governamentais na região amazônica (Borges, H., 2019 *apud* Oliveira Neto, 2022). Tal programa, baseado em investimentos e doações, visa incrementar o monitoramento e o combate ao desmatamento no bioma com a participação de diferentes setores (Fundo Amazônia, 2023). Segundo o ministro, as propostas de mudanças teriam sido definidas com a aprovação dos embaixadores da Alemanha e da Noruega, principais investidores no Fundo (Trigueiro, 2019 *apud* Oliveira Neto, 2022). Entretanto, ambos representantes afirmaram que tais alterações no programa não tiveram o aval de seus respectivos governos, contradizendo o que foi exposto por Ricardo Salles e gerando uma situação de desconforto internacional. (Borges, H., 2019 *apud* Oliveira Neto, 2022). Consequentemente, tanto a Alemanha quanto a Noruega declararam que não realizariam mais repasses ao Fundo Amazônia devido a nova política ambiental do Brasil, bloqueando a transferência de mais de R$250 milhões para a causa (Nascimento; Torres, 2022).

Os países-membros do G7 exprimiram a preocupação internacional com as crescentes queimadas na floresta amazônica em agosto de 2019. Nesse contexto, o presidente francês Emmanuel Macron considerou que o desastre ambiental no Brasil deveria ser um tópico da agenda de discussões do grupo. Em resposta, Bolsonaro condenou o posicionamento do líder francês, afirmando em uma de suas redes sociais que a questão ambiental estava sendo tratada de forma sensacionalista e era motivada por um "colonialismo europeu", o qual intervinha em questões domésticas brasileiras para ganhos políticos pessoais. O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, também se pronunciou condenando a mobilização internacional como injusta, afirmando que o governo de Bolsonaro estaria "reconstruindo o Brasil" (Phillips, 2019). Nesse contexto, o governo brasileiro também negou o auxílio de $20 milhões oferecido pelo G7 para combater as queimadas na Amazônia (Soares, 2019 *apud* Oliveira Neto, 2022).

Em setembro do mesmo ano, Bolsonaro discursou na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque fazendo menção às críticas internacionais atreladas à gestão ambiental de seu governo. Durante o discurso, o presidente tentou suavizar o impacto das queimadas na Amazônia, atribuindo o agravamento das mesmas à questões naturais, como o clima seco característico do inverno brasileiro. Já na Assembleia Geral de

2020, o ambiente de desgaste ainda prevalecia com relação à pauta ambiental brasileira. Nesse contexto, Bolsonaro utilizou da oportunidade para proferir um discurso ressaltando a eficácia da regulamentação ambiental do Brasil e a importância do agronegócio no país. Com relação à persistência das queimadas na região amazônica, o presidente afirmou que a causa destas seria de responsabilidade dos povos indígenas que utilizam desse mecanismo como parte de seus hábitos culturais. Na mesma ocasião, foi defendido pelo chefe de Estado brasileiro que seu governo foi vítima de incessantes campanhas que disseminaram informações falsas sobre dados ambientais (Oliveira Neto, 2022).

Uma leve mudança na política externa brasileira com relação à pauta do meio ambiente é visualizada na Cúpula do Clima convocada por Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, em abril de 2021. Nesse evento, Bolsonaro traz novas metas ambientais surpreendentes, adiantando em 10 anos a meta anteriormente estabelecida para que o Brasil alcançasse a neutralidade climática. Ademais, novas metas foram definidas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Tais mudanças, apesar de serem vistas com desconfiança pelas lideranças globais, considerando as repercussões negativas do desmantelamento das políticas ambientais promovidas pelo governo brasileiro no ano anterior, representam a necessidade do país de se adequar aos ambientes de negociação global e de preservar boas relações com agentes de grande importância e peso no cenário internacional (Nascimento; Torres, 2022).

Um dos principais eventos que demonstra a inversão da postura brasileira com relação à temática ambiental se dá no contexto da COP 26, evento que aconteceu em Glasgow em novembro de 2021. Hamilton Mourão, então vice-presidente, afirmou que Bolsonaro não poderia comparecer ao evento por motivos de agenda e que a presença do presidente somente serviria para que lideranças “jogassem pedra” no governo e por isso uma equipe de negociadores seria enviada à conferência (Behnke, 2021). Bolsonaro encaminhou um vídeo para ser transmitido durante o evento sob o aval britânico em troca da assinatura do Brasil na Declaração das Florestas, proposta no início das reuniões. Tal acordo objetivou a projeção de uma visão positiva da delegação brasileira, que se mostrou comprometida com as negociações ambientais. A nomeação de um novo ministro para a pasta ambiental, Joaquim Leite, também trouxe significativas mudanças na abordagem do Brasil, a qual pareceu adotar um tom mais pragmático (Amaral, 2021).

Dentre os novos compromissos assumidos pelo Brasil na conferência de Glasgow estão a meta de diminuir em 50% as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2030 e a assinatura do “Compromisso Global de Metano”, promessas aclamadas internacionalmente

(Nascimento; Torres, 2022). Contudo, ao final das negociações, a delegação brasileira defendeu a retomada de antigas regras que regiam o mercado de créditos de carbono adotado em 2005, decisão considerada um retrocesso no debate das questões climáticas por especialistas (Amaral, 2021).

4. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA E AMBIENTAL DO GOVERNO LULA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O TERCEIRO MANDATO

O relatório final do gabinete de transição governamental (Relatório-FGT), divulgado em 23 de dezembro de 2022, ofereceu uma análise abrangente da situação do Estado brasileiro ao final da gestão Bolsonaro. Neste relatório, foram discutidos temas como direitos dos povos Indígenas, meio ambiente e relações exteriores, destacando-se a negligência, inexperiência e as graves violações socioambientais perpetradas pela gestão anterior, bem como um sério comprometimento nas relações internacionais. Após análise, o Relatório-FGT recomendou medidas para a nova gestão Lula, visando reverter políticas anteriores desfavoráveis e priorizar questões ambientais. Entre elas estão a revogação de atos prejudiciais ao meio ambiente e povos indígenas, a restauração de práticas positivas, como a reativação do Fundo Amazônia, e a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Também foi sugerido um rearranjo do Ministério do Meio Ambiente para fortalecer a proteção dos biomas e promover o desenvolvimento sustentável (Gabinete de Transição, 2022).

Muitas das conclusões alcançadas pelo gabinete de transição estão alinhadas com os compromissos ambientais delineados no plano de governo lançado antes das eleições presidenciais de 2022. A principal ênfase desse programa é o compromisso com a sustentabilidade social, ambiental e com a abordagem das mudanças climáticas, promovendo o desenvolvimento sustentável, com um foco especial na progressão da transição ecológica e energética. (Programa de governo, 2022).

Desde a posse, em janeiro de 2022, muitos foram os ganhos alcançados pela terceira gestão Lula para a agenda ambiental. A principal vitória de até então foi banir a política ambientalmente irresponsável de Bolsonaro, que prejudicava sobremaneira a proteção dos Biomas, e transformou o Brasil num pária mundial da diplomacia climática (Pajolla, 2024).

Outro sucesso da gestão petista foi a retomada das doações para o Fundo Amazônia, destinadas a financiar projetos de preservação e sustentabilidade local, que haviam sido interrompidos por Bolsonaro. Até janeiro de 2023, o fundo já havia acumulado 4 bilhões de reais em caixa (Pajolla, 2024). Em março de 2024, durante visita ao Brasil, o presidente francês Emmanuel Macron assinou um acordo de cooperação para a Amazônia, que prevê

investimentos da ordem de 5,4 bilhões de reais na região, que irão financiar ações cooperativas, de preservação, combate ao garimpo, transição energética, modernização da gestão pública entre outras (Gov.br, 2024a). Este acordo representa a retomada de investimentos que foram interrompidos e pode ser o ponto de partida para outros projetos semelhantes (Melito, 2024). Além disso, ele sinaliza a recuperação de uma relação com o Estado Francês que foi severamente prejudicada durante a gestão Bolsonaro (Gov.br, 2024a). Também é importante ressaltar a significativa participação do Brasil nas duas últimas Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 27 e 28), onde Lula apresentou notícias e exemplos positivos para o mundo em relação à preservação ambiental (Groba, 2023).

A concretização de diversos compromissos ambientais enfrenta um grande obstáculo devido à resistência do Congresso Nacional brasileiro. Este, composto por uma bancada ruralista forte e influente, mantém uma lógica que favorece a agricultura intensiva, com uso abundante de fertilizantes, pesticidas e maquinário pesado, além de uma pecuária baseada na criação extensiva do gado. Como resultado, a maioria dos deputados e senadores defendem a manutenção dos grandes latifúndios, se opõe à reforma agrária, à demarcação de terras indígenas e à criação de áreas protegidas (Pajolla, 2024). Em janeiro de 2024 o Congresso promulgou o marco temporal, estipulando que novas demarcações de terras indígenas devem abranger apenas os territórios ocupados ou disputados pelos povos originários até a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988. Embora esteja sujeita a processos judiciais, ela questiona a ideia mundialmente aceita de que os povos indígenas têm o poder de mitigar a crise climática. Esta designação se baseia na inclinação inata dos territórios indígenas para a conservação ambiental (Gov.br, 2024b).

Afora as dificuldades apresentadas nos embates com a oposição, o governo Lula também precisa lidar com desafios internos. Estes incluem não apenas a reversão do legado prejudicial deixado pelo governo Bolsonaro, mas também a necessidade de conciliar as discrepâncias entre suas agendas de desenvolvimento e ambiental.

Um exemplo marcante dos desafios herdados da gestão anterior é a crise humanitária na Terra Yanomami (TY), que o presidente Lula se comprometeu a enfrentar. No entanto, durante seu primeiro ano de mandato, o número de mortes indígenas continuou a aumentar, superando os registros do governo anterior. Resultado esse, que demonstra ações ineficazes para conter a violência e o garimpo ilegal (Gerra, 2024). De acordo com a organização - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o governo Lula deixou a desejar na assistência ao território indígena, apontando que cerca de 60 comunidades estão privadas de

assistência médica e são mantidas sem segurança. De acordo com a Apib, mesmo com estrutura e orçamento precários a gestão petista fracassou ao não agir de modo mais contundente. Na opinião deles, não bastaria apenas remover os garimpeiros; seria imprescindível manter tropas de segurança em pontos específicos da Terra Yanomami para evitar a reincidência desses criminosos (Sampaio, 2024).

Quanto às inconsistências do governo Lula, é importante mencionar sua intenção de aumentar a exploração de petróleo, uma atividade reconhecida por contribuir para as mudanças climáticas devido à emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE). Além disso, planeja-se implementar essa atividade na Foz do Rio Amazonas, o que expõe uma região já vulnerável social e ambientalmente a diversos impactos negativos. Em novembro de 2023, o Brasil ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), conhecida por ser o maior cartel mundial de petróleo. Esses fatos sugerem que, apesar de um plano de governo alinhado com a transição energética, a gestão Lula parece estar intensificando a produção de combustíveis fósseis (Pajolla, 2024).

Um desafio significativo tanto para o governo federal quanto para as gestões estaduais de orientação política à esquerda é a contenção do desmatamento no Cerrado e em outras formações vegetais do Nordeste brasileiro. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), durante o período de 2022 a 2023, 75% dos danos à vegetação ocorreram na região conhecida como Matopiba, abrangendo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que registrou um aumento de 3% na área desmatada. Este cenário colocou a conservação do Cerrado como um ponto crítico na política ambiental do governo Lula em 2023, exigindo a implementação de um Plano de Ação pelo Ministério do Meio Ambiente, em colaboração com os governos estaduais, para conter o desmatamento nesse bioma (Altino, 2024).

Dados do “Monitor do Fogo”, um mapeamento mensal de cicatrizes de fogo, realizado pela rede colaborativa MapBiomas, revelou que houve uma redução de 50% no desmatamento da Amazônia, retomando níveis registrados antes da gestão Bolsonaro. No entanto, a área queimada no Bioma Pantanal triplicou em 2023 em comparação ao ano anterior (MapBiomas, 2024). Como resultado, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou ao governo Lula a elaboração de um plano para prevenir e combater os incêndios tanto no Pantanal quanto na Amazônia (Rezende, 2024).

Segundo Viola et al (2013), a governança climática abarca questões de ordem econômica, ambiental e de segurança, envolvendo uma variedade de atores dos setores público, privado e em níveis local e global. No entanto, para os autores, são as potências

climáticas que possuem poder de influenciar as decisões relacionadas ao clima, podendo ser categorizadas em Superpotências, Grandes Potências e Potências Médias. Eles também argumentam que a governança climática é sustentada por três pilares: a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE); a implementação de políticas públicas ambientais e mudanças nas negociações internacionais. Assim, o comprometimento dessas Potências Climáticas com esses três pilares determina sua classificação como Conservadoras, Conservadoras Moderadas e Reformistas.

Viola & Franchini (2013), ao considerarem o Brasil como uma grande potência ambiental, realizaram uma análise retrospectiva da participação brasileira na governança climática global durante o período de 2005 a 2012, coincidindo em grande parte com os dois primeiros mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva. No referido estudo, os autores destacaram a presença contrastante de ideologias ambientais conservadoras e reformistas dentro do Partido dos Trabalhadores. Segundo suas conclusões, nesse período o Brasil reduziu suas emissões de GEE, muito em consequência da redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado entre 2005 e 2009. Mas é importante salientar que a partir de 2010 as emissões voltaram a crescer em razão do aumento da participação de setores modernos da economia como energia, indústria, agropecuária e resíduos. Demonstrando que o declínio das emissões brasileiras foi mais impulsionado pela melhora no controle de atividades ilícitas que por uma revolução do baixo carbono (VIOLA, 2013). Com relação a implementação de políticas climáticas domésticas é possível destacar aspectos muito positivos dos primeiros mandatos Lula, como a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) que ajudou na criação e gestão de áreas protegidas. A aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) em 2009 foi outra medida relevante capaz de inserir o Brasil num grupo seleto de países que internalizaram a questão climática em suas bases jurídicas. Além disso, houve aumento da participação de ONG nacionais e internacionais ligadas à temática ambiental, bem como o amadurecimento das políticas ambientais regionais (Gusmão; Pavão, 2020). Adicionalmente, o Brasil também modificou sua abordagem nas negociações internacionais. Contudo, poucos dias antes da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade em Montreal (COP15) o Brasil recuou, voltando à postura conservadora juntamente com a China, Índia e África do Sul, perdendo seu protagonismo como líder global dessa agenda. Além disso, a partir de 2011, o país pareceu diminuir seu compromisso com as práticas reformistas (Viola, 2013).

Após análises detalhadas e comparações, torna-se evidente, que as gestões Lula avançaram significativamente na agenda ambiental, criando e implementando políticas

públicas e combatendo crimes ambientais. No entanto, durante seu terceiro mandato houve a necessidade de retomar ações de proteção ambiental que foram deliberadamente desfeitas ou agravadas durante o governo Bolsonaro. Ficou muito óbvio que existem conflitos de interesse entre as pautas ambientais e a agenda econômica e desenvolvimentista, que ainda mantém ligação com atividades poluidoras relacionadas à exploração de combustíveis fósseis. Portanto, é evidente que o Brasil não mostra sinais de avanços em pautas ambientais mais progressistas e provavelmente permanecerá como uma potência ambiental de perfil Conservador Moderado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou realizar uma análise da política externa brasileira no âmbito ambiental, examinando o papel do Brasil em questões globais relacionadas ao meio ambiente, tendo como referência o governo de Bolsonaro e os mandatos de Lula.

No que diz respeito ao governo Bolsonaro, fica evidente que a agenda foi marcada por retrocessos significativos, como o expressivo aumento do desmatamento, a flexibilização das leis ambientais e cortes orçamentários. A mudança na política externa ambiental, ao adotar uma abordagem isolacionista que negligencia o papel do Brasil nos debates acerca da proteção do meio ambiente, revela uma postura contrastante que choca com a tradição ambiental brasileira.

Destaca-se, portanto, uma nova ruptura, decorrente da mudança de governo. A posse do terceiro mandato de Lula promete uma abordagem renovada, marcada pelo retorno ao multilateralismo, revogação de medidas anteriores, criação de novos órgãos específicos e a busca por novos acordos e financiamentos internacionais atrelados à preservação ambiental no Brasil. Há ainda a tentativa de reintegrar o Brasil nas discussões globais relacionadas à agenda ambiental, recuperando uma tradição que foi negligenciada no governo anterior. Contudo, surgem novamente alguns pontos de discordância com a pauta ambiental no novo mandato, como o incentivo à exploração petrolífera e a incapacidade de conter as mortes e conflitos que afetam as comunidades originárias e a incapacidade de negociação com o Congresso.

Assim sendo, é incontestável que as alterações de administração têm um impacto direto nas abordagens e prioridades relacionadas à gestão ambiental. Isso ocorre devido à persistente influência da pressão interna e dos intervenientes externos, que continuam a influenciar o curso do país nas discussões sobre o meio ambiente. O Brasil enfrenta diversos desafios que precisam ser superados para estabelecer uma governança ambiental eficaz.

6. REFERÊNCIAS

Agência Brasil. 2023. “Mensagem do governo é de esperança e reconstrução, diz Lula”. **Agência Brasil,** 1º de janeiro de 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/mensagem-do-governo-e-de-esperanca-e-reconstrucao-diz-lula. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

ALLISON, Graham T.; HALPERIN, Morton H. Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications. **World Politics**, [*s. l.*], v. 24, n. S1, p. 40–79, 1972.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Perspectivas da diplomacia no terceiro governo Lula, 2023-2026. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 58-78, 2023.

ALTINO, Lucas**. O Globo.** Devastação no Cerrado e no Nordeste expõe falhas de gestões de esquerda, aliadas do governo federal, com a pauta verde. 2024. Disponível em: Devastação no Cerrado e no Nordeste expõe falhas de gestões de esquerda, aliadas do governo federal, com a pauta verde (globo.com). Acesso em: 07 de mar. 2024.

AMARAL, Ana Carolina. Mudança de posição do Brasil na COP26 foi condição para Bolsonaro discursar: Pressão do Reino Unido levou governo brasileiro a assinar Declaração de Florestas. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 7 nov. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/mudanca-de-posicao-do-brasil-na-cop26-foi-condicao-para-bolsonaro-discursar.shtml. Acesso em: 25 nov. 2023.

BAPTISTA, João Victor Da Motta; BERTOLUCCI, Artur Cruz; DIOGO, Ana Victória Klovrza. Política de Estado ou de Governo? A Reorientação da Política Externa Brasileira sob o Governo Bolsonaro. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [*s. l.*], v. 45, n. 250, p. 502, 2021.

BEHNKE, Emilly. Bolsonaro não vai à COP26 por “motivo de agenda” e envia vídeo ao evento: Planalto afirma que o presidente gravou vídeo e enviou aos organizadores da conferência internacional. **Poder 360.** *[S.l.]*. 29 out. 2021. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-nao-vai-a-cop-26-por-motivo-de-agenda-e-envia-video-ao-evento/. Acesso em: 25 nov. 2023.

BEZERRA, J. C. O papel do meio ambiente na política externa brasileira. **Ideias**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 151–173, 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649401. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRAGANÇA, DANIELE. Bolsonaro defende a fusão dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente: Pré-candidato à presidência pelo PSL, deputado acredita que a incorporação do MMA pelo MAPA levará harmonia ao campo. Titular da pasta seria indicado pelas entidades dos produtores. **Oeco.** *[S.l.]*. 28 mar. 2018. Disponível em: https://oeco.org.br/salada-verde/bolsonaro-defende-a-fusao-dos-ministerios-da-agricultura-e-meio-ambiente/. Acesso em: 25 nov. 2023.

CAIO CÉSAR. **Governo Lula revoga normativa de Bolsonaro que permitia empreendimentos em Terras Indígenas**. CartaExpressa. *[S.l.]*. Carta Capital, 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governo-lula-revoga-normativa-de-bolsonaro-que-permitia-empreendimentos-em-terras-indigenas/. Acesso em: 25 nov. 2023.

DO LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. [*S. l.*]: Thesaurus Editora, 2007.

FUNDO AMAZÔNIA. **Fundo Amazônia.** Governo Federal. *[S.l.]*. BNDES. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/. Acesso em: 25 nov. 2023.

Gabinete de Transição Governamental. 2023. Relatório final. Disponível em: https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete. Acesso em: 26 de novembro de 2023.

GOV.BR. **Ministério das Relações Exteriores**. Atos adotados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da França, Emmanuel Macron - 28 de março de 2024. Disponível emhttps://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasiao-da-visita-do-presidente-da-franca-emmanuel-macron-ao-brasil. Acesso em: 07 mar. 2024a.

GOV.BR. **Câmara dos Deputados.** Congresso promulga o marco temporal para terras indígenas, mas polêmicas seguem na justiça. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1029997-congresso-promulga-o-marco-temporal-para-terras-indigenas-mas-polemicas-seguem-na-justica/. Acesso em: 07 mar. 2024b.

GUERRA, Rayanderson. **FGV:** Violência contra indígenas reforça polarização e afeta imagem de Lula. Terra. 2024. Disponível em: FGV: Violência contra indígenas reforça polarização e afeta imagem de Lula (terra.com.br). Acesso em: 07 de mar 2024.

GUSMÃO, Paulo Pereira; PAVÃO, Bianca Borges Medeiros. (Des) construção da gestão ambiental no Brasil: De Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, p. 218-218, 2020.

GROBA, Paula. **Senado Notícias**. Brasil teve participação marcante na COP28, dizem senadores. Disponível em: Brasil teve participação 'marcante' na COP 28, dizem senadores — Senado Notícias. Acesso em: 10 abr. 2023.

IPAM AMAZÔNIA. **O que é e como funciona o mercado de carbono?**. Instituto de pesquisa ambiental da Amazônia, [S/D]. Disponível em: https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/o-que-e-e-como-funciona-o-mercado-de-carbono/?gclid=CjwKCAiA9ourBhAVEiwA3L5RFkBRWq9SLzlHbSPulbDBHyuTyMq4PAS9T9FFjv4SmRxpLEdjpIF3LhoCABYQAvD_BwE. Acesso em: 25 nov. 2023.

KAARBO, Juliet. A Foreign Policy Analysis Perspective on the Domestic Politics Turn in IR Theory. **International Studies Review**, [*s. l.*], v. 17, n. 2, p. 189–216, 2015.

LIMA, Maria Regina Soares. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 79-95, 2023.

LOBO, Natália. Regulação do mercado de carbono no Brasil: quais são os riscos e o papel dos movimentos sociais. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/10/03/regulacao-do-mercado-de-carbono-no-brasil-quais-sao-os-riscos-e-o-papel-dos-movimentos-sociais. Acesso em: 26 nov. 2023

MAPBIOMAS. Brasil queimou área maior que o Acre em 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/2024/01/19/brasil-queimou-area-maior-que-o-acre-em-2023/. Acesso em 10 abr. 2024.

MELITO, Leandro. Em visita de Macron, acordo bilionário para sustentabilidade na Amazônia é principal vitória da diplomacia brasileira. **Brasil de Fato.** 2024. Disponível em: Em visita de Macron, acordo bilionário para | Internacional (brasildefato.com.br). Acesso em: 07 mar. 2024.

MILHORANCE, Flávia. A polêmica decisão de Temer de abrir uma área gigante da Amazônia à mineração. **BBC News Brasil**, [*s. l.*], 4 ago. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41043853. Acesso em: 25 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**. Acordo de Paris**. *[S.l.]*. 2023. CLIMA > CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CLIMA. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html. Acesso em: 25 nov. 2023.

NASCIMENTO, Victor de Matos; TORRES, Mariana Ferreira. O BRASIL DE BOLSONARO NO REGIME INTERNACIONAL SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA: UM CAMINHO SEM VOLTA?. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, ed. 3, p. 406-430, 2022. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12468. Acesso em: 25 nov. 2023.

OLIVEIRA NETO, Barnabé Lucas de. Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. **Novos Cadernos AEA**, p. 59-80, 15 jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9937/9030. Acesso em: 25 nov. 2023.

PAJOLLA, Murilo. Lula enterrou política antiambiental de Bolsonaro, mas precisa fazer mais para zerar desmatamento**. Brasil de Fato.** 2024. Disponível em: Lula enterrou política antiambiental de Bolsonaro, mas precisa | Geral (brasildefato.com.br). Acesso em: 07 de mar. 2024.

PHILLIPS, Tom. Merkel backs Macron's call for G7 talks on Amazon fires: German chancellor ‘convinced of emergency’ but Brazil’s leader accuses European leaders of colonialism. **The Guardian.** *[S.l.]*. 23 ago. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/aug/23/amazon-rainforest-fires-macron-calls-for-international-crisis-to-lead-g7-discussions. Acesso em: 25 nov. 2023.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *In*: **INTERNATIONAL ORGANIZATION**. [*S. l.*]: Routledge, 2017. p. 437–470.

REZENDE, Constança. STF determina plano do governo Lula contra incêndios no Pantanal e Amazônia. Estado de Minas. 2024. Disponível em: STF determina plano do governo Lula contra incêndios no Pantanal e Amazônia - Estado de Minas. Acesso em: 10 abr. 2024.

SAMPAIO, Cristiane. **Brasil de Fato**. “Governo teria condições de fazer algo mais efetivo e contundente pelos Yanomamis”, diz Apib. 2024. Disponível em: 'Governo teria condições de fazer algo mais efetivo e | Política (brasildefato.com.br). Acesso em: 07 de mar 2024.

SCANTIMBURGO, A. **The disassembly of the environmental agenda in the Bolsonaro government**. Perspectivas, São Paulo,v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018.

STABILE, Arthur. **G1.** Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe. *[S.l.]*. Grupo Globo, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/11/garimpo-aumenta-787percent-em-terras-indigenas-entre-2016-e-2022-aponta-inpe-infografico.ghtml. Acesso em: 31 ago. 2023.

UOL. **'Adoraria explorar a Amazônia com os EUA', diz Bolsonaro a Al Gore em Davos.** São Paulo: UOL, 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/08/24/adoraria-explorar-amazonia-com-os-eua-diz-bolsonaro-a-al-gore-em-davos.htm. Acesso em: 25 nov. 2023.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Brasil na governança global do clima, 2005-2012: a luta entre conservadores e reformistas. **Contexto internacional**, v. 35, p. 43-76, 2013.

Bolsonaro e a dominação carismática: uma análise da fidelidade de seus apoiadores durante a pandemia de COVID-19

CARDOSO, Laísa Ribeiro[1]

RESUMO: Em 2018, após uma eleição fora dos padrões estabelecidos em 1994 de eleições entre candidatos do PT e PSDB, Jair Messias Bolsonaro saiu de uma carreira política de baixo clero para o cargo mais alto do Executivo. Logo no início de seu segundo ano de governo tem início um dos maiores acontecimentos internacionais do século XXI, a pandemia da COVID-19. A presente pesquisa concentra-se na análise dos índices de aprovação de Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. A problemática da pesquisa se concentra em como Bolsonaro manteve uma base de apoiadores, os "bolsonaristas", em meio a uma crise sanitária evidente, caracterizada por negacionismo, fake news e cortinas de fumaça. A pergunta central é sobre as características da construção do eleitorado de Bolsonaro que sustentaram a aprovação do governo durante a pandemia. A hipótese proposta é que, mesmo com ações prejudiciais ao país e a população brasileira, Bolsonaro cativou apoiadores estabelecendo uma relação de dominação carismática, conforme conceituado por Max Weber.
PALAVRAS-CHAVE: Política Brasileira; Governo Bolsonaro; Bolsonarismo; Dominação Carismática.

ABSTRACT: In 2018, after an election outside the standards established in 1994 of elections between PT and PSDB candidates, Jair Messias Bolsonaro left a political career of low clergy for the highest office of the Executive. At the beginning of its second year of government, one of the biggest international events of the 21st century begins, the COVID-19 pandemic. This research focuses on the analysis of Jair Bolsonaro's approval rates during the COVID-19 pandemic in Brazil. The research problem focuses on how Bolsonaro maintained a base of supporters, the "bolsonaristas", amid an evident health crisis, characterized by negationism, fake news and smoke curtains. The central question is about the characteristics of the

[1] Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina, email: ribeiroc.laisa@gmail.com

construction of the Bolsonaro electorate that supported the government's approval during the pandemic. The proposed hypothesis is that, even with actions harmful to the country and the Brazilian population, Bolsonaro captivated supporters by establishing a relationship of charismatic domination, as conceptualized by Max Weber.

KEYWORDS: Brazilian Politics; Bolsonaro Government; Bolsonarismo; Charismatic Domination

1. Introdução

A trajetória de Jair Messias Bolsonaro até sua eleição em 2018 possui diversas fases. Nascido no interior paulista em 1955, entrou na Escola Preparatória de Cadetes dos Exército e posteriormente na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), formando-se no ano de 1977 e passando a integrar a corporação no setor de paraquedismo. Na edição de 28 de outubro de 1987, dez anos após o fim de sua formação, foi publicado pela revista Veja um plano para a explosão de bombas relógio em unidades militares do Rio de Janeiro (RJ), com a autoria de Bolsonaro e outro oficial identificado apenas como Fábio. Jair foi condenado por unanimidade pelo Conselho de Justificação Militar (CJM) e posteriormente absolvido pelo Supremo Tribunal Militar (STM) (Folha, 2023).

Após a absolvição, Jair Bolsonaro retirou-se para a reserva militar e deu início a sua carreira política como candidato a vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). O mandato de vereador com início em 1989 foi breve, pois em 1991 saiu do cargo para assumir a posição de deputado federal pelo estado do RJ. Como deputado federal emplacou sete mandatos, somando vinte e oito anos no cargo do Legislativo e passagens por diversos partidos políticos. Sua carreira no Legislativo foi considerada de pouco destaque, vide as sete derrotas em candidaturas para presidente da Câmara dos Deputados e apenas um projeto de sua autoria convertido em lei. Em seus 7 mandatos teve uma atuação considerada de um político do baixo clero, leia-se grupo político de pouco destaque e mais conhecido por suas confusões (Folha, 2023, Congresso em foco, 2018).

O cenário político prévio às eleições de 2018, foi marcado pela instabilidade política do país entre 2015 e 2018. O período foi permeado por escândalos de corrupção investigados pela operação Lava Jato, protestos e pressões desencadeando no impeachment da presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016, e a prisão do ex-presidente Lula

(Santos; Pinto; Nijdam, 2021). Ainda assim, tal conjuntura não foi suficiente para abalar as perspectivas de analistas de uma eleição no padrão vigente desde 1994 (Nicolau, 2020).

A eleição de 2018 ficou marcada pela quebra de expectativas. Em um primeiro momento, a elite política acreditava que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seria o centro da disputa presidencial representado pela candidatura do então governador de São Paulo Geraldo Alckmin e apoiada pelos partidos do "centrão". Já pelo lado do PT, a aposta era em Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, indicado pelo partido como o candidato ao Palácio do Planalto devido a impossibilidade de Lula por sua condenação em 2ª instância (Nicolau, 2020).

A campanha de Bolsonaro em 2018 foi marcada por polêmicas. Com o protagonismo das redes sociais, em especial do *Whatsapp* e *Twitter,* além do compartilhamento em massa de *Fake News*. Seus discursos tinham conotações misóginas, intolerância política em especial dirigidas ao PT em falas sobre "fuzilar a petralhada", e tom populista e religioso bradando "salvar a pátria" e " Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" (Santos; Pinto; Nijdam, 2021)). Conquistou votos não só daqueles que se identificavam com suas posições políticas, o candidato também se beneficiou dos insatisfeitos com os governos petistas anteriores e de votos de pessoas neutras, alheias à dicotomia entre petismo e antipetismo. Assim, contrariando as perspectivas iniciais, o candidato do Partido Social Liberal (PSL) e até então pouco conhecido, o deputado Jair Messias Bolsonaro, cresceu cada vez mais nas pesquisas, culminando em sua eleição no dia 28 de Outubro, com 55% dos votos válidos do eleitorado que passou a ser chamado de bolsonarista (Nicolau, 2020).

Entre 1° de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022, o 38° presidente da República teve seu governo marcado por uma nostalgia dos tempos da ditadura. Apelos anticomunistas e anti-petistas, flertes autoritários, ideais reacionários e o cultivo dos apoiadores bolsonaristas, seja por meio de suas presença em redes sociais como *Twitter*, frequentes aparições em lives às quintas-feiras, ou mensagens compartilhadas em massa no *Whatsapp* foram comuns durante o mandato. Contudo, acima dos elementos anteriores, talvez a principal marca do governo Bolsonaro tenha sido a pandemia da COVID-19 e a postura do presidente quanto a ela, como será abordado a seguir (Silva, 2022).

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus. Iniciado em dezembro de 2019 em Wuhan, na China, constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Em 11 de março de 2020, a OMS mudou a classificação da situação, passando a considerar a COVID-19 como uma pandemia devido a sua distribuição com surtos ao redor do mundo. Do início da pandemia até o anúncio

de seu fim em 5 de maio de 2023, a OMS estima que mais de 20 milhões de pessoas morreram em decorrência da doença ao redor do mundo (Organização Pan-Americana de Saúde, 2023).

No Brasil, a COVID-19 teve uma evolução considerada entre as piores do mundo. Em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado pelo Ministério da Saúde o primeiro caso de coronavírus em território brasileiro. Menos de um mês depois, em 17 de março, foi anunciada a primeira morte pela doença, um total de 291 casos confirmados e 8.819 suspeitos (COEP Brasil, 2020). Em 30 de junho de 2021, pouco mais de um ano após o início da pandemia, entre os dez países de maior população e 15 maiores economias mundiais, o Brasil já se encontrava na segunda colocação em óbitos acumulados (518.066) e primeiro em óbitos por milhão de habitantes (2.421). Em 31 de dezembro de 2022, ao final do governo Bolsonaro, o saldo total de mortes em decorrência do vírus no país foi de 693.853 mil (Teixeira, Santos; 2023)

O insucesso do governo brasileiro no enfrentamento e mitigação dos impactos da pandemia foi associado a diversos fatores. Entre eles é possível mencionar: ausência de articulação entre setores e esferas do governo para controle da epidemia; insuficiência de das medidas e fiscalizações do isolamento social; divergências no interior do Governo Federal e constantes trocas de Ministros da Saúde; insuficiência de medidas de apoio social e econômico para a população. E, como interseção entre esses fatores, nota-se a figura do presidente da república (Teixeira; Santos, 2023).

Todo e qualquer posicionamento de uma figura do alto escalão político em uma situação como a pandemia pode custar vidas, entende-se que as ações, falas e inações do presidente brasileiro tiveram protagonismo no contexto da crise sanitária provocada pela disseminação do coronavírus. Desde o início, a trajetória de posicionamentos de Bolsonaro quanto à pandemia foi marcada pela minimização da crise mundial, taxando a preocupação e esforços para o combate do vírus como uma histeria coletiva (Tavares; Oliveira Júnior; Magalhães, 2023).

Bolsonaro descumpriu as regras de distanciamento e isolamento social recomendadas pela OMS. Os direcionamentos seguidos por Estados de todo o mundo foram adotadas em variados graus pelos governos dos estados e cidades brasileiras. O presidente promoveu aglomerações e desestimulou o uso de máscaras, colocando em questão as medidas tomadas por autoridades estaduais e municipais. Repetidamente advogou pelos benefícios da hidroxicloroquina, um fármaco usado no combate à malária, e sem estudos de eficácia suficientes quando ao combate da COVID-19, além de se referir como “canalhas” àqueles que

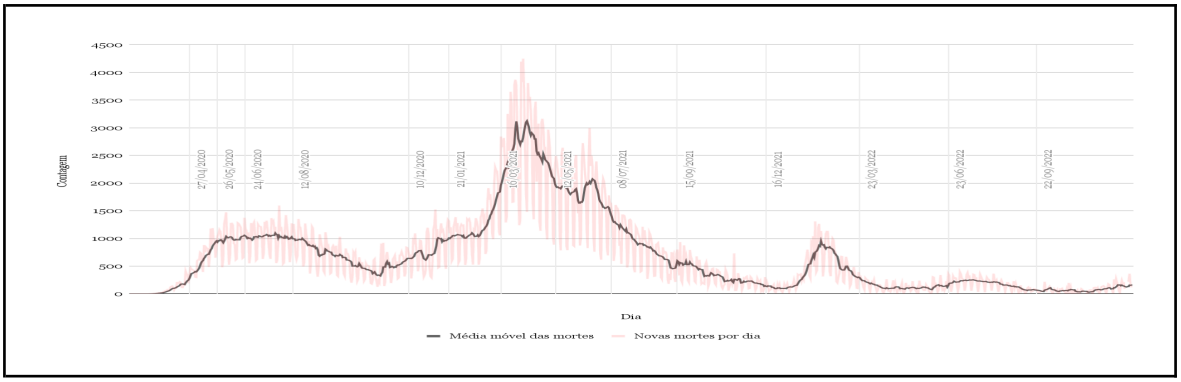
se recusaram a reconhecer a eficácia do tratamento precoce. Em outubro de 2020, quando o Brasil atingia a marca de 150.000 mortos na pandemia, o presidente ainda insistia na fala de uma situação “superdimensionada” (Instituto francês de Pesquisa para o Desenvolvimento, 2022).

O Brasil era tido como referência mundial em campanhas de vacinação. Teve o Plano Nacional de Vacinação apresentado pelo Governo Federal como alvo de polêmicas por diversas inconsistências técnicas e operacionais, sem esclarecer grupos prioritários ou o processo de produção e aquisição de vacinas. Nesse âmbito o presidente frequentemente criticou a aprovação da ANVISA para o uso emergencial das vacinas contra a COVID-19 (AstraZeneca/Oxford e Coronavac), levantou dúvidas sobre a segurança e eficácia delas, e afirmou diversas vezes que não pretendia se vacinar. Também foi protagonista de tensões internas à federação, em uma espécie de confronto aberto com governos estaduais que adotaram medidas de contenção. Teve como principal alvo o governador de São Paulo João Dória, que liderou as negociações para compra e pesquisas em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac e o Instituto Butantã. Como resultado, a vacinação brasileira se iniciou apenas em 17 de janeiro de 2021 em São Paulo, atrasada em relação ao resto do mundo. (Teixeira; Santos, 2023).

As normas e portarias que regem ações de vigilância e controle de epidemias e pandemias foram sistematicamente ignoradas. Analisando a atuação do presidente durante a pandemia, pode-se afirmar que ao adotar um discurso e prática contrário às recomendações sanitárias destacou-se a sua “personalidade autoritária”, colocando o Ministério da Saúde em um local de subordinação e obediência, interferindo e trocando de Ministros. Dessa forma, fica evidente a necessidade da busca por figura que se dobrasse ao negacionismo e retardasse medidas de enfrentamento como a compra de vacinas (Teixeira; Santos, 2023).

O resultado do desastre brasileiro frente à pandemia fica claro no gráfico abaixo produzido a partir do banco de dados do portal Coronavírus Brasil atualizado pelo Ministério da Saúde, onde se vê a evolução de mortes pelo coronavírus. A pior data ocorreu no dia 8 de abril de 2021, com 4.249 mortes por COVID-19. Já o número de mortes ao final de dezembro de 2022 foi de 693.853 mil.

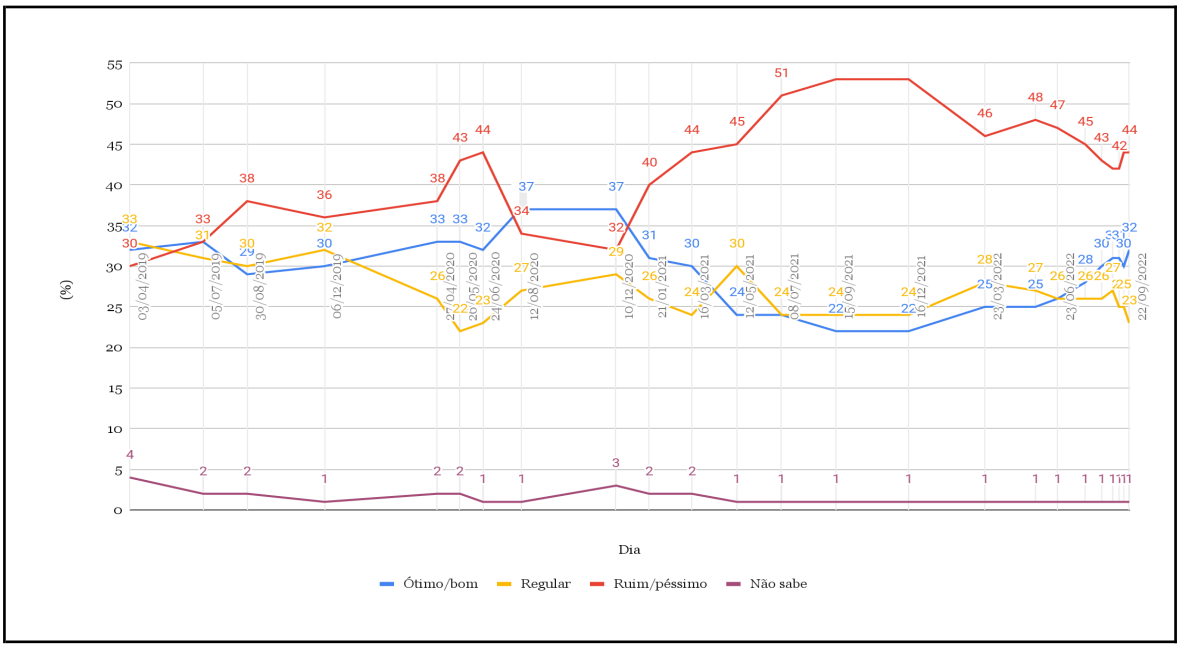
Gráfico 1: Óbitos por dia e Média Móvel



(Coronavírus Brasil, 2023; Elaboração Própria)

Nesse mesmo contexto introduz-se uma nova variável para análise: a avaliação do governo Bolsonaro. Com base na série de pesquisas feitas pelo Datafolha, o maior índice de aprovação foi de 37%, no período de agosto a dezembro de 2020. Já sua menor aprovação ocorreu entre setembro e dezembro de 2021, atingindo a casa dos 22% (Folha de S. Paulo, 2023).

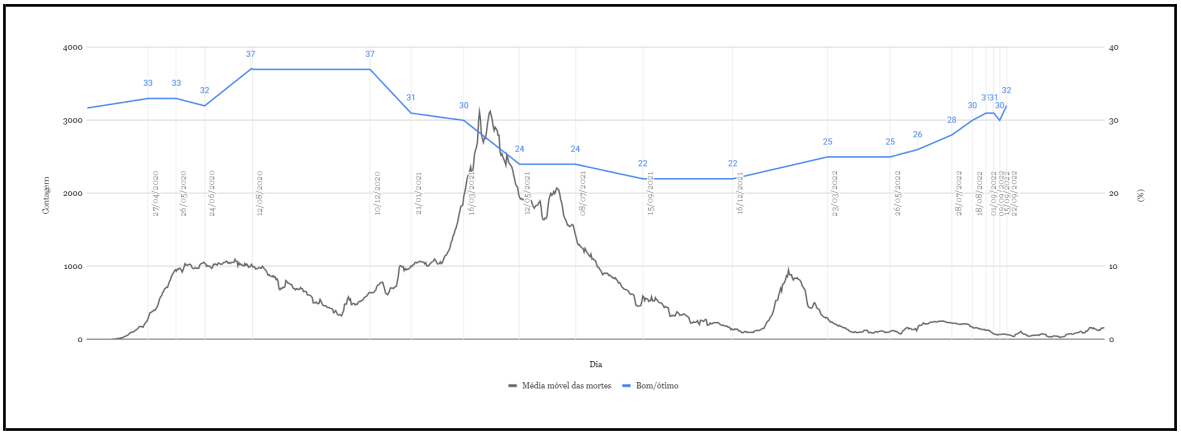
Gráfico 2: Avaliação do governo Bolsonaro



(Datafolha, 2023; Elaboração Própria)

Contrastando as informações apresentadas acima, obtemos o gráfico abaixo:

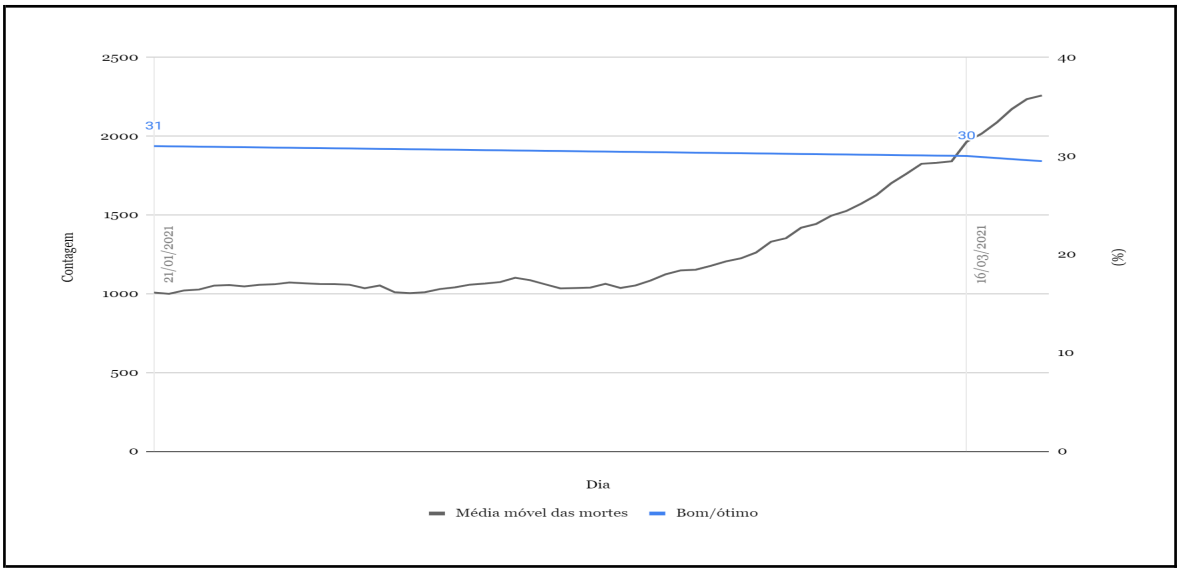
Gráfico 3: Média Móvel de Mortes e Aprovação do governo Bolsonaro na pandemia



(Datafolha, 2023; Coronavírus Brasil, 2023; Elaboração Própria)

E a partir deste podemos recortar especificamente o início de 2021, com uma crescente de mortes entre janeiro e março:

Gráfico 4: Média de Mortes e Aprovação entre 21/01/21 e 21/03/21



(Datafolha, 2023; Coronavírus Brasil, 2023; Elaboração Própria)

Analisando o recorte mais específico do gráfico acima, a aprovação de Bolsonaro em 21 de janeiro de 2021 era de 31%. Já na pesquisa seguinte, entre 15 e 16 de março de 2021, esta se encontrava na casa nos 30%, com uma diminuição de apenas 1%, em um momento em que a pandemia marcava crescente com recordes da média de mortes atingindo a marca de 1965 no dia 16. Infere-se então que mesmo diante de uma inegável crise sanitária e amplo descaso do Governo Federal representado pelas ações e falas do presidente, ainda existia uma

considerável aprovação ao lado de Bolsonaro. E é neste âmbito que se concentra a problemática desta pesquisa.

2 .Metodologia

Nesta pesquisa, será adotado o método de abordagem hipotético-dedutivo como estratégia central. Essa abordagem permitirá a investigação com foco na comprovação da hipótese proposta de que que Bolsonaro, ainda que centro de falas polêmicas e ações prejudiciais à população brasileira, cativou e fidelizou apoiadores estabelecendo uma relação de dominação carismática, no sentido da dominação proposta pelo pensador alemão Max Weber.

3. Problematização e hipótese

O debate a ser travado aqui se concentra justamente em como uma figura como Jair Messias Bolsonaro manteve uma base de apoiadores tão fiéis, cativando o que hoje chamamos de "bolsonaristas", em meio a uma situação de calamidade sanitária com provas inegáveis da situação. Em meio a um mar de negacionismo, fake news e cortinas de fumaça, uma parcela considerável se manteve "fiel", aprovando ações inegavelmente maléficas à população brasileira. Assim, a pergunta que norteia esta pesquisa é: Como as características da construção do eleitorado de Jair Bolsonaro mantiveram os índices de aprovação do governo durante a pandemia de COVID-19 no Brasil? A hipótese proposta é que Bolsonaro, ainda que centro de falas polêmicas e ações prejudiciais à população brasileira, cativou um número considerável de apoiadores estabelecendo uma relação de dominação carismática, no sentido da dominação proposta pelo pensador alemão Max Weber.

4. Bolsonaro na pandemia

Como pontuado anteriormente, Bolsonaro adotou durante a pandemia posturas contrárias às recomendações sanitárias da OMS e do próprio Ministério da Saúde brasileiro. Seu negacionismo frente a gravidade da pandemia ficou registrado em inúmeras postagens em redes sociais como o *Twitter* (atual *X*), em lives semanais no *Facebook,* e declarações

recorrentes feitas aos seus apoiadores em uma estrutura popularmente chamada de “cercadinho”[2], tendo elas tons irônicos e de desdém (Lima de Arruda, 2021).

Exemplos dessas declarações são a famosa frase “Eu não sou coveiro” de 20 de abril de 2020 em uma passagem pelo “cercadinho”. Quando abordado por um jornalista e questionado sobre o número de mortes acumuladas que já marcavam 2575 em menos de dois meses de pandemia, Bolsonaro o interrompeu declarando "Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo?" e logo em seguida acrescentando “Levaram o pavor para o público, histeria. E não é verdade. Estamos vendo que não é verdade. Lamentamos as mortes, e é a vida. Vai morrer" (Globo, 2020).

Abordando mais especificamente as postagens feitas no *Twitter* Conceição, Galdino e Nogueira (2022) pontuam que entre outubro de 2020 e março de 2021 Bolsonaro publicou um total de 196 *tweets* sobre a pandemia e/ou a COVID-19. Dentre esse total, sessenta e três mencionam a vacina/vacinação; onze recomendam o tratamento precoce com medicamentos sem eficácia comprovada; nove negligenciam a gravidade do vírus e incentivam a priorização da economia; sete tweets ironizam o trabalho da imprensa; seis promovem aglomerações sem o uso de máscara, totalizando 99 postagens. Entre os demais tweets foram classificados temas como recursos para combate ao coronavírus; menção a medicamento para combate do vírus; outros.

Em suas menções especificamente sobre a vacina e vacinação, única forma comprovadas para além do distanciamento para se combater o vírus, Bolsonaro desestimulava e até mesmo ironizava e rivaliza com governadores que sem a liderança do Governo Federal buscaram meios de garanti-la para a população brasileira, como o caso do ex-governador de São Paulo, João Doria. Exemplo disso é o tweet feito em 21 de outubro de 2020 onde o ex-presidente classifica a Coronavac como “a vacina chinesa de João Doria” e escreve que para seu Governo qualquer vacina a ser disponibilizada deverá ser comprovada e certificada pela ANVISA, finalizando com a afirmação de que a população brasileira não será feita de cobaia por ninguém. (Conceição; Galdino; e Nogueira, 2022).

Ademais, é válido fazer uso da postagem feita pela página Quebrando Tabu em seu instagram e facebook em 21 de janeiro de 2021, quando o país possuía 214.228 mortes acumuladas pelo vírus. A postagem em questão traz uma lista de falas polêmicas e sua marca temporal em relação ao número de mortos pelo coronavírus:

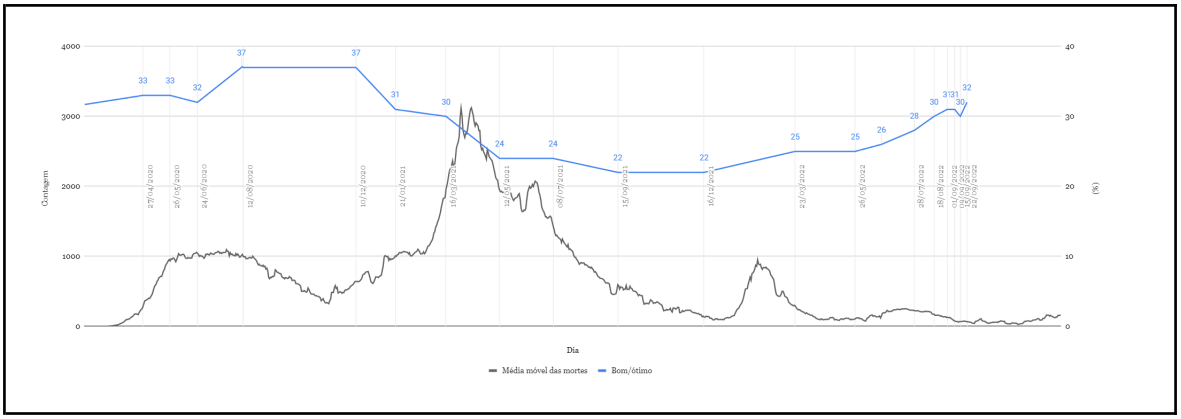
[2] Estrutura metálica montada no Palácio da Alvorada em Brasília, espaço utilizado pelo ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro para interações com apoiadores e jornalistas.

> “1.000 mortos - "gripezinha"
> 5.000 - "histeria"
> 10.000 - "não sou coveiro"
> 20.000 - "e daí?"
> 30.000 - "todo mundo morre um dia"
> 35.000 - "vamos parar de divulgar números"
> 40.000 - "invadam hospitais e filmem leitos vazios"
> 50.000 - "hidroxicloroquina salva"
> 100.000 - "vamos tocar a vida"
> 115.000 - "bundão tem mais chance de morrer"
> 122.000 - "Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina"
> 135.000 - "Conversinha mole de ficar em casa é para os fracos"
> 154.000 - "...a vacinação contra o novo coronavírus não será obrigatória"
> 156.000 - "Vacina chinesa não transmite segurança pela sua origem"
> 162.000 - "País de maricas"
> 170.000 - 7 milhões de testes "esquecidos"
> 172.000 - "Pergunta pro Vírus"
> 175.000 - "Por que a pressa pela vacina da Covid-19"
> 179.000 - "Finalzinho da Pandemia"
> 180.000 - Confisco da vacina
> 182.000 - "Vacinação obrigatória é antirrábica"
> 183.000 - "Para que essa ansiedade, angústia?"
> 191.000 - "Não dou bola para isso"
> 197.000 - "Mergulhei de máscara também, para não pegar Covid nos peixinhos"
> 198.000 - "o Brasil está quebrado! Não consigo fazer nada!"
> 200.000 - "Lamento as 200 mil mortes, mas a vida continua."
> 209.000 - "Não tem oxigênio, eu não posso fazer nada"
> 211.000 - "Apesar da vacina, …”
> (Quebrando o Tabu, Rede Social Instagram. Acesso em 27 de outubro de 2023)

5. Aprovação do Governo entre 2020 e 2022

O presente artigo tem como recorte temporal a pandemia da COVID-19, portanto ainda que o governo de Jair Messias Bolsonaro tenha iniciado antes do momento pandêmico em 1° de janeiro de 2019, será abordado somente as avaliações classificando o governo como positivo durante o período feitas a partir do início da pandemia em março de 2020. O gráfico abaixo, trazido anteriormente no presente artigo, compila e contrasta duas bases de dados essenciais para posterior análise, a Média Móvel de Mortes, ferramenta matemática para análise das tendências de queda ou aumento de mortes a partir dos números dos sete dias anteriores; e os resultados de avaliações positivas, leia-se aprovação, de pesquisas de opinião sobre a atuação geral do governo Bolsonaro.

Gráfico 3: Média Móvel de Mortes e Aprovação do governo Bolsonaro na pandemia



(Datafolha, 2023; Coronavírus Brasil, 2023; Elaboração Própria)

A linha azul apresenta os valores obtidos nas pesquisas de opinião, variando entre 37 e 22 pontos percentuais, respectivamente os valores de maior e menor aprovação. A partir dos dados apresentados acima percebe-se que a aprovação de Bolsonaro manteve-se relativamente estável, nunca ficando abaixo de 20%.

Ressaltando momentos mais específicos, no início de seu segundo ano de mandato, em 21 de janeiro de 2021, em momento de escalada da contaminação com média de mortes ultrapassando novamente a casa de 1 mil, sua aprovação marcava 31%. Avançando temporalmente para o pico da pandemia entre março e maio de 2021, a média móvel de mortes alcançou o número de 4.249 em 8 de abril de 2021. A pesquisa seguinte ao pico, datada em 12 de maio de 2021 apontou uma aprovação de 24%, demonstrando uma queda de 7%.

Entretanto, salta aos olhos a permanência dessa considerável porcentagem da população em apoio a gestão de Jair Bolsonaro. Mesmo em momentos de crise sanitária, com o país atingido números gritantes deixando claro o caos em que se encontrava a saúde brasileira, 24% dos brasileiros ainda se manteve em favor das gestão Bolsonaro, sinalizando sua aprovação para o governo do então presidente. A pergunta latente e que atravessa essa pesquisa é, como essa parcela da população se manteve fiel ao governo de uma figura política tão controversa, que em números e falas mostrava seu descaso para com o bem-estar e segurança sanitária da própria população. Assim, para trazer o embasamento teórico desta análise será abordado na próxima seção o conceito de dominação carismática de Weber.

6. A dominação carismática

Discutindo as contribuições de Weber sobre dominação, o autor pontua que este é um caso especial do poder e que nem toda ação social implica em uma dominação. Contudo, na maioria de suas formas, a dominação desempenha sim um papel importante, mesmo que em um primeiro momento não o pareça. Além disso, todas as áreas de ação social são profundamente influenciadas por complexos de dominação (Weber, 2004).

Dominação então pode ser entendida como:

> "...chamamos "dominação" a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer "poder"' ou "influência" sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação ("autoridade") assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação." (Weber, 2004, pág 139)

A partir disso, Weber elenca três tipos puros de dominação legítima, sendo sua diferenciação pautada justamente na vigência de suas legitimidades. A dominação legal, de caráter racional, é baseada na crença da legitimidade das ordens e o direito de mando daqueles nomeados para exercer a dominação. De caráter tradicional, a dominação tradicional é pautada na santidade das tradições vigentes desde sempre e é legítima a dominação daqueles que por essas tradições representam a autoridade. E por fim, de caráter carismático, a dominação carismática se baseia na veneração cotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa (Weber, 2004).

Em uma breve contextualização da dominação legal, esta se exerce em um meio onde um dirigente, em virtude de apropriação, de eleição, ou de sucessão, possui a posição de senhor. Aqui impera-se a racionalidade na validação da dominação, o dirigente, ou senhor, é reconhecido como tal de modo racional, seja de forma racional referente a fins ou referente a valores, ou ambos. (Weber, 2004)

Já a dominação tradicional, esta é legitimada pela crença na santidade de ordens ou poderes senhoriais tradicionais, ou seja, que existem desde sempre. O senhor, ou senhores, é determinado pelas regras tradicionais e suas ordens são obedecidas por sua dignidade pessoal atribuída pela tradição. Aqueles dominados nesse sentido, são considerados "companheiros tradicionais" ou "súditos" (Weber, 2004).

Por fim, a dominação carismática. Carisma aqui é entendido como uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude dela se atribui a pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, extra-cotidianos, ou então a pessoa é tida como enviada por Deus e por consequência, como "líder". Neste tipo de dominação, não importa uma avaliação

“objetivamente correta” a partir de um ponto de vista ético ou qualquer outro, o que importa é como os dominados, os “adeptos”, avaliam seu “líder”. O reconhecimento dos dominados é uma entrega crente e pessoal, nascida do entusiasmo, miséria ou esperança.

A passionalidade é central nessa estrutura. Diferente da dominação racional, a carismática é justamente pautada pelo irracional, não reconhecendo regras e sim determinações e limites inerentes às suas afeições. Contrária a dominação tradicional, a carismática também não está vinculada a um passado de tradição e por isso pode ser vista como revolucionária. A dominação dessa comunidade, dos adeptos, é uma relação comunitária de caráter emocional. Ademais, a dominação carismática pode ser subdividida em três personagens: o sacerdote, o mago e o profeta. O sacerdote exerce sua dominação pelo carisma de sua instituição, como a Igreja Católica. Já o mago e o profeta possuem uma diferença sutil, ambos tem seu carisma a partir do indivíduo, contudo o mago se preocupa com o âmbito prático, não lhe interessa uma doutrina e sim a resolução de problemas palpáveis. Por fim, o carisma do profeta tem como foco a encarnação de uma ideia, uma doutrina, e a realização dela (Weber, 2004).

Santos, Pinto e Nijdam (2021) em seu artigo propõe uma discussão acerca da dominação carismática de Weber em um diálogo com a vitória de Bolsonaro em 2018. Para os autores, o conjunto de fatores que deu a Bolsonaro o status de “mito” em forma de político em primeiro momento pode ser visto como uma dominação carismática, dada a partir da propagação de Fake News, presença em redes sociais e pelo atentado em que o presidente em campanha foi vítima de uma facada. Contudo sua rotinização, processo posterior abordado por Weber como uma consequência da dominação, falhou, revelando que Bolsonaro nunca foi mais do que um político de carreira, despreparado, pouco expressivo e refratário às regras da própria política brasileira.

Por outro lado, Sergio Schargel (2022) aponta Jair Bolsonaro como um exemplo da figura do profeta. Isso se deve a caraterística de um indivíduo inundado em mágica e, para seus seguidores, portador de uma mensagem. Ainda que “profeta do nada”, com uma vida e ideias marcadas pela mediocridade, soube aproveitar a oportunidade de uma massa desesperada por uma dominação e por uma estética da violência, criando para si uma espécie de seita. Schargel, para além de explorar a relação entre os seguidores de Bolsonaro e a dominação carismática, propõe uma reflexão adiante, traçando um paralelo entre Jair e a trajetória de líderes fascistas como Hitler e Mussolini. Ademais, ainda que proponha reflexões interessantes, Schargel busca entender o bolsonarismo a dominação carismática de Bolsonaro a partir de variáveis apenas no cenário de 2018 e sua ascensão ao poder.

7. Conclusão

A análise apresentada aborda a aprovação de Jair Bolsonaro ao longo de seu mandato presidencial, destacando a estabilidade de sua base de apoio, mesmo durante momentos críticos, como o auge da pandemia de COVID-19 no Brasil. A questão central discute as razões por trás da fidelidade de uma parcela significativa da população ao governo Bolsonaro, considerando sua atuação controversa e as consequências negativas para a saúde pública.

A partir dos elementos trazidos ao longo das seções infere-se que Bolsonaro construiu com seu eleitorado uma relação que pode ser entendida a partir do conceito de dominação carismática. O tipo de dominação em questão traz elementos importantes para o entendimento da relação entre o político e seus apoiadores, como por exemplo a passionalidade e o caráter irracional da relação, onde os apoiadores, ou "adeptos", entregam sua crença e depositam no carisma do político Jair Bolsonaro. Os dados analisados indicam que Bolsonaro construiu com seu eleitorado uma relação que pode ser compreendida a partir do conceito de dominação carismática. Esse tipo de dominação envolve elementos como a passionalidade e o caráter irracional da relação entre o líder e seus seguidores, os apoiadores de Bolsonaro depositam uma crença inabalável em seu carisma, ignorando evidências concretas de falhas em sua gestão. Essa irracionalidade se torna evidente ao observar que, mesmo diante de dados desfavoráveis, como o fracasso na condução da pandemia, Bolsonaro manteve uma base sólida de apoiadores que continuaram a aprovar suas ações, mesmo quando essas ações iam contra o próprio interesse de saúde e sobrevivência deles.

8. Referências Bibliográficas

AJZENMAN, N.; CAVALCANTI, T.; DA MATA, D."**More Than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior during a Pandemic**".SSRN[22/04/2020]. Disponível em: <https://papers.ssrn.com> Acesso em: 27 out. 2023.

COEP. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil**. Disponível em: <https://coepbrasil.org.br/covid-linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2023.

FOCO, C. EM. **Tudo o que você sempre quis saber sobre Bolsonaro, mas tinha medo de perguntar**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/tudo-o-que-voce-sempre-quis-saber-sobre-bolsonaro-mas-tinha-medo-de-perguntar/>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **44% reprovam governo Bolsonaro, e 32% aprovam**.

Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/2022/09/44-reprovam-governo-bolsonaro-e-32-aprovam.shtml>. Acesso em: 28 out. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Do Exército à inelegibilidade: veja trajetória pessoal e política de Jair Bolsonaro**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/veja-trajetoria-pessoal-e-politica-de-jair-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 24 out. 2023.

GLOBO, O. "Não sou coveiro, tá?": diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml. Acesso em: 12 out. 2023.

INSTITUTO FRANCÊS DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO. **Que efeito teve a gestão do Presidente Bolsonaro na mortalidade por Covid-19 no Brasil? | Site Web IRD**. Disponível em: <https://pt.ird.fr/que-efeito-teve-gestao-do-presidente-bolsonaro-na-mortalidade-por-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 24 out. 2023.

JAIRO MARCONI NICOLAU. **O Brasil dobrou à direita : uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio De Janeiro, RJ: Editora Zahar, 2020.

LIMA DE ARRUDA, R. **O NEGACIONISMO COMO ARTEFATO DA PÓS-VERDADE: BOLSONARO, A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 5, n. 15, p. 81–93, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4587656. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/259. Acesso em: 12 out. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus Brasil**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2023.

NOGUEIRA, Silvia; GALDINO, Amanda Caroline; CONCEIÇÃO, Lorrany Ribeiro**. Os tweets de Bolsonaro e a cobertura do The New York Times: enfoques distintos sobre a pandemia de COVID-19 e a vacina no Brasil**. Revista de Economia e Interdisciplinaridade – REI, Campina Grande, v. 3, n. 8, p. 71-94, jan./jun. 2022. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1379/1033. Acesso em: 25 out. 2023.

OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 25 out. 2023.

SARAVIA, K. y Zago, L.F. (2021). **Economia, saúde e políticas do verdadeiro nas declarações de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.** Ámbitos: revista internacional de comunicación, 52, 124-139. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/107669>

SANTOS, S. M. DA C. DOS; PINTO, F. R.; NIJDAM, E. P. G. L. **DOMINAÇÃO CARISMÁTICA EM MAX WEBER: BOLSONARO E NA ÓTICA WEBERIANA.** Revista Debates Insubmissos, v. 4, n. 13, 10 set. 2021.

SCHARGEL, S. **Uma reflexão weberiana sobre o Bolsonarismo.** Revista Discente Ofícios de Clio, v. 7, n. 13, p. 198–217, 10 mar. 2023.

SILVA, M. G. DA. **GOVERNO BOLSONARO: NOTAS PARA UM BALANÇO HISTÓRICO E POLÍTICO**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 11, n. 32, p. 12–16, 1 ago. 2022.

TAVARES, L. P.; JÚNIOR, F. L. DE O.; MAGALHÃES, M. **Análise dos discursos do Presidente Jair Bolsonaro em meio à pandemia: o coronavírus é só uma "gripezinha"?**. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, 27 maio 2020.

TEIXEIRA, C. F.; SANTOS, J. S. **Análise estratégica da atuação do governo federal brasileiro na pandemia de COVID-19: 2020-2021**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, p. 1277–1286, 12 maio 2023.

WEBER, M. **Economia e sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade De Brasília, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS[1]

LULA E A TERRA PROMETIDA: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA DO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

CABRAL, Julia Pirani
CASADO, Sarah Faustino

UBERLÂNDIA/MG
Março/2024

[1] Disciplina de Política Externa Brasileira II, professor Edson José Neves Junior

RESUMO

O conflito Israel-Palestino é o mais longo dentre os diversos conflitos entre Israel e o mundo árabe, desde a sua criação em 1948. Recentemente, houve mais um embate, com o ataque à Israel pelo grupo palestino fundamentalista islâmico Hamas, no dia 7 de outubro de 2023. A princípio, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, se demonstrou crítico ao ato do Hamas, classificando-o como terrorista, No entanto, depois que Israel revidou na Faixa de Gaza, colocando em perigo até mesmo a população palestina não vinculada ao grupo, Lula continuou criticando arduamente Israel pelos atos de agora e que perduram há décadas. Em meio aos acontecimentos e falas polêmicas do presidente, o assunto teve grande repercussão no Brasil e deixou visível a polarização interna em pró-Israel e pró-Palestina. Dessa forma, a presente pesquisa visa analisar os discursos de grupos políticos brasileiros relevantes para entender os argumentos de ambos os lados que levam a tomar partido da Palestina ou de Israel.

Palavras-chave: Israel; Palestina; Hamas; Brasil; Lula.

ABSTRACT

The Israeli-Palestinian conflict is the longest-running of the various conflicts between Israel and the Arab world since its creation in 1948. Recently, there was yet another clash, with the attack on Israel by the Islamic fundamentalist Palestinian group Hamas, on October 7, 2023. At first, the President of Brazil, Luiz Inácio Lula da SIlva, was critical of Hamas's act, classifying it as terrorist. However, after Israel retaliated in the Gaza Strip, endangering even the Palestinian population not linked to the group, Lula continued to harshly criticize Israel for its acts now and for decades. In the midst of the events and the president's controversial speeches, the issue had great repercussions in Brazil and made visible the internal polarization into pro-Israel and pro-Palestine. In this way, this research aims to analyze the speeches of relevant Brazilian political groups to understand the arguments on both sides that lead to taking sides with Palestine or Israel.

Keywords: Israel; Palestine; Hamas; Brazil; Lula.

INTRODUÇÃO

O conflito que ocorre na Palestina não é algo novo, na verdade, ele vem ocorrendo paralelamente à construção do Estado de Israel. Sua criação veio no período pós Grandes Guerras e pós evento de genocídio dos judeus pelos nazistas, pelas Nações Unidas em 1948,

apesar da existência dos povos palestinos naquele território, que é a "terra prometida" para o povo judeu. Vários combates com os árabes se seguiram após a sua formação, como a Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), a Guerra do Suez (1956), a Guerra dos Seis Dias (1967), a Guerra de Desgaste (1969-1970), a famosa Guerra do Yom Kippur (1973), a Guerra Civil Libanesa (1957-1985), Operação Litani (1978), Conflito no Sul do Líbano (1982-2000), Primeira e Segunda Intifada (1987 -1993, 2000-2005), guerra do Líbano (2006), Operação Chumbo Fundido (2008-2009), Operação Pilar Defensivo (2012) e a Operação Margem Protetora (2014). Dito isso, é notório a constância de conflitos na região que envolvem o Estado de Israel e o mundo árabe. No entanto, o conflito Israel-Palestino é o que ainda persiste, e passou por mais um embate recente no dia 7 de outubro de 2023, quando o grupo palestino fundamentalista islâmico Hamas atacou Israel, que, por sua vez, revidou brutalmente, contando com auxílio financeiro e militar dos Estados Unidos. Em nome do combate ao Hamas, muitos civis palestinos não vinculados ao grupo foram atingidos e continuam correndo perigo.

Frente a isso, o Governo Lula se pronunciou contra o ato do Hamas, que matou civis, incluindo mulheres e crianças, chamando o ataque de terrorista. Após a reação de Israel, Lula já se prontificou a repatriar os brasileiros que viviam na Faixa de Gaza. Para realizar essa operação, que se chamou "Operação Voltando em Paz", conversou com a autoridade da Palestina, Mahmoud Abbas, destacou que o Brasil reconhece o Estado da Palestina e pediu apoio na retirada dos brasileiros[2]. Depois desse feito, os ataques aos palestinos persistiram, aliás, é um conflito que não foi dado um fim. Em vista dos constantes ataques a civis palestinos, no dia 18 de fevereiro de 2024, Lula fez um comentário criticando as ações de Israel contra a Palestina, dizendo que: "O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu. Quando Hitler resolveu matar os judeus"[3]. Este comentário, comparando o genocídio dos palestinos com o período conhecido como Holocausto, foi visto de diferentes maneiras. Pelos apoiadores de Israel brasileiros e Israel, obviamente, foi visto como um absurdo e uma crise diplomática, tanto que o presidente foi considerado "*persona non grata*" de Israel, ou seja, não seria mais bem-vindo no país. Por outro lado, apoiadores brasileiros da Palestina e alguns países, como a

---

[2] GOV.BR. *Presidente Lula conversa com o presidente da Autoridade Palestina.* 2023. Disponível em: Presidente Lula conversa com o presidente da Autoridade Palestina — Planalto (www.gov.br). Acesso em: 2 de mar. 2024.

[3] CNN BRASIL. *Entenda o que Lula falou sobre Holocausto e Israel.* 2024. Disponível em: Entenda o que Lula falou sobre Holocausto e Israel | CNN Brasil. Acesso em: 2 de mar. 2024.

Colômbia e a Bolívia compartilharam do mesmo pensamento de Lula[4]. Ainda existem aquelas pessoas que acreditam que a fala foi problemática partindo do presidente, representante do Brasil. Por fim, a política externa do Governo Lula tem um caráter pacificador e busca inserir o país internacionalmente como um ator relevante na resolução de conflitos. Assim como também tentou na Guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Essa situação delicada é peculiar na história, já que não só é mais uma ação de um país do Sul global contra um país aliado ao *hegemon*, os Estados Unidos, tendo em vista que a África do Sul havia acionado, anteriormente, a Corte Internacional de Justiça acusando Israel de genocídio, como também é algo realizado por um Estado que possui um histórico diplomático muito forte em tentar resolver os conflitos, especialmente, pela multipolaridade, paz e respeito às nações em conflito. Essa tradição é fortalecida pelo Itamaraty e sua influência no Estado brasileiro de estabelecer relações de parceria, principalmente com o ocidente, faz repensar o posicionamento do presidente e gera a necessidade de analisar esse episódio com mais detalhes.

Os posicionamentos citados anteriormente dizem respeito à polarização que existe e ficou claramente visível após a fala do presidente Lula, principalmente por meio das redes sociais. Dentre eles, os mais relevantes são aqueles declaradamente pró-Palestina ou aqueles pró-Israel. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar o perfil legislativo brasileiro, o Congresso, partindo dessa perspectiva, para compreender as razões pelas quais os parlamentares assumem a causa palestina ou a causa israelense. Apesar de muitos buscarem um meio termo, por vezes, pode haver uma tendência maior para um dos lados. Para tal, propõe-se realizar um breve histórico da relação do Brasil com Israel e a Palestina, e analisar os pronunciamentos no Senado e na Câmara dos Deputados com o fim de identificar os argumentos que levam a tomar determinado partido, o que também permite tirar conclusões sobre a influência dos Estados Unidos nas orientações políticas dos membros do Congresso.

DESENVOLVIMENTO

1. Histórico das Relações do Brasil com Israel e os países árabes

Inicialmente, a política exterior brasileira não tinha um objetivo muito bem definido nem um posicionamento declarado com relação à Israel e ao mundo árabe. Segundo a periodização de Casarões, no período entre 1945 e o final da década de 60, o Brasil adotava a

[4] EFE. *Israel tacha de "incitador" el apoyo de Bolivia y Colombia a la crítica de Lula.* 2024. Disponível em: <Israel tacha de "incitador" el apoyo de Bolivia y Colombia a la crítica de Lula (efe.com)>. Acesso em: 2 de mar. 2024.

chamada “equidistância”, não tomando partido de nenhum dos lados em função de benefícios não muito bem definidos, inclusive na questão da Palestina. Apesar do envolvimento do país na Assembleia Geral da ONU, através do diplomata Oswaldo Aranha, que levou à criação do Estado de Israel em 1948, a política externa estava muito alinhada aos interesses dos Estados Unidos e optaram por um discurso de encontrar um acordo que fosse benéfico a ambas as partes, baseado nos princípios de solução pacífica das controvérsias e a não intervenção em assuntos domésticos. Assim, com relação à Israel, o Estado de Israel foi reconhecido pelo Brasil em 1949 e uma embaixada de Israel foi estabelecida no Rio de Janeiro em 1952, além de terem estabelecido um acordo básico de cooperação técnica em 1962. Já com os países árabes, o país tinha em mente suprir as necessidades energéticas a partir da diversificação das fontes de petróleo[5].

O segundo período da política externa brasileira, que se insere nos últimos governos de regime militar, de Geisel e Figueiredo (1974 - 1985), foi classificado como “pragmatismo responsável”. Foi mantida certa cautela nas questões do Oriente Médio e o interesse na garantia de acesso ao petróleo, principalmente com o choque do petróleo em 1973. Em vista disso, houve uma aproximação às causas árabes, incluindo a causa do povo palestino. Quanto a isso, “o chanceler Barboza, em seu discurso de boas-vindas ao ministro do exterior libanês, Fouad Naffah, em janeiro de 1974, fez uma declaração que exortava Israel a se retirar de todos os territórios ocupados para garantir uma paz justa e duradoura no Oriente Médio”[6]. Entre outras ações que refletem a inclinação brasileira aos interesses árabes, estão o voto a favor da Resolução 3210, que convidava a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) para representar a Palestina nas reuniões da Assembleia Geral sobre a questão palestina; a Resolução 3379 sobre declarar que o sionismo representava uma forma de racismo e discriminação racial; a condenação pelo Brasil na ONU do ataque aéreo israelense à usina Osirak I no Iraque e também da operação militar contra a OLP no Líbano; entre outras críticas ao governo israelense.

O período pós-regime militar (1985-2002), de Sarney a Cardoso, foi marcado pela posição multilateralista e redução das críticas a Israel vistas anteriormente, porém mantendo as principais posições diplomáticas com relação à questão palestina. Isso inclui o reconhecimento do Estado palestino e a desocupação por Israel dos territórios árabes, prezando pelo que foi definido na proposta de partilha das Nações Unidas. Além da

---

[5] CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?. *Redalyc*, São Paulo, Brasil, v. 33, p. 150-188, 2 dez. 2014.
[6] Ibidem, 157-160 p.

manutenção dessa posição, "a delegação brasileira na ONU votou favoravelmente à Resolução 43/177 ("Questão da Palestina"), que reconhecia o novo status soberano da Palestina e alterava a denominação anterior Organização para a Libertação da Palestina para Palestina (mais precisamente Autoridade Nacional Palestina)"[7]. No entanto, durante o governo Collor, que se aproximou mais dos Estados Unidos, e, na área da tecnologia, de Israel, foi considerado um erro o voto pela resolução que considera o sionismo uma forma de racismo. Consequentemente, a Resolução 3379 foi revogada pelo Brasil e outras 90 nações. Já quando Itamar Franco assumiu, o Brasil foi convidado para comparecer em reuniões em prol da paz no Oriente Médio e também foi instalada uma Delegação Especial Palestina em Brasília em 1993. Por fim, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promovida uma visita do chanceler Luiz Felipe Lampreia à Israel e à Palestina, e seu governo se pronunciou quanto à invasão por Israel do quartel-general da Autoridade Palestina, em Ramallah[8].

O último período tratado por Casarões é o do governo Lula (2003 - 2014), com a política externa orientada em torno da "autonomia pela diversificação" e a cooperação sul-sul. Em seu governo, houve maior aproximação dos países árabes, e em alguns momentos recebeu críticas por ações que pareceram afastamento de Israel, como a realização de viagens à região que não incluíram Israel na agenda brasileira. Os objetivos com os países árabes eram estabelecer laços econômicos e políticos, buscando mais destinos para as exportações brasileiras, e a necessidade de posicionamento quanto aos conflitos no Oriente Médio que se estendiam. Sendo assim, houve muita participação e protagonismo na região, e o presidente Lula realizou viagens a países como Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia[9].

A participação brasileira esteve tão presente no governo Lula, como por exemplo, na demonstração de repúdio à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, que o Brasil passou a ter um papel reconhecido nas discussões em prol da paz na região, principalmente entre Israel e a Palestina. Isso porque os presidentes do Estado de Israel, Shimon Peres, e da Autoridade Palestina, Abbas, realizaram uma visita ao Brasil, em dias próximos, expressando o interesse no envolvimento brasileiro pela paz na região. Inclusive, Abbas solicitou que o Brasil dialogasse com o Irã para que encerrasse o financiamento do Hamas, que ainda governa a Faixa de Gaza[10].

---

[7] Ibidem, 162 p.
[8] Ibidem, 163 - 165 p.
[9] Ibidem, 168 p.
[10] Ibidem, 171 p.

Assim, o governo Lula não demonstrou severas rupturas com o governo de Fernando Henrique Cardoso, apenas modificando a "autonomia pela participação" por "autonomia pela diversificação". Para além disso, o governo Lula focou na cooperação Sul-Sul, no protagonismo brasileiro no cenário internacional e na diversificação de parcerias, ou seja, houve uma significativa busca pelo protagonismo no tabuleiro internacional. Entretanto, esse protagonismo foi refletido com mais ênfase nas áreas de paz e de segurança internacional. Essa ambição brasileira foi reforçada com a imagem do próprio presidente, que conseguiu projetar-se como um líder sindical e possuía um caráter carismático, sempre enfatizando seu interesse pela política externa do Brasil, como demonstrado pelo esforço do governo de defender a candidatura do assento permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), através das diversas operações de paz que o Brasil participou. Ademais, além do Lula, os nomes que influenciaram muito a agenda da política externa brasileira do período foram o Celso Amorim, Marco Aurélio Garcia e Samuel Pìnheiro Guimarães.[11]

Amorim assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores de 90 até 2003. Esse ministro auxiliou na defesa brasileira na candidatura do Estado ao assento permanente do CSNU, além de insistir na importância do comprometimento com as instituições multilaterais. Com isso, é importante relembrar que o momento conturbado em que o governo Lula estava inserido foi marcado pelo ataque de 11 de setembro de 2001 e a Guerra do Iraque de 2003, a qual o Brasil condenou. Desse modo, alguns fatores que contribuíram para a projeção do Brasil no tabuleiro mundial foram a sua posição perante a Palestina e a defesa do programa nuclear iraniano. O Brasil não só votou a favor da Resolução de 3236, de 1974, que reafirmou o direito de autodeterminação do povo palestino com a concessão à Organização para a Liberatação da Palestina (OLP) ao estatuto de observador, como também, em 1979, autorizou a instalação de uma representação da OLP, que foi feita com o auxílio da Liga dos Estados Árabes. Ademais, a defesa brasileira, em conjunto com a Turquia, da defesa do programa iraniano fez com que o Brasil fosse visto como um ator possível para as mediações dos conflitos entre Israel e Palestina.[12]

A postura do governo do Brasil, nesse período, foi marcada pela reivindicação a uma reforma da Ordem Internacional e por novas formas de governança mundial, especialmente, por conta de tragédias como a Guerra do Iraque. Essa posição brasileira também foi refletida por sua atitude de incentivar a aproximação com o Oriente Médio e com a África. Um

---

[11] BREDA DOS SANTOS Norma . A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. *Redalyc*, São Paulo, Brasil, v. 33, p. 189-216, 2 dez. 2014.
[12] *Ibidem* a referência 11

exemplo disso foi a participação do Estado brasileiro na Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), criada em 2005, pela proposta do Brasil em 2003. Um outro ponto, é o significativo aumento das relações comerciais entre o Brasil e o mundo árabe, somado às viagens presidenciais ao Oriente Médio, que foram consideráveis no governo Lula. Os países visitados foram: a Argélia, a Arábia Saudita, o Egito, o Irã, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Palestina, a Síria e a Líbia. Além disso, não só houve a criação de embaixadas na região do Oriente Médio, como em Omã, Macate, Chipre, Nicósia e Catar, Doha, mas também o estabelecimento de consulados na Turquia, Istambul, Palestina, Ramalá, Líbano e Beirute. Dito isso, um outro acontecimento fundamental durante o governo Lula foi a sua participação da Cúpula da Liga Árabe, sendo o pioneiro dentro dos países sul-americanos.[13]

O ministro Amorim incentivou a criação de uma representação brasileira em Ramalá, que foi concretizada, em 2004, com a criação do Escritório de Representação do Brasil em Ramalá. O mesmo também contribuiu na mediação do conflito entre Israel e Palestina, onde esteve nos territórios palestinos ocupados. Após esse evento, foi criada em 2005 a I Cúpula Aspa. Um outro acontecimento que contribuiu com essa aproximação foi a operação de resgate na Guerra do Líbano, em 2006, que foi auxiliada pelo governo brasileiro. Após isso, o Brasil participou com uma maior ênfase na ajuda humanitária em prol dos palestinos. Um exemplo disso foi a participação brasileira na Conferência de Annapolis, em 2007, a qual defendeu a reconstrução da Palestina e a cooperação econômica e técnica brasileira para esse fim. Essa conferência foi interessante no estabelecimento da visão internacional do Brasil em ser um país em desenvolvimento defensor da paz e contribuir para o tabuleiro sem a bagagem imperialista dos países potências.[14]

Este histórico das relações do Brasil com os países árabes e com Israel é fundamental para a compreensão das bases históricas que, vez ou outra, foram apresentadas pelos grupos políticos brasileiros a favor ou da Palestina ou de Israel, no que diz respeito ao último embate. Os governos anteriores do Lula fornecem indícios de como seu governo atual iria abordar a temática Israel-Palestina, e permitem decifrar as bases históricas que direcionaram o posicionamento do presidente Lula, que firmemente defendeu pautas das causas palestinas. A ênfase nos seus três governos advém do fato de suas falas terem sido o fator para o aumento das proporções da polêmica em território nacional.

2. O Congresso Nacional e o conflito entre Israel e Palestina

[13] *Ibidem* a referência 11
[14] *Ibidem* a referência 11

O Congresso brasileiro não ficou de fora da polêmica provocada pelo ataque do grupo extremista Hamas à Israel. Houve uma grande movimentação por parte dos partidos de oposição, principalmente o PL (Partido Liberal), muitos críticos ao posicionamento do presidente Lula e do seu partido governista, o PT. Uma série de requerimentos foi feita, houve votação na Câmara de Deputados por moções de repúdio aos ataques provenientes do Hamas, inclusive um que também expressava repúdio a violência de Israel com relação ao povo palestino, advinda do PT. Ao final, foram 14 moções aprovadas por 312 votos.[15]

A relevância do ocorrido foi tanta que, automaticamente, a temática foi colocada para discussão no Congresso. Das moções requeridas pela Câmara, a deputada Fernanda Melchionna do PSOL solicitou a aprovação da solidariedade "às vítimas do conflito israelense-palestino, pela autodeterminação do povo palestino e em defesa da paz"; o partido Patriota fez requerimento da moção de louvor à Força Aérea Brasileira (FAB) pela operação de resgate de brasileiros em Israel e na Faixa de Gaza; e o partido Novo pediu uma moção de solidariedade "ao povo de Israel face aos ataques cometidos pelo grupo terrorista Hamas".[16] É válido mencionar que a Câmara é composta por 512 deputados, sendo que o PL (Partido Liberal) constitui a maior bancada.[17]

O Senado, no dia 18 de outubro de 2023, realizou a 20ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater a questão. É composto por 81 senadores, dos partidos União, PSD (Partido Social Democrático), PSB (Partido Socialista Brasileiro), MDB (Movimento Democrático Brasileiro), PODEMOS, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PT (Partido dos Trabalhadores), NOVO, REPUBLICANOS, PDT (Partido Democrático Trabalhista), PL e PP (Progressistas).[18] Os partidos de mais peso são o PSD, o PL e o MDB, nessa ordem. Essa reunião pública da Comissão de Relações Exteriores, que contou com a participação do chanceler Mauro Vieira, foi um debate entre os senadores e o próprio ministro das Relações Exteriores, a respeito do conflito entre Israel e a Palestina e sobre a retirada de brasileiros da região.

3. Perfil dos apoiadores de Israel

---

[15] CNN Brasil. *Posição pró-Israel é maioria em propostas sobre guerras no Congresso Nacional.* 2023. Disponível em: Posição pró-Israel é maioria em propostas sobre guerras no Congresso Nacional | CNN Brasil. Acesso em: 9 de mar. 2024.

[16] Ibidem

[17] G1. *Veja a nova composição da Câmara dos Deputados*. 2022. Disponível em: Veja a nova composição da Câmara dos Deputados em gráficos | Eleição em Números | G1 (globo.com). Acesso em 11 de mar. 2024.

[18] Senado Federal. *Senadores em Exercício.* Disponível em: Senadores em Exercício - Senado Federal. Acesso em 11 de mar. 2024.

A questão brasileira com relação ao conflito Israel-Palestina ganhou proporções gigantescas. O ocorrido não se limitou somente à política externa do governo atual e ao Ministério das Relações Exteriores, visto que houve uma tensão política interna, que envolveu líderes políticos atuais e passados e cidadãos das mais diversas camadas sociais, que se pronunciaram nas redes sociais, em manifestações nas ruas e nas oportunidades apresentadas em reuniões do Congresso. A princípio, é importante esclarecer que os termos pró-Israel e pró-Palestina, nesta pesquisa, tem como objetivo seccionar o corpo legislativo entre aqueles deputados e senadores que possuem uma tendência maior de apoio à Israel e aqueles que tendem mais para as causas palestinas. Em ambos os lados dessa polarização política interna, podem ser identificados falas e argumentos que convergem. O ponto chave dessa separação é a ênfase que é dada para um lado em detrimento de outro, ou seja, ser pró-Israel não significa, necessariamente, ser contra a Palestina. Apesar de que a maioria das propostas do Congresso, quando estourou o último embate, foram pró-Israel, com requerimentos que partiram em grande parte na Câmara pelo PL[19]. No entanto, nesta parte do trabalho, os pronunciamentos selecionados são aqueles que possuem pautas erguidas predominantemente a favor das causas israelenses em comparação com as causas palestinas, o que permite serem chamados de pró-Israel.

De início, antes de analisar três pronunciamentos da 188ª Sessão de Debates Temáticos, um do Deputado Marcel Van Hattem (Partido Novo), outro do Senador Sérgio Moro (Partido União) e do Senador Jaques Wagner (Partido PT), é relevante apresentar uma das falas do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, filiado do PL, que é representativa de uma parte significativa da população brasileira, principalmente a cristã. A partir dela, alguns elementos pró-Israel são identificáveis.

> Pelo respeito e admiração ao povo de Israel repudio o ataque terrorista feito pelo Hamas, grupo terrorista que parabenizou Luís Inácio Lula da Silva quando o TSE o anunciou vencedor das eleições de 2022. Fundado em 1948, por deliberação da ONU de 1947, em sessão presidida pelo diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, Israel é um país irmão com profundos laços culturais e religiosos com o nosso povo. Lamentamos as mortes de civis e militares israelenses, bem como condenamos os sequestro de mulheres e crianças pelos terroristas do Hamas para dentro da Faixa de Gaza. Para que a paz reine na região, lideranças palestinas precisam abandonar o terrorismo e reconhecer o direito de Israel existir. Somente assim um acordo entre as partes poderá existir. Shalom.[20]

---

[19] CNN BRASIL. *Posição pró-Israel é maioria em propostas sobre guerras no Congresso Nacional.* 2023. Disponível em: Posição pró-Israel é maioria em propostas sobre guerras no Congresso Nacional | CNN Brasil. Acesso em: 10 de mar. 2024.

[20] BOLSONARO, Jair Messias. *Pelo respeito e admiração ao povo de Israel repudio o ataque terrorista feito pelo Hamas.* 7 out. 2023. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: https://x.com/jairbolsonaro/status/1710665578283770089?s=20. Acesso em: 7 mar. 2024.

Os “laços culturais e religiosos” a que o ex-Presidente da República, de direita, se refere, dizem respeito ao cristianismo. O apoio a Israel acontece, segundo a vertente cristã, devido ao fundamentalismo religioso do Velho Testamento da Bíblia. A partir dos textos bíblicos, a região que, hoje, é Israel, é sustentada como a “terra prometida” de Deus para o povo escolhido, que no caso é o povo judeu, uma terra e um povo que deveria ser abençoado por todos os gentios, ou não judeus. Usado como argumento pelos seus apoiadores, o próprio Estado de Israel agiu de forma expansionista desde de sua criação baseado neste mesmo argumento. Além disso, outro ponto é o envolvimento do Brasil na criação do Estado de Israel, através do diplomata Oswaldo Aranha, que também marca a ligação entre ambos, apesar de países distantes. A partir dessas duas primeiras tocantes, principalmente a primeira, adentra-se nos demais pronunciamentos, que se demonstram mais a favor de Israel. São três falas, que foram ditas no dia 11 de dezembro de 2023, dois são de partidos de direita e outro de esquerda, para demonstrar a relevância dos valores religiosos e da história do povo judeu na argumentação dos parlamentares.

> [...] os meus laços de amizade com as causas israelense e judaica, meu compromisso com elas começou antes mesmo de eu chegar a Brasília. [...] eu buscava criar e fortalecer esses laços com Israel, que vão muito além daqueles laços que me fazem admirar o país e o povo judeu, ou seja, sua história, sua cultura, sua sociedade e, claro, os nossos laços de amizade. [...] Os laços aos quais faço referência são baseados em algo muito mais forte do que qualquer outra coisa que poderíamos compartilhar. Estes valores são os da defesa da democracia, dos direitos humanos, do Estado de direito e da liberdade.[...] Na verdade, se há algo, Embaixador Zonshine, que eu aprendi na minha ida a Israel graças à AJC, é que os palestinos são oprimidos e doutrinados por um bárbaro, violento e radical grupo terrorista. E isso apesar de todos os esforços israelenses para dar a esses oprimidos palestinos esperança por meio da busca de tratados de paz [...] Infelizmente, por exemplo, Lula está se esforçando para nos envergonhar com suas desastrosas e desprezíveis declarações, e eu estou falando do nosso Presidente da República. Vida longa a Israel[21].

Do partido Novo, Marcel Van Hattem destaca, mais uma vez, a admiração especial que muitos brasileiros sentem por Israel, que não se limita ao fator religioso, apesar de extremamente relevante. Do que foi apresentado, duas outras argumentações, de natureza política, chamam a atenção: o compartilhamento dos valores da democracia, direitos humanos, do Estado de direito e da liberdade entre o Estado de Israel e o Brasil, diferente do que é defendido sobre a liderança do Hamas na Faixa de Gaza; e defesa de que Israel busca tratados de paz entre Israel e a Palestina, mas o Hamas é o único responsável para que tais tratados não se concretizem. Para estes dois pontos, há uma perspectiva diferente por parte dos apoiadores da Palestina, que será abordada posteriormente.

---

[21] HATTEM, Marcel Van. *Pronunciamento de Marcel Van Hattem em 11/12/2023*. Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: Pronunciamento de MARCEL VAN HATTEM em 11/12/2023 - Pronunciamentos - Senado Federal. Acesso em: 8 mar. 2024.

Partindo para o discurso dado pelo Senador Sérgio Moro, do Partido União, é possível ver como os pronunciamentos conversam entre si. É defendido, novamente, que o Hamas é um grupo terrorista, uma liderança ilegítima e é o responsável pelas condições em que se encontra a população palestina. A argumentação do senador foram pautadas, principalmente, no direito de defesa de Israel e o direito de recuperar os israelenses reféns do Hamas, e a crença de que Israel está sofrendo uma nova onda de antissemitismo.

> Esses ataques do dia 7 de outubro foram ataques terroristas perpetrados por uma gangue de terroristas, que é o Hamas. Não existe nenhuma justificativa ou contexto possível que possa justificar ataques à população civil, ainda mais com o elevado grau de atrocidade e brutalidade de que todos nós tomamos conhecimento. Temos que ter também a clareza moral de que Israel tem o direito de se defender e de buscar recuperar esses reféns e que é também um objetivo legítimo de Israel destruir esse grupo terrorista. Temos também que ter presente que, enquanto não houver a rendição desse grupo, a recuperação dos reféns e a destruição do Hamas, as ações são justificáveis dentro ali da Faixa de Gaza. É claro que essas ações têm que seguir as regras do engajamento internacional e evitar, tanto quanto possível, qualquer dano à população civil. Nós não podemos transferir a responsabilidade desse grupo terrorista para a população palestina. Em verdade, também sofre ela o jugo da tirania e de um governo sem legitimidade feito por uma gangue de terroristas na Faixa de Gaza. [..] Agora, existe algo que o Brasil pode fazer, que cada um de nós pode fazer, que é não dar azo a esse discurso de ódio, a essa onda de antissemitismo que foi originada por esses ataques do Hamas no dia 7 de outubro[22].

Apesar das diferenças entre os dois lados polarizados, existe consenso de que nem todos os palestinos devem ser enquadrados como vinculados ao Hamas. O Senador Sérgio Moro aponta que o que Israel está fazendo para derrotar o grupo extremista e recuperar os reféns é legítimo e justificável, e devem seguir as regras do engajamento internacional. Infelizmente, na empreitada pelo combate ao Hamas, as regras do direito internacional sobre guerra não foram e não estão sendo seguidas. Com isso, palestinos inocentes estão pagando com suas vidas. Esse aspecto do conflito é mais expressado pelo lado pró-Palestina.

4. Perfil dos apoiadores da Palestina

Após o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, é essencial analisar os pronunciamentos que caminham no mesmo sentido que o Presidente da República brasileira. Dito isso, o Senador Humberto costa, do partido do PT, colocou-se na mesma linha do presidente, visto que condena os atos de terror dos dois lados, Israel e Hamas, e oferece seu apoio ao Estado palestino, que, segundo ele, está sendo dizimado pelo governo de extrema-direita de Israel. Além disso, também utilizou-se do termo "genocídio" a fim de descrever as ações de Israel. Assim, ele não só clama à sociedade internacional a agir em favor da população civil da

[22] MORO, Sérgio. *Pronunciamento de Sérgio Moro em 11/12/2023*. Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/502993. Acesso em: 8 mar. 2024.

Palestina, em Gaza, como também reforça a posição brasileira de esforçar-se para garantir a paz. [23]

Ademais, dentro do mesmo partido, ainda há o Senador Jaques Wagner, que reconhece, especialmente como judeu, os antecedentes de violações que seu povo sofreu ao longo da história. Com isso, o senador faz um esforço de reconhecer os dois lados, isto é, ele considera a transferência da culpa para o povo palestino, por completo, tão equivocado quanto nomear a crítica do governo de Israel como uma atitude antissemitista, ele invoca a clara distinção entre palestinos e Hamas, ou seja, os palestinos não são os Hamas, ou melhor ainda, nem todo palestino faz parte do Hamas. Dessa forma, o povo palestino tem tanto direito quanto os judeus de viverem em paz. Além disso, Wagner demonstra uma posição severa a ações de "terroristas", o qual afirma que são dignos de serem eliminados. Em relação ao Brasil, Wagner afirma que a posição do Estado brasileiro e da sua diplomacia é a busca pela paz.[24] Abaixo consta seu pronunciamento da 188ª Sessão de Debates Temáticos.

> Eu quero dizer, em primeiro lugar, como judeu, que entendo absolutamente o sentimento de cada um dos nossos da comunidade. Não foram poucas as perseguições ao nosso povo ao longo da história, desde escravos do Egito – era uma forma de perseguição – até o horror do Holocausto da Segunda Guerra Mundial[...] Eu, pessoalmente, considero que qualquer ato terrorista, qualquer grupo terrorista tem na sua essência a covardia, porque ceifam vidas de pessoas inocentes [...] A única coisa que eu faço questão de dizer, respeitando os que pensam diferente, é que, como foi dito aqui pelo Senador Sérgio Moro, qualquer ato terrorista ou grupo terrorista eu já disse que ele é covarde e digno realmente de ser eliminado [...] A única coisa que eu dizia, que eu quero reafirmar, é que nós não podemos confundir os palestinos com o Hamas, [...] os palestinos também querem paz, são pais e mães de família que também sofrem com a perda dos seus familiares e que têm o direito de viver em paz e conviver com o Estado de Israel, o que pelo menos é o meu sonho, afinal de contas todos somos filhos de Abraão, todos temos a mesma origem, todos somos monoteístas e, portanto, Jerusalém é um símbolo para toda a humanidade como berço das grandes religiões monoteístas do mundo [...] Assim como nós não podemos admitir o que alguns tentam – e infelizmente estão tendo o êxito –: direcionar eventuais críticas à política externa do Governo de Israel e transformar isso em antissemitismo, disseminado pelo mundo todo [...] porque também tem judeus vivendo em Israel que não concordam com a política atual do Governo de Israel [...][25].

---

[23] COSTA, Humberto. *Pronunciamento de Humberto Costa em 16/10/2023*. Brasília, 16 out. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/501154. Acesso em: 8 mar. 2024.COSTA, Humberto. *Pronunciamento de Humberto Costa em 13/11/2023*. Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/502320. Acesso em: 8 mar. 2024.

[24] WAGNER, Jaques. *Pronunciamento de Jaques Wagner em 11/12/2023*. Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/502994. Acesso em: 8 mar. 2024. CASSELA, Vinícius; RESENDE, Sara. *Jaques Wagner diz a Lula que presidente não deveria ter comparado guerra em Gaza com o holocausto*. Brasília, 20 fev. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/20/jaques-wagner-diz-a-lula-que-presidente-nao-deveria-ter-comparado-guerra-em-gaza-com-o-holocausto.ghtml. Acesso em: 8 mar. 2024.

[25] WAGNER, Jaques. *Pronunciamento de Jaques Wagner em 11/12/2023*. Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/502994. Acesso em: 8 mar. 2024.

Um outro senador, dentro desse cenário, é o Esperidião Amin do partido PP. Este senador, durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE) no dia 18 de outubro de 2023, em que os senadores discursaram e ouviram o chanceler Mauro Vieira sobre o conflito, afirmou que a Faixa de Gaza é um território, a qual ele questionou se pode ser chamada realmente de território, com somente 365 Km. Isso consiste em quase ¾ da ilha de Santa Catarina, e é um local onde a autoridade da Palestina não conseguiu se consolidar e mesmo Israel e, particularmente, Benjamin Netanyahu, que está há anos no poder, saiu de lá e ocupou muito tempo. Com isso, o senador diz que não podemos assumir uma responsabilidade que nem Israel quis assumir e talvez não lhe tenha interessado assumir, isto é, fortalecer a autoridade palestina. Isso porque, o que aconteceu agora, segundo Amin, é fruto de um desvio estratégico de Israel para mandar suas forças cuidarem mais da Cisjordânia do que da Faixa de Gaza. Assim, o senador acredita que não podemos exigir mais do que o Brasil já fez, isto é, nós temos que lutar para que haja dois Estados. Entretanto, isso não está acontecendo e a dificuldade para que isso ocorra está aumentando, inclusive, com os assentamentos da Cisjordânia, que aumentaram nos últimos 20 anos, de acordo com Amin. Além disso, ele afirma que a coalizão de forças que sustentou o atual governo de Israel, até pouco tempo, dependia de 15 a 16 deputados que queriam a eliminação da Palestina. Assim, ele sugeriu que o esforço nacional do governo brasileiro de denominar de terrorista o ataque conseguiu 12 votos a favor e 2 abstenções no Conselho de Segurança da ONU, uma das abstenções sendo da Rússia, e um veto, a posição mais frágil, segundo Amin, feita pelos Estados Unidos. Isso demonstra que não teremos um acordo, de acordo com o senador, se houver uma continuação dessas barbáries.

CONCLUSÃO

Após analisar os principais pronunciamentos dos parlamentares provenientes das discussões em reuniões oficiais do Congresso, ficam evidentes as argumentações mais recorrentes em apoio à Israel ou à Palestina. Neste conflito, da perspectiva brasileira, o Estado de Israel é defendido pelas seguintes razões: 1. O direito de defesa após o ataque do Hamas; 2. Defesa do direito de combate do Hamas e seu terrorismo antissemita; 3. O fundamento religioso do cristianismo sobre desejar a prosperidade do Estado de Israel e o povo judeu; 4. Direito de fundamento religioso sobre o território, tido como “terra prometida” ao povo judeu; 5. A relação histórica diplomática do Brasil com Israel, como a criação do Estado; 6. Concepção de que toda crítica às ações do governo de Israel consiste em antissemitismo; 7. A falta de legitimidade da liderança na Faixa de Gaza em comparação com Israel democrático,

defensor dos direitos humanos e do Estado de Direito. Por outro lado, os principais pontos dos que apoiam a Palestina são: I. A condenação dos atos de terror dos dois lados, Israel e Hamas; II. Violência sofrida pelos palestinos desde da criação do Estado de Israel; III. Reconhecimento do Estado palestino; IV. A distinção entre palestinos e o Hamas; V. Defesa de que israelenses e palestinos têm o direito de viverem em paz. Para além dos pontos em que são divergentes, os senadores e os deputados de ambos os lados fizeram pontuações que convergem. A primeira, diz respeito à concepção de que o ato do grupo Hamas foi terrorista e mereceu repúdio por parte do Brasil, após atrocidades cometidas com civis, como mulheres e crianças. Já a segunda, é o entendimento de que há diferença entre os membros do Hamas e os civis palestinos, o que implica em inocentar aqueles que não estão vinculados ao grupo.

Além das argumentações apresentadas, é possível uma análise geral quanto ao perfil do legislativo brasileiro. Como foi destacado, a bancada do PL, partido de direita, tem uma grande predominância de parlamentares, após a última eleição. Em vista disso, a posição pró-Israel é predominante nas discussões do Congresso sobre o conflito. No entanto, apesar dos posicionamentos serem mais a favor de Israel, o presidente Lula adotou falas que, em partes iam de encontro com as percepções dos parlamentares de direita, mas também fugiu das expectativas quando adotou um posicionamento muito crítico as ações de Israel. Por fim, também conclui-se que existe uma tendência dos partidos de esquerda de tomarem partido da Palestina e suas lutas, enquanto que para os partidos de direita, a tendência é a defesa de Israel. Isso em função dos princípios gerais da direita e da esquerda e da própria análise feita na pesquisa, onde foram trazidos parlamentares de partidos de direita, como o PL e o Partido Novo, e de esquerda, como o líder do governo o PT e o PSOL. Salvo exceções e algumas diferenciações entre parlamentares de um mesmo partido.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Ernesto. *A Nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores 2019*. 1. ed. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2020. 580 p. ISBN 978-65-8708-332-2.

BOLSONARO, Jair Messias. *Pelo respeito e admiração ao povo de Israel repudio o ataque terrorista feito pelo Hamas.* 7 out. 2023. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: https://x.com/jairbolsonaro/status/1710665578283770089?s=20. Acesso em: 7 mar. 2024.

BREDA DOS SANTOS Norma . A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. *Redalyc*, São Paulo, Brasil, v. 33, p. 189-216, 2 dez. 2014.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?. *Redalyc*, São Paulo, Brasil, v. 33, p. 150-188, 2 dez. 2014.

CASSELA, Vinícius; RESENDE, Sara. *Jaques Wagner diz a Lula que presidente não deveria ter comparado guerra em Gaza com o holocausto*. Brasília, 20 fev. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/20/jaques-wagner-diz-a-lula-que-presidente-nao-deveria-ter-comparado-guerra-em-gaza-com-o-holocausto.ghtml. Acesso em: 8 mar. 2024.

CNN BRASIL. *Entenda o que Lula falou sobre Holocausto e Israel.* 2024. Disponível em: Entenda o que Lula falou sobre Holocausto e Israel | CNN Brasil. Acesso em: 2 de mar. 2024.

CNN BRASIL. *Posição pró-Israel é maioria em propostas sobre guerras no Congresso Nacional.* 2023. Disponível em: Posição pró-Israel é maioria em propostas sobre guerras no Congresso Nacional | CNN Brasil. Acesso em: 10 de mar. 2024.

COSTA, Humberto. *Pronunciamento de Humberto Costa em 13/11/2023*. Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/502320. Acesso em: 8 mar. 2024.

COSTA, Humberto. *Pronunciamento de Humberto Costa em 16/10/2023*. Brasília, 16 out. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/501154. Acesso em: 8 mar. 2024.

DE ABREU, Alzira Alves; LAMARÃO, Sérgio (org.). *Personalidades da política externa brasileira*. 1. ed. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 166 p.

EFE. *Israel tacha de "incitador" el apoyo de Bolivia y Colombia a la crítica de Lula.* 2024. Disponível em: Israel tacha de "incitador" el apoyo de Bolivia y Colombia a la crítica de Lula (efe.com). Acesso em: 2 de mar. 2024.

GOV.BR. *Presidente Lula conversa com o presidente da Autoridade Palestina.* 2023. Disponível em: Presidente Lula conversa com o presidente da Autoridade Palestina — Planalto (www.gov.br). Acesso em: 2 de mar. 2024.

G1. *Veja a nova composição da Câmara dos Deputados*. 2022. Disponível em: Veja a nova composição da Câmara dos Deputados em gráficos | Eleição em Números | G1 (globo.com). Acesso em 11 de mar. 2024.

HATTEM, Marcel Van. *Pronunciamento de Marcel Van Hattem em 11/12/2023.* Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: Pronunciamento de MARCEL VAN HATTEM em 11/12/2023 - Pronunciamentos - Senado Federal. Acesso em: 8 mar. 2024.

MORO, Sérgio. *Pronunciamento de Sérgio Moro em 11/12/2023.* Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/502993. Acesso em: 8 mar. 2024.

Senado Federal. *Senadores em Exercício.* Disponível em: Senadores em Exercício - Senado Federal. Acesso em 11 de mar. 2024.

WAGNER, Jaques. *Pronunciamento de Jaques Wagner em 11/12/2023*. Brasília, 11 dez. 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/502994. Acesso em: 8 mar. 2024.

A Crise Ontológica Eurasiana e sua Instrumentalização nos Períodos Yeltsin-Putin (1991-2018)

Gabriel Medeiros Samoré Francisco[1]

Resumo: O presente artigo tem como objeto de análise, a questão denominada crise ontológica eurasiana, tal crise pode ser interpretada senão como a variante russa da clássica problemática conhecida por "questão nacional". Pretende-se, de modo breve, remontar as origens do debate russófilo e seus respectivos campos discursivos, destacados aqui nominalmente como ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas. Após a devida concatenação de ideias, buscara-se avaliar o período contemporâneo da política russa pós URSS, tendo por base a análise da política externa como fim comparativo entre os governos Yeltsin e Putin, a fim de destacar como tais atores estruturam suas governanças em relação as três correntes previamente explanadas. Deste modo, o artigo intenciona contribuir para a elucidação das ações russas no cenário internacional em decorrência de suas particularidades domésticas.

Palavras-Chave: Eurásia. Rússia. Crise Ontológica. Boris Yeltsin. Vladimir Putin.

Introdução

A história da Rússia nos apresenta uma nação de rupturas radicais. É constatável a imensa violência de suas transições, seja da dominação asiática do império mongol ao medievo Rus de Kiev, até a consolidação do império Romanov que perduraria por trezentos anos. Findando-se pela revolução bolchevique e a instauração da União das Repúblicas Soviéticas (URSS) por aproximadamente sessenta anos. Forçosamente colapsado em 1991, o modelo do socialismo soviético encerra-se em uma brutal transição para o sistema capitalista da atual Federação Russa.

Apesar de seu *continuum* histórico, o sentimento que se tem ao observar a história da Rússia é o de profunda descontinuidade. Postos de maneira comparativa, tais períodos apresentam configurações estruturais (sejam estas econômicas, políticas, culturais e ideológicas) tão distintas entre si, ao ponto de interpretar-se que tal nação estaria sempre recomeçando do zero, um local onde nada perdura e tudo está sempre de passagem.

[1] Formado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
E-mail: medeirosfilosofia19@gmail.com

Tal fator histórico é uma das principais bases para começar a compreender-se o chamado problema da "crise ontológica eurasiana"[2], apesar das repúblicas soviéticas e a atual Federação Russa serem conjunturas apenas do último século, a questão da crise ontológica remonta suas bases desde o século XIX, período no qual os primeiros debatedores da questão já reconheciam no país, tanto seus traços asiáticos adquiridos pelo domínio mongol, quanto suas tendências assimilacionistas europeias pelo Rus de Kiev, e posteriormente, alguns dos czares Romanov. Em outras palavras, o termo crise ontológica remete a questão existencial da nação. Neste caso, a crise tratada pode ser identificada como um déficit de reconhecimento nacional, em outras palavras, a Rússia, diferente de um país como os Estados Unidos da América (que pode ser caracterizado com uma identidade nacional forte, apregoada pela mitologia do povo eleito em uma terra prometida) carece de tal coesão discursiva. A delimitação do que é a identidade nacional do povo russo passa por nuances muito mais complexas. Sendo questão de debate público no interior da própria nação, a compreensão de tal tema mostra-se profundamente elusiva a respeito da atuação do país no cenário internacional.

Primeiramente, é necessário destacar que a Rússia é atualmente o maior país do globo em dominância territorial, estendendo-se da Ásia até a Europa, somando ao todo 17.098.246 km² (ONU, 2020). Vale ressaltar também, que parte dos seus problemas atuais devem-se a territórios outrora tomados e perdidos, em seu passado imperial por exemplo, o país possuía fronteira com os EUA, dominando o Alasca, porção de terra posteriormente comprada pelos EUA em 1867; Outro exemplo memorável foi durante o período da URSS, no qual o país expandiu-se por todo o leste europeu e parte da Ásia central[3] (quanto ao leste europeu, a URSS não anexou, porém manteve sua área de influência sobre as repúblicas populares da Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária e da antiga Iugoslávia), chegando a fazer fronteira com as duas pontas da China e parte da Alemanha, dividida pelo muro de Berlin, atingindo assim o marco de vinte e dois milhões de quilômetros quadrados.

Compreendida a imensidão territorial da Rússia, é possível identificar sua geografia política como um dos seus principais privilégios, fator responsável por grande quantidade de riquezas naturais, a existência abundante de recursos como gás natural e petróleo são fundamentais para a economia russa, seja em sua subsistência ou exportação. Já em termos geopolíticos[4], tanto o privilégio territorial da nação (contando com acesso a mares de águas frias assim como a mares de águas quentes através do Mar de Azov, do Mediterrâneo e o Mar Cáspio) quanto sua riqueza em recursos naturais, consequentemente acarretam em uma grande vulnerabilidade do país, tais fatores

---

[2] ASTROV, Alexander; Morozova, Natalia. **"Rússia: A geopolítica vinda do Heartland"** Em: Guzzini, Stefano. O retorno da geopolítica na Europa? Mecanismos sociais e crises de identidade de política externa. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

[3] Considerando a Rússia, a proporção territorial da URSS expandia-se por quinze repúblicas sendo as outras quatorze: Ucrânia, Bielorrúsia, Moldávia, Estônia, Letônia, Lituânia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tajiquistão.

[4] Uso-me aqui da distinção entre "Geografia Política" e "Geopolítica" utilizada por Wanderley Messias da Costa em "Geografia Política e Geopolítica" (1992). Distinção na qual o primeiro termo refere-se a questões nacionais, como questões étnicas e de matriz energética para subsistência, enquanto o segundo termo é destinado tendencialmente a relação de atrito entre o país em questão e os demais países (fronteiriços ou não) no sistema internacional. Ciente de que, a grosso modo, tal distinção tende a ser redutiva e problemática, afinal muitas destas questões ocorrem de modos sobrepostos e consequenciais, opto por utilizá-la apenas com fins didáticos à uma imagética "dentro-fora", fator relevante para o posterior desenvolvimento textual.

tendem a deixá-lo propenso a invasões, guerras, sabotagens e enfraquecimentos políticos, econômicos, dentre outros.

O termo Eurásia é recorrentemente usado para definir a massa de terra que engloba o território Europeu assim como parte do asiático. Todavia, se abordarmos tal massa de terra pelos seus extremos, é notável a distinção entre qual lado é o designado europeu e qual é o lado asiático; obviamente com maiores e menores intensidades, assim como cada país enfrenta suas próprias particularidades com a questão nacional, os países situados nas "bordas" desta massa territorial, como a França no chamado oriente e a China no chamado ocidente, tendem a ser bem mais homogêneos a respeito de suas nacionalidades do que os países situados no intermédio de tal bloco geográfico, como por exemplo a Turquia, ou nosso foco em questão, a Rússia. Assim, após a compreensão de parte da situação geopolítica russa, alguns de seus privilégios e vulnerabilidades, a questão da crise ontológica eurasiana torna-se mais palpável.

De tal modo, a produção da crise ontológica eurasiana dá-se então, primeiramente, pelo fato da Rússia ser um país continental, fazendo fronteira terrestre tanto com a Europa quanto com a Ásia; e "segundamente", pelo fato do desígnio nacional no país ser feito à *jus sanguinis* ("direito do sangue"), fator jurídico este que privilegia o sangue dos pais ao invés do local em que se nasce (*jus soli*), deste modo, um bebê filho de russos nascido no Brasil por exemplo, é considerado brasileiro via *jus solis*, todavia, aos olhos do governo russo, o mesmo é russo via *jus sanguinis*. Tal especificidade que faz com que o Brasil seja um país com diversas etnias, torna a Rússia por sua vez, um Estado com diversas nações[5]; os chamados Estados multinacionais, por exemplo, são locais dentro da federação russa que convivem e incentivam, através de inúmeras políticas públicas, a proliferação de tais culturas e o direito de resguardo aos seus modos de vida, através de festividades, escolas e instituições em suas línguas distintas. O que é positivo para a riqueza cultural do país é, ao mesmo tempo, mais um agravante para a crise ontológica.

A crise, ou em outras palavras, a ausência de consenso sobre o que categorizaria a essência do povo russo, tem suas origens (enquanto teorização e sistematização) no século XIX.

> "A primeira metade do século traz dúvidas atrozes sobre a própria existência de algo chamado 'Rússia' e de uma cultura que lhe correspondesse; angústias tingidas de desespero histórico-metafísico e associadas à viabilidade de um sistema literário próprio."[6]

É neste período em que surge a "Primeira Carta Filosófica" de Piotr Tchaadáiev, datada de 1829, escrita em francês, apenas teve sua primeira publicação em russo em 1836, traduzida na revista *Teleskop* [O Telescópio]. Na Rússia da época, as cartas, amplamente publicizadas (quando não eram recolhidas pela censura), eram uma das principais maneiras de instigar o debate público e fomentar discussões entre seus polemistas; o conteúdo da primeira carta filosófica exaltava os costumes e ideais

---

[5] "**Nacionalidade na Rússia e na Ucrânia**" acessado em: https://www.kinoruss.com.br/post/nacionalidade-na-r%C3%BAssia-e-na-ucr%C3%A2nia

[6] GOMIDE, Bruno Barretto**. Antologia do Pensamento Crítico Russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2017.

ocidentais, ao passo que, mostrava-se profundamente crítico aos costumes eslavos, ao sistema político vigente, e a tudo que o nacionalismo eslavo representava, vangloriando Pedro o Grande[7] por suas modernizações e reformas no sistema político e cultural russo.

> "As reformas de Pedro foram tão radicalmente ocidentalizantes que após sua morte em 1725 o país ficou dividido entre os que apoiavam a direção dessas reformas e aqueles que o acusavam de ter desvirtuado a mãe Rússia de seu caminho original. A partir do século XVIII (e especialmente após as revoluções Francesa e Industrial cristalizarem toda uma condição específica da Europa Ocidental como *lócus* da modernidade industrial), a questão de que papel tinha a Rússia na relação entre Oriente e Ocidente, Europa e Ásia, passou a ter contornos claros e definidos. [...]"[8]

Tchaadáiev em sua carta, constata uma Rússia profundamente atrasada, perdida no tempo, retoma as posições de Pedro como prognósticos positivos que se perderam após a morte do mesmo, sua escrita profundamente romântica e niilista aponta a Rússia como um local deplorável, ao ponto de no fim de sua carta, referir-se a Moscou como "Necrópolis" a cidade dos mortos. Deste modo, Tchaadáiev é responsável pela posterior convergência de vários pensadores, no que tornar-se-ia a corrente ocidentalista, a Primeira Carta Filosófica é o estopim para a institucionalização do debate, considerada por Alexandr Herzen, outro nome importante na corrente ocidentalista, "[A Primeira Carta] foi o tiro no escuro que despertou a todos"[9].

Apesar de profundamente crítico ao seu período do regime czarista, Tchaadáiev não pode ser considerado explicitamente um liberal, pois não almejava pelo fim da monarquia, mas sim por uma monarquia constitucional na Rússia, buscava por "monarcas esclarecidos" como Pedro o Grande. É importante destacar este detalhe para que a questão não seja grossamente interpretada por estereótipos, como se os ocidentalistas fossem liberais progressistas e os eslavófilos, seu mero oposto, como conservadores reacionários. Tchaadáiev por exemplo está mais próximo de um conservadorismo romântico do que do liberalismo, segundo Segrillo (2016), Herzen pode ser considerado como um "ocidentalista escorregadio", por ter relações ambíguas com próprio ocidente e algumas de suas ideias. Deste modo uma simplificação estereotipada apaga diversas nuances de seus pensadores, considerando-se que nas três correntes diversas questões se sobrepõe, e por diversos momentos, autores eslavófilos por exemplo, tendencialmente conservadores, adotaram posições progressistas em certos aspectos como por exemplo a abolição da censura no país e a emancipação dos servos. Tais nuances mostram-se mais proveitosas se analisadas como "sub-correntes" dentro dos movimentos, como por exemplo correntes liberais dentro do eslavofilismo, ou correntes conservadoras no movimento ocidentalista, e assim por diante.

---

[7] Pedro o Grande (1672-1725) é considerado um dos mais importantes membros da família Romanov, sendo explicitamente símbolo de patriotismo, como também de ocidentalismo no país. Responsável por diversas reformas jurídicas e culturais com a intenção de aproximar o país da Europa, assim como pela destituição de Moscou como capital, para São Petersburgo, cidade fundada por este e que permaneceu como capital de 1712 até 1917, ainda é marcada como o verdadeiro "centro cultural" da Rússia.

[8] SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Europa ou Ásia? A Questão da Identidade Russa nos Debates Entre Ocidentalistas, Eslavófilos e Eurasianistas**: (elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual). São Paulo: Tese Apresentada para obtenção do título de Livre Docência na USP, 2016.

[9] Idem.

A corrente eslavófila nasce como uma reação a primeira carta filosófica de Tchaadáiev, movimento reativo este que também contribui para a própria consolidação do campo ocidentalista, a partir do momento em que ambos os lados deixam de ser posições individuais de autores, para tornarem-se campos minimamente homogêneos, consolidados em bases teóricas comuns.

Como já demonstrado, o cenário cultural russo foi marcado pelas reformas ocidentalizantes de Pedro o Grande, que acreditava que a Rússia deveria adequar-se para acompanhar o chamado iluminismo europeu. Os eslavófilos, em oposição a estas mudanças acreditavam que a Rússia não era nem europeia nem asiática, mas uma nação única entre as duas, com sua própria cultura e modelos sociais; eram de fato profundamente conservadores e exacerbavam o nacionalismo russo através da sua espiritualidade e simplicidade, em oposição direta ao que consideravam o "racionalismo e o materialismo" do ocidente. Tendo como suas referenciais o catolicismo ortodoxo em oposição ao catolicismo ocidental, e a idealização da *mir*, instituição agrária russa da época compreendida como uma espécie de comuna rural, seu papel discursivo para os eslavófilos eram o patriotismo e sua oposição ao "individualismo egoísta reinante no ocidente"[10].

> "Eram também contra a censura e a favor do direito de opinião livre. Sua relação com a autocracia era complicada: tendiam a ser contra o despotismo, mas a favor de uma monarquia paternalista."[11]

A forte maioria dos membros desta corrente provinham de famílias nobres, e sobretudo de Moscou, antiga capital deposta a favor de São Petersburgo, é pertinente ressaltar esta divisão regional justamente pela designação de Tchaadáiev na qual este considera Moscou como uma cidade morta e decadente, neste período ambas as cidades destacam-se como respectivos polos de concentração, os Eslavófilos em Moscou e os Ocidentalistas em São Petersburgo.

Após as reformas de Pedro, um notável aspecto cultural a enraizar-se na Rússia é a popularização do francês, notável em várias obras famosas da literatura russa como por exemplo, Anna Kariênina, com capítulos dedicados a uma das personagens buscar novos ares em território francês, assim como o uso constante da língua em alguns diálogos e expressões enfáticas. Segrillo (2016) constata que neste período, algumas partes da sociedade russa estavam "exagerando na adoção de 'europeísmos'" e que era comum encontrar famílias nobres que apenas comunicavam-se em francês ao invés do russo.

Fatos como estes elucidam a compreensão da postura defensiva na qual os eslavófilos se colocavam ante a onda europeia crescente no país. Todavia, o fato de serem conservadores não os impediam de buscar referenciais teóricos na própria Europa; se os Ocidentalistas encontraram suas soluções para a Rússia no iluminismo francês, os Eslavófilos por sua vez dedicaram-se a buscar suas respostas no romantismo alemão, movimento que nasce justamente como reação ao iluminismo francês, e que no momento, assemelhava-se as necessidades buscadas pelos eslavófilos, já que a Prússia,

[10] Idem.
[11] Idem.

antes de tornar-se a Alemanha unificada, enfrentava, da sua maneira, sua própria espécie de crise ontológica.

> "Apoiar-se em uma filosofia da Alemanha era uma forma de contrapeso à principal influência europeia na Rússia, que era a francesa. Os alemães, pulverizados em vários pequenos Estados e não unidos em uma pátria única, também buscavam uma forma de se unir culturalmente e resistir às tendências centrífugas. O romantismo alemão e as filosofias herderianas tinham certamente ensinamentos a dar àqueles eslavófilos que julgavam que sua pátria estava culturalmente em perigo."[12]

Já a terceira corrente, a dos Eurasianistas, surge apenas no início do século XX em paralelo aos Ocidentalistas e os Eslavófilos, tendo maior semelhança com esta última[13]. Em consequência disto, procurarei destacar a corrente eurasiana brevemente, apenas através de suas distinções com os eslavófilos.

Elementos presentes em ambas as correntes como seu "antieuropeísmo" e anti-liberalismo, assim como o nacionalismo, tendencialmente são os principais motivos de confusão; Todavia a principal distinção quanto ao nacionalismo, parte da interpretação na qual, os Eslavófilos interpretam a Rússia como "nem Europa nem Ásia" mas sim uma nação própria entre ambas, ao passo que os Eurasianistas observam a Rússia como simultaneamente europeia e asiática, se orgulhando tanto de seus traços orientais como ocidentais que são responsáveis pela constituição da Rússia como uma nação equidistante entre Europa e Ásia, vendo o povo russo como uma espécie de "o melhor dos dois mundos" em um distanciamento equidistante, no qual o país não deve ser mais europeu ou mais asiático, mas sim manter o equilíbrio.

O movimento originado por volta de 1920, período da URSS, possuía como alguns de seus principais teóricos, Nikolai Sergeevich Trubetskoi e Petr Nikolaevich Savitskii, apesar de tais autores não serem propriamente comunistas, baseavam-se na nova experiência multiétnica propiciada pela formação da URSS para fomentar um novo tipo de nacionalismo, como exposto pro Trubetskoi:

> "Assim, o substrato nacional do Estado que antes se chamava império russo, e agora se chama URSS, só pode ser o conjunto de povos que povoam esse Estado, visto como uma nação multinacional especial [...] Nós denominamos essa nação eurasiana. Seu território é a Eurásia e seu nacionalismo é eurasiano."[14]

A corrente teve vida breve apenas entre 1920 e 1930, porém sendo reabilitada após a perestroika por Lev Gumilev, e hoje sendo mais conhecida pelo autor Alexandr Dugin, tal reabilitação vista tanto como eurasianismo como "neoeurasianismo" tem em vista o período de oposição do bloco soviético as potências europeias, assim como a experiência marcante da guerra fria, fator que contribui para a compreensão do anti-ocidentalismo também presente no movimento, porém, vale mais uma vez ressaltar, com graus e finalidades distintas das posições compartilhadas pelos Eslavófilos.

---

[12] Idem.

[13] Para uma distinção prolongada entre as correntes e suas análises enfatizando seus principais autores, recomenda-se Segrillo (2016), nas referências.

[14] Trubetskoi, [1927] 2009, p.99

URSS

Durante o período da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991), diversas posições, tanto práticas quanto teóricas foram tomadas em relação a questão nacional, como exemplo, já citado anteriormente, a própria corrente eurasiana surge durante a década de vinte. Período pós primeira guerra mundial, além de momento no qual a URSS enfrenta uma guerra civil, momento brutal marcado por perdas e ganhos territoriais, levante de grupos separatistas, invasores estrangeiros, novas alianças e acordos.

De tal maneira que é possível destacar nos escritos de Lênin durante os primeiros anos da formação da URSS, certas intenções de como a questão nacional deveria ser tratada, tendo em vista um abordagem mais pluralista e multicultural da questão. Sendo até mesmo possível encontrar em seus escritos a ideia de que a língua da nação não deveria ser o russo, mas sim suas várias línguas, na tentativa da construção de uma nação multiétnica sem a adoção de uma língua oficial; claramente nem todas as propostas foram de fato executadas, todavia o fato de que a morte de Lênin se dá razoavelmente cedo (1924), dá-se como uma espécie de marco para o trato da questão nacional, a partir do momento em que Stalin não toma necessariamente a mesma abordagem que Lênin quanto ao trato da questão. Deve-se considerar ainda a expansão massiva da URSS durante a segunda guerra mundial assim como seus problemas com as repúblicas separatistas durante o período da guerra fria e antecedente a dissolução da URSS.

Tal período histórico é fortemente caracterizado pela oposição entre a URSS e o chamado Ocidente, representando pela Europa mas principalmente pelos EUA, devido a oposição dos sistemas capitalista e socialista, os embates econômicos e culturais, agravados também pela corrida nuclear, são fatores essenciais para a compreensão atual da crise ontológica eurasiana, afinal, foram fatores que não só definiram características culturais a partir da sua oposição às outras nações (uma espécie de política do “nós e os outros”, baseada na imagem de um inimigo palpável), como também é considerado por Guzzini (2020) um momento de profunda “ansiedade ontológica”, ansiedade esta que, em sua busca por definições de identidade que consolidem um grupo e o distingam favoravelmente em relação aos demais grupos, neste caso nações, acaba reabilitando o surgimento do discurso geopolítico com suas características essencialistas e conservadoras; ponto este que perfeitamente explica o momento no qual a corrente eurasiana surge, após um intenso período de guerras nas quais as fronteiras europeias, assim como o jogo de poder entre as nações, estava sendo redesenhado.

Vale ressaltar que, locais que não possuam seus discursos nacionais bem consolidados, ou frágeis, tendem a rompe-lo mais facilmente em busca de outras justificativas durante os períodos de crise, como por exemplo é o caso da antiga Iugoslávia (1918-1992), país constituído pelas repúblicas socialistas da Eslovênia, Croácia, Bósnia Herzegovina, Sérvia, Macedônia e Montenegro assim como das Províncias Socialistas autônomas da Vojvodina e do Kosovo. A somatória destes governos persistiu unificada durante parte da gestão socialista através de outros signos identitários, como a própria cultura política, todavia, o momento de crise do país foi também o momento de ressurgimento das características nacionais próprias de cada nação ali integrada. Problema que também pode ser encontrado em Guzzini (2020), Segrillo (2016) e Krausz (2017), em relação aos períodos de Stalin e pós-estalinistas no qual algumas repúblicas soviéticas opunham-se as tentativas de um projeto de “russificação”.

São questões como estas, sustentadas pela ausência de uma unidade discursiva nacional coesa, assim como a imagética de "Nós e os outros", que encontram-se no cerne da crise ontológica eurasiana, tendo a corrente eurasiana como responsável pelo apelo geopolítico territorial, tanto atual quanto o já ocupado anteriormente pela nação; a corrente eslavófila, responsável pela tentativa de uma construção nacional própria, sendo a Rússia nem Ásia nem Europa; e a corrente ocidentalista responsável por certa "europeização" da Rússia; todas em maior ou menor grau concordando ou divergindo de questões em comum, e estruturadas pela imagética "dentro e fora" como já abordada anteriormente, em outras palavras, "o que são eles, e quem somos nós?". O período de existência da URSS, a nível de problemática agravante na questão da crise ontológica, contribui para o estereótipo de oposição, na qual a imagem do russo só pode ser definida em contraponto a imagem do ocidente.

Yeltsin e Putin

A grosso modo, o período pós dissolução da URSS pode ser dividido em dois blocos, o bloco de Boris Yeltsin durante os anos de 1990, e o bloco de Vladimir Putin nos anos 2000. Este segundo bloco inclui também o período de governo do presidente Dmitri Medvedev (2008-2012) ainda dentro do período destacado como o de Putin propriamente dito, pelos motivos nos quais, Medvedev foi escolhido a dedo por Putin, na época ambos eram apoiados pelo mesmo partido, e durante a presidência de Medvedev, Putin atuou no cargo de primeiro ministro do país, dadas estas questões, considero o período de alternação ainda assim um período de "manutenção" do mesmo planejamento político exercido por Putin. Todavia, abordaremos novamente a questão da diarquia Putin-Medvedev em um segundo momento, por ora, é pertinente destacar que, apesar de Vladmir Putin ter sido indicado a dedo por Boris Yeltsin para sua sucessão, ambos os blocos podem ser distintamente marcados pela oposição no modo de atuação política, sendo o primeiro bloco demarcado como radicalmente ocidentalizante, e o segundo como um bloco supostamente oscilante entre os campos eslavófilos e euroasiáticos, vejamos então o motivo de tais designações.

Segundo Numa Mazat e Franklin Serrano (2012)[15], é comum termos avaliações caricatas de ambos os blocos através das associações políticas e econômicas de cada presidente, tendencialmente sendo como o período Yeltsin, representado por uma piora econômica porém sinônimo de abertura e liberalismo no campo político; ao passo que o período Putin é representado por uma melhora econômica, porém, pelo autoritarismo e o fechamento político do país. Ambas as avaliações não estão estritamente erradas, todavia ocultam problemas, é fato que o PIB da Rússia atingiu níveis negativos históricos durante do período de Yeltsin, chegando em -19,4 em 1992, e atingindo 10,0 nos anos 2000 durante o primeiro mandato de Putin[16], fato que explica as atribuições de

[15] "A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa" em: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli(org.). **O Renascimento de Uma Potência?**: A Rússia no século XXI. Brasília: Ipea, 2012.

[16] Apêndice 1 em: SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Europa ou Ásia? A Questão da Identidade Russa nos Debates Entre Ocidentalistas, Eslavófilos e Eurasianistas:** (elementos dos debates entre ocidentalistas,

“piora e melhora” da economia. Entretanto, no campo político as atribuições não devem ser levadas de modo tão caricatamente grosseiro, afinal, Yeltsin teve posições autoritárias em sua política, como quando decidiu canhonear a Câmara Branca, seguido da reestruturação forçada do poder Legislativo durante a crise constitucional de 1993. Ao passo que Putin, apesar de ser de fato um líder mais conservador, já apresentou posicionamentos amigáveis com o ocidente, sendo um dos exemplos na guerra ao terror, alinhando-se com o governo Bush dos EUA, em diversos acordos políticos e econômicos e com interesses bélicos de combate ao terrorismo após os atentados do onze de setembro de 2001. Quanto ao chamado autoritarismo, opto neste texto considerar a Rússia como um país de “democracia dirigida”[17], isto é a partir da consideração de que o país é semipresidencialista, e da análise de suas instituições, pode-se avaliar a gradação e a qualidade dos níveis de democracia, todavia não se pode atestar que a Rússia seja uma ditadura ou uma não-democracia.

O momento de abertura político-econômica, o período de transição entre a URSS para a atual federação russa como conhecemos, um estado capitalista, foi um intenso período, comumente denominado também como período da “Terapia de Choque”, segundo Mazat e Serrano (2015), os anos de 1991 até 1999 foram responsáveis por um intenso projeto de desindustrialização do território russo, em prol de empresas privadas ocidentais, assim como a assinatura do “Ato Fundador sobre as Relações, a Colaboração e a Segurança Mútua entre a Rússia e a OTAN”. Documento que admitia a entrada da OTAN em países da antiga esfera de influência soviética como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca. A brutal abertura e transição econômica durante o período Yeltsin foi responsável pela queda drástica do Produto Interno Bruto (PIB) russo, era esperado por Yeltsin que tal período fosse “suavizado” com a ajuda dos países estrangeiros que punham-se como aliados a “ocidentalização” da Rússia, todavia tal ajuda nunca veio dos EUA, e por parte dos países europeus e organismos como o FMI, veio em doses extremamente limitadas, além do fato de que a Rússia foi forçada a assumir a dívida externa acumulada de todas as outras ex-repúblicas soviéticas.

> “A política de abertura total e descontrolada da conta de capital fez com que setores estratégicos da economia russa fossem controlados direta ou indiretamente por empresas estrangeiras, principalmente europeias.”[18]

Enquanto Boris Yeltsin acenava sua estrita colaboração com o ocidente, ou como este discursava, “uma integração virtuosa” da Rússia com os outros países ocidentais, na realidade o que ocorria eram, diversos acordos unilaterais impostos pelo ocidente e acatados pela Rússia, tais acordos somados ao enfraquecimento militar[19] do

---

eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual). São Paulo: Tese Apresentada para obtenção do título de Livre Docência na USP, 2016.

[17] “A Questão da Democracia na Rússia Pós-Soviética” em: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli(org.). **O Renascimento de Uma Potência?**: A Rússia no século XXI. Brasília: Ipea, 2012. Pp. 97-121.

[18] “A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e a Europa” em: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli(org.). **O Renascimento de Uma Potência?**: A Rússia no século XXI. Brasília: Ipea, 2012. Pp. 09-51.

[19] “O exército russo passou de 3 milhões de homens em 1991, no momento da criação da Federação Russa, a 1,5 milhão em 1996 (Dauce, 2001) [...] O número de tanqus de guerra estacionados no Extremo

país configuram um completo plano de desestabilização encabeçado pelo ocidente[20]. Com tal período intenso de transição marcado tanto por um forte enfraquecimento do país no cenário internacional, quanto pela intensa crise econômica interna, responsável pela piora da qualidade de vida dos russos, a associação do período Yeltsin, isto é, por consequência, a associação dos russos as políticas explicitamente ocidentalizantes, segundo Segrillo, perderam parte da popularidade com o eleitorado médio russo.

Já Vladimir Putin, quando assume seu mandado no início dos anos 2000, aproveita-se de um cenário privilegiado, o do aumento do valor do barril de petróleo, assim Putin chega ao poder, em outras palavras, com um cenário de terra arrasada, porém favorecido por uma forte condicionante do mercado internacional, somada a boa posição geopolítica da Rússia, fator responsável pela riqueza do país em petróleo e demais recursos minerais, tendo assim a conjunção de fatores perfeita para a tentativa da reconstrução da Rússia enquanto potência a âmbito internacional.

A administração de Putin neste período, responsável por tirar o país do PIB negativo e pela sua crescente durante os anos seguintes, favoreceu muito sua popularidade, afinal, este conseguiu não só superar a crise econômica e o enfraquecimento político estabelecido no país, como após a superação, permaneceu com a constante melhora da qualidade de vida dos russos e a subida do PIB. Diferente de Yeltsin, publicamente Putin se mostrou como um nacionalista muito mais conservador, tais características somam-se a sua popularidade com o eleitorado médio como contrapontos direto as políticas ocidentalizantes de Yeltsin.

Todavia como ressaltado tanto por Segrillo (2016) quanto por Mazat e Serrano (2012), os primeiros anos de governança de Putin apresentam uma postura mais amigável com o ocidente, tendo Yeltsin e Putin compartilhado o mesmo ministro das relações exteriores, Igor Ivanov de 11 de setembro de 1998 até 9 de março de 2004; além disto, o país aliou-se aos EUA na guerra ao terror após 2001, chegando a ser considerado por George W. Bush como um "país aliado na luta contra o terrorismo islâmico"[21], chegando a tornar-se em 2002 "parceiro institucional privilegiado" da OTAN[22].

> "A própria Rússia tinha, assim, interesse nessa iniciativa na medida em que, desde a desastrosa Primeira Guerra da Chechênia, em 1994, estava enfrentando um grande número de ataques terroristas por parte de grupos do Cáucaso do Norte. Em troca de seu apoio, a Rússia conseguiu que os movimentos independentistas chechenos fossem considerados terroristas, podendo realizar operações militares na Chechênia e no resto do Cáucaso russo sem enfrentar naquele momento protestos diplomáticos e tentativas internacionais de veto. A prioridade inicial do governo Putin foi a Segunda Guerra da Chechênia e o combate ao terrorismo."[23]

Contudo deve-se observar que o posicionamento da Rússia na questão, tem como benefício condições para questões próprias, no caso, a situação que ocorria na Chechênia no momento. Durante os anos seguintes, tanto a União Europeia quanto a OTAN continuaram a expandir suas fronteiras, neste momento "A Rússia percebeu que

---

Oriente teve queda, por exemplo, de 14,9 mil, em 1987, para 3,9 mil, em 1999." Em Mazat e Serrano (2012)

[20] Idem.

[21] Idem.

[22] Idem.

[23] Idem.

o fato de ser membro permanente do Conselho de segurança da ONU em nada impedia, na prática, o unilateralismo americano no mundo pós-Guerra Fria."[24]

Conforme o passar dos anos, tais avanços unilaterais por parte do ocidente, assim como o aumento de eventos designados por "revoluções coloridas", manifestações infladas em peso para destituição de presidentes e candidatos à presidência pró-Rússia, em favor de opções pró-ocidente, todos ocorridos em países do antigo eixo soviético, e de influência russa, ajudaram a desmanchar as boas relações da Rússia com o Ocidente, tais fatores todavia, ainda assim, não foram impeditivos para que no período Medvedev o país assinasse tratados de desarmamento com os EUA, quando os acordos impunham o decrescimento bélico de ambos os países.

Deste modo, Mazat e Serrano (2012) ressaltam que é errôneo encarar o posicionamento russo e sua relação anti-ocidental, como uma análise psicologista sobre revanchismo (observação comumente feita por meios midiáticos e sensacionalistas), na qual a Rússia estaria ressentida com o ocidente por não ser a potência que já foi um dia e buscaria seus atritos diretamente com este. Estes enfatizam que, através da observação de acordos externos assinados ou não pela Rússia, é possível considerar Putin como um governante profundamente pragmático, que pode ser amigável com o ocidente desde que seus acordos não sejam unilaterais mas sim de apoio mútuo, nas palavras de Segrillo (2016) também em concordância com o ponto, Putin é mais "reativo do que antiocidental a priori", tendo seus posicionamentos antiocidentais ocorrendo apenas como reações a imposições primeiramente vindas do ocidente.

São tais fatores que fazem com que Segrillo considere Putin um "ocidentalista moderado", apesar de outros pesquisadores o considerarem um eslavófilo ou até mesmo um eurasiano, em decorrência de que, com os constantes desentendimentos com o ocidente, e principalmente após as revoluções coloridas, Putin adotou um caráter cada vez mais protecionista no âmbito econômico, impondo leis que dificultam a proliferação de empresas estrangeiras na Rússia, assim como precisou reforçar em momentos pontuais o discurso geopolítico, devida a riqueza de matrizes energéticas russas e sua posição como potência mundial, esta última discursividade tendencialmente aproxima-o do campo eurasiano. Contudo, por mais que Segrillo escolha posicionar Putin no campo "ocidentalista moderado", o mesmo ressalta que este, discursivamente, isto é, quando fala para a rede nacional russa, tende a ser "fractário", pontualmente favorecendo um dos três grupos de acordo com a região e o que deve ser dito para agradá-los, a fim de não prejudicar sua base eleitoreira.

Conclusão

Observamos então que a posição geopolítica da Rússia suscita sua questão identitária desde os primórdios de sua instituição enquanto nação, objetivamente posicionada entre Europa e Ásia, todavia, apenas na era moderna tais conceitos de Oriente e Ocidente, mais consolidados e bem definidos foram responsáveis por certa institucionalização das correntes do debate russo.

Compreendemos as principais posições tomadas na discussão russa, grupos denominados aqui como, ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas, assim como suas origens e principais características. A partir do peso da discussão, observamos como tais

[24] Idem.

interpretações foram diretamente atreladas aos líderes políticos Boris Yeltsin e Vladimir Putin, sendo ambos marcados por diferentes posicionamentos em relação ao chamado Ocidente (EUA e Europa) e a qual caminho a Rússia deveria percorrer.

Temos então, durante a transição de Yeltsin, um período da chamada "Terapia de Choque", de claro aparelhamento da Rússia com o modelo de mercado ocidental, assim como parte da própria desindustrialização da Rússia em prol de empresas privadas estrangeiras, o que Mazat e Serrano (2012) caracterizaram como um plano de enfraquecimento estratégico da Rússia, projeto que visou "ocidentalizar" o país ao mesmo passo que intensificava uma crise econômica sem receber do ocidente a ajuda nas proporções esperadas.

Em contrapartida, quando Vladimir Putin assume, o cenário econômico russo apresenta uma guinada positiva surpreendente, sendo Putin um líder mais conservador e nacionalista do que Yeltsin, fica "óbvia" para a população média uma espécie de viés de confirmação, que valida a posição de Yeltsin ou seja o ocidentalismo, como algo negativo para a Rússia, ao passo que certo fechamento cultural e o nacionalismo exercidos por Putin mostram-se positivos na perspectiva da população.

Todavia, como pontua Segrillo (2016) em sua análise, enquanto Yeltsin é claramente um ocidentalista, Vladmir Putin por sua vez pode ser considerado como um "ocidentalista moderado" (tecnicamente até meados de 2014), afinal nos primeiros anos de seu mandato, este teria colaborado diretamente com o ocidente em diversas situações de benefício mútuo, como exemplo, o apoio aos EUA na guerra ao terror, entretanto, com o passar dos anos e a mudança de postura pontual dos EUA em relação a Rússia, e a compreensão destes de que o governo Putin não estava disposto a ceder a acordos tão facilmente quanto Yeltsin, acentuam a mudança de postura de ambos os atores no cenário internacional, colocando a Rússia em uma posição defensiva e reativa, ressaltando o caráter pragmático do atual presidente russo no qual este estaria disposto a cooperar com o ocidente em acordos de "boa fé", no qual ambos os países saem beneficiados, enquanto nos últimos anos, ao contrário disto, o ocidente optou tendencialmente a abordar a Rússia apenas com acordos unilaterais, como a expansão da OTAN e demais acordos bélicos com países fronteiriços a Rússia, prejudiciais do ponto de vista do país.

A partir da situação posta pela crise ontológica eurasiana, observa-se que o posicionamento de Putin para suas bases eleitorais, tende a ser "fractário", tendo este em sua carreira, tanto já tecido diversos elogios ao modelo ocidental de mundo, assim como as reformas de Pedro o grande (destacadas no artigo como sinônimo usado por Tchaadáiev para enaltecer a ocidentalização), da mesma forma em que já se portou de modo extremamente nacionalista, fator que possibilita a leitura de que este seria "eslavófilo" ou até mesmo "eurasianista", a partir do momento em que, buscando não prejudicar parcelas da sua base eleitoreira, Putin oscilaria entre tais correntes de maneira pontual. Traçando-se assim o paralelo no qual, nos últimos trinta anos, a população média Rússia associou diretamente o campo ocidentalizante como negativo e sinônimo de crise econômica para o país, enquanto relacionava as características conservadoras de Putin (sejam eslavófilas, eurasianas ou "ocidentais moderadas"), como sinônimos de um aumento em suas qualidades de vida. Tais associações desde os anos 2000 vem favorecendo a popularidade de Putin e norteando as eleições russas desde então, fazendo com que o atual presidente busque, ao invés de tomar uma posição fixa, agradar os dois grupos mais populares no país, neste sentido, os eslavófilos e eurasianistas, apesar de suas distinções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUZZINI, Stefano. **O Retorno da Geopolítica na Europa?**: Mecanismos sociais e crises de identidade de política externa. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

GOMIDE, Bruno Barretto. **Antologia do Pensamento Crítico Russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2017.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Europa ou Ásia? A Questão da Identidade Russa nos Debates Entre Ocidentalistas, Eslavófilos e Eurasianistas:** (elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual). São Paulo: Tese Apresentada para obtenção do título de Livre Docência na USP, 2016.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli(org.). **O Renascimento de Uma Potência?**: A Rússia no século XXI. Brasília: Ipea, 2012.

KRAUSZ, Tamás. **Reconstruindo Lênin**: Uma Biografia Intelectual. São Paulo: Boitempo, 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos Sobre o Território e o Poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2020.

KINORUSS, Edições e Cultura. "**Nacionalidade na Rússia e na Ucrânia**" acessado em: https://www.kinoruss.com.br/post/nacionalidade-na-r%C3%BAssia-e-na-ucr%C3%A2nia

AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA EXTERNA BRITÂNICA E AS ORIGENS DO BREXIT

SOUZA, Alexandre Nogueira[1]

Resumo

O presente trabalho pretendeu entender os fundamentos de política externa do Reino Unido e como esses princípios influenciaram no processo do Brexit. Para isso, explicou-se os pilares que sustentam a tradicional política externa britânica e as razões que levaram à eclosão do Brexit. Por meio da análise histórica atrelada a uma revisão na literatura que trata sobre o tema, articulou-se um trabalho com o objetivo de compreender os motivos da saída do Reino Unido da União Europeia a partir da análise dos princípios que norteiam a política externa britânica. Compreende-se que a natureza dos pilares da política externa britânica, atrelados aos valores tipicamente britânicos, fomentaram o Brexit.

Palavras-chave: Reino Unido; União Europeia; Brexit; Política Externa.

Abstract

This study sought to understand the fundamentals of the United Kingdom's foreign policy and how these principles influenced the Brexit process. After understanding it, the pillars that support the traditional British foreign policy and the reasons that led to Brexit was mentioned in this research. Through a historical analysis and a review of the literature that deals with this theme, a work was articulated to understand the reasons for the United Kingdom's departure from the European Union in line with the principles that guide British foreign policy. Therefore, it is understood that the nature of the pillars of British foreign policy, attached on British values, fostered Brexit.

Keywords: United Kingdom; European Union; Brexit; Foreign Policy.

[1] Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, pesquisador no Núcleo de Filosofia Política do LABÔ-PUC e autor do livro "O Espectro Totalitário".

Introdução

A política externa britânica é sustentada por princípios que emergiram ao longo do tempo de acordo com as necessidades práticas da Inglaterra, considerando, acima de qualquer proposição, os fatores históricos, tradicionais, geográficos, jurídicos, militares, econômicos e sociais tipicamente britânicos, que garantem a identidade nacional desde que o país começou a ser formado (FERNANDES, 2011). Sendo assim, de que modo os princípios da política externa britânica influenciaram na saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit)?

A Inglaterra sempre se desenvolveu de maneira afastada da Europa continental, a posição insular permitiu um desenvolvimento extremamente particular em aspectos políticos e culturais, a exemplo do common law e do pioneirismo na limitação do poder real (CHURCHILL, 2010). É válido ressaltar que o Parlamento enquanto locus decisório e a noção de equilíbrio de poder estão presentes na Inglaterra desde os primórdios da política britânica e, posteriormente, o poderio naval complementou essa tríade que, gradualmente, consolidou as bases da política externa do país (FERNANDES, 2011).

Esses três princípios foram reformados conforme a conjuntura de cada período, o que permitiu a conservação deles. As orientações de política externa não foram constituídas por ideias abstratas, elas se solidificaram de maneira gradual e orgânica, rumo à perenidade. O pensamento britânico para política externa, como demonstrado pela Escola Inglesa de Relações Internacionais, deriva-se da identidade nacional, ou seja, dos costumes e instituições herdadas do passado que sobreviveram aos testes do tempo (BULL, 2002; WIGHT, 2002).

A prudência e o ceticismo também são traços marcantes nas decisões britânicas (OAKESHOTT, 2018). Historicamente, percebe-se que o Reino Unido preferiu se afastar, dentro dos limites da realidade, dos incessantes imbróglios que conturbam o continente europeu e, nas vezes que participou de conflitos armados, buscou pelo equilíbrio de poder. O tradicional isolacionismo inglês demonstra que o país prioriza a manutenção da soberania nacional frente aos movimentos de integração e de aprofundamento das relações com a Europa continental.

Diante disso, o entusiasmo inglês para um projeto de unificação da Europa não foi dos maiores. Nas negociações com a União Europeia e com as organizações que precederam esse bloco, a diplomacia e grande parte do povo britânico enxergavam o idealismo europeu com ressalvas — perpassava da economia à identidade de cada nação. Na visão britânica, era

complicado unir Estados distintos em termos culturais, históricos, econômicos e linguísticos em torno de um objetivo comum. As preferências de cada ator seriam divergentes em várias negociações (PECEQUILLO, 2014).

De acordo com a tradição britânica de política externa, torna-se difícil, para os ingleses, crerem na máxima eficácia de mecanismos supranacionais regidos por tecnocratas comprometidos com legislações e burocracias genéricas. Os tomadores de decisão do Reino Unido, ao olharem para a história do país, perceberam algumas tendências perenes na política externa que induzem no comportamento britânico diante da sociedade internacional: a proeminência do Parlamento britânico, o equilíbrio de poder e o poderio naval (FERNANDES, 2011).

A tríade da política externa britânica — formada no decorrer do tempo em um terreno de contingências — está atrelada à identidade britânica, que é caracterizada pela responsabilidade (ELST, 2008). E esta, que também se faz presente nas orientações de política externa, não é abstrata ou meramente legal. Os britânicos que a responsabilidade não se origina de nenhuma lei, instituição ou pessoa; ela é desenvolvida no lugar onde estão a partir da sabedoria prática (OAKESHOTT, 2018).

O Brexit, portanto, foi uma maneira encontrada pelos britânicos para se reencontrarem com seus hábitos, costumes e modo de vida, uma vez que possui lastro na história da Inglaterra e, principalmente, na tradição de política externa britânica (SCRUTON, 2021). Contudo, esse processo também foi marcado por algumas mazelas por parte de determinados atores, o que tornou evidente a presença de traços xenófobos e o uso de comunicações distorcidas a fim de alcançar o objetivo. Isso marca a ambiguidade e a complexidade do fenômeno em questão.

Após expor as principais ideias do artigo, vale ressaltar que o objetivo geral dessa pesquisa é demonstrar a influência que os pilares da política externa britânica exerceram no Brexit. Sobre os objetivos específicos, é importante mencionar que a pesquisa, em seus objetivos específicos, também pretende demonstrar o surgimento dos princípios de política externa por meio da história da Inglaterra; analisar a importância de cada princípio na agenda de política externa britânica ao longo dos eventos; compreender os valores e instituições tipicamente britânicos; e conectar os pilares da política externa britânica com o Brexit.

No que diz respeito à metodologia, o artigo está dividido em duas seções: na primeira, são apresentados os pilares da política externa do Reino Unido e os valores e instituições britânicos a partir dos textos de Winston Churchill, Philip Vander Elst, G.M. Trevelyan e Daniel Fernandes; na segunda, as relações entre os pilares da política externa britânica e o Brexit são demonstradas por meio dos trabalhos de Roger Scruton, Yascha Mounk e Michael Oakeshott.

A pesquisa conta com fontes documentais para atingir os objetivos, em uma lógica de investigação qualitativa atrelada ao método hipotético-dedutivo, ou seja, as contribuições são apresentadas e qualificadas a partir de ideias de autores que produziram conteúdo relevante sobre a temática em questão. As fontes bibliográficas e documentais são capazes de auxiliar na construção de conhecimento sobre a relação existente entre os princípios regentes da política externa britânica e as origens do Brexit.

Pelo fato do Brexit ter sido pensado e executado em maior parte por setores tradicionais da sociedade britânica, a exemplo do Partido Conservador e do eleitorado tory, utiliza-se diversas referências relacionadas ao pensamento político conservador como embasamento teórico. A escolha desse material se deve justamente à tentativa de buscar melhor compreensão sobre as motivações do Brexit a partir do ideário de quem o realizou, o que não reflete inteiramente a opinião do autor do presente artigo científico.

Por fim, pode-se conhecer os princípios que norteiam a política externa de um dos principais atores da sociedade internacional e compreender quais as razões que originaram o Brexit, o que contribui para o desenvolvimento da linha de pesquisa em “Política Externa e Instituições Internacionais”. Para isso, faz-se uma viagem no tempo, relatando eventos correspondentes à história da Inglaterra, os quais auxiliam no entendimento sobre a formação do pilares que sustentam a política externa do país e como eles influenciaram na origem do Brexit.

1 - O Surgimento Dos Pilares da Política Externa Britânica

No livro “Brexit: Origens e Desafios”, Sir Roger Scruton, filósofo conservador britânico mais bem-sucedido desde Edmund Burke, afirma que o Reino Unido prefere reformas graduais e orgânicas a revoluções acompanhadas por rupturas radicais. Os tomadores de decisão pautam-se em princípios extremamente sólidos que sobreviveram aos

testes do tempo e que foram lapidados no decorrer da história, inclusive no que diz respeito à preservação da soberania nacional e às orientações de política externa (SCRUTON, 2021).

De forma semelhante, Daniel Costa Fernandes, na obra "Política Externa da Inglaterra: Análise Histórica e Orientações Perenes", demonstra que os princípios que norteiam a política externa britânica são perenes e formados a partir de contingências históricas atreladas a uma disposição cética. Ao olharmos para a história inglesa, é possível visualizar que os pilares que sustentam a política externa surgiram de necessidades concretas. As proposições dos tomadores de decisão advêm de eventos práticos que influenciaram diretamente na constituição da política externa da nação. Os fundamentos estão ligados a fatores históricos, institucionais, geográficos, culturais e tradicionais do país (FERNANDES, 2011).

Sendo assim, é impossível realizar uma pesquisa sobre a Inglaterra desconsiderando os valores e instituições tipicamente britânicos, a exemplo do common law, da noção de common sense, da limitação do poder real e da posição insular ocupada no continente europeu (SCRUTON, 2021).

Embora haja contrastes e discordâncias entre formuladores de política externa, especialmente nas posições políticas entre conservadores e trabalhistas, as principais forças partidárias antagônicas que ocupam a maior parcela dos assentos na Câmara dos Lordes e na Câmara dos Comuns convergem nos três princípios que formam o alicerce da política externa inglesa: "a importância do Parlamento na condução da política, o equilíbrio de poder e a projeção do poder naval como objeto de alianças" (FERNANDES, 2011, p. 18).

Antes de adentrarmos aos fundamentos da política externa do Reino Unido, faz-se imprescindível realizar uma análise teórica e histórica acerca do processo de desenvolvimento institucional do país. A finalidade é entender como os três princípios emergiram no cenário britânica e o modo com que foram adaptados até se tornarem verdadeiros pilares (FERNANDES, 2011).

Utilizando o arcabouço teórico presente na teoria da Escola Inglesa de Relações Internacionais, nota-se que, historicamente, os formuladores de política externa da Inglaterra optaram pelo meio termo no debate das relações internacionais, não aderindo estritamente o realismo nem o idealismo. Essa ótica analítica demonstra o quanto o pensamento inglês foi fundamentado de modo prudente e específico, pois valoriza a identidade, as tradições e as

instituições durante o processo decisório perante à sociedade internacional (BULL, 2002). Esses valores influenciam imensamente nas relações com as demais nações:

> Esta Escola, que representa uma alternativa ao realismo e ao idealismo, enfatiza a abordagem histórica e a formação de sistemas internacionais. Um dos pilares da Escola Inglesa é a análise da evolução dos sistemas internacionais, considerada como essencial para se compreender a recorrência de padrões de comportamento ao longo da história. Em outras palavras, a Escola Inglesa propõe a análise das ideias e dos valores culturais que percorrem o sistema e balizam o comportamento dos Estados. A Escola Inglesa, portanto, oferece explicações para a perenidade de orientações por ofertar uma interpretação sistêmica, mas baseada em análise histórica e considerando o impacto cultural (ideias, valores e ideologia) na política externa dos Estados. Neste caso, as orientações perenes derivam da identidade inglesa (FERNANDES, 2011, p. 21-22).

Na concepção de Hedley Bull, um dos principais expoentes da Escola Inglesa, esta se coloca como uma conciliadora no debate de Relações Internacionais ao considerar, na fundamentação teórica, os aspectos da história mundial, do direito internacional e da política no campo da práxis (BULL, 2002).

Diante disso, visualiza-se que o tripé da política externa britânica advém de uma combinação de elementos que emergiram em épocas distintas e sobreviveram à ferocidade do tempo. A política externa britânica, tanto em termos práticos quanto na teoria, conta com orientações permanentes derivadas da identidade inglesa constituída com base nas contingências (FERNANDES, 2011).

Sabemos que a Inglaterra é marcada por diversas peculiaridades em termos culturais e políticos. Para Philip Vander Elst, em “The Principles of British Foreign Policy”, nota-se que o arquétipo do país não é fruto de um único acontecimento ou decisão política, advém de uma série de tentativas e erros no decorrer dos anos. Os fenômenos e eventos nacionais foram essenciais para a singularidade da política externa britânica, bem como para a constituição de seus sustentáculos (ELST, 2008).

1.1 - A Proeminência do Parlamento de Westminster no Processo Decisório

O fato da Inglaterra ocupar uma posição insular, localizada na Ilha da Grã-Bretanha, permitiu o desenvolvimento de leis, costumes e instituições de um tipo particular. Embora compartilhe algumas características semelhantes ao arcabouço da Europa continental, exibe

notáveis diferenças em áreas significativas, como no direito e nas instituições políticas. Inúmeros exemplos acerca da originalidade inglesa podem ser vislumbrados ao olharmos para o passado do país. Dentro desse oceano ilimitado, é importante mencionar a noção de limitação do poder real através da constitucionalidade e o florescimento de instituições representativas. Esses pontos são fundamentais para compreender o primeiro princípio da política externa inglesa (ELST, 2008).

Na obra "História dos Povos de Língua Inglesa", Winston Churchill relata, entre outros fatos, o embrião da noção de limitação do poderio do rei, que está inteiramente ligado ao surgimento da nobreza feudal no país. Essa relação foi de grande importância para o firmamento do Parlamento enquanto instituição (CHURCHILL, 2010).

O nascimento da nobreza feudal britânica se deveu a uma necessidade da Coroa no século IX: defender a Ilha da Grã-Bretanha dos invasores. Diante disso, o Rei Alfredo, o Grande, da Casa de Wessex, a fim de conter os ataques promovidos pelos nórdicos, concedeu títulos de nobreza a seus aliados, tornando-os duques, marqueses, condes e barões no intuito de que eles defendessem o território (CHURCHILL, 2010).

> Wessex desenvolveu uma organização local que lhe dava excepcional flexibilidade quando atacado: o "alderman" à testa do "shire" podia agir por sua própria conta. As vantagens desse sistema foram mais tarde comprovadas. Distritos definidos, cada um deles sob comandante reconhecido ou governador, para finalidades civis e militares, ofereciam grande vantagem sobre os antigos reinos tribais ou uniões meramente pessoais de tribos sob um único rei (CHURCHILL, 2010, p. 112).

O excerto acima nos mostra como se originou a nobreza feudal britânica. Filha da contingência, essa instituição, com o passar do tempo, desempenhou um papel ímpar na história da Inglaterra: limitou o poder real e serviu como forma embrionária do Parlamento (CHURCHILL, 2010).

No século XI, o baronato foi legalmente instituído na Inglaterra. Alguns homens de famílias abastadas recebiam do Rei o título de barão, havia deveres e privilégios. Ao mesmo tempo que pagavam elevados impostos ao Rei em troca do uso da terra e garantiam a ele uma quantidade de cavaleiros para a defesa do território, também participavam do conselho real, que era convocado raramente para discutir questões do reino. Apesar dos longos interregnos de uma convocação para a outra, este órgão já exibia uma breve noção sobre a importância da limitação do poder (WARREN, 1978).

Em 1215, os barões atingiram o ápice político. O Rei João da Inglaterra tornou-se impopular devido à conduta equivocada na guerra contra a França, principalmente pelo fato de ter aumentado os tributos para custear investidas beligerantes, o que causou problemas com os barões e com a população. Diante dessa conjuntura, os barões limitaram o poder do Rei João a partir do momento em que ele foi forçado a assinar a Magna Carta. Esse episódio foi o embrião do constitucionalismo, mostrou que os barões, ao se organizarem em torno de um conselho, obtiveram poder para frear os anseios do monarca. O Rei estava sujeito às leis previstas no documento proposto pelos barões, que garantia direitos aos homens livres e estabelecia os alicerces para um futuro Parlamento (WARREN, 1978).

A partir da Magna Carta, o monarca, para tomar decisões, precisava consultar um Conselho formado por representantes do clero e da nobreza que, com a posterior adesão de membros da burguesia, daria origem ao Parlamento britânico (CHURCHILL, 2010).

Em 1295, membros do baixo clero e representantes dos burgos conquistaram acentos no Parlamento. Em 1330, o Parlamento inglês foi dividido em duas casas: Câmara dos Lordes, ocupada por nobres e membros do alto clero; e Câmara dos Comuns, composta por representantes dos condados, dos feudos e das cidades. Além disso, nenhuma lei poderia ser decretada sem o consentimento do Parlamento. Isso demonstra a proeminência e a tradição do viés parlamentarista na construção da política britânica (WARREN, 1978).

A relevância do Parlamento britânico na formulação das estratégias de política externa também é uma prática tradicional do país. Os parlamentares que desempenham funções legislativas na Câmara dos Comuns, ao serem eleitos pelo voto popular, entendem a necessidade de representar os interesses dos cidadãos, fazendo com que a opinião pública influencie nos debates relacionados à política externa (SCRUTON, 2021). Séculos antes da existência da União Europeia e das negociações sobre o Brexit, os ingleses já possuíam noção sobre a limitação do poder realizada por instituições que estabeleciam freios e contrapesos:

> A Inglaterra aperfeiçoou um sistema de checks and balances que se tornou um modelo. Guerras, alianças e mudanças na ordem mundial fizeram com que o Parlamento britânico aperfeiçoasse as estratégias de política externa, o que tornou essa instituição extremamente responsável e capaz de conduzir o Reino Unido nas relações internacionais, garantindo a existência dos valores britânicos herdados há séculos (FERNANDES, 2011, p. 108).

No curso da história da Inglaterra, o Parlamento foi protagonista em vários momentos ao desempenhar ações que mudaram os rumos do país. Após a institucionalização do Parlamento, este órgão vem atuando em eventos históricos desde a Idade Média, um exemplo foi durante a Guerra das Duas Rosas, em que tanto os York quanto os Lancaster convocaram o Parlamento para tratar sobre questões públicas e civis (CHURCHILL, 2010).

Na abordagem do historiador G.M. Trevelyan, o Parlamento atingiu o pináculo na cena política durante o longo século XVII, época marcada por conflitos internos: revoluções, restaurações e reformas. Devido à centralização do poder pelos Stuart e à revolução Puritana que decapitou Carlos I e colocou o ditador Cromwell no poder, o Parlamento reagiu a fim de restaurar os princípios lavrados na Magna Carta (TREVELYAN, 2000).

Foi apenas em 1688 que o Parlamento conseguiu, de fato, realizar uma grande reforma frente às turbulências. Trevelyan (2000) afirma que a Revolução Gloriosa (1688-1689) foi uma "revolução não revolucionária" pelo fato de haver consenso ao invés de radicalismo. O Parlamento conseguiu encontrar um ponto de equilíbrio — a Monarquia Constitucional. Esta forma de governo, por sua vez, não surgiu na Inglaterra a partir de abstrações e ideologias, mas pelo resgate da tradição política advinda da Magna Carta (1215), que já estipulava a limitação do poder da Coroa.

A Revolução Gloriosa, portanto, manifesta um sentimento daquele momento histórico, a questão do Estado Moderno. Forma-se, então, um Estado de Direito e o Parlamento se torna soberano, de modo que os tories e os wighs — principais partidos da época — "convidam" o holandês Guilherme de Orange para invadir o país e assumir o trono. Ocorre algo inédito, o Parlamento "coroa" o rei, de modo que este fosse mais uma (importante) peça do poder, e não a personificação do poder, como nos países da Europa continental (TREVELYAN, 2000).

Esse evento histórico é mais uma prova de que a Inglaterra consegue fazer a repetição com diferença, combinando tradição e inovação. A linguagem conservadora, empírica, cética e moderada da Revolução Gloriosa, permitiu o rearranjo da sociedade britânica, preservando aquilo que funciona e eliminando o que já estava obsoleto (TREVELYAN, 2000).

Após o desfecho do século XVII, vislumbra-se que os princípios e as instituições britânicas perduram porque criam segurança e harmonia, garantem que os cidadãos vivam sua liberdade. Com isso, o Parlamento tornou-se uma instituição com ainda mais prestígio — o locus da tomada de decisão na Ilha (TREVELYAN, 2000).

No decorrer do tempo, o Parlamento se afirmou como instituição capaz de formular a política interna e externa do país. Durante o século XVIII, os membros tiveram que lidar com questões como: o retorno dos Stuart, na figura da rainha Ana; a criação do Reino Unido da Grã- Bretanha através do Tratado de União, que deu um novo status político ao país; a Guerra de Sucessão Espanhola; a chegada da Casa de Hanover, de ascendência alemã, no trono britânico; a Guerra de Sucessão Austríaca; o surgimento do Gabinete e do cargo de Primeiro-Ministro; a Revolução Industrial; a Guerra dos Sete Anos; a Guerra de Independência dos EUA; os conflitos bélicos decorrentes da Revolução Francesa; e o Ato de União de 1800, que criou o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda (TREVELYAN, 2000).

No século seguinte, o Parlamento continuou o protagonismo na política interna e externa. Houve: a modernização do sistema eleitoral; o acirramento da rivalidade entre tories e whigs, expressa principalmente durante a Era Vitoriana nos debates entre Benjamin Disraeli e William Gladstone; o Imperialismo; as rebeliões nas colônias; as duas Guerras do Ópio; a fome na Irlanda; a Guerra da Crimeia; e as tensões com a Índia (TREVELYAN, 2000).

No século XX, o Parlamento do Reino Unido esteve envolvido diretamente em eventos como Primeira Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial; criação da Commonwealth of Nations; Guerra Fria; e a integração do continente europeu, que resultou na criação da União Europeia no final do século (TREVELYAN, 2000).

O Parlamento britânico, no que diz respeito à integração continental, desempenhou um papel de suma relevância. Ao considerar as orientações de política externa, soube articular e negociar a adesão dos tratados estipulados pelos europeus continentais (ELST, 2008). Os princípios da política externa britânica, somados às contingências, nortearam o Parlamento nos momentos críticos, a exemplo do momento de adesão e saída da União Europeia.

1.2 - A Política do Equilíbrio de Poder

O Parlamento foi uma das principais instituições que articulou tanto a entrada quanto a saída do Reino Unido da União Europeia (UK PARLIAMENT, 2O22). Além das funções atribuídas ao Parlamento de Westminster na formulação da política externa, é importante aprofundar em mais um princípio norteador das ações do Reino Unido nessa temática: a política de equilíbrio de poder. Tradicionalmente, a Inglaterra opõe-se à centralização do poder na Europa (ELST, 2008).

Os ingleses adotam uma postura bastante cética em relação aos países que buscam a hegemonia por meio de guerras, a exemplo da forte oposição aos anseios da Áustria dos Habsburgos durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e da França liderada por Napoleão Bonaparte no início do século XIX. A fim de lidar com a beligerância austríaca e francesa nesses dois eventos distintos, a Inglaterra utilizou-se do Isolacionismo Esplêndido como estratégia de política externa, aderindo ao conflito apenas no momento crítico a fim de apoiar as alianças mais fracas contra aqueles que tinham capacidade de se tornar a hegemonia (WATSON, 2004).

> Existem "orientações perenes" na política externa da Inglaterra e elas podem ser identificadas em sua atuação no período que compreende os últimos cinco séculos. A ideia de que a Inglaterra teria "orientações perenes" em sua política externa foi aventada por diversos analistas britânicos. Winston Churchill, por exemplo, observou que "por quatrocentos anos a política externa da Inglaterra tem sido de se opor ao mais forte, mais agressivo, mais dominador poder no continente" (FERNANDES, 2011, p. 22).

A política do Isolacionismo Esplêndido demonstra que a Inglaterra nunca objetivou uma maior integração política e alianças militares permanentes com países da Europa continental. Manteve-se no distanciamento mesmo no século XX, apoiando o lado mais vulnerável e sendo contrária aos países que rompiam com as leis e costumes que endossam a sociedade internacional (FERNANDES, 2011).

Outros exemplos mais recentes demonstram a Inglaterra utilizando do isolacionismo atrelado à política externa do equilíbrio de poder para evitar projetos hegemônicos na Europa, como no caso da violação da neutralidade belga pelo Kaiser Guilherme II que, ao invadir a Bélgica, os britânicos viram-se na necessidade de entrar na 1ª Guerra Mundial. Também na 2ª Guerra Mundial, quando Hitler invadiu a Polônia, os ingleses declararam guerra à Alemanha, tentando manter o equilíbrio no continente (BEEVOR, 2015).

Nas negociações com a União Europeia, iniciadas na segunda metade do século XX, os ingleses também mantiveram certa distância nas pautas que visavam aprofundar a integração (PECEQUILLO, 2014). Mesmo que a política de Isolacionismo Esplêndido tenha sido desafiada no prelúdio da Primeira Guerra Mundial, essa tradição permaneceu sustentando a ideia de equilíbrio de poder, sendo readaptada para a ordem do pós-guerra. Isso demonstra o peso que os costumes, a história e as tradições exercem no processo de formulação da agenda de política externa da Inglaterra.

Os ingleses, em relação ao velho continente, adotaram uma política ativa, porém distante. Na visão de Martin Wight, um dos principais expoentes da Escola Inglesa de Relações Internacionais, "o equilíbrio de poder é uma política especialmente adequada a uma potência insular que goza de um certo afastamento das rivalidades continentais" (WIGHT, 2002, p. 171).

1.3 - A Projeção do Poder Naval

Ao mencionar o fato de a Inglaterra ser uma nação insular, é imprescindível dizer que o terceiro pilar da política externa inglesa — a projeção do poder naval — foi de suma importância para a o desenvolvimento inglês, cristalizado pelo tempo através de ações como: domínio marítimo, estabelecimento de entrepostos comerciais, de protetorados e de colônias nas mais variadas regiões do mundo. "O poderio naval auxilia na formação de alianças políticas, econômicas e militares" (FERNANDES, 2011, p. 23).

A projeção de poder naval tem sido parte integrante da política externa da Inglaterra por séculos. O embrião dessa prática remete à Casa de Wessex, nos séculos IX e X, quando o Rei Alfredo, o Grande e seu filho, Eduardo, o Velho, utilizaram navios para frear os ataques nórdicos e garantir o domínio britânico na costa da ilha (CHURCHILL, 2010).

> O principal esforço do rei Alfredo foi no sentido de restaurar as defesas e aumentar a eficiência da força saxônica ocidental. O rei fortificou todo o país por "boroughs", descendo o Canal, em seguida atravessando para o estuário do Severn e depois voltando pelo vale do Tâmisa, atribuindo a cada distrito contribuinte a obrigação de guarnecer as muralhas e cuidar da conservação das fortificações. Ele teve também a visão do poderio marítimo inglês. Para estar seguro numa ilha era necessário dominar o mar. Fez grandes inovações no desenho naval e esperava derrotar a numerosa frota viking com menor número de navios de tamanho menor (CHURCHILL, 2010, p. 123).

Os barcos que o Rei Alfredo mandou construir eram mais velozes, mais resistentes e mais altos do que os usados pelos nórdicos. Isso garantiu aos britânicos maior controle da região costeira, impedindo, em vários momentos, incursões nórdicas na Ilha. A partir dessa necessidade, os britânicos investiram ainda mais no poderio náutico. Nas palavras de Churchill, "o início da Marinha Inglesa deve ser sempre ligado ao Rei Alfredo" (CHURCHILL, 2010, p. 124).

Com o passar do tempo, o poderio naval britânico foi aprimorado e, gradualmente, consolidou-se. Foram necessários vários séculos para que isso se tornasse realidade. Durante momentos marcantes da história britânica, como no reinado da Dinastia Tudor, na Commonwealth de Oliver Cromwell e na Era Vitoriana, o poderio naval foi lapidado e ganhou maior projeção (CHURCHILL, 2010).

O poderio naval foi, sem dúvidas, a peça-chave para a construção de um império em que o sol nunca se punha, permitindo o desenvolvimento do país até se tornar, de fato, um império comercial. A Inglaterra, na maioria dos momentos históricos, não esteve em harmonia com as potências continentais (FERGUSON, 2017).

Na análise de Fernandes (2011) fica claro que com a ascensão de Henrique VIII o reino começou a investir na frota naval como elemento de política externa, objetivando competir com a França e com os países ibéricos:

> Patrocinada e estimulada pelo Estado, a indústria naval britânica cresceu de maneira exponencial entre os reinados de Henrique VIII (1509-1547) e Elizabeth I (1558- 1603). O incremento da marinha e o resultante sucesso naval inglês proporcionaram a instrumentalização deste novo recurso como uma das principais características da política externa inglesa. A ideia de privilegiar a projeção do poder naval como instrumento da política externa consolidou-se no período Tudor, fruto da estabilidade e da centralização política que permitiram a melhor utilização de recursos e um planejamento estratégico para as forças armadas da ilha. A Inglaterra era a única nação europeia com pretensões à grande potência que não tinha de se preocupar em manter grandes exércitos para guardar sua fronteira privilégio de sua posição insular. Nesse contexto, faria sentido concentrar seus recursos na construção de um poder alternativo, um poder que pudesse consolidar a segurança territorial inglesa. Ademais, na "Era dos Descobrimentos", a necessidade de uma marinha bem estruturada e tecnologicamente avançada tornou-se universal. A Inglaterra adotou também uma política naval, e, ao fazê-lo, reconciliou-se com seu destino náutico (FERNANDES, 2011, p. 54).

A construção de uma poderosa marinha garantiu aos ingleses acesso a novos mercados consumidores e permitiu o estabelecimento de relações com nações localizadas fora do continente europeu (FERGUSON, 2017). Desse modo, com o advento da Revolução Gloriosa e da Revolução Industrial, a estabilidade política e a prosperidade econômica, respectivamente, proporcionaram o desenvolvimento inglês em termos de política externa, tanto nos assuntos comerciais, quanto nos temas políticos.

> A presença da Royal Navy nos mares europeus isolava as metrópoles de suas colônias e dificultava o influxo de commodities sobre o qual grande parcela da economia europeia havia se estruturado. Entretanto, foi nos territórios ultramarinos que a eficiência da projeção naval inglesa demonstrou total controle dos mares pela Inglaterra, além das vantagens de se fazer a guerra em escala global (FERNANDES, 2011, p. 89).

A Royal Navy se tornou um elemento de extrema importância para a atuação internacional da Inglaterra, possibilitando a projeção de poder marítimo em territórios distantes e acordos comerciais com alta rentabilidade para os cofres do país. A política externa inglesa, ao ser analisada pelo viés do terceiro pilar que a compõe, possui o objetivo de alargar o mercado consumidor e espraiar os próprios valores (FERGUSON, 2017).

O poder naval era uma condição sine qua non para o Império Britânico, sustentando a comunicação entre os vários entrepostos comerciais e colônias, assim como as atividades fabris e mercantis destinadas à exportação. No âmbito militar, a Inglaterra garantiu vitórias no combate naval, impedindo as tentativas hegemônicas de Espanha e França no continente, como na Batalha de Trafalgar, em 1805. A proeminência britânica nos mares concedeu ao país uma grande vantagem sobre as demais potências, fazendo do poder naval um instrumento eficaz de política externa, capaz de reafirmar a soberania nacional, principalmente após o Congresso de Viena, durante a vigência da Pax Britannica, que trouxe benefícios comerciais, marítimos e políticos ao Reino Unido (FERGUSON, 2017).

Os três pilares da política externa britânica, mesmo tendo enfrentado ameaças durante vários períodos da história mundial devido à crises, revoluções e guerras, sobreviveram aos testes, mantendo-se como os principais alicerces que orientam as decisões dos tomadores de decisão do país (FERNANDES, 2011). No século XX, por exemplo, as Guerras Mundiais e os avanços totalitários no cenário mundial não minaram o poder decisório do Parlamento de Westminster; a Ordem Bipolar não solapou as tentativas inglesas de manter, dentro dos limites possíveis, o equilíbrio de poder na sociedade internacional; e a queda do Império Britânico não resultou na falência do poderio naval nacional. Essas práticas e instituições referentes à política externa britânica, ao serem readaptadas conforme as necessidades de cada época, foram aperfeiçoadas através de reformas graduais e orgânicas compostas por doses de ceticismo.

2 - As Razões do Brexit

A análise histórica realizada no primeiro capítulo demonstra todo senso de gradualismo, prudência e ceticismo dos britânicos nas decisões referentes à política externa. Vimos que os pilares da política externa britânica foram constituídos a partir de experiências práticas, sendo configurados conforme a conjuntura de cada época. Parlamentarismo, equilíbrio de poder e projeção naval estão diretamente ligados a um conceito da filosofia moral britânica denominado common sense (bom senso), que se refere ao fato das necessidades, da realidade e dos costumes precederem qualquer tentativa de ação vertical acompanhada de ideias abstratas e genéricas. É a noção de que a sabedoria advém do hábito, da prática (OAKESHOTT, 2018; SCRUTON, 2021).

O tripé da política externa britânica não foi formulado pelas vontades exclusivas de um único organismo tecnocrático, nem mesmo por burocratas entusiasmados a reinventar os rumos das relações internacionais. As peculiaridades de cada período histórico, acompanhada das tradições e especificidades nacionais, refletem o próprio ideário nos parâmetros de política externa do Reino Unido (SCRUTON, 2021). A coexistência desses três princípios só é possível devido ao fato de terem sido conservados, ou seja, prudentemente readaptados à realidade de cada época conforme as contingências do contexto.

O Parlamento sobreviveu aos testes do tempo devido às reformas graduais realizadas na instituição no decorrer da história, possibilitando sua dupla convergência com a ideia de equilíbrio de poder político, ou seja, interna e externamente. Auxiliou no locus interno de decisão política e serviu como um valioso instrumento de política externa. Os britânicos, além de valorizarem esses princípios, consideraram a projeção de poder naval um trunfo que, em harmonia com as decisões parlamentares, garantiria a soberania e a estabilidade do país (ELST, 2008).

Na visão de Mounk (2018), a União Europeia pode levar à constituição de uma espécie de "liberalismo antidemocrático". Nesse tipo de organização, o debate político é removido da contestação popular, reduzindo a capacidade da população em exercer influência política efetiva. As decisões são centralizadas em agências burocráticas de caráter técnico, ou seja, tomadas por burocratas não eleitos pelo povo. Há o império da tecnocracia, muitos são os direitos garantidos, mas os organismos democráticos e representativos são insuficientes:

> Na União Europeia, amplas prioridades de políticas públicas são determinadas numa cúpula com os chefes de governo de Estados-membros

> que se reúnem apenas algumas vezes por ano. A legislatura, entretanto, é escolhida numa disputa eleitoral que resulta em enorme abstenção e é no geral encarada pelos eleitores como uma oportunidade de protestar contra seus governos nacionais impopulares - entre outras coisas porque os poderes do Parlamento europeu são, em todo caso, muito restritos. Por conseguinte, a Comissão Europeia, uma organização de burocratas não eleitos, foi historicamente o motor da maioria das atividades da União Europeia: é a comissão que propõe, redige e implementa uma porção de leis da UE. Embora as agências independentes realizem tarefas essenciais, é difícil negar que elas removem do debate político decisões importantes (MOUNK, 2018, p. 88-89).

Os cidadãos não se sentem parte da política e, ao olharem para as decisões dos organismos europeus, não enxergam o reflexo de suas prioridades. Isso corrobora para a crise de representatividade da União Europeia, o que causa extrema "descrença na funcionalidade dessa organização supranacional" (MOUNK, 2018, p. 81). O déficit democrático é um ponto visível na composição da UE, diferentemente do Reino Unido que, durante a história, soube preservar e remodelar as instituições.

Para Scruton (2021), diversas são as razões que motivaram o surgimento de um movimento favorável à saída do Reino Unido da União Europeia, acredita-se que a Crise de 2008, por ter afetado imensamente a economia dos países europeus, serviu como um fator importante para as discussões acerca do Brexit, porém não determinante. Além disso, fatores identitários, políticos, culturais, geográficos e históricos, que alicerçam tanto a opinião pública e a política externa da nação, foram fundamentais para o fim do casamento entre Reino Unido e UE, processo conduzido majoritariamente pelo Parlamento de Westminster.

Diante disso, é possível sintetizar que, segundo Scruton (2021), há quatro razões principais que motivaram o Brexit, as quais decorrem do seguinte argumento: a preservação dos valores e das instituições que constituíram o Reino Unido durante o curso da história.

Primeiramente, é uma questão de identidade e tradição. Vale ressaltar que o Reino Unido sempre foi um país complicado no que diz respeito ao processo de integração da Europa — a identidade britânica continua sendo colocada pelos nacionais acima da identidade europeia. Os britânicos sempre foram favoráveis ao comércio com a Europa, mas nunca se esforçaram pela integração política, muito menos pelo aprofundamento da União Europeia. Vale lembrar que o euro não foi aderido, nem o acordo do Espaço Schengen, ou seja, a adesão à UE foi celebrada "pela metade" (SCRUTON, 2021).

Em segundo lugar, decorre de fatores históricos. É importante lembrar que o Reino Unido não foi ocupado pelo eixo durante a Segunda Guerra. Sendo assim, entendem que não necessitam de reconciliação, diferentemente dos alemães e franceses, que precisam de uma nova forma de poder – como a UE – para se projetarem no mundo. Por meio da integração europeia atrelada ao aprofundamento das relações entre as nações do velho continente, os germânicos tentam modificar sua imagem afetada pelas atrocidades cometidas pelo III Reich, na Segunda Guerra Mundial, e os franceses continuam a tentativa de espraiar os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, princípios herdados da Revolução Francesa. Contudo, os britânicos entendem a União Europeia como uma iniciativa franco-germânica. Por não possuir a mácula nazista do passado alemão, nem compartilhar, inteiramente, dos princípios universalistas franceses, buscam defender a soberania e as próprias instituições ancoradas em valores nacionais (SCRUTON, 2021).

Em terceiro lugar, um propósito jurídico e cultural. É importante relembrar que o tipo de lei e de governo no Reino Unido são distintas dos demais países europeus. Diferentemente do Civil Law herdado de Roma e do Código Napoleônico, utilizado na UE e na maioria das nações, o direito britânico é baseado em costumes. As leis inglesas surgem a partir de jurisprudências. Após a ocorrência de um fato, um valor é atribuído a ele e, posteriormente, uma lei pode ser criada pelo Parlamento. Mas esta instituição geralmente não ratifica a lei, a jurisprudência e o costume já são suficientes para o bom funcionamento do judiciário. O Common Law é um sistema legal construído de forma horizontal, ou seja, as normas são adequadas ao costume, os cidadãos apresentam a causa ao juiz e este resolve a questão com base em acontecimentos passados semelhantes ao fato novo (SCRUTON, 2021).

Em último lugar, mas não menos importante, pode-se citar uma motivação econômica. O Reino Unido, por ser um país com uma economia dinâmica, contribuía mais recursos para a UE do que auferia benefícios dessa organização. A Crise de 2008 fez com que diversos cidadãos britânicos reivindicassem mudanças no status quo, sendo a UE um alvo (SCRUTON, 2021).

Diante dessas complicações, o Brexit foi uma alternativa para o Reino Unido se inserir, de forma autônoma, soberana e independente, em uma sociedade internacional marcada por constantes mudanças, a partir do resgate e da ênfase nos valores e práticas que sobreviveram aos testes do tempo e auxiliaram na consolidação de princípios e estruturas que

alicerçam o país há centenas de anos (SCRUTON, 2021). O Brexit, portanto, oferece uma oportunidade de reinício, de realizar um novo projeto ancorado nas antigas tradições e instituições nacionais.

Considerações Finais

Ao realizar uma pesquisa sobre as relações da política externa britânica com as origens do Brexit, percebe-se o quanto as instituições, as tradições e os costumes do Reino Unido — constituídos no decorrer do tempo — influenciam na tomada de decisão a nível internacional. A proeminência do Parlamento, a noção de equilíbrio de poder e o poderio naval, vislumbrados como os pilares da política externa do país, também garantiram a sobrevivência da nação em momentos turbulentos da história.

Desse modo, o artigo científico contribui para a aquisição de conhecimento sobre a história da Inglaterra, a política externa do país, a importância das instituições britânicas no processo de tomada de decisão e as origens e razões do Brexit. O conteúdo presente nessa pesquisa demonstra os princípios que fundamentaram o Brexit.

Pelo fato do Brexit ser um evento recente, esse tema permite a produção de futuras pesquisas no intuito de visualizar os desdobramentos do Brexit de forma mais detalhada. Além disso, é possível vislumbrar a efetividade dos pilares da política externa britânica nessa nova conjuntura, bem como a readaptação deles a fim de continuarem úteis, pois sabemos que as instituições que não se reformam, não se conservam.

A partir do entendimento histórico sobre a formação gradual dos três pilares que sustentam a política externa britânica, constatou-se as origens históricas e as razões da saída do Reino Unido da União Europeia. O Brexit, nesse sentido, foi um processo em que valores identitários, históricos, políticos, jurídicos, culturais e econômicos estiveram incutidos. Desse modo, provou-se que, para compreender o fenômeno do Brexit, foi necessário elucidar alguns eventos da história inglesa, bem como os valores britânicos que influenciaram na formação das instituições do Reino Unido.

Considerando a natureza de todo o arcabouço valorativo e dos princípios que fundamentaram o Brexit, conclui-se que: às vezes é preciso mudar para que tudo se mantenha o mesmo.

Referências

BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial.** Editora: Universidade de Brasília, 2002.

CHURCHILL, Winston. **História dos Povos de Língua Inglesa: Berço da Inglaterra.** IBRASA, 2010.

ELST, Philip Vander. **The Principles of British Foreign Policy.** The Bruges Group, 2008.

FERGUSON, Niall. Império: **Como os Britânicos Fizeram o Mundo Moderno.** Editora: Crítica, 2ª edição. 2017.

FERNANDES, Daniel Costa. **Política Externa da Inglaterra: Análise Histórica e Orientações Perenes.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia.** Tradução: Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. Editora: Companhia das Letras. 2018.

OAKESHOTT, Michael. **A Política da Fé e a Política do Ceticismo.** Editora É Realizações, 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A União Europeia: Os desafios, a crise e o futuro da integração.** Elsevier Editora Ltda, 2014.

SCRUTON, Roger. **Brexit: Origens e Desafios.** Editora Record, 2021.

TREVELYAN, George Macaulay. **History of England.** Doubleday, 2000.

WARREN, Lewis. **King John.** Methuen Publishing, 1978.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional.** Editora UNB, 2004.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** IPRI, 2002.

V Congresso de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

Isabela Queireza Gomes
Mariana Carvalho Garcia

O PAPEL DO DIREITO INTERNACIONAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS MIGRANTES: uma apresentação das normativas e recomendações

Uberlândia
2024

RESUMO: Este artigo aborda a proteção das crianças migrantes à luz do direito internacional, considerando sua vulnerabilidade e a necessidade de diretrizes específicas. As crianças migrantes são frequentemente vistas como parte de núcleos familiares, mas são indivíduos com direitos próprios, destacando a importância de um olhar atento e individualizado para suas necessidades. O estudo examina várias normativas do direito internacional que tratam dos direitos das crianças migrantes, incluindo convenções como a Convenção sobre os Direitos da Criança, assim como diretrizes regionais. O método utilizado foi principalmente análise documental de convenções, opiniões consultivas e protocolos emitidos por organismos internacionais, como a ONU, o ACNUR e a CIDH. A pesquisa conclui sobre o papel do direito internacional na proteção das crianças migrantes e sua importância na atualidade.

Palavras-chave: Crianças migrantes; Direito Internacional; Proteção; Direitos Humanos; Convenções internacionais.

1. INTRODUÇÃO

Em 2020, havia cerca de 36 milhões de crianças migrantes no mundo (UNICEF, 2023). Esse cenário demonstra que é preciso ter diretrizes internacionais específicas para tutelar esse grupo, especialmente em termos de proteção e desenvolvimento em seus países de destino. Essa necessidade se torna mais evidente com o dado de que, aproximadamente, 50% dessas crianças migram de forma forçada, ou seja, são crianças refugiadas ou asiladas, que se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade (ACNUR, 2020).

As crianças migrantes são, muitas vezes, observadas como uma extensão de núcleos familiares. Entretanto, as crianças são indivíduos que têm seus próprios direitos e interesses, sujeitos de direito, por isso, ter um olhar atento e individual às suas necessidades é uma questão de extrema relevância no cenário mundial atual (Cheble, 2023).

Nesse sentido, há diversas normativas do direito internacional que protagonizam os direitos das crianças migrantes, como a citada Convenção sobre os Direitos da Criança, além da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, de 1990, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil, de 2000, as Diretrizes sobre Proteção Internacional N°8, referente às crianças refugiadas, de 2009, e aquelas de cunho regional, como por exemplo, a Convenção

Americana de Direitos Humanos, de 1969, e a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, de 1994, dentre outras.

Nessa perspectiva, faz-se necessário apresentar as prerrogativas que norteiam a proteção internacional das crianças migrantes. Com isso, intenta-se compreender o papel desempenhado pelo direito internacional na garantia e promoção dos direitos das crianças migrantes, a partir das diferentes abordagens e perspectivas provenientes dos organismos internacionais no que tange a proteção e os direitos desse grupo.

A importância da realização dessa pesquisa acompanha a análise feita por Jacqueline Bhabha, que discute questões de migração infantil, com foco em sua proteção. Para Bhabha (2014), embora as migrações de crianças sejam um fenômeno complexo, ainda são amplamente subestimadas tanto no âmbito acadêmico quanto na sociedade em geral, o que desencadeia uma série de adversidades ao longo da vida das crianças migrantes. Isso porque, em muitas análises entende-se migração como um fenômeno adulto, o que faz com que as necessidades provenientes das crianças não sejam atendidas (Bhabha, 2014). Notando que existem mecanismos que não são sensíveis às crianças e suas necessidades particulares, a temática desta pesquisa surge com o intuito de apresentar como esse fenômeno infantil é protegido pelo direito internacional.

Para a realização desta pesquisa, o método de procedimento foi, majoritariamente, análise documental, com enfoque em convenções, opiniões consultivas, protocolos e diretrizes emitidas por organismos internacionais sobre o tema, como a Organização das Nações Unidas, a Agência das Nações Unidas para Refugiados e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A análise feita sobre esses documentos foi descritiva e expositiva, buscando abordar as regras reunidas em cada documento e o porquê da sua relevância para o tema. Por fim, após a análise dos documentos e de suas regras e recomendações, bem como uma análise de cenários reais de crianças migrantes, deduziu-se conclusões sobre o papel do direito internacional na proteção desse grupo e o lugar que esses sujeitos ocupam na atualidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Convenção sobre os Direitos da Criança

A Convenção sobre os Direitos da Criança se apresenta como um dos principais instrumentos internacionais, sendo o tratado com o maior número de ratificações na história (UNICEF, [s.d]). Nesse sentido, a Convenção foi adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em novembro de 1989, apresentando o

reconhecimento de todo indivíduo menor de 18 anos como criança e garantindo a esse grupo, uma gama de direitos (Mariano; Rosemberg, 2010).

Desde o seu projeto original até a sua adoção pela Assembleia Geral, a Convenção demorou mais de 10 anos para ser construída, vindo a reforçar grande parte do que já era abordado na Declaração sobre os Direitos das Crianças de 1959. Os direitos das crianças previstos na convenção podem ser divididos em três áreas: direitos civis e políticos; econômicos, sociais e culturais; direitos especiais (proteção). Em síntese, os direitos civis e políticos dizem respeito àqueles que envolvem questões relacionadas com a liberdade individual, assegurando a proteção dos indivíduos frente a abusos que o Estado pode ter, com isso, a Convenção passa a enxergar a criança como um sujeito de direito (Brougère, s.d). Os direitos econômicos, sociais e culturais abarcam questões como o direito à saúde, educação, lazer e desenvolvimento pleno. Por fim, os direitos especiais se relacionam com a proteção da criança, trazendo ao debate as especificidades necessárias de proteção para esse grupo social (Mariano; Rosemberg, 2010).

Tratando-se especificamente do que é abordado no texto da Convenção, cabe destacar, primeiramente, seu artigo 2, que estabelece o princípio da não discriminação com base em diversos critérios, tais como raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência física, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais (ONU, 1989). Essa disposição destaca a abrangência da Convenção, que se aplica não apenas a crianças residentes em seus países de origem, mas também a crianças migrantes que possam estar em situações diversas e em países diferentes de sua nacionalidade.

Outro artigo de grande importância no contexto das crianças migrantes é o artigo 9, que trata da separação de pais e filhos. Este artigo enfatiza a importância da unidade familiar, estabelecendo que a separação só é permitida quando for no melhor interesse da criança (ONU, 1989). A relevância deste princípio é evidenciada pela possibilidade de separação durante o processo migratório, uma prática que ocorreu nos Estados Unidos durante a administração Trump. A situação das crianças imigrantes separadas na fronteira dos Estados Unidos com o México durante o governo Trump exemplifica uma séria violação do artigo 9 da Convenção, devido à separação arbitrária e desconsideração pelo bem-estar das crianças. A política de "tolerância zero" implementada pelo governo resultou na separação de milhares de famílias imigrantes, deixando quase mil crianças ainda não reunidas com seus pais até 2023 (Hesson, 2023).

Além disso, o artigo 20 da Convenção trata das crianças que estão temporariamente ou permanentemente separadas de suas famílias. Para crianças migrantes não acompanhadas ou separadas de suas famílias durante o processo migratório, este artigo destaca a responsabilidade dos Estados em fornecer cuidados alternativos adequados, conforme estabelecido em suas leis nacionais. Esses cuidados podem envolver a colocação em orfanatos, a aplicação da kafalah do direito islâmico, a adoção ou a colocação em instituições adequadas de proteção à criança. Ao tomar decisões sobre cuidados alternativos para crianças migrantes, os Estados devem considerar sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística, bem como garantir a continuidade de sua educação. Isso implica que as crianças migrantes devem receber cuidados que respeitem sua identidade e cultura, além de garantir seu acesso à educação (ONU, 1989).

Por fim, ainda cabe analisar o artigo 22, que vai tratar especificamente sobre crianças migrantes que buscam ou são consideradas refugiadas. Este artigo estabelece que os Estados devem adotar medidas adequadas para garantir que essas crianças recebam proteção e assistência humanitária para desfrutar de todos os direitos previstos na Convenção, bem como em outros instrumentos internacionais de direitos humanos ou de caráter humanitário (ONU, 1989). Muitas crianças migrantes fogem de conflitos, violência ou perseguição e buscam refúgio em outros países, e o artigo 22 garante que elas recebam apoio adequado, independentemente de estarem sozinhas ou acompanhadas. Além disso, enfatiza a importância da cooperação entre os Estados, as Nações Unidas e organizações intergovernamentais e não governamentais para proteger e ajudar essas crianças, incluindo esforços para localizar seus familiares e facilitar sua reintegração familiar.

2.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil

O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil, de maio de 2000, foi desenvolvido frente ao crescente tráfico de crianças para vendas, prostituição e pornografia, além de questões relacionadas com o turismo sexual infantil. Em poucas palavras, o Protocolo exige que seus Estados Partes proíbam a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil, ao estabelecer definições claras e detalhadas dessas práticas e estipular a responsabilidade criminal por quem as comete, a cooperação internacional e a proteção dos direitos dessas crianças (ONU, 2000).

A relevância do Protocolo é evidente na contemporaneidade, especialmente diante da realidade em que muitas crianças migrantes, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade, tornam-se vítimas desses crimes. Dentre os artigos do Protocolo, destaca-se o 3º, que irá definir os atos e atividades que devem ser abrangidos pelo direito criminal ou penal dos Estados Partes. Isso inclui a oferta, entrega ou aceitação de uma criança para fins de exploração sexual, transferência de órgãos com intenção lucrativa, submissão a trabalho forçado, indução indevida para adoção em violação de instrumentos internacionais de adoção, oferta, obtenção, procura ou entrega de uma criança para prostituição infantil, e produção, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse de pornografia infantil (ONU, 2000). Embora essas definições não se refiram diretamente às crianças migrantes, são fundamentais para compreender e abordar casos em que elas possam ser vítimas dessas práticas.

O artigo 4º é outro ponto importante, pois estabelece a extraterritorialidade das medidas adotadas pelos Estados Partes em relação às infrações descritas no artigo 3º. Isso significa que os Estados devem estabelecer sua competência para lidar com essas infrações, mesmo que ocorram fora de seu território, envolvam um de seus nacionais ou tenham como vítima um nacional desse Estado (ONU, 2000). Essa disposição é crucial para garantir que os Estados tenham jurisdição sobre crimes cometidos contra crianças migrantes, assegurando a proteção dessas crianças em qualquer situação.

Ademais, como parte do esforço para combater essas práticas, o artigo 6 enfatiza a necessidade de cooperação internacional. Os Estados Partes devem colaborar em investigações e processos criminais relacionados a essas infrações, fornecendo assistência na obtenção de elementos de prova necessários (ONU, 2000). Essa cooperação é fundamental para proteger as crianças migrantes que possam estar em risco de serem vítimas dessas práticas em diferentes países.

Em última análise, o artigo 9º aborda a prevenção das infrações previstas no protocolo, enfatizando a importância de medidas legislativas, administrativas, políticas e programas sociais para proteger as crianças vulneráveis a essas práticas, garantindo sua reintegração social e recuperação física e psicológica (ONU, 2000). Esses artigos são essenciais para garantir a proteção das crianças migrantes contra esses crimes e assegurar que seus direitos sejam protegidos, independentemente de sua condição migratória.

2.3. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias

A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias foi adotada na Assembleia Geral em dezembro de 1990, após 11 anos de debates sobre sua formulação e conteúdo. A construção dessa Convenção se deu a partir da necessidade de uma norma internacional que tratasse especificamente sobre a proteção dos trabalhadores migrantes, que não possuíam seus direitos amplamente contemplados pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é a agência da ONU responsável por promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade (OIT, [s.d]). Nesse sentido, em 1978, a ONU realizou a recomendação da elaboração de uma convenção focada em garantir que os trabalhadores migrantes tivessem seus direitos e sua dignidade humana respeitados em suas questões de cunho laborais (Matias; Martins, 2007).

Em primeiro lugar, cabe destacar a definição do conceito de "trabalhador migrante" tratado na Convenção, que seria qualquer pessoa que vai exercer uma atividade remunerada em um Estado que não seja o seu de origem. Para além disso, a Convenção também busca abranger os membros das famílias desses trabalhadores, que seriam a pessoa casada ou que mantém uma relação que se enquadre como a do casamento com o trabalhador migrante, ou seus filhos (ONU, 1990).

Uma abordagem de extrema relevância incorporada nesta Convenção é a distinção entre trabalhadores migrantes documentados/regulares e os indocumentados/irregulares. Essa distinção surge do combate à migração "ilegal" que foi debatida durante a elaboração deste documento e como essa questão se relaciona principalmente com aspectos econômicos que podem desfavorecer os Estados. Nesse sentido, a Parte III da Convenção seria universal, ou seja, abrange os migrantes regulares e irregulares, não podendo haver a distinção dos migrantes quanto a sua situação migratória, e apresenta importantes temas, como a proibição de tratamentos degradantes e cruéis, liberdade de pensamento e crença religiosa, privacidade, liberdade, segurança, entre outros. Porém, a Parte IV, se refere apenas ao migrantes que se encontram em situação regular e aborda questões relacionada com o direito de circular livremente no território do Estado, constituir associações e sindicatos e de não sofrerem distinções quanto aos nacionais do país em matéria de acesso a instituições e serviços educativos, habitação, serviços sociais e de saúde e participação na vida cultural (ONU, 1990).

Ao se analisar essa distinção, nota-se que a migração irregular realmente traz diversos desafios quanto à proteção dos direitos fundamentais dos migrantes, uma vez que a

integração dessa pessoa é fundamental para que ele possa usufruir de todas as prerrogativas que lhe são garantidas. Entretanto, exatamente por essa falta de integração, essas pessoas se encontram em situações de extrema vulnerabilidade, sendo, muitas vezes, vítimas de situações análogas à escravidão em seus trabalhos. Por meio dessa visão, nasce uma percepção que, apesar da necessidade desses migrantes terem esses direitos garantidos, dada a sua condição de vulnerabilidade, a real implementação deles seria muito dificultosa, exatamente pelo obstáculo da situação migratória irregular (Matias; Martins, 2007).

O debate sobre a migração infantil frequentemente aborda a movimentação de famílias, envolvendo pais e filhos. Nesse contexto, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migratórios e dos Membros das suas Famílias assume relevância positiva ao garantir prerrogativas aos migrantes trabalhadores e aos membros de suas famílias, porém também relevância negativa, ao realizar a distinção de direitos baseada em um critério de situação migratória.

Como já mencionado, os migrantes em situação irregular se encontram em um grau de vulnerabilidade mais elevado que aqueles que são documentados, estando propensos a sofrerem com violações de seus direitos de maneira facilitada, o que tende-se a associar com a necessidade de prerrogativas mais inclusivas e direcionadas para as diversas vertentes que englobam essa situação, o que não é abordado na Convenção. Perante a Convenção, como um forma de combate a essa migração "ilegal", há a distinção, levantando questionamentos sobre a sua real efetividade e proteção. Para além disso, na maior parte das vezes, quando os pais se encontram em situação irregular, é comum essa também ser a situação dos filhos. Como discutido anteriormente, as crianças têm inúmeras necessidades especiais para seu desenvolvimento e proteção, o que demanda a garantia de mais direitos. No entanto, perante esse documento, esses direitos são frequentemente limitados por questões relacionadas ao status migratório, colocando as crianças migrantes, mais uma vez, em situação de extrema vulnerabilidade.

2.4. Convenção Americana sobre Direitos Humanos

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos foi proposta no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 1969. A CIDH é um órgão autônomo e principal da Organização dos Estados Americanos criada em 1959, com o objetivo de promover e proteger os direitos humanos no continente. A Convenção supracitada só entrou em vigor em 1978 e, até 2012, havia sido ratificada por 24 países. A Convenção define os direitos humanos que os Estados ratificantes devem se comprometer

internacionalmente a respeitar e a dar garantias para que sejam respeitados. Além disso, cria a Corte Interamericana de Direitos Humanos e define atribuições e procedimentos tanto da Corte como da CIDH.

A princípio, a convenção destaca que os Estados Partes comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa, em que pessoa é todo ser humano. Nesse sentido, a convenção vai destacar no capítulo II direitos civis e políticos e no capítulo III direitos econômicos, sociais e culturais que devem ser respeitados.

No que tange a proteção de crianças, cabe ressaltar que define-se criança como toda pessoa menor de 18 anos. Assim, no artigo 4, que diz respeito sobre Direito à vida, a convenção destaca que não se deve impor pena de morte a nenhuma pessoa que seja menor de dezoito anos no momento de perpetração do delito. Ademais, no artigo 5 sobre direito à integridade pessoal, aborda sobre a necessidade de separar os menores dos adultos, em caso de processo, para serem conduzidos a um tribunal especializado para seu tratamento. No artigo 12, sobre liberdade de consciência e religião, a convenção determina sobre o direito dos pais de criarem seus filhos de acordo com a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções, protegendo a individualidade das famílias.

Um artigo importante no que diz respeito à proteção de crianças, é o artigo 13 sobre liberdade de pensamento e de expressão, que aborda a necessidade de não haver censura prévia de nenhuma informação ou ideia de toda natureza, exceto em caso que o objetivo da censura seja de regular o acesso a conteúdos que firam a proteção moral da infância, e da adolescência. Além disso, outro artigo de fundamental relevância, é o artigo 19 sobre os direitos da criança, dando ênfase no fato de que as medidas de proteção que a condição de menor requer devem ser garantidas pela família, pela sociedade e pelo Estado, sob o princípio de co-responsabilidade.

O artigo 1 da Convenção afirma que todos os Estados Partes devem respeitar os direitos sem discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer natureza, origem nacional ou social, posção econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. Esse aspecto é fundamental no que tange a proteção de crianças migrantes e a garantia dos seus direitos. Isso porque, se pessoa é todo ser humano, ao defender os diversos direitos de toda pessoa, a convenção declara também, ainda que indiretamente, sobre os direitos que devem ser garantidos às crianças. Ademais, ao incluir a não discriminação por motivos de origem nacional e condição social, a Convenção abrange todos os tipos de pessoas dotadas de direito, inclusive migrantes. Assim, apesar de não ter

sido elaborada com foco nos direitos das crianças migrantes, a Convenção garante uma abrangência em suas determinações que permitem a extensão da proteção desses direitos a elas e obriga os Estados Partes às protegerem e respeitarem.

2.5. Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores

A Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores foi declarada em 1994 considerando a importância de assegurar a proteção integral e efetiva ao menor no âmbito internacional, se apoiando na Convenção sobre os Direitos do Menor adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, diante da necessidade de regular os aspectos civis e penais do crime de tráfico internacional de crianças.

Um importante ponto dessa Convenção é o destaque para a necessidade de um sistema de cooperação jurídica entre os Estados Partes e Estados não Partes em torno da prevenção, sanção e restituição da vítima de tráfico internacional, colocando a proteção do menor como prioridade diante de quaisquer burocracias internacionais. A Convenção determina no artigo 2 que por tráfico internacional de menores entende-se "a subtração, a transferência ou retenção, ou a tentativa de subtração, transferência ou retenção de um menor, com propósitos ou por meios ilícitos" (*online*), que podem ser entendidos como prostituição, exploração sexual, servidão ou qualquer outro propósito ilícito e meios ilícitos se refere a sequestro, consentimento mediante coerção ou fraude, entrega ou recebimento de pagamentos ou benefícios ilícitos para obter consentimento dos pais, pessoas ou instituição responsável pelo menor, entre outros.

Para coordenar o funcionamento do controle do tráfico internacional de crianças, a Convenção determina a criação de uma Autoridade Central, em cada Estado Parte, que comunicará à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Essas autoridades centrais ficarão responsáveis por prestar assistência mútua para as diligências judiciais e administrativas, estabelecer mecanismos de intercâmbio de informações sobre legislação nacional, jurisprudência, práticas administrativas e estatísticas acerca do tráfico internacional de menores em seus territórios e dispor sobre as medidas necessárias para se permitir a aplicação da Convenção de forma efetiva nos seus Estados.

A Convenção tem o cuidado de ressaltar sempre que os interesses superiores do menor devem ser respeitados ao tomar qualquer decisão. Nesse sentido, além de abordar os aspectos penais que devem ser considerados pelos Estados a fim de sancionar a prática de tráfico internacional infantil, a Convenção também aborda aspectos civis não previstos da subtração, transferência e retenção ilícitas de menores que não estão presentes em outras

convenções sobre o tema. Sob esse aspecto, o artigo 14 dispõe sobre como proceder quando houver uma solicitação de localização e restituição. Após tramitada pela Autoridade Central do Estado em que houve a solicitação, a autoridade requerida irá estipular as medidas necessárias para iniciar, facilitar e coadjuvar os procedimentos judiciais e administrativos para localizar e restituir o menor de modo que a sua proteção esteja assegurada. Ademais, o artigo 16 dispõe sobre a responsabilidade de um Estado Parte de adotar medidas imediatas para proteção da criança, quando constatado que se trata de uma vítima de tráfico internacional, inclusive as de caráter preventivo. Após isso, por meio das Autoridades Centrais, serão adotadas as medidas necessárias para comunicar as ações de localização e restituição do menor.

Uma Convenção como essa é de fundamental importância ao designar obrigações aos Estados no que se refere a um problema muito presente na região das Américas. O continente americano é composto por grandes desigualdades econômicas, sociais e políticas, que quando associadas à existência de uma baixa presença estatal permite que as fronteiras se tornem porosas a esse tipo de criminalidade. Diehl (2022) vai destacar a zona da Tríplice Fronteira do Cone Sul, composta por Brasil, Argentina e Paraguai, em que esses países vão desenvolver políticas intergovernamentais e transfronteiriças de enfrentamento ao tráfico internacional de crianças e adolescentes, pois as fronteiras, devido à grande circulação de pessoas, dinheiro e mercadorias, costumam ser locais vulneráveis para crianças e adolescentes. Sob esse viés, o autor destaca que um relatório das Nações Unidas declarou que o tráfico humano gera cerca de 150 bilhões de dólares anualmente, sendo 85% proveniente da exploração sexual. Além disso, estima-se que cerca de 100 mil vítimas por ano sejam da América Latina e Caribe, região que acumula 60% das rotas de tráfico humano internacional. Nesse contexto, um Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime afirmou que quase um terço do total de vítimas de tráfico no mundo são meninos e meninas (Diehl, 2022). Esses dados deixam clara a importância e urgência de uma Convenção como a de 1994, especialmente no contexto do continente americano, mas também evidencia que, apesar de existirem mecanismos e documentos que pavimentam o caminho para a proteção das crianças, ainda há um longo trabalho para uma aplicação efetiva por parte dos Estados das suas disposições.

2.6. Opinião Consultiva OC-21/14 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Em 7 de julho de 2011, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai realizaram uma solicitação à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para obter uma opinião sobre a proteção das crianças migrantes. O principal objetivo dessa solicitação era entender quais são as responsabilidades dos Estados em relação às crianças migrantes e quais medidas podem ser tomadas para garantir sua segurança e bem-estar.

A CIDH emitiu a Opinião Consultiva OC-21/14 em 19 de agosto de 2014 em resposta a essa solicitação. A opinião definiu que é de responsabilidade dos Estados adotar medidas para proteger os direitos das crianças migrantes, independentemente de sua situação migratória. Dessa forma, é necessário que essas crianças tenham acesso à justiça, assistência jurídica, proteção contra a detenção arbitrária e acesso a serviços básicos (CIDH, 2014). A relevância dessa opinião é pautada na sua centralidade nos direitos das crianças migrantes e no estabelecimento das obrigações dos Estados em relação a elas, servindo, logo, como um guia para os Estados possam se basear ao elaborarem e implementarem suas políticas migratórias.

Primeiramente, como também é definido na Convenção sobre os Direitos da Criança, a Corte reafirma que uma criança é qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade. Diante disso, um dos principais pontos citados, é o dever do Estado em priorizar uma abordagem baseada nos direitos humanos no que tange a migração infantil, levando em consideração os direitos das crianças em todas as suas políticas, especialmente sua proteção e desenvolvimento integral. Isso significa que os direitos das crianças devem ser colocados em primeiro lugar, independentemente de sua nacionalidade ou status migratório no país em que se encontram (CIDH, 2014).

A Corte também determinou que os Estados devem identificar quais são as crianças migrantes que precisam de proteção internacional e garantir que elas recebam um tratamento adequado e individualizado. Isso também é válido para as crianças que estão desacompanhadas, separadas de suas famílias ou em situação de apatridia. Dessa forma, é dever dos Estados possuir mecanismo para fazer a identificação dessas crianças em situação de vulnerabilidade, bem como para obter informações sobre os motivos da saída da criança de seu país de origem e qualquer outra informação relevante para determinar se ela precisa de proteção internacional (CIDH, 2014).

Outro ponto central abordado na Opinião é a proibição de privar as crianças de sua liberdade como parte de um processo migratório. A partir disso, seria dever dos Estados buscar alternativas menos invasivas para proteger os direitos das crianças e, quando for necessário fornecer alojamento para essas crianças, o processo deve ser feito de modo a

respeitar o direito à unidade familiar, sendo que as condições de alojamento também devem ser adequadas e garantir que as crianças tenham acesso a um ambiente favorável ao seu desenvolvimento (CIDH, 2014). Essa abordagem reflete de maneira clara o que é tratado no artigo 20 da Convenção sobre os Direitos das Crianças já mencionado, uma vez que prevê a necessidade das crianças desacompanhadas serem amparadas pelo Estado de forma que não haja a descontinuidade de seu processo de educação e desenvolvimento.

Cabe destacar também que a Corte reafirmou o princípio do *Non-refoulement* (Não-devolução) na Opinião, ao definir que os Estados não podem devolver uma criança quando sua vida, segurança ou liberdade estiverem em risco. Dessa forma, quando for necessário que o Estado tome qualquer decisão sobre a devolução de uma criança, ela deve ser baseada no interesse superior da criança e tendo em vista quais serão os impactos dessa devolução, especialmente em relação à segurança da criança (CIDH, 2014).

Em resumo, a Opinião Consultiva da CIDH trata sobre a infância migrante e estabelece as obrigações dos Estados em relação à proteção das crianças migrantes. De forma geral, ela destaca a importância de garantir que essas crianças tenham acesso à justiça, assistência jurídica, proteção contra a detenção arbitrária e serviços básicos, sendo dever dos Estados a adoção de uma abordagem baseada nos direitos humanos e na garantia dos direitos das crianças, independentemente de sua situação migratória (CIDH, 2014).

2.7. Diretrizes sobre Proteção dos Direitos das Crianças Migrantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

O objetivo dessas diretrizes, publicadas em dezembro de 2009 pela Agência das Nações Unidas para Refugiados, é complementar o *Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiados* do ACNUR baseado na *Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados* e no *Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados*. Apesar desses documentos se aplicarem a todos os indivíduos, independentemente da idade, o ACNUR entendeu que é preciso um olhar sensível às crianças, que possuem direitos e necessidade de proteção específicos, sendo consideradas todas as pessoas com menos de 18 anos de idade. Além disso, essas manifestações de solicitação de refúgio devem receber atenção especial do Estado, pois crianças são vítimas de perseguições e violências específicas.

> (…)deve ser interpretada de uma forma que considere a idade e o gênero, analisando os motivos, formas e manifestações particulares da perseguição vivenciada pelas crianças. Perseguição de parentes, recrutamento de menores, tráfico de crianças para prostituição, e exploração sexual ou sujeição à mutilação genital feminina, são

> algumas das formas e manifestações de perseguição específicas contra crianças que podem justificar o reconhecimento da condição de refugiados, se tais atos estiverem relacionados aos elementos da Convenção de Refugiados de 1951.[1]

As diretrizes cobrem todas as crianças solicitantes de refúgio, estejam elas acompanhadas, desacompanhadas ou separadas. Ainda, há a excepcionalidade nos casos em que deve-se considerar se a perseguição prejudicou o desenvolvimento e a maturidade psicológica do solicitante, podendo considerar pessoas que já completaram 18 anos ou são um pouco mais velhas. Nesse sentido, o termo "perseguição", de acordo com o parágrafo 10, pode envolver violações de direitos humanos, como ameaça à vida e à liberdade,bem como outros tipos de situações intoleráveis em relação à idade, opiniões, sentimentos e estrutura psicológica do solicitante, assim, é importante considerar o que seria maus tratos sob a perspectiva infantil e não adulta. Isso porque a imaturidade, a vulnerabilidade, os mecanismos de enfrentamento subdesenvolvidos e a dependência, como destaca o parágrafo 15, podem ter relação direta com a forma que as crianças vivenciam e temem a perseguição.

O documento detalha algumas das formas mais comuns de perseguição que são específicas contra crianças e que surgem no contexto das solicitações de refúgio, como: recrutamento de menores em conflitos armados, tráfico de crianças e trabalho infantil, mutilação genital feminina, violência doméstica contra crianças e violações dos direitos econômicos, sociais e culturais. De acordo com o parágrafo 37, o agente de perseguição geralmente apresentado pelas crianças não é o Estado, mas grupos militarizados, gangues criminosas, pais ou outros cuidadores e líderes comunitários e religiosos.

Um destaque importante desse documento está no parágrafo 51, em que ressalta o fato de que quando a infância do solicitante ou refugiado acaba, a sua participação em um grupo social de crianças não deixa necessariamente de existir, pois as consequências de ter pertencido a esse grupo anteriormente também não cessam. Esses grupos sociais podem ser, entre outros, crianças em situação de rua, crianças afetadas pelo HIV/AIDS e crianças alvo de recrutamento ou utilização por exército ou grupos armados. Além disso, a partir do parágrafo 58 se aborda sobre a importância de considerar com cautela as cláusulas de exclusão da condição de refugiado quando se trata das circunstâncias e vulnerabilidades particulares das crianças, por exemplo quando crianças cometeram crimes enquanto seus direitos eram violados.

---

[1]Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança, Comentário Geral No. 6 (2005): Tratamento de Crianças Desacompanhadas e Separadas Fora de Seu País de Origem, CRC/GC/2005/6, setembro de 2005 (doravante, "CDC, Comentário Geral No. 6"), 74.

Por fim, o capítulo IV vai abordar sobre as questões procedimentais e de provas, já que, devido à pouca idade e dependência relativa, as crianças devem possuir algumas salvaguardas processuais e probatórias específicas, para que sua solicitação seja processada de maneira justa.

Em 2015, a BBC produziu uma reportagem sobre o aumento do número de crianças solicitantes de refúgio na Europa, sendo mais de 100 mil só no primeiro trimestre do ano. Parte dessas crianças chegavam desacompanhadas por terem perdido a família no caminho até a Europa, por serem órfãs de guerra ou por terem sido "escolhidas" para ter uma vida melhor no continente. A falta de preparo das autoridades para lidar com a grande quantidade de crianças solicitantes de refúgio abriu margem para a ação de criminosos, abrigos privados em situações precárias e abusos em centros públicos. Toda a situação conduziu muitas dessas crianças ao abandono, às drogas e à prostituição para conseguirem sobreviver (BBC, 2015). A importância de existirem instrumentos que regulam e especificam a proteção de crianças migrantes é fundamental para evitar que cenários como esse continuem se perpetuando ao redor do mundo.

3. CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se investigar quais eram as principais normativas e recomendações no cenário internacional que embasam o campo dos direitos das crianças migrantes, bem como de que forma esses contribuem para a consolidação dos direitos nesse campo.

Nesse sentido, após extensa realização de pesquisa sobre quais seriam os principais instrumentos, esses foram explicados no que tange às suas principais prerrogativas e pontos de construção. Dessa forma, após realizada a análise sobre essas normativas, é possível observar o papel crucial desses mecanismos na promoção e garantia dos direitos desses indivíduos em situação de vulnerabilidade, garantindo proteção e assistência humanitária. A complementaridade das normas internacionais entre si, ou seja, os diferentes focos que cada norma possui, aliada à complementaridade dos direitos das crianças, envolvendo principalmente direitos econômicos, sociais, culturais e de proteção, em conjunto com a tríade responsável pela garantia da proteção desse grupo, formada pela família, sociedade e Estado, e a firmeza do princípio da não discriminação, são elementos fundamentais para a consolidação desse campo de proteção no cenário internacional.

Em primeiro lugar, a complementaridade das normas internacionais é uma das características cruciais da proteção das crianças migrantes. Várias convenções, protocolos e

diretrizes focam em diferentes aspectos das situações que as crianças migrantes enfrentam, desde a separação de seus pais até a impossibilidade de repatriação quando a sua vida, segurança, ou liberdade está em risco, ou seja, crianças refugiadas. Essa complementaridade fornece uma visão abrangente sobre as necessidades especiais das crianças migrantes e tenta lhes garantir a proteção necessária e a assistência na variedade de situações e circunstâncias que as crianças enfrentam. Em segundo lugar, a complementaridade dos direitos entre si demonstra que os direitos de crianças migrantes são indivisíveis e interligados. Os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais são igualmente essenciais para o desenvolvimento e proteção integral dessas pessoas. Um exemplo seria como a Convenção sobre os Direitos da Criança, em conjunto com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e as diretrizes do ACNUR, entre outros instrumentos, estabelecem um arcabouço legal abrangente que reconhece e protege os diversos aspectos da vida das crianças migrantes, especialmente aqueles ligados a integração dessas crianças nos países que as recebem.

Outro aspecto central elucidado pela pesquisa se baseia na tríade de proteção formada pela família, sociedade e Estado, que se mostra como um conceito fundamental para que essas crianças tenham os seus direitos respeitados. Assim, a unidade familiar é reconhecida nas normas citadas como um direito essencial a essas crianças, especialmente pelo seu papel no desenvolvimento. Os Estados se mostram como o ator responsável pela garantia e implementação de todos os direitos assegurados a esse grupo, por meio da adoção de políticas públicas, por exemplo. Já a sociedade, além do seu papel essencial nas questões relacionadas com o apoio e integração das crianças migrantes, é responsável por realizar a fiscalização do cumprimento das obrigações do Estado e, quando esse não as assume, lutar para que haja uma mudança e assim, garantir que as crianças tenham seus direitos respeitados.

Por fim, no que tange ao princípio da não discriminação, percebe-se como ele é um pilar fundamental na proteção das crianças migrantes, estando presente na maior parte das convenções e tratados citados. Exmeplos disso são a Convenção sobre os Direitos da Criança quanto a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que estabelecem o princípio da não discriminação como um direito fundamental, fazendo com que todas as crianças, independentemente de sua origem, nacionalidade ou status migratório, sejam tratadas com igualdade e recebam proteção e assistência adequadas.

Portanto, os principais instrumentos do direito internacional do campo de proteção da criança migrante, ao garantirem a complementaridade das normas internacionais, a complementaridade da própria proteção, a aplicação da tríade “família, sociedade e estado”, a proibição estrita de qualquer forma de tratamento discriminatório, contribuem de maneira

significativa à formação e desenvolvimento do mencionado campo no cenário mundial . Por meio desses meios, a sociedade internacional expressa seu compromisso perante a proteção dos direitos das crianças migrantes e sinaliza a necessidade de abordar o problema de maneira abrangente e integrada para resolver a complexa situação que esses indivíduos se encontram.

4. REFERÊNCIAS

ACNUR. **DIRETRIZES SOBRE PROTEÇÃO INTERNACIONAL N. 08: Solicitações de Refúgio apresentadas por Crianças, nos termos dos Artigos 1(A)2 e 1(F) da Convenção de 1951 e/ou do Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados.** [S. l.], 22 dez. 2009. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9747.pdf. Acesso em: 04 de mar. 2024.

ACNUR. **Crianças representam cerca de metade do número de refugiados do mundo.** 12 out. 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2020/10/12/criancas-representam-cerca-de-metade-do-numero-de-refugiados-do-mundo/. Acesso em: 3 mar. 2024.

BHABHA, Jacqueline. **Child Migration & Human Rights in a Global Age**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BBC, 2015. **Prostituídas e exploradas: a dura realidade de crianças imigrantes abandonadas na Europa.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150921_criancas_refugiadas_rm. Acesso em 12 de abr. 2024.

BROUGÈRE, G. **Dépendance et autonomie.** [S.d] Disponível em: <www.ofaj.org/paed/texte2/enfants/enfants.html>. Acesso em: 7 abr. 2024.

CHEBLE, Laila Roxina Moliterno Abi. **Niños migrantes no acompañados : Corte Interamericana de Derechos Humanos y Corte Europea de Derechos Humanos.** [S. l.], 2022. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/252494. Acesso em: 4 mar. 2024.

CNN Brasil. **Quase 1.000 crianças imigrantes separadas da família no governo Trump ainda não viram os pais.** Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quase-mil-criancas-migrantes-separadas-por-trump-ainda-nao-encontraram-os-pais/. Acesso em 12 de abr. 2024.

DIEHL, Rodrigo Cristiano**. Tráfico internacional de crianças e adolescentes na América Latina : um estudo sobre políticas públicas de enfrentamento a partir do caso da Tríplice Fronteira do Cone Sul (Brasil, Argentina e Paraguai).** Disponível em: http://hdl.handle.net/11624/3360. Acesso em 01 de abril de 2024.

HESSON, Ted. H**ow would Trump crack down on immigration in a second term?** Reuters, 8 abr. 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/how-trump-would-crack-down-immigration-second-term-2023-11-14/. Acesso em: 8 mar. 2024.

MATIAS, Gonçalo Saraiva; MARTINS, Patrícia Fragoso. A **CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTECÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS: PERSPECTIVAS E PARADOXOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE IMIGRAÇÃO.** [S. l.], 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2oRMjmqhZc8C&oi=fnd&pg=PA3&dq=Matias%3B+Martins,+2007+trabalhadores+migrantes&ots=NpNxoTkzuW&sig=edvIm0zq4AI8jP-VNsqsqMdSI5Y&redir_esc=y#v=onepage&q=Matias%3B%20Martins%2C%202007%20trabalhadores%20migrantes&f=false. Acesso em: 28 fev. 2024.

MOLITERNO ABI CHEBLE, L. R. **CRIANÇAS MIGRANTES DESACOMPANHADAS NAS AMÉRICAS:: COVID -19 E O DIREITO A VIVER EM FAMÍLIA. SÉCULO XXI**: Revista de Relações Internacionais - ESPM-POA, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, 2022. Disponível em: https://sumario-periodicos.espm.br/xxi/article/view/197. Acesso em: 04 de mar. 2024.

LEGALE, Siddharta; MARCOLINO, Danilo Sardinha. **A OPINIÃO CONSULTIVA Nº 21/2014: Os deveres do Estado frente às crianças migrantes.** [S. l.]: Núcleo Interamericano de Direitos Humanos da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, 1 jun. 2019. Disponível em: https://nidh.com.br/oc21/#_ftn1. Acesso em: 04 de mar. 2024.

OEA. Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores.** 1994.

OEA. Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos.** 1969.

OIT. **Conheça a OIT.** [S. d.]. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.** 1989.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.** 1990.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil.** 2000.

UNICEF. **In 2020, the number of international migrants reached 281 million; 36 million of them were children**. [S. l.]: UNICEF data, 15 dez. 2023. Disponível em: https://data.unicef.org/topic/child-migration-and-displacement/migration/#:~:text=In%202020%2C%20the%20number%20of,countries%20%E2%80%93%20half%20of%20them%20children. Acesso em: 4 mar. 2024.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança: Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países..** [s.d]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 3 mar. 2024.

UNITED NATIONS (Brazil). **15 milhões de crianças foram deslocadas de seus países de origem em 2020, alerta UNICEF**. [S. l.], 30 ago. 2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/142294-15-milh%C3%B5es-de-crian%C3%A7as-foram-deslocadas-de-seus-pa%C3%ADses-de-origem-em-2020-alerta-unicef#:~:text=O%20documento%20revela%20que%20mais,pa%C3%ADses%20de%20origem%20por%20dia. Acesso em: 4 mar. 2024.

SQUEFF, Tatiana Cardoso; ORLANDINI, Márcia L. **Is there a latin american child migration law? An analysis of the `Advisory Opinion n. 21 on the rights of child migrants? rendered by the Inter-American Court of Human Rights.** Revista Videre, Dourados, v. 11, pp. 121-134, 2019. Acesso em: 4 mar. 2024.

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. **A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 693–728, 2010. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/142. Acesso em: 7 abr. 2024.

UMA AMÉRICA LATINA E CARIBENHA PARA MULHERES? CONSIDERAÇÕES DECOLONIAIS SOBRE AS DISCUSSÕES E OS ASSUNTOS DE GÊNERO NA CEPAL

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento[1]
Enndiel dos Santos Mendes[2]

LINHA DE PESQUISA: Política Externa e Instituições Internacionais

RESUMO

O presente artigo versa sobre a condução de uma análise decolonial dos livros institucionais elaborados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como resultado das últimas três Conferências Regionais sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, de 2016, 2019 e 2022. A partir de uma perspectiva crítica e internacionalista, lançamos ponderações acerca das inclinações do feminismo decolonial de María Lugones, Linda Martín Alcoff, Lélia Gonzalez, Gloria Anzaldua e Françoise Vergès. Não obstante, em um primeiro momento, evidenciamos o debate acerca das especificidades do feminismo latino-americano, bem como das contribuições dessas autoras para subsidiar interpretações e propostas da realidade local. Já em um segundo momento, apresentamos as posições cepalinas no tocante ao que chamam de "assuntos de gênero", para assim analisar criteriosamente, com suportes das lentes decoloniais, os livros institucionais elaborados pela CEPAL, frutos das Conferências já mencionadas. Haja vista que são produtos utilizados para divulgar as iniciativas e disseminar informações sobre a temática de gênero, e mais precisamente sobre as mulheres latino-americanas, nada mais interessante que embasar as discussões em elementos teórico-intelectuais das acadêmicas e militantes que já contribuem para esse tema. Com esse propósito, a metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica narrativa e na utilização da técnica de análise documental do material institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Econômico; Feminismo Decolonial; Países latino-americanos; Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

Preteridas durante muito tempo, as mulheres vêm acessando, pouco a pouco, diferentes instâncias de poder na sociedade, na política e nas relações internacionais. Com

[1] Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Bolsista CAPES. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Endereço eletrônico: danielle.passos@unesp.br.

[2] Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Bolsista CAPES. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Endereço eletrônico: enndiel.mendes@unesp.br.

esse avanço, muitas instituições, Estados e regiões passaram a caminhar em direção ao desenvolvimento de políticas, iniciativas e debates capazes de fomentar a equidade entre mulheres e homens, pauta basilar, ainda que não a única, da luta feminista.

Especificamente no contexto das Relações Internacionais e dos processos internacionais, Fred Halliday (2007) afirma que não existe uma neutralidade de gênero[3], embora durante muito tempo tenha-se tentado propagar esse ideal. De acordo com esse mesmo autor, o elemento gênero representa, na prática, uma parte relevante na determinação ou modificação do lugar que homens e mulheres ocupam na disposição das relações políticas, sociais e econômicas entre os sexos e nos meios que estão inseridos. As mulheres despontaram como atores internacionais de maior proeminência, a exemplo da transnacionalização das organizações, campanhas de mulheres e o sufrágio feminino (Halliday, 2007, p. 170-171). Por isso, a partir dos anos 1980, o debate de gênero passou a fazer parte dos estudos internacionais nas disciplinas e esferas em sua amplitude, inclusive no âmbito dos organismos internacionais. Com o *boom* das discussões de gênero, surgiu também o interesse de analisar questões de política externa e produção de políticas públicas, em países fora do eixo norte-americano e europeu.

Na conjuntura da época, as discussões envolvendo Estado e desenvolvimento econômico já eram notáveis no cenário político e intelectual na América Latina, o que orientou a busca por teorias e conceitos próprios que embasassem o novo modelo de desenvolvimento da região (Tavares, 2021). Deu-se então em 1948, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)[4], no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Santiago, no Chile. A CEPAL é uma das cinco Comissões Econômicas regionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico, e posteriormente social, da América Latina. Tal desenvolvimento seria pautado na intensificação de ações para a promoção de relações econômicas dos países latino-americanos entre si e com outros países do mundo (CEPAL, 1988; Almeida Filho; Corrêa, 2011). Em 1977, a comissão toma novos rumos em direção às mudanças envolvendo as pautas de gênero com a criação da Divisão de Assuntos de Gênero. A partir da década de 1990, as questões de gênero na CEPAL se intensificaram substancialmente com o aprofundamento do processo de globalização e abertura comercial e financeira dos países

[3] Tratar de questões de gênero é muito mais profundo do que falar apenas de mulheres, mas nos concentramos nessa parcela em exato.

[4] É relevante apontar que o foco deste trabalho não é fazer um levantamento das iniciativas e propostas da CEPAL para incentivar a cooperação econômica e o desenvolvimento no contexto latino-americano e caribenho, mas sim de pensar a incorporação das pautas de gênero.

latino-americanos. Por sua vez, a organização se viu diante de uma pluralidade de discussões internacionais e passou a abordar temas como Gênero e Desenvolvimento, assuntos relativos ao meio ambiente, à sustentabilidade, ao crescimento populacional, entre outros (Tavares, 2021).

Como mencionado, a Divisão de Assuntos de Gênero, parte das divisões e unidades de trabalho cepalina, foi engendrada com o objetivo central de integrar as mulheres no processo de desenvolvimento econômico e social (Brasil, 2024). Contudo, faz-se necessário observar os desdobramentos ao longo dos anos, da incorporação das reivindicações e demandas das mulheres, e amplamente das pautas de gênero, dentro das iniciativas e moldes da Comissão. Haja vista que, a equidade de gênero, a autonomia das mulheres, um olhar para a condição latino-americana sob o enfoque da colonização, de questões raciais e de classe, deveriam também constar na base do modelo de desenvolvimento da região latino-americana e caribenha. Isso porque, a própria CEPAL (2024) afirma que os Assuntos de Gênero desempenham uma função ativa na assimilação da perspectiva de gênero no domínio do desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe. Portanto, busca assim atuar numa relação de proximidade com os mecanismos de promoção de gênero na região, sendo resultados da sociedade civil, do movimento de mulheres e feministas e outros agentes responsáveis pelas políticas públicas, como os institutos nacionais de estatística.

Entretanto, propomos um olhar crítico para essa estreita relação da CEPAL com movimentos teórico-práticos conectados com o "gênero", na conjunção de que a organização possa ter estagnado nas reivindicações e seguido uma agenda de interesses do Norte Global, que não condiz com as especificidades da região. Consideramos que isso ocorre, devido à capacidade simplificadora, sedutora e de rápida propagação do projeto político e econômico neoliberal, ao criar obstáculos reais que inibem os avanços quistos pelas ativistas e teóricas feministas engajadas com mudanças e melhorias sociais, sejam em organizações como a CEPAL ou em outros âmbitos da sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo conduzir uma análise decolonial dos livros institucionais elaborados pela CEPAL como resultado das últimas três Conferências Regionais sobre a Mulher da América Latina e do Caribe: Autonomia das mulheres e igualdade na agenda do desenvolvimento sustentável (2016), Autonomia das mulheres em cenários econômicos em mudança (2019) e A sociedade do cuidado: horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero (2022). Levando em consideração as abordagens de María Lugones, Linda Martín Alcoff, Lélia Gonzalez, Gloria Anzaldua e

Françoise Vergès, buscaremos problematizar os avanços e desarranjos dessas propostas em relação às pautas feministas.

GÊNERO EM DEBATE: AS FEMINISTAS "DECOLONIAIS" E AS BASES PARA A COMPREENSÃO DA AMÉRICA LATINA

As transformações nas discussões acadêmicas e ativistas que permeiam os recortes de gênero e feminismos podem ser delimitadas de diferentes maneiras, a depender, por exemplo, dos conceitos, contextos e regiões de que se tratam. No caso da América Latina, têm-se condições, experiências e compreensões singulares daquelas advindas das bases do eixo Europa- Estados Unidos, lidos como grandes centros do movimento feminista, em relação às lutas, pautas e superações atreladas às perspectivas de gênero. De acordo com Delia Dutra e Lourdes Maria Bandeira (2015), ao reconhecer as demandas e vivências específicas acerca das questões de gênero na região latino-americana, é possível compreendermos as contribuições e olhares que dão aportes para os estudos e entendimentos das conjunturas próprias dos países que compõem a localidade. Em vista disso, as autoras elucidam que os estudos de gênero, de maneira mais ampla, forjaram-se com base nas pautas da construção de uma luta política pelos direitos humanos dos grupos "minoritários", historicamente marginalizados dos sistemas de decisões, dos locais institucionalizados de poder e de produção científica. Pautando-se em propostas críticas, os feminismos e os estudos de gênero possuem atributos singulares que os tornam capazes de construir análises alicerçadas em elementos sócio-históricos e interdisciplinares do sul global. Em busca da transformação social, reconhecem pensadoras/pensadores e ativistas-militantes que produzem conhecimentos "fora da caixa tradicional" e múltiplas propostas epistêmicas.

Seja no passado, como no atual momento, as temáticas e a luta feminista de incorporação das pautas de gênero não se resumem a agenda das feministas brancas, ocidentais, de classe média da Europa e dos Estados Unidos. Estas já lutaram por direitos civis, uma vida "fora do lar", reivindicando igualdade política e de condições, direito ao voto, sufrágio universal feminino, "liberdade do corpo", de direitos reprodutivos (Bandeira; Melo, 2010; Bittencourt, 2015) — em absoluto não estamos falando que essa luta e pressão dos movimentos feministas não foi/é importante — mas, demoraram de contemplar os enfrentamentos de outros perfis de mulheres ao redor do globo que passaram por aspectos de desigualdades ainda mais atenuantes. A agenda feminista que buscamos expor aqui diz respeito aos feminismos que foram capazes de ecoar vozes potentes na luta por direitos ainda mais básicos, como a liberdade, abolição da escravatura¸, o direito ao território, como é o caso

das mulheres negras no Brasil, no século XIX, e se estende aos feminismos que são tão inclusivos quanto, ao redor do mundo.

Segundo Naiara Bittencourt (2015), não devemos desconsiderar as singularidades da construção da "mulher" que vive às "margens" do capitalismo, a exemplo das que fazem parte da América Latina, bem como de África e Ásia. Em razão do processo de colonização e do modelo ocidental de poder impostos a essas regiões, guardada as devidas proporções, houve um processo de silenciamento, exclusão e exploração das mulheres em termos de trabalho, controles sobre seus corpos, organização política e sexualidade e ocupação de espaços públicos de poder, inclusive os intelectuais. Acrescenta a referida autora,

> No cenário latino-americano, como destrinchado em ponto anterior, há especificidades que não podem ser desconsideradas no enfrentamento dos movimentos feministas à ordem patriarcal, racista e capitalista dependente. É evidente, ainda, a predominância de feminismos extremamente colonizados, brancos, eurocêntricos e heteronormativos, que trazem como paradigma um "ideal" de mulher distante da realidade epistêmica do sul global, dos povos periféricos ou marginalizados (Bittencourt, 2015, p. 207).

Para Bittencourt (2015), os feminismos que observam a América Latina precisam estar ancorados em uma visão que perceba as dinâmicas e os processos de colonização, assim como posteriormente, de independência dos Estados latino-americanos, pois estas questões moldaram não só o sistema de organização, mas também de desenvolvimento de determinadas sociedades. Quando se trata dos aspectos envolvendo os arranjos de gênero, mais especificamente das posições que as mulheres ocupam nas esferas práticas, intelectuais, sociais, políticas, culturais etc, essa chave analítica se mantém. As experiências das mulheres da América Latina, negras, indígenas, originárias, comunitárias, quilombolas, operárias, camponesas e entre outras, precisam ser absorvidas pelos movimentos feministas e aqueles que tangenciam o gênero enquanto categoria-ferramenta de análise, teoria e conceito.

Uma crítica que segue um direcionamento parecido é a feita pela professora e escritora brasileira Heloisa Buarque de Hollanda, mais recentemente conhecida como Heloisa Teixeira. Hollanda (2020) diz que mesmo nos centros de pesquisas e universidades brasileiras e latino-americanas, os estudos de gênero ainda são marcados por referências e fontes bibliográficas de fontes eurocêntricas e estadunidenses. Contudo, explica que nos anos mais recentes as pesquisas e estudos estão incluindo nos seus eixos teóricos uma maior aproximação com os eixos latino-americanos e brasileiros. Esse achegamento proveitoso é creditado em detrimento da emergência das vertentes interseccionais e decoloniais do feminismo. Por isso, no presente trabalho, assim como em outros, vemos a necessidade de reforçar a importância de construir diálogos com as feministas e estudiosas de gênero

latino-americanas. Não apenas no âmbito estritamente acadêmico, mas também prático, na formulação de políticas públicas, na estruturação de organizações, no levantamento de discussões políticas e na consolidação de comissões regionais que de fato tenham propostas pautadas nas minuciosidades latino-americanas e caribenhas, como deveria ser o caso da CEPAL.

A partir desse olhar, temos alguns nomes interessantes que irão aparecer ao longo deste texto: María Lugones, Lélia Gonzalez, Françoise Vergès, Gloria Anzaldúa e Linda Martín Alcoff[5]. Entendemos que seria crucial que estas intelectuais e ativistas pudessem ser inseridas no âmago das discussões de gênero na CEPAL, para ecoar suas vozes e reflexões, além de trazer pontuações críticas à agenda da comissão. Tais autoras representam o germinar dos caminhos e das agendas do feminismo para a construção de um pensamento feminista latino-americano e são alocadas dentro da perspectiva decolonial feminista. Portanto, uma América Latina e Caribenha, que se preocupe com a identidade plural das mulheres, deve se atentar a trajetória dos feminismos no contexto inserido, enquanto um movimento que conversa com questões relacionadas à raça, território, descolonização etc.

Dora Barrancos (2022, p. 44-45) menciona que as sociedades latino-americanas instrumentalizaram o feminismo como reação ao domínio masculino de hábitos e codificações. Em conformidade com a realidade de cada país, os movimentos feministas seguiam as possibilidades e transformações das relações de gênero na região. Os ciclos dos feminismos na América Latina impulsionam cada vez mais um teor crítico das diretrizes científicas, de pesquisas e dos exercícios práticos. Lilian Cortez (2020), quando lança as indagações sobre os feminismos latino-americanos a partir de uma perspectiva decolonial, interseccional e transnacional — sendo a primeira também proposta do presente artigo — nos lança reflexões acerca das contribuições e atuações dos diferentes feminismos vigentes na nossa localidade. Para isso, Cortez (2020) não esquece de frisar a nossa condição de continente colonizado, desigual, diverso e "miscigenado". "Diante da vasta diversidade cultural e desigualdade social existentes na América Latina, mulheres integrantes de

[5]A escolha das autoras não se deu de forma aleatória. A trajetória de vida e de pesquisa delas é reflexo do esforço que fizeram para contribuir com os estudos das mulheres, de gênero, da colonialidade e diversas dimensões que incidem sobre os países da América Latina. María Lugones foi uma socióloga argentina e tributária direta do pensamento decolonial. Lélia Gonzalez, filósofa, intelectual e militante do movimento negro e movimento feminista brasileiro. Françoise Vergès, cientista política francesa que morou no México e na Argélia, com uma discussão vasta sobre escravidão e colonialismo. Gloria Anzaldúa, uma intelectual estadunidense, estudiosa da teoria cultural chicana, teoria feminista e teoria queer, versando sobre as fronteiras da mestiçagem e construção da identidade dos sujeitos. E Linda Martín Alcoff, filósofa panamense especialista em epistemologia, feminismo, raças e existencialismo.

movimentos feministas organizam-se, de diversas formas e com diferentes propósitos, para abranger suas próprias demandas regionais" (Cortez, 2020, p. 4).

Ainda no que se refere às considerações decoloniais, que vem ganhando um espaço expressivo nas análises de Relações Internacionais, o feminismo decolonial é definido por Françoise Vergès (2020) tal qual uma defesa de políticas decoloniais, de afirmação da lealdade às lutas das mulheres do Sul global, que foram e as que virão, de reconhecimento de suas heranças, de descolonização das narrativas do feminismo branco e de construção eurocêntrica de uma imagem de América Latina, da produção de uma pedagogia e conhecimento decolonial crítico, de despatriarcalização das lutas revolucionárias e da afirmação do direito à existência.

Seguindo essa correnteza, María Lugones (2019), ao tratar da colonialidade[6] do gênero, explica as possibilidades de rejeitar as ofertas colonial do ideal de um único tipo de mulher branca e de uma única realidade. É o momento de encruzilhadas, das mulheres se enxergarem com esteio nas diferenças coloniais e na construção de um "novo sujeito de uma nova geopolítica feminista [...]" (Lugones, 2019, p. 374). Em retrospecto, para ela, a colonização das Américas e do Caribe deixou marcas refletidas na distinção hierárquica e dicotômica entre homens e mulheres. "Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização" (Lugones, 2019, p. 358). Lélia Gonzalez (2020a) já trazia, em 1988, reflexões similares a de Lugones. Na sua concepção, assim como se solidificou as relações raciais, as reflexões históricas, especialmente nos países de colonização ibérica, nos levam a problematizar a herança "herdada" das metrópoles Portugal e Espanha em torno das articulações de gênero.

> Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturam a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas (Gonzalez, 2020a, p. 131).

Com base nos escritos de Gonzalez (2020a), nos preocupamos em romper com essas classificações que inferiorizam as mulheres e intensificam os valores ocidentais, capazes de reproduzir um discurso perigoso e perpetuar crenças "únicas e universais", mesmo no cerne de comissões e instituições que nasceram com o intuito de "projetar" as ligações e os ideais

[6] María Lugones é adepta do pensamento de Aníbal Quijano, responsável por fazer um valoroso debate sobre a colonialidade do ser e da colonialidade do saber, sobretudo na América Latina. Não iremos nos debruçar sobre suas contribuições neste artigo, mas fica a recomendação do texto a *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*.

presentes na trajetória pujante da América Latina, monitorando políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento da região, a exemplo da própria CEPAL quando trata de questões de gênero. A construção do feminismo prático latino-americano teria muito o que ganhar com as bases teóricas das feministas da região, em específico das inseridas no bojo decolonial. Os planos de ações, cartilhas, eventos, livros institucionais e as conferências seriam propriamente pautados na luta e nas demandas contra as diferentes formas de opressão e de ruptura com a lógica de marginalização das mulheres e de um imaginário de práxis e saberes colonizados.

AGENDA DE GÊNERO NA CEPAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

As últimas duas décadas de atuação da CEPAL em relação à Agenda de Gênero na América Latina e Caribe foram muito marcadas pelo princípio da transversalidade da abordagem de gênero. Essa estratégia foi adotada a partir da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, com o intuito de fornecer as bases para a superação da discriminação de gênero e alcançar a igualdade (Cepal, 2016). Para Maria Luiza Ribeiro Viotti (2006), a Plataforma de Ação de Pequim, documento elaborado a partir da conferência de 1995, apresenta a concepção de transversalidade como um processo político articulado, e ao mesmo tempo técnico, que deve ser capaz de atravessar todas as esferas sociais, com o intuito de auxiliar a produção de políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres. Associado a isso, a autora considera que o uso do conceito de gênero permitiu que a CEPAL passasse a analisar a situação da mulher para além da visão binária e biológica. O novo ponto de partida é uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente e, portanto, passíveis de modificação (Viotti, 2006).

A Plataforma de Ação também trouxe o empoderamento da mulher como um dos objetivos centrais, para que a mesma adquirisse o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar condições e fornecer suporte nesse processo (Viotti, 2006). Uniu-se a essas inovações conceituais, o tratamento da situação da mulher sob a perspectiva dos Direitos Humanos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos coletivos e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados (Viotti, 2006). A CEPAL então passou a reconhecer as relações de gênero como parte central das preocupações da

organização e isso tornou-se a chave para a busca por melhores condições de vida e pelo fim das desigualdades nos países latino-americano e caribenhos.

Para que as discussões das conferências e da Agenda de Gênero fossem levadas à frente, a Divisão dos Assuntos de Gênero da CEPAL buscou monitorar as mudanças e resultados obtidos ao longo dos anos por meio do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. Os indicadores do observatório são construídos com base em informações oficiais, fornecidas de forma pública pelos portais governamentais e/ou quando necessário, solicitadas diretamente aos órgãos responsáveis. Segundo Ana Guezmes, Lúcia Scuro e Nicole Bidegain (2022), através do observatório, a CEPAL concentrou seu olhar na autonomia das mulheres principalmente em três dimensões: autonomia econômica, autonomia física e autonomia na tomada de decisões. A concepção de autonomia foi forjada após as discussões na X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e no Caribe em 2007, assim como na XII Conferência em 2010. De acordo com as autoras, de forma ampla, a autonomia das mulheres pode ser definida como a habilidade que estas possuem de tomar decisões sobre suas vidas livremente, de acordo com seus próprios desejos e aspirações (Cepal, 2011; Guezmes; Scuro; Bidegain, 2022). Os três tipos de autonomia versam acerca das diversas dimensões e âmbitos sociais dos quais as mulheres estão inseridas e enfrentam cotidianamente todos os tipos de entraves ao seu bem estar social. Seja econômica, física e de decisões, as mulheres se tornarem autônomas significa que estas deveriam ser capazes de controlar seus bens e recursos, bem como decidir livremente sobre suas sexualidades, interesses ou desinteresse em realizar tarefas reprodutivas e de cuidado. Além disso, as mulheres deveriam possuir o direito de viver uma vida livre de todo e/ou qualquer tipo de violência (Cepal, 2021; Guezmes; Scuro; Bidegain, 2022).

Entretanto, ao levarmos em consideração as análises e contribuições de feministas decoloniais, nos deparamos com diversos questionamentos acerca das agendas de gênero que são promovidas frente ao capitalismo neoliberal. No caso da CEPAL, surgem dúvidas de como a comissão lida com as políticas neoliberais que afirmam defender e promover o futuro das mulheres, enquanto ao mesmo tempo podem produzir ações que fragilizam esse futuro? A angústia ocorre após a leitura dos documentos elaborados ao fim das conferências. Estes materiais, de caráter didático e de registro histórico, trazem diversas observações acerca do desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe para a superação das desigualdades de gênero. Porém, não parecem trabalhar de forma explícita com as concepções decoloniais e críticas de autores e autoras do Sul global. Como exposto pela especialista em estudos pós-coloniais Françoise Vergès (2021), as noções de vulnerabilidade

e precariedade que categorizam os grupos marginalizados — ênfase nossa para as mulheres — devem ser pensadas com cautela. Isso porque, governos e instituições internacionais costumam utilizar de uma abordagem sanitária e social que visa manter os vulneráveis a distância e ocultam os processos de ampliação da precariedade que estão em jogo (Vergès, 2021).

Em vez de fornecer informações que possam desestruturar os mecanismos que produzem as vulnerabilidades, o Estado-nação e as instituições vinculadas a ele difundem uma ideologia do empreendedorismo de si, os sujeitos se tornam seus próprios empresários. Aqueles que não conseguem adquirir e/ou impulsionar capital com essa lógica de produtividade neoliberal, são considerados desinteressados ou incapazes (Vergès, 2021). Portanto, existe muito interesse por parte dos governos e grupos econômicos de que as mulheres superem suas condições de vulnerabilidade, tornando-as instrumento de captação e desenvolvimento econômico para as sociedades às quais elas pertencem. Vergès (2021) apresenta um exemplo interessante dessa relação, expondo a percepção da agência financeira norte-americana Overseas Private Investment Corporation (OPIC) sobre a redução das desigualdades de gênero em países do Sul global.

> O mundo, declara o fundo de investimento, não pode negligenciar a oportunidade multibilionária que as mulheres do Sul Global representam. Reduzir o gender gap (as desigualdades de gênero) acrescentaria 28 trilhões de dólares ao produto Global já em 2025, e um pouco tempo a economia feminina representaria um mercado duas vezes mais importante que a Índia e a China reunidas. O fato de que as mulheres do Sul Global constituem 73% da clientela das instituições de microcrédito torna ainda mais fácil entender o interesse dos bancos e dos fundos de investimento (Vergès, 2021, p. 57).

Vergès (2021) busca argumentar com essas informações que os reais objetivos do capitalismo neoliberal estão mascarados. A globalização passa a se destacar pela criação e manutenção de zonas de precarização e este pode ser um dos fatores que levam à essencialização de grupos e categorias, como é o caso das mulheres. Essa lógica é perceptível nos próprios dados apresentados pela CEPAL, em relação ao setor de tecnologia financeira, cujo avanço na redução das desigualdades de gênero — na América Latina e Caribe — é bem significativo. O texto institucional "La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes", descreve que, na região, "35% das empresas de tecnologia financeira foram fundadas por uma mulher ou têm mulheres como membros da equipe fundadora. Isso está bem acima da média global, estimada em 7%" (Cepal, 2019, p. 78, tradução nossa)[7]. A

[7] No original: "35% de las empresas de tecnología financiera fueron fundadas por una mujer o tienen mujeres que integran su equipo fundador. Esta cifra se ubica muy por encima del promedio mundial, estimado en un 7%" (Cepal, 2019, p. 78).

porcentagem de mulheres que são funcionárias das empresas de tecnologia financeira chega a 30% e países como Uruguai, Peru e Colômbia, ocupam o topo da lista de países com a maior proporção de empresas com pelo menos uma mulher na equipe fundadora (Cepal, 2019). No entanto, não fica claro, ainda que a falta dessas informações tenha muito a dizer, quem seriam essas mulheres que foram capazes de superar as condições de vulnerabilidade, ter acesso e se manter em cargos e empresas de médio a grande porte. Nesse sentido, a ideia de mulheres como uma categoria universal que abarca todas as realidades nos parece contraproducente no caso latino americano e caribenho.

A intelectual chicana Gloria Anzaldúa (2000), expressou muito bem como as mulheres de cor, lésbicas, indígenas, foram por muito tempo invisíveis aos olhos do mundo dominante, os discursos destas não eram ouvidos porque suas línguas, sua cultura, seus saberes eram tidos como proscritos. Isso ocorre,

> Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia (Anzaldúa, 2000, p. 299).

A situação atual da América Latina e do Caribe não está muito distante do exposto por Anzaldúa. Em conformidade com outras intelectuais feministas críticas, a autora parte da consideração de que o desenvolvimento associado ao interesse exploratório “dos homens brancos”, do capitalismo e suas instituições têm ocultado e descartado diversos sujeitos e grupos (Anzaldúa, 2000). Os grupos considerados minoritários são tratados na condição de vítimas, como é o caso de mulheres negras, LGBTQIAP+, povos originários, entre outros. Além do que vinha ocorrendo historicamente, o surgimento da pandemia de COVID-19 foi um fator que exacerbou as condições de precariedade e desigualdade entre eles. Endossando esse argumento, trazemos os escritos de Lélia Gonzalez (2020b, p. 139-140) que expõe com veracidade as contradições internas dentro do feminismo e mais ainda dentro do feminismo latino-americano no tocante à situação das mulheres racializadas. Conforme ela conjectura, durante o progredir dos anos, dentro do movimento de mulheres, as indígenas foram testemunhas de uma dupla exclusão. Esse apagamento era perceptível pelo modo como essas mulheres tinham — e ainda têm — suas experiências, diferenças e reivindicações deixadas de lado dentro do movimento feminista e inferiorizadas nos movimentos de questões raciais. Ou seja, ainda que se tenha em mente o papel fundamental das lutas feministas, a discriminação com base em questões de gênero e sexual não é a única que importa, a discriminação racial precisa ser discutida, inclusive nas observações da CEPAL.

Em relação à atuação da CEPAL, as cartilhas, os livros e as conferências demonstram um certo esforço em tratar de forma transversal e interseccional às demandas da agenda regional de gênero, como exposto no livro "Autonomía de las mujeres e igualdad en la agenda de desarrollo sostenible" (Cepal, 2016). A comissão expõe que esse tipo de abordagem interseccional é inerente à discussão de gênero na nossa região e busca centrar a atenção nas múltiplas discriminações que se cruzam e potencializam as desigualdades históricas das mulheres, particularmente as indígenas, afrodescendentes, pobres de áreas rurais ou urbanas marginais (Cepal, 2016). Em "La sociedad del cuidado: Horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género" (Cepal, 2022), as informações que dizem respeito aos povos originários/indígenas, apresentam as dificuldades especiais que estes enfrentam no acesso à alimentação adequada, à água potável, tensões associadas aos seus direitos territoriais, além do impacto da pandemia de COVID-19. Para esses povos, o acesso à terra, aos territórios e aos recursos naturais possuem significados especiais, com destaque às indígenas mulheres, que compreendem a terra não apenas como um recurso produtivo (Cepal, 2022). Isso significa, que as políticas públicas voltadas para essas comunidades não deveriam partir de uma perspectiva desenvolvimentista que torna a terra um recurso estritamente mercantilizado.

Contudo, os textos e atuações da comissão enfrentam muitas contradições e impasses quando se trata da aplicação dessas perspectivas interseccionais e transversais. Há a ausência de dados que cruzam essas intersecções e a ausência dos debates acadêmicos feitos por autores e autoras, como as citadas nesta pesquisa. Do ponto de vista feminista decolonial, alinhar o Estado, o mercado e a sociedade, em prol da superação das condições de desigualdade, é uma questão complexa frente ao desenvolvimento e exploração desenfreada produzida pelo capitalismo. Interpretamos que, para esse alinhamento, seria preciso que passássemos pelo estágio de desestruturar e reorganizar a forma como essas instituições funcionam, para incorporar novas ideias, práticas e saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado, as perspectivas de gênero permeiam as esferas internacionais e regionais, gerando atuações práticas para além da academia, o que nos mostra o quão estimulador seria a ligação entre esses dois eixos. Por isso, as iniciativas da sociedade civil e das instituições latino-americanas e caribenhas são marcantes e configuram a capacidade de criar ligações com os debates teórico-práticos mais atuais. Cabe então perceber o nível, a qualidade e o avanços proporcionado pela inserção do gênero e da atuação das mulheres em

diálogo com esses setores, para assim estabelecer críticas pertinentes que contribuam com o debate qualitativo do que se produz na América Latina e Caribe sobre o recorte específico mencionado.

Isto posto, com base em Lélia Gonzalez (2020b), validamos que o feminismo como teoria e prática desempenha uma função grandiosa em termos de lutas e conquistas, por meio da apresentação constante de novas demandas e sugestões, bem como da formação de grupos e redes de enfrentamentos à desigualdade de gênero. Sendo assim, ao pensar se o objetivo da Agenda de Gênero da CEPAL é de fato auxiliar na transformação da trajetória de desenvolvimento regional, superando as desigualdades da realidade cotidiana das mulheres, os feminismos locais, teóricos e práticos têm muito a contribuir para a produção de pesquisa, material de divulgação e dados do Observatório de Gênero da comissão. A partir das autoras citadas ao longo desta pesquisa, aprendemos que o feminismo é um espaço dialógico, inevitavelmente múltiplo e pensado enquanto um projeto local, mas que pode reverberar também internacionalmente. E para tanto, é fundamental que se "decolonialize", e não só "descolonialize", a teoria e a prática feminista no mundo (Alcoff, 2020), e mais ainda na América Latina e Caribe.

As feministas decoloniais aqui mencionadas de fato não tiveram a pretensão de analisar particularmente instituições como a CEPAL, ainda que sejam críticas aos projetos institucionalistas, mas fornecem firmamento para engajar mudanças e melhorias nesses espaços. María Lugones, Linda Martín Alcoff, Lélia Gonzalez, Gloria Anzaldua, Françoise Vergès e tantas outras são fontes de lampejo para o avançar de políticas e conteúdos que rompam com a universalidade eurocêntrica/estadunidense, de caráter capitalista, atentas ao quadro da mulher da região, não somente levando em conta o gênero, mas a própria colonização, o recorte racial, territorial, cultural etc. Desse modo, a CEPAL potencializaria suas estratégias para o avanço das questões de gênero e das mulheres na região.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Decolonizando a teoria feminista: contribuições latinas para o debate. **Libertas:** Revista de Pesquisa em Direito, v. 6, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2020. Disponível em https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/4159/338. Acesso em: 13 abr. 2024.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880. Acesso em: 14 abr. 2024.

BARRANCOS, Dora. **História dos feminismos na América Latina**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022. 288 p.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil. Brasília: **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2010. Disponível em:http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias. Acesso em: 28 mar. 2024.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **InSURgência:** revista de direitos e movimentos sociais, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015.

BRASIL. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Divisão de Assuntos de Gênero.** Brasília, [2024?]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/O%20que%20e%20a%20CEPAL%20e%20a%20Divisao%20de%20Assuntos%20de%20Genero.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Report of the ad hoc Committee on the proposal for an economic commission for Latin America.** Santiago de Chile: CEPAL, 1988.

____. **Assuntos de Género**. Santiago do Chile: CEPAL, 2024. Disponível em: https://www.cepal.org/es/temas/asuntos-genero. Acesso em: 01 mar. 2024.

____. **Autonomía de las mujeres e igualdad en la agenda de desarrollo sostenible.**Santiago do Chile: CEPAL, 2016. Disponível em: http://repositorio.cepal.org//handle/11362/40633. Acesso em: 20 jan. 2024.

____. **La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes**. LC/CRM.14/3), Santiago do Chile: CEPAL, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/00c3cb8c-78a8-4a76-b17f-cb3bff34f70b/content. Acesso em: 25 jan. 2024.

____. **La sociedad del cuidado:** horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género (LC/CRM.15/3), Santiago do Chile: CEPAL, 2022. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/e3fd981b-467e-4659-a977-86d51798e0dc/content. Acesso em: 30 jan. 2024.

____. **Relatório anual de 2011 do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe.** O Salto da autonomia. Das margens para o centro . Santiago do Chile: CEPAL, 2011. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3931/S2011102.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 fev. 2024.

CORTEZ, Lilian Cristina de Oliveira. **Os feminismos latino-americanos sob uma perspectiva decolonial, interseccional e transnacional**. 2020. 26 f. TCC (Especialização) - Curso de Especialista em Mídia, Informação e Cultura, Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo, 2020.

DUTRA, Delia; BANDEIRA, Lourdes Maria. Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As América**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 1-15, dez. 2015.

FILHO, Niemeyer Almeida. CORRÊA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma Escola do Pensamento?. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro. v. 15, n. 1. 2011. p. 92-111.

GUEZMES, Ana; SCURO, Lúcia; BIDEGAIN, Nicole. Igualdade de gênero e autonomia das mulheres no pensamento da CEPAL. **O bairro econômico** , Cidade do México, v. 89, n. 353, pág. 311-338, março de 2022. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-718X2022000100311&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020a, p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020b, p. 139-150.

HALLIDAY. Fred. **Repensando as Relações Internacionais.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 312 p.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro (Pensamento feminista brasileiro)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 356-377.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

TAVARES, Marina Molina Costa. **A Agenda Regional de Gênero da CEPAL (1977- 2016)**: um estudo a partir do debate de Gênero e Desenvolvimento. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 p.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 160 p.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995. In: FROSSARD, Heloísa (Org.). **Instrumentos internacionais**

de direitos das mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006, p. 147-258.

Os BRICS e a *Genesis* da "Nova Guerra Fria": O Multilateralismo de Interesses em um Grupo Econômico Formal

Richard Rodrigues de Souza Silva[1*]
Guilherme Jonas Costa da Silva[2**]

Resumo

Os BRICS desde o seu princípio buscaram apresentar-se como o bastião do multilateralismo e uma plataforma de cooperação econômica entre os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Contudo, no decorrer de sua existência houve uma progressiva descaracterização desses pressupostos para a adoção de um comportamento que flerta constantemente com as tradicionais políticas de poder, afastando-se dos ditos princípios fundacionais do bloco, com o ponto pivotante dessa alteração ocorrendo com a deflagração da Guerra da Ucrânia e o ingresso dos novos países no BRICS, em 2024. Em vistas disso, demonstra-se como a Rússia e, em menor grau, a China capitalizam o bloco para expandir suas capacidades de projeção de força econômica, militar e política em detrimento dos outros membros, manuseando o BRICS para implementar a restauração das disputas entre blocos geopolíticos e, em última escala, na instauração de uma nova Guerra Fria.

Palavras-chave: BRICS+; Enfraquecimento do multilateralismo; BRICS e a Guerra da Ucrânia; Nova Guerra Fria.

Abstract

From the outset, the BRICS sought to present themselves as the bastion of multilateralism and a platform for economic cooperation between underdeveloped and developing countries. However, over the course of its existence there has been a progressive de-characterization of these assumptions to adopt a behavior that constantly flirts with traditional power politics, moving away from the so-called founding principles of the bloc, with the pivotal point of this change

[1*] Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: richardrssinternacionalista@outlook.com.br.
[2**] Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia e Pós-doutorando em Economia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: guilhermejonas@yahoo.com.br.

occurring with the outbreak of the Ukrainian War and the entry of the new countries into the BRICS in 2024. In view of this, it is shown how Russia and, to a lesser extent, China capitalize on the bloc to expand their economic, military and political power projection capabilities to the detriment of the other members, using BRICS to implement the restoration of disputes between geopolitical blocs and, ultimately, the establishment of a new Cold War.

Keywords: BRICS+; Weakening multilateralism; BRICS and the Ukrainian War; New Cold War.

1. INTRODUÇÃO

Os BRICS são comumente relacionados a um grupo internacional voltado à implementação dos preceitos do multilateralismo e de uma democratização da interação das nações no âmbito mundial. Contudo, observando os momentos políticos e militares mais recentes, nota-se um progressivo afastamento destas teses e proposições originais.

Essa alteração de princípios que é aventada aos BRICS não é, por si só, um elemento *sui generis*, com várias organizações internacionais percorrendo o mesmo caminho de promoverem pequenos realinhamentos e ajustes no intuito de contemplar o *Zeitgeist*[3] de seu dado período histórico. Por outro lado, parece ser algo mais profundo, com os BRICS caminhando cada vez mais para uma intensificação da alteração de seus princípios fundadores em uma escala que, em tese, contradiz a sua própria composição existencial, contrapondo-se abertamente à agenda fundacional do grupo.

Partindo do princípio de que até poucos anos atrás, os membros dos BRICS eram manipulados pela Rússia e China, para que tivessem um alinhamento com as respectivas posições e interesses desses países nas áreas econômicas[4] e militares[5] sem que houvesse uma descaracterização aberta dos princípios do grupo. Entretanto, este cenário mudou nos últimos anos, mais especificamente, após a deflagração da Guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022, que

[3] É um termo alemão, que em tradução direta significa "espírito do tempo". É utilizado para caracterizar as conjunturas de um dado momento histórico e social, que, por consequência, influencia o comportamento dos indivíduos e instituições.

[42] Autores como Oliver Stuenkel postulam que o comércio intrabloco ainda está em uma fase embrionária, mas observam a primazia da China como ponto de ligação comercial entre todos os membros dos BRICS (Stuenkel, 2017).

[5] Marcante pela aceitação do restante dos membros dos BRICS nas constantes intervenções da Rússia em conflitos internacionais.

explicitou e tornou inegável esse fenômeno, já que contradiz os princípios da não intervenção, da integridade territorial dos Estados, na promoção do pacifismo no âmbito internacional e a defesa e respeito ao direito internacional (Baumann *et al*, 2015).

A omissão dos países membros dos BRICS a esses princípios desde a deflagração da Guerra da Ucrânia e a manutenção, de forma consistente, dos posicionamentos destes, mostrou-se fundamental para que fosse possível vislumbrar uma clara quebra do *ethos*[6] internacional do grupo, tal qual postulado em suas declarações conjuntas. Mais do que apenas uma postura passiva à beligerância russa, este movimento tem se aprofundado, como pode ser evidenciado pelas características dos novos países que ingressaram no bloco, cuja postura é de claro apoio à Rússia na guerra.

Do exposto, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar que há uma progressiva descaracterização dos princípios fundacionais dos BRICS, correlacionando a sua deterioração com os adventos da Guerra da Ucrânia e a expansão do grupo, com a entrada majoritária dos países do Oriente Médio e a seus arredores no bloco levando a uma nova caracterização do grupo.

Para atingir o objetivo do trabalho, além desta introdução, o trabalho está estruturado em três seções. A segunda seção, apresenta-se a revisão da literatura sobre a origem dos BRICS e o progressivo afastamento das suas proposições originais. Na sequência, a atenção volta-se para o papel dos BRICS na guerra da Ucrânia e a gênesis da nova guerra fria. Na quarta, desenvolve-se uma análise sobre a nova face dos BRICS. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2. A (DES)CARACTERIZAÇÃO DOS BRICS: A *GÊNESIS* DA "NOVA GUERRA FRIA"

Os BRICS, desde a primeira declaração conjunta, em 2009, na cidade de Ecaterimburgo, prezava e pregava a necessidade de uma atuação dos países no cenário global focadas nos princípios do multilateralismo, do pacifismo e do respeito ao direito internacional (Baumann *et al*, 2015). Esses elementos, que fundamentam todas as declarações conjuntas desses países desde a sua criação, caracterizaram-se como um elemento essencial do papel internacional do grupo, definindo, por meio desses princípios, metas e objetivos (Baumann *et al*, 2015).

[6] O "*ethos* dos BRICS", termo recorrentemente utilizado no presente trabalho, faz menção a composição de valores, objetivos e ideais que guiam o grupo, compondo as metas e ambições do grupo em sua atuação internacional.

Inicialmente, esses elementos foram capazes de comportar a heterogeneidade de posicionamentos do grupo em *prol* de um objetivo comum, dado pela busca da modernização e reestruturação dos ambientes políticos e econômicos internacionais[7], no intuito de criar maiores oportunidades e meios de inserção global dos países emergentes (Stuenkel, 2017). Entretanto, os mesmos princípios que resultaram em ações bem sucedidas para realizar algumas breves reformas na distribuição do poder internacional, também se mostraram extremamente limitados quando contrapostos a situações de conflito no âmbito internacional (Stuenkel, 2017).

Das adversidades que o grupo enfrentou, no tocante a temáticas de defesa e segurança, as mais marcantes, que não tiveram envolvimento direto dos Estados membros do bloco, foram a questão da Líbia, Síria e o Sudão do Sul. Nestes casos, os países membros, mesmo com alguma divergência, extraíram posicionamentos conjuntos nas declarações e apresentaram uma postura comum do grupo nos fóruns mundiais (Brosig, 2019; (Stuenkel, 2017). Se é notável esse comportamento coordenado e aparentemente homogêneo, visto a própria heterogeneidade de composição do grupo, também é perceptível como eles foram irrelevantes, fora do bojo retórico, na determinação dos fenômenos que ocorreram nesses respectivos países (Stuenkel, 2017).

Contudo, nota-se com alguma frequência, uma postura dissonante da Rússia. Pouco tempo depois das problemáticas na Líbia, Síria e Sudão do Sul, o país começou a fazer intervenções unilaterais nessas regiões, ações estas que foram ativamente ignoradas pelos BRICS e abafadas sob a desculpa que eram assuntos internos da Rússia (Brosig, 2019). Essa questão, que em um primeiro momento parece irrelevante, mesmo que fruto de uma contravenção aos princípios dos BRICS, vai dar a tônica dos fenômenos futuros relativos aos posicionamentos intervencionistas e beligerantes de Moscou, bem como de uma ativa omissão dos Estados membros do bloco em condenar essas posturas, até mesmo apoiando essas atitudes em alguns casos, quando realizadas por um congênere do bloco (Brosig, 2019).

Esse tipo de comportamento, por parte de Moscou e dos BRICS, se tornou mais evidente a partir das movimentações que ocorreram na Ucrânia e a invasão da Crimeia em 2014, resultando, desta vez, na atuação direta de um dos membros dos BRICS na infração dos valores fundacionais do grupo, sem que houvesse alguma reprimenda de Brasil, Índia, China e África do Sul (Brosig, 2019; (Stuenkel, 2017).

---

[7] Notadamente, aqui refere-se a instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Mesmo sob esse flagrante contravenção dos princípios fundacionais dos BRICS, concernentes à defesa da integridade territorial, no princípio da não intervenção e da defesa do pacifismo, teve-se uma defesa tácita da Rússia sob a justificativa, dada naquele momento, de não haver uma guerra aberta entre os dois países (Brosig, 2019). Alguns autores, como Malte Brosig, vão observar esse fenômeno como um apoio passivo[8] dos BRICS à Rússia, que demonstraria, mesmo de forma vaga, uma maior prioridade de defenderem-se conjuntamente no âmbito internacional, do que preservarem os próprios princípios basilares da organização (Brosig, 2019).

De fato, no início, ainda era possível manter a dubiedade do discurso e uma defesa, com algum grau de credibilidade, das ações russas e da manutenção da validade dos princípios dos BRICS (Brosig, 2019). Entretanto, com o desenrolar dos fatos e a deflagração da Guerra da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, esta tese deixa de fazer sentido e perde totalmente a sua legitimidade, deixando claro a proeminência dos interesses políticos sobre o próprio ideário de atuação internacional do grupo.

Mesmo que tenha havido movimentações no sentido de promover uma base de legitimidade para justificar a invasão, visto que a Rússia defendeu a sua atuação no âmbito internacional sob a lógica de um *Casus Belli* de defender as populações russas de um genocídio promovido deliberadamente pela Ucrânia desde 2014. A dita Operação Militar Especial da Rússia[9], tinha então como objetivo "libertar" as populações russas do domínio e das agressões de Kiev, que supostamente ameaçavam a própria existência desses povos na região (Osborn; Nikolskaya, 2022).

Essa tentativa da Rússia em dissimular sua agressão militar não se mostrou palatável à sociedade internacional e não diminuiu o peso desse tipo de atitude (Nações Unidas Brasil, 2022). Com efeito, por mais que tenha havido um esforço no sentido de justificar a invasão como uma ação justa, o desenrolar dos fatos mostravam que era algo inviável de ser tolerado e aceito como razoável, tendo em conta as normativas das organizações internacionais, tais como, da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos próprios BRICS (Baumann *et al*, 2015; Nações Unidas Brasil, 2022).

---

[8] Apoio passivo é a definição de uma atuação que age de forma indireta, por meio da omissão ou da negação da relevância de alguma infração, dos princípios internacionais, para beneficiar alguma nação no âmbito global.

[9] A tentativa russa de dissimular a invasão como uma agressão ou infração às condutas internacionais fica clara no uso da definição de Operação Militar Especial para caracterizar o conflito. A Rússia só reconheceu o Estado de guerra entre os dois países em 22 de março de 2024, após mais de dois anos de beligerância entre as partes, imputando o surgimento de uma situação real de guerra na região, em função da sistemática intervenção Ocidental, notadamente dos EUA, na Ucrânia.

Contudo, ao contrário da ONU, nenhum dos Estados membros do BRICS mostraram-se dispostos a condenar as atitudes da Rússia, abstendo-se de comentar sobre o assunto em tons pejorativos ou mesmo realizar uma crítica conjunta à postura da Rússia e da Ucrânia, como responsáveis pela deflagração do conflito. Este fato estilizado demonstrou a fragilidade dos princípios fundacionais dos BRICS e a própria ausência de ímpetos mais robustos, pelos membros, em defender as teses de atuação que fundaram o grupo (Baumann *et al*, 2015).

Além disso, afora as nítidas contradições supracitadas, também é possível observar dois outros elementos. O primeiro, em mais de uma oportunidade, os BRICS se abstiveram de seguirem à risca os postulados em suas declarações conjuntas anteriores para promover a unidade do discurso do bloco e para manter intacta a proximidade política com o restante dos membros, notadamente com a Rússia e a China. O segundo ponto, torna-se clara a capacidade da Rússia em conseguir manipular todo o BRICS para seus fins militares nacionais, colocando-os como apoiadores passivos no cenário internacional, para promover a legitimidade dos seus pleitos e resistir às retaliações internacionais, como visto no caso das sanções econômicas e políticas impostas pelo Ocidente após o início da invasão (Brosig, 2019).

Assim, torna-se possível afirmar que o BRICS, que em tese seriam os garantidores dos bons princípios da ordem internacional, tem em seu seio não só um infrator ativo desses princípios, mas o bloco como um todo também é conivente com esses tipos de ações (Brosig, 2019). O apoio indireto a esse tipo de comportamento por parte de seus membros, fomenta a reprodução continuada desses ímpetos no bloco e aos poucos promove a mudança da própria natureza do grupo.

Em suma, esse apoio passivo a Rússia em sua infração dos próprios princípios dos BRICS pode ser demonstrada sob várias formas, com esses países sendo fundamentais, não só pela garantia de uma mínima legitimidade a retórica russa de guerra, mas também por propiciar apoio moral, financeiro e material ao esforço de guerra da Rússia, o que afronta diretamente os princípios fundamentais do bloco.

3. O PAPEL DOS BRICS NA GUERRA DA UCRÂNIA

Diante da deflagração da Guerra e da impossibilidade de condenar o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, como foi feito no passado, os BRICS passaram a incrementar a sua postura de neutralidade seletiva e de apoio passivo com novos elementos, engajando-se de forma mais consistente e profunda do que apenas no âmbito retórico ou na negação da gravidade desse fenômeno no cenário internacional. Esse apoio indireto à Rússia, ao invés de dirimir a atuação do grupo nessa temática, na verdade, resultou em um contínuo aumento dos fluxos comerciais, como meio de auxiliar a economia russa durante o conflito.

Ademais, houve a realização e a manutenção de declarações políticas minimizando a questão e apoiando as ações da Rússia, contrapondo-se a importantes atores e instituições internacionais em *prol* das posições do Kremlin (Heck, 2023). Esse elemento em específico, torna-se relevante pelo aberto posicionamento dos Estados membros aos próprios preceitos históricos dos BRICS e da atuação individual desses países no âmbito global.

3.1. Os BRICS: O Alicerce da Rússia na Guerra da Ucrânia

Como elemento adicional de análise, uma das facetas mais importantes da atuação dos BRICS na Guerra da Ucrânia foi o fortalecimento dos laços comerciais com a Rússia, que se apresentaram como uma alternativa de superar as sanções econômicas ocidentais e de promover o crescimento econômico do país. Utilizando-se dos países membros do BRICS como uma forma de contornar os sistemas financeiros internacionais[10] e as retaliações ocidentais, a Rússia conseguiu manter sua estabilidade político-econômica e promover a manutenção do seu esforço de guerra.

Visto as problemáticas macroeconômicas do país em função da guerra e a progressiva transição da economia russa para uma economia de guerra de fato, o país soube capitalizar as relações com os demais membros do bloco para evitar o agravo de seus déficits comerciais e manter o dinamismo da sua economia, mesmo em tempos de guerra (UN Comtrade Database,

[10] Em razão da expulsão da Rússia do **Society for** Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT), os BRICS, encabeçado por Rússia e China passaram a promover uma ativa utilização de moedas nacionais no comércio internacional para fugir das sanções ocidentais. Além disso, desde a Guerra da Ucrânia, aventa-se a possibilidade de criação de uma moeda interna aos BRICS, o que, em última escala, criaria um sistema financeiro internacional alternativo ao utilizado e, mais importante, controlado pelo Ocidente.

2024). Essa situação fica mais bem delineada observando-se o crescimento das importações de produtos russos por parte dos membros dos BRICS, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1: Importações dos BRICS provenientes da Rússia

Importações dos BRICS Provenientes da Rússia			
Países	**2021**	**2022**	**2023**
Brasil	$6.228.322.609	$8.629.991.236	$11.134.261.884
China	$79.593.503.788	$114.148.970.877	N/D[11]
Índia	$8.695.038.077	$40.628.245.249	N/D[12]
África do Sul	$622.916.945	$547.880.698	$522.809.944

Fonte: UN Comtrade Database. Elaboração própria

A partir da tabela, torna-se possível identificar um crescimento expressivo das importações desses países provenientes da Rússia, o que demonstra não só a recusa da adoção das sanções internacionais, como também evidencia a ausência de constrangimento dos membros do bloco em manter o comércio com Moscou. Desses dados, o mais distante do padrão de ajuda a Rússia é mostrado pelas transações econômicas com a África do Sul, que se abstém de engajar com uma maior disposição nessa conjuntura, de apoio a Rússia, em função das dificuldades econômicas do país nos últimos anos (International Monetary Fund, 2023).

Neste contexto, alguns desses países, assediados ou não pela Rússia, se dispuseram a ir mais longe do que apenas a aumentar as relações comerciais, tentando burlar as sanções internacionais e vender equipamentos de uso dual (civil e militar) ou armamentos, propriamente ditos, a Moscou, incrementando a capacidade bélica desse país no conflito com Kiev[13] (Aarup; Panov; Busvine, 2023; Eligon, 2023).

[11] Os dados do Comtrade relativos à China, no ano de 2023, ainda não se encontravam disponíveis na data de submissão do presente trabalho. Entretanto, partindo dos resultados publicados pela Reuters, no ano de 2023 o comércio bilateral entres os países foi aferido em 240 bilhões de dólares, com um aumento de 13% das importações chinesas da Rússia, passando, assim, a figurar aproximadamente 128 bilhões de dólares de bens importados da Rússia.

[12] Os dados do Comtrade relativos à Índia, no ano de 2023 ainda não foram publicados até a data de submissão do presente trabalho.

[13] Desde a deflagração do conflito já há acusações quanto a venda de armas da África do Sul para a Rússia e da atuação de empresas chinesas em suprirem as forças russas com material de cunho dual e de chips semicondutores para uso em armas avançadas.

Por mais que haja essas tentativas esporádicas da venda de material bélico, elas não são sistematizadas e fundamentam-se mais no comércio dos equipamentos de dupla função, que são difíceis de serem controlados ou sancionados pelo Ocidente (Aarup; Panov; Busvine, 2023; Eligon, 2023).

Através da exposição desses dados e fatos, fica explicitado como a Rússia conseguiu utilizar-se de sua relação com os BRICS para usufruir ganhos econômicos e manter o funcionamento da sua economia em um cenário adverso. Contudo, os ganhos auferidos pela Rússia tornaram-se mais notáveis quando evidenciado que o país não teve que realizar contrapartida alguma para obter esse apoio de seus congêneres do bloco, mesmo em um contexto de aberta contraposição dos princípios individuais de política externa[14] desses países e dos ideais fundacionais dos BRICS.

De fato, a conjuntura da Guerra na Ucrânia abalou as capacidades russas de dispor-se a atuar em vias de promover um maior engajamento econômico com os outros países do bloco, vide a necessidade de limitar os déficits da balança comercial e o foco na necessidade de implementar a militarização de sua economia. Apesar disso, como será demonstrado na tabela 2, isso não abalou a disposição, quase unilateral, dos BRICS ajudarem a Rússia, mesmo que não ganhando nenhum benefício econômico por tal ação.

Tabela 2: Exportações dos BRICS para à Rússia

Exportações dos BRICS para à Rússia			
Países	**2021**	**2022**	**2023**
Brasil	$1.587.205.423	$1.973.629.407	$1.343.313.932
China	$67.196.722.796	$76.122.649.188	N/D
Índia	$3.334.263.996	$2.927.176.217	N/D
África do Sul	$410.781.484	$282.854.622	$282.766.918

Fonte: UN Comtrade Database, 2024. Elaboração própria

Através destes dados, torna-se claro os crescentes valores importados da Rússia em contraposição a constante diminuição dos valores obtidos pelos BRICS na exportação de bens para a economia russa (UN Comtrade Database, 2024). A única exceção de peso nesse quesito,

[14] Ressalta-se que Brasil, China, Índia e África do Sul tem uma longa tradição de se absterem de conflitos e de maximizarem seus interesses nacionais no âmbito internacional.

pode ser evidenciado pelo caso chinês, que utiliza-se da guerra para aumentar de forma significativa as suas exportações comerciais para a Rússia, feito este, que não é obtido pelo restante do bloco (UN Comtrade Database, 2024).

Levando isso em conta, se para a China há um claro incentivo em adotar uma neutralidade seletiva e um apoio passivo a Rússia em função dos ganhos econômicos, provenientes das exportações e da crescente dependência econômica da Rússia à Pequim para burlar as sanções Ocidentais, não se pode afirmar o mesmo para o restante dos membros do bloco, pelo contrário. (Von Essen, 2023)

De fato, nota-se que os demais países do bloco não só passaram a importar mais da Rússia sem usufruir de ganhos relativos a essa postura, já que não houve ganhos recíprocos no aumento das exportações ou até mesmo em acordos internacionais de resultado de médio a longo prazo, que poderiam apresentar ganhos reais a esses países. Esse cenário é agravado ainda mais pela própria disposição de Brasil, Índia e África do Sul em cederem suas históricas posições de neutralidade e de descaracterização dos princípios fundacionais do bloco sem que houvesse ganhos para esses países na tomada de ações desse tipo.

Em síntese, nessa seção, demonstrou-se como a Rússia, no caso da Guerra da Ucrânia, conseguiu manejar os membros do grupo para maximizar suas capacidades no conflito sem que isso repercuta em ganhos reais para o restante dos membros dos BRICS, rompendo com o próprio princípio de bloco ser uma plataforma de ganho econômico mútuo para as nações. Ademais, há também uma infração dos princípios e preceitos de atuação deliberada desses Estados e, em último caso, o bloco como um todo, atuando na defesa da Rússia, mesmo em um cenário de ausência de benefícios econômicos claros quanto a adotar esse tipo de comportamento (Brosig, 2019).

3.2. A Quebra do Ethos do BRICS

Na perspectiva mais da ciência política, nota-se que o apoio dos BRICS transbordou para elementos mais abstratos, mais relacionados à normativa internacional e nas declarações das lideranças políticas dos membros do bloco. Estes elementos atuam conjuntamente no sentido de promover maior legitimidade às ações russas no conflito e possibilitar a defesa das narrativas russas, ao diminuir a legitimidade da Ucrânia em sua resistência às agressões de Moscou. Dito

isto, cabe, agora, demonstrar como os BRICS foram uma organização capaz de cooptar os seus próprios integrantes na defesa da narrativa russa e promoção de uma plataforma eficaz que agregasse esses três elementos em *prol* de Moscou na comunidade internacional.

No tocante ao direito internacional, desde os primeiros momentos da guerra, há um consenso quanto à responsabilidade russa na agressão à Ucrânia, tornando-se um flagrante caso de desrespeito às normativas internacionais e dos preceitos da ordem mundial vigente (Nações Unidas, 2022; Kissinger, 2015). Contudo, nenhum dos Estados dos BRICS condenou essa postura, em momento algum, tendo inclusive algumas declarações de chefes de Estado, como o do Brasil e da África do Sul, anunciando a recusa em acatar essas delimitações do Tribunal Penal Internacional (TPI) de prisão imediata do presidente Vladimir Putin, caso viesse a entrar em solo nacional de algum desses países (International Criminal Court, 2023).

Agora, debruçando-se mais detalhadamente sobre as declarações políticas dos chefes de Estados dos países membros dos BRICS é possível identificar uma sistematização do discurso de culpabilização do Ocidente e da própria Ucrânia, colocando-os como responsáveis pela deflagração da Guerra.[15] Em relação a imputação da responsabilidade ao Ocidente, especificamente nos Estados Unidos da América (EUA), é recorrente, mesmo em autores estadunidenses como John Mearsheimer,[16] reconhecer o papel desses países no tensionamento e a, posterior, deflagração de guerra na região (Mearsheimer,2023**)**. Contudo, como forma menos comum de narrativa, também foi adotado um posicionamento, por parte dos BRICS de imputar a responsabilidade da invasão e a continuidade da guerra a própria intransigência da Ucrânia em negociar e realizar concessões de algum tipo, no intuito de finalizar o conflito (Werneck, 2022).

Esses dois elementos citados (Direito Internacional e Político), de fato, não fornecem um elemento determinante para a vitória da Rússia ou da Ucrânia na guerra, tal como visto no fornecimento de armas, auxílios econômicos e incrementos dos fluxos comerciais em relação a algum desses Estados beligerantes, mas são elementos capazes de influenciar a postura de outros países menos desenvolvidos, no sentido de se abster de apoiar a Ucrânia e de criar uma plataforma de resistência às ações Ocidentais de defesa da ucrânia (Caballero, 2023).

---

[15] É marcante as declarações do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, quanto a Rússia e a Ucrânia terem, ambas, a mesma responsabilidade para a deflagração do conflito.

[16] Mearsheimer é um expoente das Relações Internacionais no pensamento do realismo ofensivo, que tornou-se referência base para explicar a deflagração da guerra da Ucrânia. O autor postulou, desde muito antes do conflito, que os ímpetos expansionistas do Ocidente nas antigas áreas de influências soviéticas promoveriam uma reação russa de igual intensidade, no intuito de assegurar o seu interesse nacional e a segurança existencial do país.

Ademais, também é válido citar que esses empecilhos morais imputados na defesa da pauta ucraniana e o solapamento da legitimidade da resistência de Kiev, acabam por se tornar uma variável a mais para incrementar a fadiga da guerra do país e de seus aliados Ocidentais, podendo no futuro tornar-se um elemento que ajuda a diminuir os auxílios econômicos e militares fornecidos a Ucrânia (Caballero, 2023).

Do exposto, o apoio político fornecido à Rússia e a ausência de críticas por parte dos países membros dos BRICS conferem maior unidade aos pleitos de Moscou, ao mesmo tempo que diminuem a legitimidade das demandas ensejados pela Ucrânia na busca de ajuda internacional e no combate à invasão russa. Vale evidenciar que a postura dos BRICS no âmbito jurídico e político, novamente, destoa de sua tradição histórica e apresenta-se como uma afronta direta aos seus princípios presentes nas declarações conjuntas realizadas anteriormente pelos membros, como o respeito ao Direito Internacional, ao pacifismo e a defesa dos preceitos da não intervenção (Baumann *et al*, 2015).

Contudo, mais flagrante do que a própria contradição dos BRICS a esses princípios, é a própria aceitação dos Estados do bloco em adotarem essas posturas e contradições no seio das suas próprias políticas externas para defenderem a Rússia, como pode ser evidenciado na postura do Brasil em romper seu tradicional posicionamento da defesa do direito internacional, como foi aventado na possibilidade da vinda do presidente Vladimir Putin ao Brasil, sem que houvesse a possibilidade do cumprimento de mandado de prisão estipulada pelo TPI (International Criminal Court, 2023).

3.3. A Primazia do Poder Político sob o Ideal do Multilateralismo

Os BRICS deliberadamente falharam em atuar na contenção das atitudes beligerantes da Rússia, mais do que isso, caminharam a passos largos para interromper a capacidade de resistência da Ucrânia na guerra por meio de um consistente apoio econômico à Rússia e da deslegitimação da causa ucraniana no âmbito internacional. O Estado agressor, a Rússia, com um poder bélico maior do que o país agredido, combinado com a omissão dos BRICS, contribuíram para o enfraquecimento e a potencial derrota da Ucrânia no conflito. O apoio passivo, leva, nesse sentido a um inerente posicionamento favorável à Rússia na obtenção de seus objetivos.

Essa situação, flagrantemente, demonstra o rompimento dos BRICS com os seus princípios basilares do multilateralismo e da democratização do cenário internacional, leva a percepção de que os ditames políticos se tornaram mais relevantes do que o próprio ideário dos objetivos, meios e fins a serem utilizados e alcançados pelo grupo. Isso, ao contrário do que poderia ser imaginado, em função do rompimento da postura de neutralidade do grupo, não afetou de forma alguma o interesse de outras nações em fazerem parte dos BRICS [17](Mendes, 2023).

Assim, a postura de apoio passivo aos conflitos e tensionamentos em questões de defesa e segurança pelos países originais do BRICS acabou por se tornar um elemento comum ao bloco e aos Estados que pleiteiam a sua entrada na organização, com estes estando dispostos a adotar uma progressiva resistência aos delineamentos internacionais que, em geral, foram definidos pelos países desenvolvidos e suas instituições internacionais, nos âmbitos retóricos e jurídicos, mas também econômico e militar (Mendes, 2023).

Com efeito, torna-se relevante pontuar que tanto para os atuais membros do bloco, quanto para os Estados que buscam ingressar nos BRICS, os princípios fundacionais do bloco são menos relevantes do que os ganhos políticos de ingressarem nessa organização, abrindo margem para uma completa descaracterização do bloco, sendo seus princípios relegados ao espectro da retórica, sem efeitos práticos.

Desta forma, as contradições existenciais do grupo original foram explicitadas. Neste contexto, acredita-se que, com a entrada de novos países nos BRICS, o problema deve se aprofundar, mudando a natureza formal dos BRICS e o *modus operandi* no tocante a questões relativas à segurança internacional.

3.4. OS NOVOS BRICS

Como abordado anteriormente, a progressiva descaracterização do *ethos* original dos BRICS, levou a um movimento crescente dos Estados do bloco a atuarem de forma mais direta na Guerra da Ucrânia e em oposição ao Ocidente. Dito isto, a inserção de novos países torna marcante a intensificação desse processo de maior atuação do grupo na defesa dos interesses

[17] Mesmo sob o panorama da guerra da Ucrânia e na alteração das posturas históricas do BRICS, várias nações continuam a pleitear a entrada no grupo, como é o caso de Bangladesh, Marrocos, Belarus, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã, Cuba, Venezuela, Honduras, Nigéria, Argélia e Bahrein.

russos e na interferência na Guerra da Ucrânia o que, por consequência, evidencia ainda mais a mudança das prioridades de atuação dos BRICS e abre importantes precedentes, tanto no comportamento do bloco no âmbito internacional, quanto do perfil dos novos membros ingressantes na organização.

A entrada da Arabia Saudita, Egito, Irã, Emirados Árabes Unidos e Etiópia nos BRICS em 2024 marca uma curiosa e importante mudança no grupo, promovendo uma alteração do padrão histórico de atuação do bloco de forma ainda mais profunda do que as mudanças de postura vistas durante o decorrer da guerra Ucrânia (Mendes, 2023).

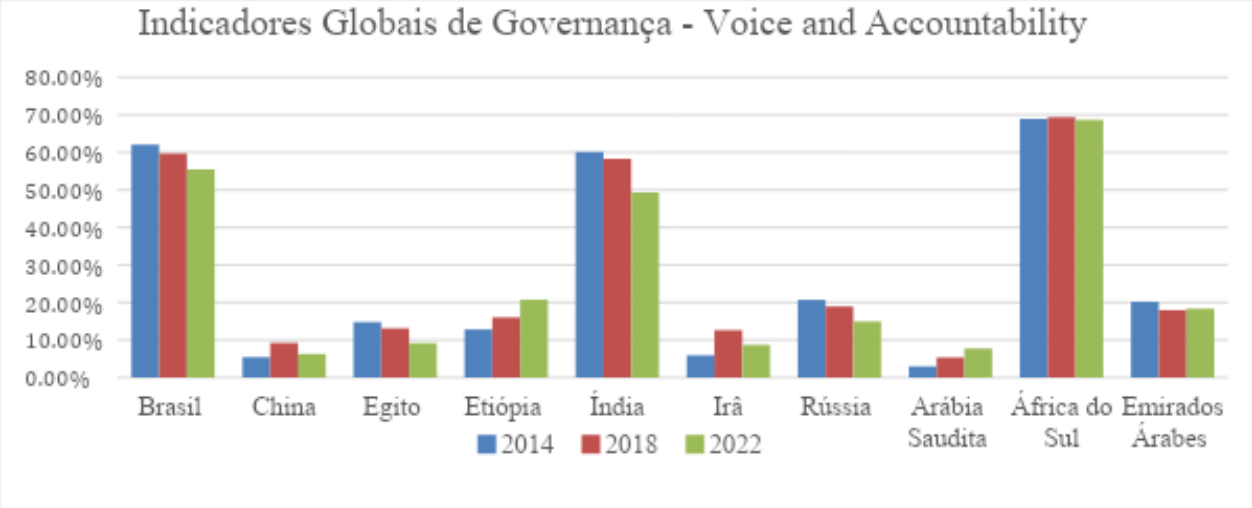
Esse novo arranjo de membros traz novos questionamentos e problemáticas para o bloco, que tendem a resultar na intensificação de elementos que já mudaram toda a linha de atuação do grupo no sistema internacional nas mais diversas áreas, sendo mais acentuada em temáticas de segurança e defesa. Dada postura dos BRICS durante a guerra e as características históricas dos novos membros, acredita-se o bloco passará a adotar uma postura mais ativo de apoio a Rússia, provocando um agravo maior ainda as contradições internas em relação aos princípios fundacionais dos BRICS de respeito ao direito internacional, da defesa da soberania, do princípio da não intervenção e do pacifismo.

Estes novos integrantes dos BRICS foram países da antiga área de influência soviética (Etiópia e Egito), de Estados dispostos a ajudar na fuga russa das sanções ocidentais, notadamente, no contrabando de petróleo (Emirados Árabes Unidos e Arabia Saudita) e fornecedores de material bélico a Rússia (Irã) (Javendanfar, 2024). Quando se delonga nesse caminho, o mais marcante é a postura do Irã, que passou a atuar diretamente na venda de armas e cooperação em projetos militares com a Rússia, tornando-se fundamental para o esforço de guerra de Moscou[18](Javendanfar, 2024). Por outro lado, a entrada desses novos membros, em razão da sua própria estrutura política e ideológica interna, que os impelem a serem mais combativos e de serem voltados a ter uma postura antiocidental ou, no mínimo, pró-Rússia e pró-China. Notem a discrepância, Brasil, Índia, China e África do Sul apoiavam à Rússia "sem um comprometimento direto", fundamentado apenas na retórica e rupturas de temas considerados de menor importância, como embargos econômicos.

[18] No decorrer da guerra o Irã vendeu uma grande quantidade de drones à Rússia e forneceu auxílio técnico para a implantação de uma fábrica de drones em território russo. Além disso, o país se notabiliza por estar, mais recentemente, fornecendo mísseis balísticos à Rússia.

Os novos membros aproximam-se muito mais dos modelos políticos e da postura de maximização de interesses nacionais da Rússia e China do que os demais membros dos BRICS, haja vista que esta nova composição dos BRICS tem uma natureza mais belicosa. Dito isso, a partir do gráfico 1, será apresentado, imageticamente, essa correlação de aproximação de valores políticos dos novos ingressantes do bloco com Moscou e Pequim.

Gráfico 1 - Indicadores Globais de Governança - Voice and Accountability[19]



Fonte: The World Bank, 2024. Elaboração própria

Através da observação dos dados do gráfico, compilados pelo Banco Mundial, é possível aferir como os novos membros dos BRICS possuem em suas dogmáticas internas posturas mais próximas da Rússia e China do que o Brasil, Índia e a África do Sul. Essa menor transparência governamental e participação limitada da opinião pública na postura interna e externas desses países leva, por consequência, a formação de políticas externas menos focadas em aspectos "*Soft*"[20] e mais direcionadas aos termos "*Hard*" das Relações Internacionais, resultando, assim, em alteração dos fundamentos de atuação do grupo, que não mais apresenta a maioria dos Estados com posturas ligadas a esses preceitos de inserção internacional voltada a termos brandos de poder. A partir disso, é facilmente observável como que a entrada desses novos membros, como posto anteriormente, corrobora a tese de que o bloco está em uma progressiva

[19] Os indicadores utilizados são, respectivamente, o grau de liberdade de expressão vigente na sociedade e a da transparência e responsabilização dos órgãos e entes públicos.
[20] Os termos Soft e Hard Power, criado por Joseph Nye, representam, respectivamente, a atuação internacional por meios brandos (cultura, sociedade e sistemas políticos) e meios duros (capacidade militar e econômica).

descaracterização dos seus valores internos, adotando cada vez mais uma postura mais "agressiva" de inserção no cenário internacional.

Assim, o ingresso desses novos países no bloco deixa claro que os Novos BRICS deliberadamente caminham para alterar a natureza do grupo no sentido de ser uma formação mais combativa ao Ocidente nos âmbitos retórico, econômico, jurídico e militar, que denominamos como a "***Nova Guerra Fria***".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo analisar as mudanças recentes dos BRICS, que culminaram na progressiva descaracterização dos princípios fundacionais, resultado das posições do bloco na guerra da Ucrânia e da entrada dos novos integrantes.

Com efeito, pode-se aferir que há uma clara contradição dos princípios que fundaram os BRICS com as recentes nas declarações conjuntas desses países, principalmente as temáticas relativas a conceitos chave da atual ordem mundial e dos ditames do sistema internacional. As mais flagrantes contradições a esses princípios apresentaram-se durante a invasão russa na Crimeia em 2014, quando os estados membros minimizaram a infração dos preceitos de não intervenção, do pacifismo e do respeito ao direito internacional.

Com a deflagração da Guerra da Ucrânia foi possível observar que os membros dos BRICS eram incapazes de conter a Rússia, haja vista que este conseguiu exercer sua influência perante o bloco para atuarem em sua defesa no cenário internacional. Essa situação marca um rompimento de tradições históricas dos países envolvidos em não terem uma postura conivente com agressões internacionais, além de serem induzidos a realizarem ações no âmbito econômico e político, que muitas das vezes, apenas eram vantajosas para a Rússia e, em menor escala, a China.

Esse fenômeno marcou a origem da nova caracterização do grupo, que aprofundada com a entrada de novos membros nos BRICS, composta por Estados autoritários que relevam muitos dos ditames internacionais em sua atuação no âmbito global. Essas nações ingressantes, diferentemente da composição original, manifestam um apoio direto à invasão da Rússia.

Do exposto, o contexto supracitado aliado a primazia russa no bloco, demonstra uma movimentação sólida dos BRICS em alterarem completamente a sua natureza de atuação no

âmbito internacional e de começar a promover um novo *modus operandi* para alcançar seus objetivos. Além disso, vale ressaltar que, mais do que apenas mudar a própria natureza do grupo, essas alterações caminham para uma maior disposição de afronta ao sistema internacional por parte dos BRICS.

Em suma, a tese apresentada no presente trabalho demonstra que há uma "Nova Guerra Fria" liderada pelos BRICS, no qual cada um dos membros tem os seus próprios interesses, ocultos ou não, que descaracterizaram os princípios originais do bloco em busca de promover a autopreservação dos países com uma postura mais combativa ao Ocidente nos âmbitos retórico, econômico, jurídico e militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARUP, Sarah; PANOV, Sergey; BUSVINE, Douglas. China secretly sends enough gear to Russia to equip an army. PoLITICO, 2023. Disponível em: https://www.politico.eu/article/china-firms-russia-body-armor-bullet-proof-drones-thermal-optics-army-equipment-shanghai-h-win/. Acesso em: 26 mar. 2024.

BAUMANN, Renato et al. **BRICS: estudos e documentos.** Brasília: Funag, p. 155-350, 2015.
BROSIG, Malte. **The role of BRICS in large-scale armed conflict**. Cham: palgrave macmillan, 2019.

CABALLERO, Jose. Por que Brasil e outros países democráticos preferem não apoiar a Ucrânia contra a Rússia. BBC NEWS BRASIL, 2023.
Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8dzd0025xo. Acesso em: 26 mar. 2024.

Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/06/12/afinal-qual-a-posicao-dos-brics-na-guerra-da-ucrania. Acesso em: 26 mar. 2024.

ELIGON, John. **The U.S. ambassador to South Africa accused the country of providing weapons to Russia**. The New York Times, 2023. Disponível em: https://www.nytimes.com/2023/05/11/world/africa/us-south-africa-russia-weapons.html. Acesso em: 26 mar. 2024.

HECK, Fernando. **Afinal, qual a posição dos Brics na guerra da Ucrânia?.** Brasil de Fato, 2023.
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/05/04/interna_politica,1364135/lula-culpa-zelensky-pela-guerra-na-ucrania-tao-responsavel-quanto-putin.shtml. Acesso em: 26 mar. 2024.

https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/03/21/mcs032223-south-africa-2023-article-iv-mission#:~:text=South%20Africa's%20economic%20and%20social,external%20environment%2C%20and%20climate%20shocks. Acesso em: 26 mar. 2024.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Vladimir Vladimirovich Putin and Maria Alekseyevna Lvova-Belova.** INTERNATIONAL CRIMINAL COURT, 2023. Disponível em: https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-vladimir-vladimirovich-putin-and. Acesso em: 26 mar. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **South Africa: Staff Concluding Statement of the 2023 Article IV Mission.** International Monetary Fund, 2023.

JAVENDANFAR, Meir. **Why the Ukraine and Gaza wars mean Russia could now support a nuclear-armed Iran**. European Leadership Network, 2024. Disponível em: https://www.europeanleadershipnetwork.org/commentary/why-the-ukraine-and-gaza-wars-mean-russia-could-now-support-a-nuclear-armed-iran/. Acesso em: 31 mar. 2024.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Saraiva Educação SA, 2017.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Objetiva, 2015.

MEARSHEIMER, John. **John Mearsheimer Ukraine Salon**. Youtube, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v-rHBRwdql8&t=1363s. Acesso em: 26 mar. 2024.

MENDES, Diego. **Mais de 20 países querem integrar os Brics, mas aprovação ainda é dúvida, dizem especialistas.** CNN, 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mais-de-20-paises-querem-integrar-os-brics-mas-aprovacao-ainda-e-duvida-dizem-especialistas/. Acesso em: 26 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Assembleia Geral da ONU condena ofensiva militar da Rússia à Ucrânia.** Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/173706-assembleia-geral-da-onu-condena-ofensiva-militar-da-r%C3%BAssia-%C3%A0-ucr%C3%A2nia. Acesso em: 26 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Corte Internacional de Justiça decide que Rússia deve suspender imediatamente operações na Ucrânia.** Nações Unidas, 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2022/03/1783052. Acesso em: 26 mar. 2024.

OSBORN, Andrew; NIKOLSKAYA, Polina. **Russia's Putin authorises 'special military operation' against Ukraine**. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/russias-putin-authorises-military-operations-donbass-domestic-media-2022-02-24/. Acesso em: 26 mar. 2024.

PAUTASSO, Diego. **China e Rússia no pós-Guerra Fria.** Inserção internacional e transição sistêmica. Curitiba: Juruá, 2011.

REUTERS. **China-Russia 2023 trade value hits record high of $240 bln - Chinese customs**. Reuters, 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/markets/china-russia-2023-trade-value-hits-record-high-240-bln-chinese-customs-2024-01-12/. Acesso em: 26 mar. 2024.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2017.

THE WORLD BANK. **Worldwide Governance Indicators.** The World Bank, 2024. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/worldwide-governance-indicators/interactive-data-access. Acesso em: 31 mar. 2024.

UN COMTRADE DATABASE. **TRADE DATA**. UN COMTRADE DATABASE, 2024. Disponível em: https://comtradeplus.un.org/TradeFlow?Frequency=A&Flows=X&CommodityCodes=TOTAL&Partners=0&Reporters=643&period=2023&AggregateBy=none&BreakdownMode=plus. Acesso em: 26 mar. 2024.

VON ESSEN, Hugo. **Russia-China economic relations since the full-scale invasion of Ukraine.** The Stockholm Centre for Eastern European Studies, 2023.

WERNECK, Natasha. **Lula culpa Zelensky pela guerra na Ucrânia: 'Tão responsável quanto Putin'**. ESTADO DE MINAS, 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/05/04/interna_politica,1364135/lula-culpa-zelensky-pela-guerra-na-ucrania-tao-responsavel-quanto-putin.shtml. Acesso em: 26 mar. 2024.

AFRICOM E A EXPANSÃO MILITAR ESTADUNIDENSE NO CONTINENTE AFRICANO

PIMENTA, Andressa Gabriela de Lima
SILVA, Maria Luiza Borges Quirino
SILVA, Stéfani Pires e

RESUMO: Os Estados Unidos possuem um histórico de atuação exploratório no continente africano, que ocorre através de sua atuação imperialista, voltada na manutenção de seus interesses próprios. Dessa forma, o presente trabalho, pretende aprofundar na atuação dos EUA no que diz respeito aos procedimentos de segurança na África, justificado pela "Guerra contra o Terror". O AFRICOM, é o exemplo mais emblemático das ações sobre o continente, sendo a consolidação de toda essa atuação militar estadunidense na região. Assim, ele será o objeto a ser analisado nesta pesquisa, a fim de aprofundar neste processo de militarização e suas implicações ao continente africano. Para isso, será realizada uma revisão bibliográfica, a partir da análise do que tem discutido os principais autores do tema. Em um primeiro momento, será introduzido o debate, partindo da fundamentação teórica pela qual ele se ancora. Posteriormente será demonstrado como se deu o contexto da criação do AFRICOM e quais suas principais implicações.

Palavras-chave: África; Estados Unidos; Guerra ao Terror; AFRICOM.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, o caráter bélico e imperialista da política externa dos Estados Unidos ficou expresso em diversos conflitos desencadeados como forma de manutenção do seu poderio e influência, tais como a Guerra das Coreias, a Guerra do Vietnã e a própria Guerra do Golfo. Esses conflitos, desencadeados durante a Guerra Fria, definiram a hegemonia americana. As etapas mais bélicas do imperialismo estadunidense, embora não estivessem explícitas suas intenções de busca por influência global, realidade que, ao ser analisada, revela o comportamento imperialista do país nesses conflitos.

No século seguinte, uma nova fase do imperialismo estadunidense teve início, principalmente no Oriente Médio e África, com a Guerra ao Terror tornando-se um componente estratégico para sustentar a hegemonia americana após o colapso da União Soviética. O fim da Guerra Fria marcou uma transição significativa nas dinâmicas globais, levando os Estados Unidos a redefinir sua abordagem geopolítica diante do vácuo de poder deixado pelo conflito bipolar. Nesse novo cenário, a busca pela preservação da soberania estadunidense tornou-se central e, posteriormente, a Guerra ao Terror emergiu como um catalisador da expansão das operações militares dos Estados Unidos além das fronteiras tradicionais. Com uma guerra "sem fim", os Estados Unidos são capazes de manter seus

interesses assegurados em regiões estratégicas para extração de recursos naturais escassos e também comerciais, através da dominação pela intervenção militar.

Este artigo propõe analisar esse contexto, focando especialmente no caso do Comando dos Estados Unidos para África, (também conhecido como AFRICOM), uma companhia militar responsável por concretizar intervenções estadunidenses no território e suas implicações no continente africano.

A Guerra ao Terror, iniciada muito antes dos eventos de 11 de setembro de 2001, mas mundialmente impulsionado por esse evento, proporcionou um pretexto para a reafirmação da presença militar estadunidense global. Nesta data, três aviões comerciais atingiram as Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque e a responsabilização pelos ataques foi atribuída à Al-Qaeda. Desde o acontecimento, os Estados Unidos, assim como vai trazer o presidente da época, George W. Bush, "irão caçar e punir os responsáveis por esses atos covardes", dando início então ao combate ao terrorismo pelo mundo.

O embate contra organizações terroristas transnacionais tornou-se uma justificativa para operações militares em regiões estratégicas, desafiando a soberania e territorialidade das regiões alvo, principalmente Oriente Médio e África, sendo o segundo, o foco maior deste trabalho. Nesse cenário, o AFRICOM surge como um elemento crucial na estratégia dos Estados Unidos, focando suas operações militares e de segurança no continente africano. A presença do Comando representa não apenas uma extensão das práticas geopolíticas estadunidenses, mas também suscita questões cruciais sobre o equilíbrio entre soberania nacional e influência estrangeira nas nações africanas.

Considerando este cenário, o presente trabalho pretende se aprofundar na relação dos Estados Unidos com o continente africano, construído a partir das ações imperialistas, com enfoque no caso do AFRICOM, que denota essa relação de forma importante. Em um primeiro momento, será apresentada a fundamentação teórica que justifica esta análise, passando pelo desenvolvimento do imperialismo estadunidense até que este culmine nas ações intervencionistas no território africano como um todo. A partir disso, será realizado um aprofundamento no caso do AFRICOM, partindo da análise dos interesses dos EUA na África e contextualizando a criação do mesmo, para enfim, explorar o processo da guerra contra o terrorismo estabelecida no continente como justificativa para a manutenção da sua presença bélica e econômica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho se fundamenta a partir das principais reflexões que demonstram a relação dos Estados Unidos com o continente africano. Relação essa que se dá a partir de uma lógica imperialista e exploratória, utilizando da criação de um discurso de estabelecimento de segurança para justificar ações imperialistas no território africano. Entre 1880 e 1914, houve um processo de mudanças profundas na história do mundo, e foi neste momento que o continente africano passou por uma violenta exploração e foi retaliado pelos países industrializados. A partir daí é possível traçar o que foi e como se deu o imperialismo no continente, que aqui, tendo como base a obra *História Geral da África VII - África sob dominação colonial, 1880-1935* pode ser explicado a partir da teoria econômica, teorias diplomáticas, teorias psicológicas e a teoria da dimensão africana (Uzoigwe, 2010).

O imperialismo econômico foi apresentado por Rosa Luxemburgo, enquanto o último estágio do capitalismo, dentro da lógica capitalista de superprodução, a Europa arquitetou a tomada do continente que tinha como objetivo uma exploração desenfreada. Não se pretende aprofundar aqui quais foram as estratégias utilizadas pelos países europeus para conseguir avançar sobre a África, mas é válido ressaltar que o continente é dotado de riquezas em diversos aspectos, portanto, a dimensão econômica do imperialismo é inegável nesse sentido (Uzoigwe, 2010).

As teorias psicológicas vão ser disseminadas por aqueles que acreditavam que havia uma superioridade do "homem branco" sobre o "outro". Dentre essas, o *Darwinismo Social* faz uma diferenciação entre o que seriam "raças sujeitas" e "raça superior", de maneira que aqueles adeptos a essa visão, justificaram a exploração do continente como sendo o processo de "seleção natural", e assim sua partilha seria algo inevitável. Também havia o cristianismo evangélico, que colocava o avanço sobre o continente como um processo "Missionário" em uma lógica filantrópica e humanitária, no sentido de que os povos africanos precisariam ser "regenerados". Outra teoria se dava em torno do atavismo social, que correspondia a uma perspectiva sociológica, e estava ligado a uma tendência humana de dominação do próximo, pelo prazer que isso ocasionava (Uzoigwe, 2010).

Haviam também as teorias diplomáticas, que de certo modo se sustentavam também nas teorias psicológicas. Dando início pela teoria do prestígio nacional, que se explicava justamente por um interesse de demonstrar nacionalmente determinado poder através dessa "dominação", vinculando o imperialismo a um fenômeno nacionalista. Outra perspectiva diplomática seria a do equilíbrio de forças, que se justificava através da visão de que a Europa, pensando em tentar se estabilizar diplomaticamente, realizou a divisão do continente africano, a fim de evitar conflitos entre os seus Estados com relação a isso. E por último a

estratégia global, que se pautava em um processo de reação a movimentos "protonacionalistas" da África. Ou seja, nesta perspectiva, a exploração do continente se deu por conta de uma intimidação às ambições dos europeus. Além de tentar justificar essa exploração, essas teorias psicológicas e diplomáticas tinham como objetivo afastar a ideia de que a questão da partilha do continente africano estava vinculada ao fator econômico (Uzoigwe, 2010).

É importante também pontuar a teoria da dimensão africana, isso pois, esta traz a perspectiva africana sobre a história do continente, não se restringindo somente ao olhar Europeu. Assim, essa concepção é capaz de se aprofundar e ainda findar a ideia de que a divisão do continente africano seria algo inevitável. Demonstrando que, na realidade, se tratou de um projeto europeu que começou antes do século XIX, e tinha por objetivo consumir a África ao máximo, estando vinculada de maneira central a objetivos econômicos. Deste modo, a teoria da dimensão africana, têm uma capacidade de demonstrar com ainda mais precisão o que ocorreu e refletiu no continente, para além do que visões eurocêntricas limitadas apontam (Uzoigwe, 2010).

A ação imperialista dos EUA no continente, se dá de forma diferente que da Europa que tem como característica central a "conquista" territorial. No caso estadunidense, está mais vinculada à criação ou derrubada dos regimes. Os EUA, atuaram de maneira a promover o capitalismo enquanto ideologia e método de organização social, portanto, a ação estadunidense na região vai ser identificada de forma intensa no período pós-Guerra Fria. Antes disso, o interesse por parte do país no continente era marginal, e sua presença se dava por meio de seus aliados europeus no continente, o que começa a mudar durante o processo de independência dos países africanos. Diferente do processo colonial, o neocolonialismo, como se pode traduzir esse novo estágio do imperialismo no continente, é a ideia de que o Estado sujeito a potência imperial é dotado de independência, porém na prática, o que se vê é uma forte relação de intervenção econômica e política vinda deste ator externo (N'krumah, 1967).

Considerando o que Kwame N'Krumah trouxe em sua obra *Neocolonialismo: Último estágio do imperialismo* é possível compreender o neocolonialismo a partir da sua diferença do colonialismo, da seguinte maneira:

> O neocolonialismo é também a pior forma de imperialismo. Para aqueles que o exercem, significa o poder sem a responsabilidade e para aqueles que o sofrem, significa a exploração sem alívio. Nos dias do antigo colonialismo, a potência imperial tinha pelo menos que explicar e justificar, internamente, as ações que realizava no exterior. Na colônia, aqueles que serviam à potência mundial dominante podiam pelo menos esperar a sua proteção contra

> qualquer ação violenta dos seus opositores. Com o neocolonialismo, nenhum dos dois casos acontece (Kwame N'Krumah, 1967, p. 8)

Fica claro que o neocolonialismo funciona de maneira ainda mais cruel que o colonialismo, ainda que se disfarce sob o imaginário de que o país que é atingido pela potência imperialista se encontra livre. Na realidade, este Estado imperialista atua de maneira a manter o status de subdesenvolvimento daquele que explora, na medida em que o coloca como incapaz de, por exemplo, manter sua defesa e segurança interna. Assim como ocorre no caso dos Estados Unidos, com sua atuação através da Guerra ao terror no continente africano. Relação pela qual o presente trabalho pretende se afunilar, e que será melhor abordada ao longo do texto, tendo como base o caso específico do AFRICOM (N'krumah, 1967).

Em *Africa In World Politics* o autor Princeton N. Lyman (2009), aprofunda sobre como se deu a Guerra contra o terrorismo na África, e partir de sua análise, é possível compreender que este processo não se inicia em 11 de Setembro de 2001 (Lyman, 2009). Apesar deste momento ter sido impactante para o mundo, que passa a voltar o olhar sobre a questão, nota-se que, na realidade, esse processo começa na década de 1990 no Sudão, através de um ataque que é perpetrado por Osama bin Laden contra Hosni Mubarak, ex-presidente do Egito. Posteriormente, houve um ataque em Nairóbi, que foi organizado por células da Al-Qaeda, assim os Estados Unidos em retaliação ataca o Afeganistão e também o Sudão, mais especificamente um fábrica de produtos químicos do país, pela qual alegaram estar fornecendo produtos para Al-Qaeda, que seriam utilizados na elaboração de armas químicas. Estas ações também se estenderam a Somália, Marrocos e Argélia, e assim, fica claro como antes mesmo do 11 de Setembro, se dá o enfoque ao terrorismo no continente africano por parte dos Estados Unidos (Lyman, 2009).

Porém é válido destacar que após o 11 de Setembro, este processo se intensifica. É depois deste momento, que os Estados Unidos mobiliza forças significativas no continente, que ficaram denominadas como Combined Joint Task Force-Horn of Africa (CJTF-HOA). Houve também um grande investimento financeiro, por volta de 100 milhões de dólares, para um programa antiterrorista na África Ocidental e Chifre da África, fornecido pelo ex-presidente Bush. Os EUA também utilizaram de sua aproximação com a Europa para seguir atuando na região, como foi o caso do *U.S. European Command* (EUCOM), programa que tinha ações militares e de treinamento no Sahel, que posteriormente se desenvolveu para o Norte da África. É a partir deste contexto, que será elaborado o AFRICOM, a fim de coordenar todos estes procedimentos de atuação dos EUA no que tange a segurança no continente, tal programa será aprofundado mais a frente (Lyman, 2009).

Nota-se que, o contexto africano de conflitos étnicos, Estados ainda em formulação e questões religiosas conflituosas, acaba sendo um ambiente que facilita a formação de grupos armados, que podem vir a se vincular a práticas terroristas. Contudo, vale destacar que este contexto de dificultoso, foi gerado pelos longos anos de exploração do continente, que veio a se libertar por completo muito recentemente. E sendo obrigado a se adequar aos moldes ocidentais de formação de Estado e administração, acaba ainda tendo muitas dificuldades em se adaptar a este modelo, guardada as devidas particularidades de cada contexto (Uzoigwe, 2010).

Assim, é importante aprofundar na discussão e entender a necessidade de enfrentar estes processos violentos no continente, mas a partir de olhar crítico sobre esta relação. A Guerra ao terrorismo não é a exclusiva preocupação do continente africano no que diz respeito a segurança, como introduzido, há outros grupos que têm realizado ações violentas na região, e que denotam um outro tipo de abordagem. Ademais, também há outras questões que envolvem fatores sociais, políticos e econômicos a serem sanadas, e que poderiam até influenciar na estabilização da segurança no continente (Uzoigwe, 2010).

A atuação dos EUA no continente africano durante a Guerra Fria, como posto, foi pautada no interesse político de um contexto de bipolaridade em que os EUA buscavam ter o máximo de suporte. E para além disso, havia um profundo interesse nos recursos naturais presentes na região, como minerais que eram centrais para a produção de empresas transnacionais dos EUA e o petróleo que se concentrava nos países do Golfo da Guiné, como será abordado posteriormente. Assim, para corroborar com o interesse estratégico sobre o continente, por vezes, os EUA apoiou ditaduras no continente, intensificando a problemática com relação às gestões conservadoras presentes na África. Destarte, é válido refletir sobre como esta atuação na região, centrada nas questões de segurança, faz parte de um processo de manutenção do imperialismo que ocorre desde então no continente africano. O que será aprofundado no desenrolar da presente análise (Mazrui, 2010).

Este processo de dominação após o período da Guerra Fria, assim como Mearsheimer (2011) aponta, pode ser chamado de política de “dominação global”. Em que os EUA, na tentativa de manter o seu poder nas relações internacionais passa a trazer o discurso de “levar democracia” àquelas nações “menos desenvolvidas”. Neste sentido, se responsabilizando por uma manutenção da ordem no sistema mundial, de maneira tão intensa, a ponto de atuar até mesmo em questões internas dos países (Mearsheimer, 2011).

Assim, a atuação de Bush após o 11 de setembro pode ser justificada através desta estratégia. Que se vincula a tentativa de mostrar ao sistema internacional, os poderes militares

do país, e sua atuação nesse sentido, em qualquer lugar que se proponha no mundo. Dessa forma, elaboraram a “Guerra ao Terror” (Mearsheimer, 2011).

3 AFRICOM EM AÇÃO: ADENTRANDO O CONTINENTE AFRICANO A PARTIR DA MILITARIZAÇÃO

3.1 Os interesses dos Estados Unidos no continente africano

Assim como abordado no início do artigo, o cenário de disputa entre as duas grandes potências mundiais, fez com que os Estados Unidos projetasse seus interesses econômicos e militares também no continente africano. Ao retomar o processo de construção do AFRICOM, torna-se necessário destacar inicialmente, os motivos que potencializam os Estados Unidos que projetaram seus interesses nacionais, e ainda, quais eram as principais agendas de governo dos presidentes do período.

É importante destacar que assim como aborda Harshé (2019, p. 120), o imperialismo estadunidense não se estruturou apenas com interesses voltados à garantia da segurança global. Embora as medidas fossem implementadas, ora com discurso humanitário, ora com discurso voltado em combate ao terrorismo, a garantia da hegemonia estadunidense para a expansão de um capitalismo transnacional era prioridade. Desta forma, fatores econômicos, como a presença de inúmeros recursos naturais, como petróleo e minérios em países como Angola, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria, seriam essenciais para a garantia da expansão de empresas transnacionais estadunidenses. O continente africano se tornava então, um ponto estratégico para facilitar a expansão do comércio internacional, sobretudo, para garantia dos interesses dos Estados Unidos.

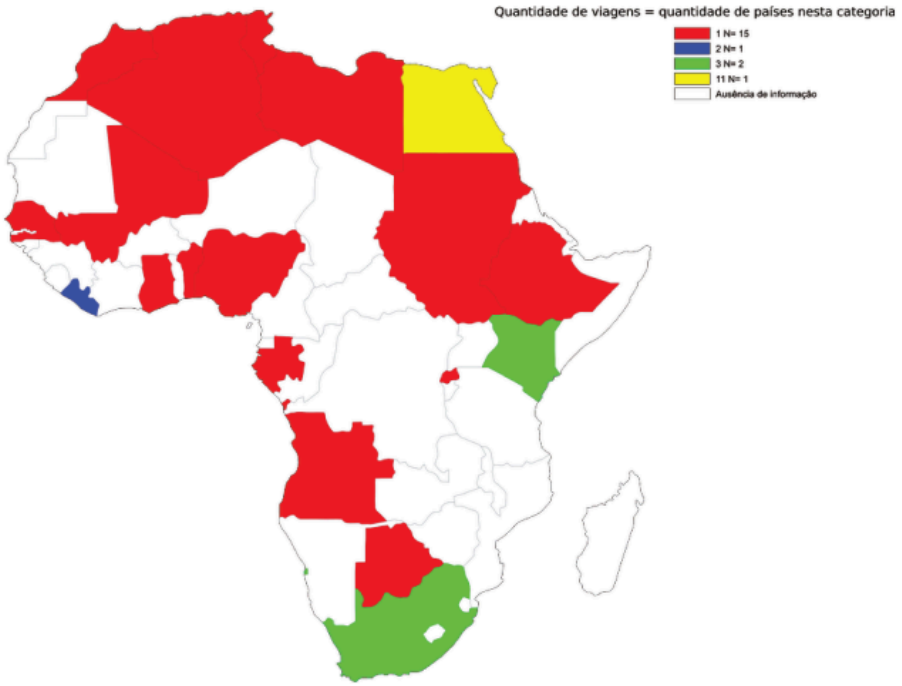
Como abordado por Otavio (2021), mesmo com a dissolução da antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), os interesses dos Estados Unidos em manter influências e projeção de poder nos países africanos não se encerrou. Destacando a atuação de Bush, presidente entre 2001 a 2009, pretende-se demonstrar como se deu a continuidade da política externa americana direcionada à questão de segurança, recursos naturais e promoção de ajuda humanitária.

Em relação ao governo de George W. Bush, a partir dos ataques do dia 11 de setembro, o presidente movia esforços para intervenções internacionais em países como o Afeganistão, ainda no ano de 2001, com o discurso de combater grupos terroristas, como no caso da Al Qaeda e do Talibã. Internamente, o governo aprovava a Estratégia de Defesa Nacional no ano de 2002, que legitimava e financiava as intervenções estadunidenses para

combater o terrorismo internacional. A estratégia, comumente conhecida como Doutrina Bush, firmava os interesses de grupos ultraconservadores, que pautavam a necessidade de combater comunistas e terroristas, e ressaltavam ainda, a liberalização do comércio (Otavio, 2021).

Retratando a situação que demonstra o forte interesse nacional dos Estados Unidos no continente africano, Antunes (2008, p. 101) elabora uma figura demonstrando a quantidade de visitas dos secretários de Estado em diferentes países africanos, além das visitas oficiais do ex-presidente Bush. Dentre os anos de 2001 e 2009, dezenove países receberam a visita de representantes de Washington, sendo o Egito o país a receber a maior quantidade de viagens do período (onze visitas relatadas).

Figura 1: Viagens dos Secretários de Estado do governo Bush para a África



Fonte: Antunes, 2008, p. 101

Pode-se dizer que o unilateralismo dos EUA também era justificado a partir de uma categorização dos demais países. Dentro da esfera de segurança, países considerados como Estados Bandidos (*Rogue States*, em inglês) ou Estados Falidos (*Failed States,* em inglês), também eram considerados como ameaças. O primeiro, caracterizava países que apesar de possuírem uma estrutura política, suas gestões eram consideradas autoritárias e não-democráticas, enquanto o segundo, correspondia ao grupo de países que não possuíam capacidade para assegurar condições básicas à população, fazendo com que houvesse a

emergência de grupos fundamentalistas. Os dois modelos, para o governo Bush, também se enquadravam no conhecido “Eixo do Mal” (Otavio, 2021).

Contudo, assim como Alves (2016, p. 45) argumenta, estas medidas foram utilizadas como justificativas para uma “dominação global” com o intuito de fabricar ameaças terroristas, principalmente no norte africano e na região do Saara e Sahel. Uma das primeiras tentativas do governo, foi em criar a chamada Iniciativa Pan-Sahel (PSI) em 2002, que determinava uma série de operações em países como Chade, Mauritânia, Níger e Mali, a partir do envio de tropas e armamentos com o intuito de controlar as regiões fronteiriças. Contudo, a primeira iniciativa não teria as proporções que o governo de Washington almejava.

Em 2005, era implementado a Iniciativa Trans-Saara de Combate ao Terrorismo, que contendo um maior financiamento, tinha como objetivo dar continuidade na atuação da região e expandir ainda sua atuação em países como a Nigéria (sendo o maior detentor de petróleo do continente). Entretanto, mesmo a iniciativa adotando desta vez um discurso humanitário e assistencialista, era dirigida principalmente pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, acentuando assim, os interesses militares no programa (Alves, 2006).

Contudo, o governo ainda não satisfeito com a expansão das duas iniciativas já realizadas, considerou que seria necessário expandir seu controle por todo continente, a partir de uma campanha de militarização que visasse reativar e implementar novas bases militares dos Estados Unidos. O programa, o Comando dos Estados Unidos para a África, conhecido também como AFRICOM, será detalhado mais à frente no artigo.

3.2 Guerra contra o terrorismo no continente africano: o AFRICOM

A entrada dos Estados Unidos na Guerra contra o Terror, inaugurou um período de conflitos globais que evidenciaram diversas nuances sobre a estratégia estadunidense de expansão imperialista. A criação do Comando dos Estados Unidos para África (AFRICOM) em 2007 representa uma extensão dessa narrativa imperialista, agora focalizada no continente africano, marcando mudança na justificativa de militarização dos Estados Unidos, antes dada pela necessidade de se combater o terrorismo, passando para um discursos de promoção do desenvolvimento e segurança (Keenan, 2008).

Neste sentido, cabe ressaltar os principais pontos que levaram à formação do comando militar em questão. Antunes (2008, p. 113) comenta sobre como a criação do AFRICOM foi marcada por um processo que antecedeu até mesmo a Guerra Fria. Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos iniciaram a construção de um projeto que

pudesse garantir a sua atuação no campo da segurança e defesa, ao mesmo tempo que se colocava como uma potência militar e econômica no cenário internacional.

Formulado no ano de 1946, o Plano de Comandos Unificados é criado a partir de um objetivo estratégico militar que visava dividir o mundo estrategicamente em diferentes áreas de comandos militares, com o intuito de fazer com que os Estados Unidos tivessem maiores zonas de monitoramento e que pudessem responder de forma rápida à possíveis ameaças. Assim, o Plano de Comandos Unificados era composto pelos seguintes agrupamentos militares: Comando do Pacífico ou *Pacific Command;* Comando do Alasca ou A*laskan Command;* Comando do Nordeste ou *Northeast Command;* Frota do Atlântico ou *Atlantic Fleet;* Comando do Caribe ou *Caribbean Command* e o Comando da Europa, conhecido também como *European Command* (Antunes, 2008).

Apesar dos comandos terem sido criados ainda no século XX, foi apenas em 2007, que o continente africano, antes monitorado pelo Comando da Europa, recebe um comando militar próprio para o continente (Antunes, 2008). Esse fator, vinculado à preocupação estadunidense após o 11 de setembro e aos interesses estratégicos na região, explicam a necessidade da criação de um comando militar único, visando a expansão por um controle continental. Assim, dentre as principais metas atingidas, o General Carter Ham, comandante do Comando, destaca:

> (1) Impedir ou derrotar a al-Qaeda e outras organizações extremistas violentas que operam na África e negar-lhes refúgio seguro; (2) Reforçar as capacidades de defesa de estados africanos-chave e parceiros regionais. Por meio de um envolvimento duradouro e personalizado, ajudá-los a construir instituições de defesa e forças militares capazes, sustentáveis, subordinadas à autoridade civil, respeitosas do Estado de Direito e comprometidas com o bem-estar de seus cidadãos. Aumentar a capacidade de estados-chave para contribuir com atividades militares regionais e internacionais destinadas a preservar a paz e combater ameaças transnacionais à segurança; (3) Garantir o acesso dos Estados Unidos à e através da África em apoio a requisitos globais; (4) Estar preparado, como parte de uma abordagem de governo completo, para ajudar a proteger os africanos de atrocidades em massa. A maneira mais eficaz pela qual fazemos isso é por meio de nosso engajamento sustentado com militares africanos; (5) Quando direcionado, fornecer apoio militar a esforços de assistência humanitária (tradução nossa, Antunes, 2008 *apud* Ham, 2011).

Contudo, assim como já abordado anteriormente, os interesses dos Estados Unidos não baseiam-se apenas com o intuito de deter grupos terroristas estabelecidos no continente. O AFRICOM, ao buscar estabelecer sua presença na África, pode representar uma forma contemporânea do imperialismo, não por meio de uma ocupação física, mas a partir da influência militar e estratégica que acaba por impactar as políticas internas dos países africanos. Além disso, grande parte da ênfase dada às operações de segurança realizadas pelo

AFRICOM estão focadas em preocupações quanto ao controle estratégico e acesso a recursos, e um continente que é rico em minerais, principalmente após o crescimento da influência chinesa na região (Keenan, 2008).

Segundo Antunes (2008, p. 119), a criação do Comando também auxiliou no controle de uma das principais fontes de energia do globo, o petróleo. Após a série de conflitos com países da região do Oriente Médio e por seguinte, com os membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) devido aos ataques terroristas, os Estados Unidos viram como urgência a necessidade de buscar novas regiões estratégicas para o abastecimento de petróleo.

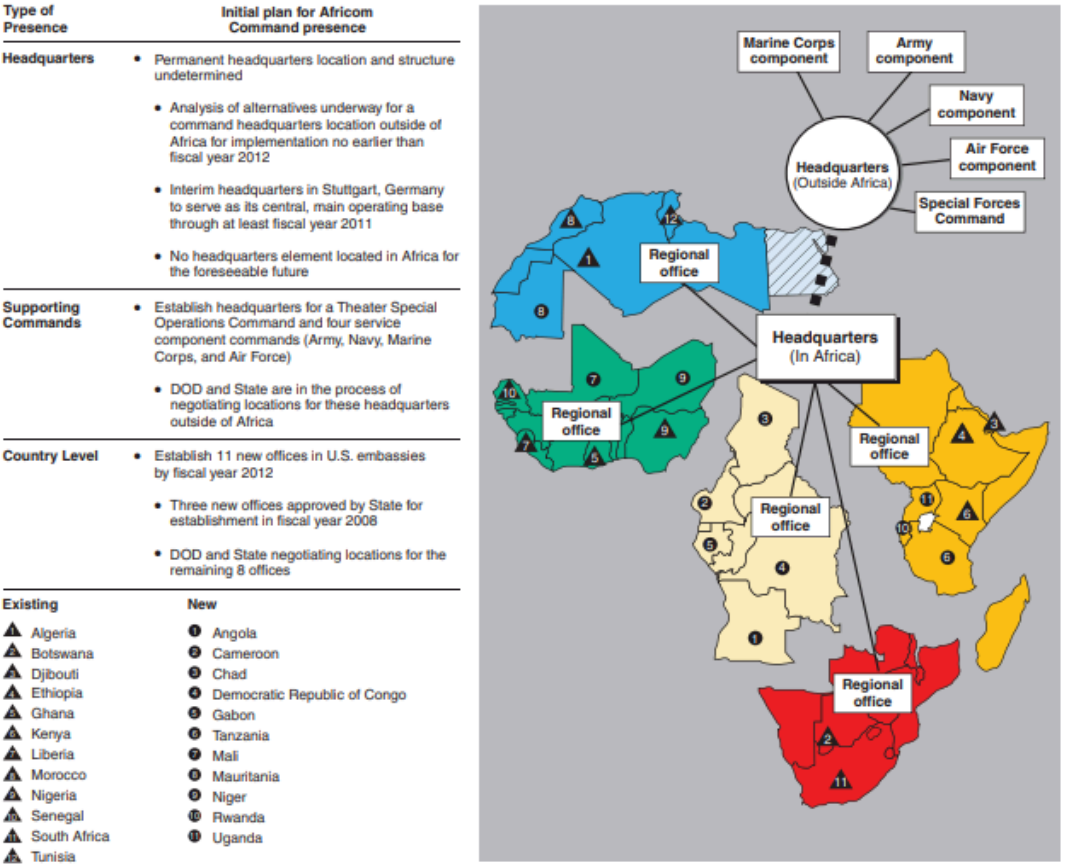
Desta forma o Golfo da Guiné, tornou-se uma região estratégica do domínio estadunidense no que diz respeito à segurança energética, sendo considerada como "zona de interesse vital". Assim, o investimento da potência americana passou a ser elevado na região, uma vez que concedia acesso direto às refinarias de petróleo. Freitas (2018 ,p.38), comenta as condições estratégicas da região:

> O petróleo do Golfo da Guiné têm uma relevante importância estratégica global, dispondo de um corredor alternativo estratégico *offshore*, pois possui particularidades que vão desde a qualidade, localização da maior parte das suas reservas, (por estarem em *offshore*) menos vulneráveis a crises em terra, conflitos e a ser de fácil transporte para os mercados internacionais. Além disso, o fato de estar em "alto mar" e pelas suas jazidas de exploração estarem abertas ao investimento estrangeiro, ao contrário de outras regiões produtoras no mundo, onde os condicionalismos burocráticos impostos pelos Estados dificultam ou até mesmo inviabilizam investimentos econômicos mais estruturados (Freitas, 2018, p. 38).

Em razão disso, a existência dessa iniciativa de cooperação é percebida apenas como uma diplomacia condicional, onde o apoio dado pelos Estados Unidos está intrinsecamente relacionado a sua agenda de segurança e interesses geopolíticos, o que sugere uma dinâmica de poder desigual, onde as nações africanas são coagidas a ceder parte da sua soberana em troca de uma possível cooperação militar e ajuda para o desenvolvimento (Lyman, 2008).

A resistência de muitos países africanos em receber a sede do AFRICOM em seus territórios é um forte indicativo da desconfiança em relação à sua presença militar, como pode ser evidenciado pela ausência de bases da organização em alguns países na figura 2. Essa resistência destaca não só os aspectos coloniais dessa iniciativa, como a própria resposta das nações africanas e sua autodeterminação (Lyman, 2008).

Figura 2: Localização das sedes e locais de comando do AFRICOM na África



Fonte: Antunes, 2008, p. 123.

Os conflitos civis que atingem o território acabam sendo utilizados para legitimar a presença militar estadunidense nos países africanos. Em 7 de janeiro de 2007, as forças militares do AFRICOM em uma ação na "zona da morte" contra combatentes somalis, causaram mortes de diversos inocentes além dos próprios combatentes. Essa operação, que deveria ter ficado secreta, foi amplamente divulgada em todo país, reforçando a presença dos Estados Unidos naquela região e sua ação violenta de resolução de conflitos. Essa característica da ação do AFRICOM no continente vai se repetir em diversas ações iniciadas pela organização, como em intervenções no Sahel, o controle da rebelião na região do Kidal, iniciada por um grupo de tuaregues, e as ações no Mali (Keenan, 2008).

As intenções estadunidenses no continente passam a ser mais amplamente expostas à medida que as ações da organização ocorrem, como se viria a descobrir posteriormente. O AFRICOM passa a agir de forma dúbia dentro do território, intervindo militarmente em conflitos civis que, ao serem investigados a fundo, contam com o apoio em alguma instância dos Estados Unidos, seja no contrabando de armas ou apoiada pelas Forças Especiais dos

Estados Unidos. Além disso, a postura diplomática da organização de negar a ação militar do AFRICOM em determinados conflitos também contribuiu para o questionamento quanto às intenções de promoção de segurança e desenvolvimento dadas inicialmente (Keenan, 2008).

A ênfase nas operações de segurança, mesmo que declaradamente venha acompanhada de iniciativas de cunho desenvolvimentistas, traz à tona questões sobre os verdadeiros objetivos mirados a partir dessas ações. A interação com o AFRICOM pode minar esforços genuínos de desenvolvimento e autonomia (Lyman, 2008). Anos após o início das ações da organização nas regiões de foco dos conflitos civis, ainda existem rebeliões e conflitos múltiplos interligados, o que não só cria questionamentos quanto ao sucesso da iniciativa, e também reforça a visão de que a continuidade dos conflitos é, na verdade, o objetivo principal desta intervenção, sendo muito mais benéfico para os Estados Unidos (Keenan, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou discutir sobre a influência dos Estados Unidos no continente africano, resgatando seus interesses imperialistas durante o pós-guerra fria e dando continuidade às intervenções já realizadas. Estas ações, se justificaram pela busca em consolidar sua hegemonia, além de garantir seus interesses na região, considerando o continente africano como um polo estratégico militar e econômico.

Assim, destacando a atuação do ex-presidente Bush, entre 2001 e 2009, o governo enfatizou a necessidade de combater o terrorismo de grupos como Al Qaeda e Talibã através de projetos nacionais que legitimassem as intervenções também em países africanos. O AFRICOM, sendo a materialização dos interesses econômicos e militares estadunidenses, foi criado no ano de 2007 com discurso de promover a segurança e a estabilidade em toda a região africana, tendo abordar assim questões de ajuda humanitária e no combate ao terrorismo.

Contudo, como foi destacado, a presença militar dos Estados Unidos também está associada à militarização da ajuda humanitária, o que comprometeu a percepção de neutralidade em missões humanitárias, gerando desconfiança e levantando questões sobre as verdadeiras preocupações por trás das operações. Além disso, considerando que o continente africano, em suas vastas extensões, se caracteriza como um continente rico em recursos naturais, o AFRICOM pode ser visto como um instrumento para garantir o acesso e controle sobre os recursos africanos, muitas vezes em detrimento da população local, favorecendo assim, empresas transnacionais.

Por fim, embora o AFRICOM pareça buscar estabilidade, a presença militar dos Estados Unidos acabou perpetuando ciclos de violência. A história tem mostrado que as intervenções militares muitas vezes têm efeitos colaterais imprevisíveis, contribuindo para instabilidade em vez de resolvê-la. Assim, é notório perceber que ao priorizar a interferência e fomentar o militarismo, a partir do envio de armas e treinamento, o AFRICOM pode ser visto como um instrumento estratégico dos interesses econômicos e militares estadunidenses, uma vez que suas operações reforçam os problemas que supostamente, deveriam resolver.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. P. D. M. Da Guerra ao Terror à presença chinesa na África: a criação do AFRICOM e a sua lógica. **Revista Novas Fronteiras**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: https://novasfronteiras.espm.br/RNF/article/view/58. Acesso em: 10 nov. 2023.

ANTUNES, Duarte Luciano. **U.S Africa Command:** A nova inserção estadunidense na África. Orientador: Paulo Cesar Souza Manduca. 2018. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FREITAS, Eduardo Antonio P. de. **A pirataria marítima no Golfo da Guiné:** uma análise situacional da Nigéria. Dissertação. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018. 94 p. Disponível em: https://www.repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/844645/1/Freitas%2c%20Eduardo%20Antonio%20P.%20de.pdf. Acesso em: 10 mar. de 2024.

HARSHÉ, Rajen. **Africa in world affairs:** Politics of imperialism, the cold war and globalization. New York: Routledge Taylor e Francis group, 2019.

KEENAN, Jeremy. **US Militarization in Africa:** What Anthropologists Should Know About AFRICOM. Anthropology Today, v. 24,n. 5, p.16-20, 2008 Disponível em: https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-8322.2008.00613.x. Acesso em: 10 nov. 2023.

LYMAN, Princeton N.. The War on Terrorism in Africa. *In*: **Africa in Word Politics:** Reforming Political Order. Colorado: Westview Press, 2009. p. 276-305.

MAZRUI, Ali A.. **História Geral da África VIII:** África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MEARSHEIMER, J. J. (Fevereiro de 2011). **Imperial by Design.** National Interest (111), 16-34.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo:** último estágio do capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira , 1967.

OTAVIO, A. De George W. Bush a Donald J. Trump: a África na política externa dos Estados Unidos, 2001-2020. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 12, n. 58, p. 92–106, 2021. DOI: 10.22456/2178-8839.112123. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/112123. Acesso em: 10 nov. 2023.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. *In*: BOAHEN, Albert Adu. (Org.). **História Geral da África VII:** África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21-51.

O NEOLIBERALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO PARADOXO AUTORITÁRIO

CRUZ, Heitor Novelini[1]

RIBEIRO, Gabriel Ferreira[2]

RESUMO

O neoliberalismo se apresenta como um sistema de acumulação especialmente de capital fictício e um estágio do capitalismo contemporâneo impulsionado pela financeirização. Nesse contexto, prega pela privatização de empresas estatais, sob o mote de que a gestão privada é superior à pública; pela desregulamentação do mercado de trabalho e financeiro, com o pretexto de flexibilizar leis trabalhistas e atrair maior investimento estrangeiro direto, respectivamente, quando na realidade essa desregulamentação amplia a precarização das condições de trabalho e aprofunda a dependência dos países latino-americanos. Na verdade, o que se observa no Brasil nos anos 1990 é justamente um tripé de reformismo neoliberal que aprofundou as desigualdades sociais, introjetando, assim, o receituário neoliberal no Brasil, assentado nos princípios básicos de abertura econômica, privatização e desregulação financeira. Ademais, o neoliberalismo ancora-se no poder do Estado para impor a lógica hegemônica da finança globalizada em cada área da vida social, o que, em última instância, serve para estabelecer uma forma de reprodução social típica do sistema de acumulação dominante. Ademais, ao olhar para o tema sob o prisma marxista, este nos oferece um aporte teórico mais adequado para entendermos como opera o neoliberalismo, tanto em sua totalidade quanto em sua particularidade nos países dependentes da América Latina. É a partir da epistemologia marxista que partiremos para investigar o que Alfredo Saad-Filho reconhece como paradoxo político, econômico e autoritário na crise da democracia neoliberal do capitalismo dependente brasileiro a partir dos anos 1990. O paradoxo econômico seria a contradição entre o momento propício à acumulação e a dificuldade de capitalizar estas condições, ou seja, o sistema de acumulação tornou-se cada vez mais incapaz de provocar o crescimento da produtividade, fazendo com que o neoliberalismo dependa crescentemente mais da exploração e da pilhagem. O paradoxo político seria a contradição entre o triunfo da democracia neoliberal, consagrada nos anos 1990 por meio das transições ao neoliberalismo

[1] Mestrando do Programa de Pós - Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: heitordacruz@gmail.com

[2] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: gabrielribeiro27205@gmail.com

nesse período, e a destruição da própria democracia. Em outras palavras, o paradoxo político fez com que o sistema político e as instituições do Estado neoliberal não atendessem mais às demandas e anseios da classe trabalhadora e da sociedade como um todo. A partir das limitações criadas pelas democracias neoliberais, abriu-se espaço para a ascensão de líderes políticos "espetaculares", gerando, assim, o paradoxo do autoritarismo, o qual, por sua vez, permite a manifestação de novas formas de fascismos alinhados com o capital financeiro. A partir disso, pretende-se investigar como se processa, no Brasil sob a égide neoliberal, o paradoxo político, econômico e autoritário, sendo este último enfatizado no presente trabalho, e apresentando como recorte o período dos anos 1990 em diante. Em relação à metodologia, o método de abordagem utilizado será o dedutivo, enquanto o método de procedimento será o histórico-estruturalista, uma vez que tal referencial se apoia na assertiva de que a conjuntura presente se consolida a partir de uma relação direta com os acontecimentos e fatos passados. Há, ainda, a associação com um estudo histórico-mundial sistêmico que contribui para pesquisas mais rigorosas acerca da América Latina como componente de uma totalidade maior, através de uma análise científica multidimensional e integradora que consiga levantar diagnósticos do verdadeiro caráter da crise e de seus componentes estruturais. Para isso, o levantamento bibliográfico de fontes primárias será mobilizado como fontes de dados e informações. Dos resultados parciais da pesquisa, tem-se que o neoliberalismo se configura como uma fase de acumulação de capital fictício no âmbito do capitalismo contemporâneo, permitindo o avanço de novas e diversas formas de fascismo sob a liderança de líderes autoritários "espetaculares". Tomaremos, no presente trabalho, o Brasil como objeto de análise central, buscando corroborar empiricamente o levantamento teórico realizado.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Paradoxo Político; Paradoxo Econômico; Paradoxo do Autoritarismo; Capitalismo Contemporâneo.

1. Introdução

O neoliberalismo se apresenta como um sistema de acumulação de capital fictício, regime este dominante no capitalismo contemporâneo. Ele é sustentado pela financeirização e pode ser entendido como um projeto de poder por excelência da classe dominante, uma vez que se assenta na busca por ampliar as bases de extração de mais-valia (Brettas, 2020; Saad-Filho, 2020). Para conseguir esse objetivo, ele promove uma reestruturação na produção da economia, implicando na superexploração da força de trabalho e pressionando a

capacidade de resistência física e mental dos trabalhadores. Assim, o poder crescente das finanças é central para entender a dinâmica de acumulação capitalista sob o neoliberalismo e a existência de um novo padrão de acumulação entre o setor produtivo e o financeiro (Brettas, 2020).

Do ponto de vista da história brasileira, o neoliberalismo ganhou força no Brasil logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, num momento de orientações no campo dos direitos e da redistribuição de renda (Brettas, 2020). A Carta Magna de 1988, apesar de não ter alterado os elementos estruturais do capitalismo dependente brasileiro, conseguiu marcar alguns avanços para a classe trabalhadora em termos de direitos trabalhistas. Contudo, o neoliberalismo pressiona pelo redirecionamento da redistribuição de renda principalmente do fundo público, a fim de cumprir com a acumulação capitalista.

Com as reformas neoliberais dos anos 1990, abertura econômica, privatização e desregulamentação, esta especialmente do mercado de trabalho e das finanças, combinada com uma rigorosa política fiscal e monetária junto com uma âncora cambial, um novo "milagre econômico" seria possível, alçando a América latina como "mercado emergente" (Fiori, 1997). Sob essa cartilha neoliberal de alinhamento com os organismos multilaterais neoliberais, o neoliberalismo opera sob a orientação de "austeridade fiscal", "déficit zero", "superávit primário", privatização de empresas estatais sob o pretexto de que a gestão privada seria melhor e livre de corrupção, desburocratização e desregulamentação, reduzindo a presença do Estado na regulação da atividade econômica e industrial (Saad Filho, 2015). A partir da arquitetura financeira internacional edificada em Bretton Woods, sob o mote de reorganizar o sistema monetário internacional, lançou-se as bases para a construção desse multilateralismo pretensamente diferente do sistema de acumulação anterior, correspondendo pelo rearranjo da economia mundial no pós-Segunda Guerra até a crise do consenso keynesiano (Garlipp, 2001). Em linhas gerais, o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos, especialmente os sociais, e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado (Brettas, 2020; Chauí, 2020).

Ademais, Alfredo Saad-Filho (2023) argumenta que o neoliberalismo, além de se desdobrar em três paradoxos, o político, o econômico e o autoritário, ultrapassa o limite da própria democracia e abre caminho para a ascensão de líderes "espetaculares" e novas formas de fascismo. O neoliberalismo na sua etapa atual se apresenta na forma autoritária. Reginaldo Correa Moraes (1998) discorre que a política neoliberal não é a da mobilização neofascista explícita, mas sim o meio que abre caminho para ascensão de líderes fascistas, ou como Saad chama: líderes "espetaculares" (Moraes, 1998; Saad Filho, 2023). Dado o clima de apatia

política e desilusões nas saídas progressistas confiáveis (a desgastada social-democracia) o surgimento de um "louco que tenha soluções radicais" (Moraes, 1998, p. 125) fica viável. É o drama brasileiro vivenciado da contestação do resultado eleitoral de 2014 pelo PSDB e pelo Golpe de 2016, o que abriu caminho para o fascismo brasileiro, por exemplo (Boito Jr., 2019; Martuscelli, 2020). Dessa forma, trabalhar o paradoxo do autoritarismo do neoliberalismo, dentro dos marcos teóricos de Saad Filho (2023) é entender as contradições e os terrenos que se abrem para o neofascismo. E, para entender isso, é preciso, antes, também compreender os paradoxos econômicos e políticos do neoliberalismo.

O paradoxo econômico se trata da contradição entre o momento propício à acumulação e a dificuldade de capitalizar estas condições, ou seja, o sistema de acumulação se tornou cada vez mais incapaz de provocar o crescimento da produtividade, fazendo com que o neoliberalismo dependa crescentemente mais da exploração e da pilhagem (Saad Filho, 2023).

O paradoxo político, por sua vez, seria a contradição entre o triunfo da democracia neoliberal, consagrada nos anos 1990 por meio das transições ao neoliberalismo nesse período, e a destruição da própria democracia. Ele fez com que o sistema político e as instituições do Estado neoliberal não atendessem mais às demandas e anseios da classe trabalhadora e da sociedade como um todo. A partir das limitações criadas pelas democracias neoliberais, abriu-se espaço para a ascensão de líderes políticos "espetaculares", gerando, assim, o paradoxo do autoritarismo, o qual, por sua vez, permite a manifestação de novas formas de fascismos alinhados com o capital financeiro. Portanto, a crise econômica no neoliberalismo está intrinsecamente relacionada ao crescimento da crise da democracia e a tendência de rumo ao autoritarismo em muitos países (Saad Filho, 2023).

Dito isso, buscamos investigar como se processa no Brasil, sob a hegemonia neoliberal, o paradoxo político, econômico e autoritário, sendo este último enfatizado no presente trabalho por motivos de melhor delimitação do objeto de estudo, uma vez que para compreendermos as novas formas de fascismo é imprescindível aprender o surgimento dos líderes "espetaculares" e da crise democrática neoliberal. O recorte temporal para estudar o neoliberalismo brasileiro é o período dos anos 1990 em diante. Para isso, o método de abordagem utilizado será o dedutivo, enquanto o método de procedimento será o histórico-estruturalista, uma vez que tal referencial se apoia na assertiva de que a conjuntura presente se consolida a partir de uma relação direta com os acontecimentos e fatos passados (De Freitas; Prodanov, 2013).

2. O avanço neoliberal no Brasil nos anos 1990

2.1 A relação Estado-capital

Com o intuito de compreender as causas embrionárias da investida neoliberal que se verificou a partir das décadas de 1970 e 1980 na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, é imprescindível recuperar alguns elementos basilares acerca da composição deste modo de reprodução da acumulação de capital no âmbito contemporâneo. Nesse ímpeto, a teoria marxista se apresenta como um ferramental importante à crítica da economia política, esclarecendo o vínculo indissociável entre o espectro econômico e social e, em última instância, viabilizando uma abordagem histórico-materialista que se revela adequada ao caso do neoliberalismo. Diante disso, ao olhar para o neoliberalismo por intermédio de um prisma marxista, é possível conceber, em consonância com Saad-Filho (2015), quatro abordagens principais a respeito desse conceito, sendo elas: i) um conjunto de ideias; ii) um conjunto de políticas, instituições e práticas; iii) um momento da luta de classes; iv) um sistema de acumulação.

Enquanto as duas primeiras se revelam mais intuitivas, as últimas duas suscitam algumas ponderações importantes acerca deste fenômeno, que são também importantes para a compreensão de seus respectivos paradoxos. Nesse contexto, destaca-se que o neoliberalismo como um momento da luta de classes ressalta um período em que há "uma ofensiva de classe liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular" (Saad-Filho, 2015, p. 59). Para esse argumento, considera-se essencial a interpretação de Harvey (2004) do Estado como um arcabouço territorializado que permite a reprodução desta lógica de acumulação, esquema que o autor reconhece como processo molecular da acumulação de capital. Portanto, o Estado possui as ferramentas para pavimentar o caminho da reprodução da acumulação, que, neste momento, se encontra em uma fase neoliberal, o que significa dizer que o Estado age em prol de políticas que beneficiam o arcabouço do Consenso de Washington e privilegiam sua disseminação e replicação (Harvey, 2004; Almeida-Filho; Paulani, 2011).

A figura Estado, o imponente Leviatã concebido por Hobbes, emerge como um ator que se organiza com o intuito deliberado de espoliar, fazendo isso por intermédio da conquista de novos territórios para o funcionamento da lógica acumulativa capitalista — exemplo claro das privatizações —, através de um alavancamento significativo da valorização de natureza fictícia, isto é, que não gera riqueza propriamente nova — comum nas dívidas públicas e seus dividendos —, e também atuando como um mecanismo facilitador para a financeirização da riqueza, sendo isto possível por conta da função que desempenha com monopólio da violência e capacidade de legislação (é o Estado que, através de suas leis, legitima suas próprias ações ofensivas neoliberais) (Harvey, 2004; Almeida-Filho; Paulani, 2011). É através dessa

interpretação que se pretende explorar também, mais adiante, a emergência de chefes de Estado entendidos como "líderes extraordinários", e que buscam dar continuidade a esta lógica de acumulação fictícia e de expropriação, exploração e espoliação do neoliberalismo (Saad-Filho, 2023).

2.2 A ideologia neoliberal no Brasil

Tendo ficado claro a forma com que o Estado se transforma em um arcabouço territorializado capaz de gerir, através de suas políticas, os interesses provenientes da ideologia neoliberal, é interessante compreender como esta ideologia chegou à América Latina e se difundiu veementemente no Brasil nos anos 1990. Primeiramente, é necessário ressaltar a contribuição fundamental da famosa escola de Chicago. A Universidade de Chicago foi conhecida por atrair economistas e pesquisadores latino-americanos do campo através de financiamentos dos Estados Unidos no marco da Guerra Fria. Esses pesquisadores, ao chegarem lá, passaram a ter contato com as ideias de Milton Friedman, em especial, e se tornaram seguidores da ideologia neoliberal, advogando sua implementação e retornando para a América Latina com o intuito de materializá-las nos respectivos Estados latino-americanos (Harvey, 2008).

A partir disso, os economistas neoliberais de Chicago passam a constituir governos fascistas e ditatoriais na América Latina, em especial com o caso do Chile, em que houve a deposição de Salvador Allende e a ascensão de Pinochet ao poder. Assim, já nos anos 1970, o neoliberalismo começou a se instalar na América Latina através daquilo que Castelo (2012) reconhece como uma autocracia burguesa. Em outros termos, golpes militares (como o exemplo já mencionado do Chile) passaram a impor forçosamente a execução desse ideário. Apesar de ter tido início através do viés militarizado, o neoliberalismo se manteve firme na década seguinte através das plataformas liberais, isto é, após ascender por meio de golpes, essa ideologia conseguiu conquistar a opinião pública com suas premissas enganosas de uma forma com que presidentes ligados ao neoliberalismo passaram a ser eleitos por intermédio de eleições (Harvey, 2008; Castelo, 2012).

Da década de 1990 em diante, a economia da região passou a se movimentar via Consenso de Washington, de modo que a periferia latino-americana se tornou "uma plataforma dos capitais estrangeiros por meio de compra e expropriação maciças de bens públicos e da especulação financeira" (Castelo, 2012, p. 623). No Brasil, em particular, o cenário não apenas foi semelhante como foi ainda exacerbado, uma vez que o país se coloca neste cenário, como define Marini (2012), como um centro mediano de acumulação, um país

subimperialista que, apesar de conservar sua condição dependente, passa a integrar seus aparatos produtivos ao mercado global e às demandas centrais, atendendo, portanto, à tendência neoliberal que varreu a economia global durante o período (Bueno; Seabra, 2010; Marini, 2012).

Logo, a simplicidade das propostas neoliberais passou a seduzir os países latinos, em geral, e o Brasil, em particular, uma vez que ofereciam reformas que, ao serem aplicadas, poderiam retirar esses Estados da condição de fragilidade em que se observavam. No entanto, isso se revela como uma armadilha que, em última instância, reforça a condição de dependência dos países latinos na medida em que os torna reféns do *modus operandi* capitalista neoliberal. Tomando o Fundo Monetário Internacional (FMI) como exemplo, é possível mencionar as concessões de crédito realizadas pela instituição, que vinham sempre acopladas com certas condicionalidades. Assim, todo o auxílio disponibilizado para os países latino-americanos vinha acompanhado de concessões que apontavam para necessidades de reformas dessas nações para se adequar ao consenso neoliberal. Foi-se criando, desta forma, um terreno cada vez mais propício para a reprodução do padrão de acumulação instaurado após a década de 1970 (Duménil; Lévy, 2011; Harvey, 2008; Tavares, 1985).

É necessário, ainda, compreender que a forma com que o Estado brasileiro se coloca como um arcabouço do neoliberalismo passa pela conjuntura da financeirização. Após os anos 1970, a economia mundial capitalista se viu inserida em uma nova lógica, a lógica da prevalência de um sistema financeiro pautado em Nova Iorque, conhecido como *Dollar Wall Street Regime* (Gowan, 1999). Esse processo de financeirização, reconhecido por Chesnais (2003) como autonomia da finança ou descolamento da finança, apela para um momento em que a hegemonia do dólar e o fim de sua paridade com o ouro permitiram uma passagem do movimento de valorização via processo produtivo para uma valorização rentista, em outras palavras, uma valorização através do próprio dinheiro. Essa lógica D-D', em última instância, é o que torna propício a dinâmica de exacerbação do capital fictício anteriormente supracitada (Chesnais, 2003; Duménil; Lévy, 2003).

3. Os Paradoxos do Neoliberalismo

3.1 Paradoxo Econômico Neoliberal

O crescimento econômico sob o neoliberalismo é impulsionado pela acumulação daquilo que Marx (1981) chama de capital fictício. O capital fictício seria um desdobramento do capital portador de juros, na medida que o capital-dinheiro acumulado quando entra na esfera da produção via empréstimo, cria um direito de propriedade sobre parte do mais-valor

apropriada sob a forma de juros (Andaku; Bueno, 2009). O modo de produção capitalista, ao transformar-se através da acumulação de capital e o processo de reprodução ampliada influencia nas funções do capital mercadoria e no capital-dinheiro no sentido de se tornarem autônomas em relação ao capital produtivo. O desdobramento do capital portador de juros surge dessa tendência, em que o capital-dinheiro acumulado, quando lançado na forma de empréstimo na esfera da produção, cria um direito de propriedade sobre parte da mais-valia apropriada sob a forma de juros (Andaku; Bueno, 2009).

No capitalismo contemporâneo que estamos dizendo que é o neoliberalismo, a acumulação sob esse sistema tende a desencorajar as atividades produtivas e o "lado real da economia", alimentando bolhas de ativos apenas tangencialmente relacionados com o lado produtivo (Saad Filho, 2023). Se é somente na dimensão da produção que se produz valor, o aumento da rentabilidade financeira (rentista e especulativa) tem como base de sustentação o aumento da extração de mais-valia (Brettas, 2020). A acumulação financeirizada, em última instância, compromete a capacidade da economia de gerar novos valores (Saad Filho, 2023). O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o cerne e o centro nervoso do capitalismo contemporâneo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo. Não à toa que a pressão para desregulamentar as leis laborais, para a terceirização dos serviços públicos e as privatizações logram a precarização da reprodução social da classe trabalhadora (Brettas, 2020; Chauí, 2020).

Esse processo de concentração e centralização muda as relações de produção e garante ao grande capital uma maior influência sobre o processo global de acumulação. Concomitantemente, abre-se caminho para a rentabilidade na esfera financeira, a qual o retorno depende de especulações no mercado de capitais em detrimento da produção de mercadorias. Ou seja, a financeirização incita uma outra forma de organização do capital financeiro, que tende a diminuir seu gasto com investimento em base produtiva e aumentar sua atividade financeira improdutiva e rentista (Brettas, 2020). Resultado disso é, dentre outras nefastas consequências, a crescente exclusão social resultado da concentração econômica, da desigualdade social e das características básicas do desenvolvimento dependente associado ao capital internacional que leva a cabo o capitalismo na periferia configurar-se como dependente, concentrador e excludente. Na dimensão das finanças, não há, portanto, produção de valor, na medida que a rentabilidade financeira é sustentada pela ampliação da extração de mais-valia e aumento da superexploração da força de trabalho (Brettas, 2020, Dos Santos, 2020).

Assim, nas palavras de Alfredo Saad Filho (2023, p. 48) “[...] hoje, as crises são normalmente decorrentes da superprodução de capital fictício e tendem a ser desencadeada pelo colapso da estrutura altamente complexa de títulos de propriedade sobre a renda e a riqueza.” Os efeitos que se observa da desaceleração econômico no neoliberalismo sobre o bem-estar social e a estagnação macroeconômica nos países centrais, foram compensados, por formas intensificadas de exploração da natureza e da força de trabalho na periferia dependente do sistema (Amaral, 2012; Saad Filho, 2023).

O neoliberalismo e a financeirização criaram o cenário favorável de acumulação que ajudou a recuperar a taxa de lucro nas chamadas Economias Avançadas (EAs), mas que podemos também chamar de centro imperialista, frente à baixa lucratividade que tivemos no começo dos anos 1980 (Saad Filho, 2023). Essa conjuntura favorável se assenta sobre cinco pontos principais que Saad Filho (2023) destaca: a vitória dos EUA e do Ocidente como um todo na Guerra Fria, especialmente depois de 1991; a disseminação do capitalismo e da chamada “globalização” da produção; a liberalização do comércio, das finanças e dos fluxos internacionais de capital; o enfraquecimento das tradicionais formas de resistências às outras formas de acumulação do capitalismo como os movimentos sociais, as esquerdas, os sindicatos e os movimentos campesinos; e uma hegemonia no campo ideológico de um capitalismo de “livre mercado”. Resultado disso é basicamente a ampliação da exploração da força de trabalho através de extração financeira (financeirização das famílias), reestruturação produtiva, compressão dos salários e precarização do trabalho. Todos esses efeitos são particularmente mais perversos no capitalismo dependente latino-americano justamente porque o desenvolvimento na América Latina é desigual e combinado e com a ofensiva neoliberal as formas alternativas de resistência fragilizaram-se (Traspadini, 2016).

Diante disso, apesar de terem dito que as reformas neoliberais trariam rapidamente um suposto crescimento econômico, uma suposta estabilidade macroeconômica, as taxas de investimento e crescimento do PIB caíram. As bolhas especulativas que surgem ao redor do mundo como pilar de um suposto crescimento econômico são sensíveis às crises. E quem sofre com os choques destrutivos quando a bolha estoura é sempre a classe trabalhadora a qual fica frágil frente a acumulação, a distribuição e reprodução social da vida humana que é destruída com as crises financeiras (Saad Filho, 2023). E, como sempre, diante da crise, o mercado recorre às mãos do Estado para tirá-lo do fosso. Os exemplos, segundo Saad Filho (2023) são inúmeros, mas pegando alguns somente para ilustrar, temos: a crise da dívida externa no início da década de 1980; a crise na Argentina, no Brasil, no Leste Asiático, no México, na Rússia dentre outros países com renda média no final do século passado; todas

essas e as demais que Alfredo Saad Filho discorre culminam na Crise Financeira Global (CFG), a Crise de 2008[3].

Passado o auge da CFG, o remédio milagroso que impuseram como maneira de estabilizar as contas públicas foi a "austeridade fiscal", ou seja, redução do tamanho do Estado por meio de corte de gastos e políticas fiscais contracionista, resumindo. A endeusada "austeridade" serve, no entanto, não apenas como uma camisa de força autoimposta porque ela limita o escopo de atuação do Estado no quanto ele pode gastar, mas também como forma mais ampla de avançar a agenda neoliberal via impostos mais altos e regressivos, menores transferências de renda, mercantilização expandida da reprodução social e financeirização de políticas sociais (Brettas, 2020; Saad Filho, 2023; Albo; Fanelli, 2014).

Depois da CFG, os Estados passam a adotar um *mix* de política neoliberal, uma vez que a intervenção estatal para salvar prioritariamente a dimensão financeira do capital foi importante e para proteger o dito "mercado livre", procurando adotar um "governo técnico" (Albo; Fanelli, 2014, p. 14). O projeto neoliberal, portanto, não visa o Estado mínimo, mas a sua reconfiguração. Ele segue sendo indispensável para a acumulação do capital, via fundo público, por exemplo, e absolutamente necessário para manter um ambiente de legalidade para as múltiplas e combinadas formas de superexploração da força de trabalho. Ele é, além disso, necessário para garantir dinamismo à economia de mercado, assegurando sua fluidez e aporte jurídico através da preservação do cumprimento dos contratos e da garantia da propriedade privada (Amaral, 2012; Brettas, 2020).

Dessa forma, o paradoxo econômico do neoliberalismo está na contradição entre gozar das condições favoráveis para a acumulação e a incapacidade intrínseca do neoliberalismo em capitalizar essas mesmas condições. Em outros termos, o neoliberalismo não consegue prosperar a partir das bases lançadas por ele mesmo para a acumulação por causa da desaceleração constante do crescimento, aumento da volatilidade e declínio do investimento

---

[3] Saad Filho (2023, p. 49) discorre extensivamente sobre a Crise de 2008, a qual ele denomina de Crise Financeira Global, como uma crise tipicamente neoliberal, pois "ela foi causada pela superacumulação de capital fictício criado por um sistema financeiro globalizado, e desencadeada pela inadimplência de hipotecas impagáveis das famílias pobres dos EUA, que haviam sido reembaladas em novos tipos de ativos financeiros, que foram negociados através de canais que nem existiam apenas alguns anos atrás". Não nos estenderemos nessa discussão por motivos de delimitação do objeto de estudo, no caso o paradoxo autoritário e a crise da democracia neoliberal, porém, para conhecer mais sobre o tema, ver: SAAD FILHO, Alfredo. "Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism ?". **Socialist Register**. 2011; SAAD FILHO, A. **A Era das Crises**: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia.1. ed. Editora Contracorrente. 2023; TETT, Gillian. "Fool's Gold: how Unrestrained Greed Corrupted a Dream. **Londres**: Little, Brown & Co. 2009.

real e pelo aumento gigantesco da desigualdade e precarização da força de trabalho (Saad Filho, 2023).

São incorporados na lógica acumulativa, mais precisamente tendo seus rendimentos expropriados em detrimento da valorização do capital. As mudanças estruturais trazidas pela financeirização apresentaram três características importantes: a financeirização de empresas não financeiras; a mudança na atuação dos bancos; a financeirização de indivíduos e famílias. Realizando uma síntese desses 3 elementos, denota-se que as empresas não financeiras caminham em um sentido de atuação no sistema financeiro por meio de ações que garantam um financiamento sem ter que recorrer a bancos e instituições bancárias. Por consequência, os bancos passam a ser menos acionados, e precisam buscar um canal de recomposição dos lucros para combater a perda de demanda, avançando sobre indivíduos e famílias (Lapavitsas, 2011).

Assim, os indivíduos são capturados pelas formas fictícias de valorização de capital, que garante um atrelamento geral à financeirização que culmina ainda na expropriação dos rendimentos do trabalho. Portanto, essa dinâmica é assistida e reforçada pela inserção dos instrumentos neoliberais, na medida em que estes manifestam medidas como redirecionamentos dos gastos públicos e subsídios, taxas de juros determinadas pelo mercado, taxas de câmbio livre, livre comércio, liberalização de investimentos e liberdade de capitais, privatizações, defesa da propriedade e as já trabalhadas desregulações (majoritariamente financeira e trabalhista). Essa lógica, portanto, parte da racionalidade do indivíduo como principal agente econômico e acaba o transportando para um cenário de incessante valorização do capital, tendo seus rendimentos expropriados através dos juros pelo modo de acumulação capitalista neoliberal (Chesnais, 2003; Harvey, 2008; Lapavitsas, 2011).

3.2 Paradoxo Político do Neoliberalismo

O estabelecimento da democracia neoliberal, entre os anos 1980 e 2000, reforçou o sistema de acumulação de capital fictício e solapou o espaço de oposição a isso. Como discutido anteriormente, o neoliberalismo minou a capacidade do Estado em garantir minimamente as condições de emprego, de reprodução da vida social, das políticas sociais, esvaziando os espaços coletivos de lutas em defesa dos direitos trabalhistas e sociais e da classe trabalhadora como um todo (Amaral, 2012; Brettas, 2020; Saad Filho, 2023). O que se tem, a partir desses esvaziamentos de representatividade política e fragilidade da resistência sindical e dos movimentos sociais de esquerda, é um processo de crise de legitimidade da democracia política, bem como a aversão as representações políticas dos partidos (Boito,

2019; Martuscelli, 2020; Saad Filho, 2023; Souza, 2019). Dada a fragmentação da esquerda reforçada com o próprio esvaziamento da representatividade política que os movimentos que ela mesma representa, a conjuntura de instabilidade propicia o surgimento de forças anti-sistêmicas ligadas ao neoliberalismo, mas que estão desinteressadas com a democracia política (Saad Filho, 2023).

A democracia política neoliberal entra em crise e os governos neoliberais empregam cada vez mais instrumentos autoritários para manter a sua hegemonia, para outorgar a "austeridade fiscal" lastreadas ideologicamente por meio de dispositivos ideológicos neoliberais baseados num vocabulário tipicamente neoliberal em que se impõe a primazia do mercado sobre todas as esferas da vida (Chauí, 2020). Mais do que isso, o neoliberalismo não apresentou nenhuma alternativa para a Crise Financeira Global e nem formas de restaurar o dinamismo econômico a fim de garantir condições de vida razoáveis para a classe trabalhadora. Ao contrário, ele ampliou a violência e o autoritarismo, em especial com a ascensão de líderes "espetaculares" e novas formas de fascismo (Saad Filho, 2023), respectivamente, na tragédia brasileira, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e o próprio Bolsonarismo, aprofundando, portanto, o neoliberalismo autoritário.

O paradoxo político do neoliberalismo se coloca justamente na relação contraditória da expansão da institucionalização e ampliação da democracia neoliberal a qual colocou em xeque a própria democracia política. Em outros termos, o paradoxo político neoliberal foi turbinado pelas tensões inerentes na implantação de um sistema político dito inclusivo para apoiar uma forma de acumulação que é em si excludente (Saad Filho, 2023).

A partir das contradições engendradas pelo próprio sistema de acumulação, em especial sob os paradoxos político e econômico neoliberal, é que conseguimos entender a crise da democracia neoliberal e o paradoxo do autoritarismo. A crise da d

3.3 Paradoxo do Autoritarismo e o Neoliberalismo Autoritário

A partir das fragilidades políticas e institucionais da democracia neoliberal ficam mais acentuadas as desigualdades sociais, principalmente após a CFG. O remédio receitado pelo imperialismo norte-americano via FMI e demais instituições financeiras internacionais foi o da "austeridade fiscal" (Brettas, 2020, Chaui, 2020, Saad Filho, 2023). Nesse cenário, as limitações das democracias neoliberais abriram espaço para a ascensão de líderes "espetaculares" ligados com uma versão mais autoritária e radicalizada do neoliberalismo, bem como com novas formas de fascismo (Saad Filho, 2023).

A Crise Financeira Global marcou uma etapa de crise da própria legitimidade do neoliberalismo, uma vez que ele não conseguiu sustentar "um processo de acumulação rápido e estável, minou a democracia, concentrou renda e riqueza, impôs padrões indesejáveis de emprego e desencadeou uma catástrofe econômica sem precedentes, e com custos astronômicos" (Saad Filho, 2023, p. 80). A incapacidade dos Estado neoliberais em fornecer respostas eficazes à CFG apenas minou a confiança nas lideranças, nos partidos e na política, em específico de seus líderes políticos tradicionais, como David Cameron, Hillary Clinton, Matteo Renzi (Saad Filho, 2023).

No caso brasileiro, isso é mais acentuado, uma vez que com a crise de representatividade política desencadeada pelo questionamento do resultado eleitoral de 2014 pelo Aécio Neves (PSDB), pelo Golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rouseff e pela eleição no pleito de 2018 do candidato de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro, as lideranças "tradicionais" ditas democráticas sucumbiram aos novos fascismos, inclusive as forças de centro-esquerda e centro-direita, encabeçado na figura de Bolsonaro (Boito Jr., 2019; Martuscelli, 2020; Moraes, 1998). A perda de controle pelas elites políticas tradicionais trilhou o caminho para forças anti-sistêmicas polarizadas por líderes autoritários "espetaculares"e para uma nova leva de movimentos de extrema-direita (Saad Filho, 2023; Moraes, 1998). A destruição da social-democracia pelas forças fascistas, bem como de seus respectivos partidos políticos e lideranças, como o Partido Socialista Francês, o partido socialista grego, o PASOK, o Partido Social-Democrata Alemão, e o Partido da Social-democracia Brasileira (PSDB), são expoentes da falha da democracia neoliberal e da contradição inerente ao neoliberalismo autoritário (Boito Jr, 2019; Saad Filho, 2023).

Esses líderes autoritários "espetaculares" são típicos do neoliberalismo autoritário. São, em sua maioria, homens, se apresentam como fortes, "honestos", as vezes como *outsider* da política. Eles semeiam uma política de ressentimento por meio de demagogias, cooptam "o povo" numa cruzada de "nós" contra "eles" e contra "as elites". Apesar de pregarem um discurso anti-sistêmico, apolítico e de fim de privilégios, quando chegam ao poder eles irremediavelmente aplicam violentamente programas que intensificam o neoliberalismo e a financeirização, como políticas regressivas de comércio, tributação e financeira (Saad Filho, 2023). Os líderes "espetaculares" operam na reprodução permanente da insegurança, da autoafirmação seja na esfera nacional, raciais ou religiosas, da permanente luta contra um inimigo. No caso brasileiro os inimigos são a esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores, nos EUA e no Reino Unido são os imigrantes, na Índia, os muçulmanos (Saad Filho, 2023).

Portanto, o paradoxo do autoritarismo do neoliberalismo é justamente a relação entre a crise econômica inerente ao próprio sistema de acumulação de capital fictício com o surgimento de líderes "espetaculares" alinhados com a agenda neoliberal. É um paradoxo porque ao cooptar as massas populares (isso é facilitado pelo enfraquecimento da esquerda, dos movimentos de base e dos sindicatos) e chegarem ao poder, os líderes "espetaculares" engendram políticas que minam a sua própria popularidade, como salários baixos, impostos regressivos. Isso vai alimentando um descontentamento cada vez maior com esses líderes ao passo que os mesmos vão garantindo o acúmulo de capital da elite que já o apoiara (Saad Filho, 2023). O regime autoritário neoliberal opera, portanto, sobre a permanente instabilidade política.

As crises econômicas e políticas no sistema de acumulação promoveram a personalização da política em torno dos líderes "espetaculares "os quais implementaram uma política de gestão de crises por meio da divisão social, manipulação de ressentimentos com a intenção de ampliar a exclusão, a opressão e a exploração, que inevitavelmente fragilizam a sua própria base de apoio popular

4. Considerações Finais

O capitalismo contemporâneo enquanto sistema mundial economicamente articulado e tendo hoje como a sua fase o neoliberalismo, contribui para a erosão e solapamento das estruturas tradicionais de estratificação e controle social historicamente construídos, tais como os sindicatos, as esquerdas e os movimentos sociais fortemente atacados pelo neoliberalismo autoritário e pela sua ideologia (Saad Filho, 2023; Mészáros, 2009). Os chamados "ajustes estruturais" imposto pelo Consenso de Washington aos países dependentes, os quais a austeridade é um deles, permitiu o aprofundamento do neoliberalismo na América Latina (Dos Santos, 2020).

Capitaneado pela cartilha neoliberal, a financeirização, a competição, a mercantilização dos meios de subsistência, bem como os paradoxos do neoliberalismo – econômico, político e autoritário –, abrem espaço para a ascensão de líderes "espetaculares" e novas formas de fascismos. O desafio de lidar com as consequências econômicas, sociais e políticas da pandemia de Covid-19; com a ascensão de novas formas de fascismo, como o bolsonarismo; com os paradoxos econômico, político e autoritário do neoliberalismo, em especial a sua forma neoliberal autoritária (Boito Jr., 2019, Moraes, 1998; Saad Filho, 2023). Para a América Latina, no geral, e o Brasil, em particular, o neoliberalismo restringe as condições materiais de vida das sociedades e da reprodução da vida, como também

impulsiona a sociabilidade e a produção de subjetividades que responsabiliza indivíduos sobre a realidade de opressão, violência e miséria a que estão inseridos.

A financeirização, um dos traços substantivos do projeto burguês de dominação, encurtou o caminho para a retomada da rentabilidade e das taxas de lucro. No caso brasileiro, a singularidade desse processo é que ele foi protagonizado pelo próprio Estado por meio do fundo público, uma vez que o mercado brasileiro de capitais não é forte o suficiente para sustentar esse fluxo. Isso explica a importância do crescimento vertiginoso da dívida pública e de mudanças feitas na administração dos recursos para permitir o encaminhamento de volumosos montantes para o capital portador de juros (Brettas, 2020).

Ademais, a Crise Financeira Global mostrou que o neoliberalismo criou fortes tendências para a maior financeirização e concentração de renda quando a economia cresce, quando ela se retrai e também quando ela se recupera. O que se observa é a tendência dos Estados neoliberais em aumentar o nível de violência repressiva para impor políticas de austeridade fiscal, para tentar seguir o "ajuste estrutural" do Consenso de Washington, encabeçando nisso os líderes autoritários "espetaculares" que são, na verdade, outras formas de fascismo sob o verniz de "gestor", "técnicos" ou "outsider" da política (Saad Filho, 2023).

Portanto, os três paradoxos do neoliberalismo advêm, em última instância, por causa da hegemonia do capital portador de juros sobre os recursos econômicos, as instituições e o sistema político (supostamente democrático). A política neoliberal atende, no limite, aos interesses das finanças, com destaque para o capital fictício, acima de qualquer consideração com o bem-estar social (Saad Filho, 2023).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDAKU, C. A; BUENO, F. M. Capital fictício em duas interpretações do capitalismo contemporâneo. **Colóquio Internacional Marx Engels**, n. 6, 2009.

ALBO, G.; FANELLI, C. "Austerity Against Democracy: Na Authoritarian Phase of Neoliberalism?". **Socialist Project.** 2014. Disponível em: https://socialistproject.ca/content/uploads/2014/08/AusterityAgainstDemocracy.pdf. Acesso em: 18. Mar. 2024

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais. Rio de Janeiro: **Consequência**, 2020. p.185-206

BOITO JR., A O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021009, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.35578.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 613-637, 2012.

CHESNAIS, François. “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

DOS SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Insular Livros, 2020.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique.“Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: CHESNAIS, F. et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The Crisis of Neoliberalism**. London, England: Harvard University Press, 2011. 391 p. ISBN 978-0-674-04988-8.

FIORI, J. **Os moedeiros falsos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 351 p. (Zero à esquerda (Vozes). ISBN 8532618847 (broch.).

GARLIPP, J.R.D. **Economia desregrada**: Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo. 2001.

GOWAN, P. **The Global Gamble: Washington’s Faustian Bid for World Dominance.** New York: Verso, 1999.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Loyola, 2008.

LAPAVITSAS, C. **“Theorising Financialisation”. In: Work, Employment & Society**, vol. 25, n. 4, p. 611-626, dezembro, 2011.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. DOI: 10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28759.

MARX, K. **O Capital**, volume 3. Harmondsworth: Penguin, 1981.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampl São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, R.C. **Neoliberalismo e neofascismo** — és lo mismo pero no és igual? . Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.121-126.

PRODANOV, C. C; DE FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.
SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SAAD FILHO, A. **A Era das Crises**: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia.1. ed. Editora Contracorrente. 2023

SOUZA, Jessé de. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: **Estação Brasil**, 2019.

TRASPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. [Tese de doutorado, Universidade

Federal de Minas Gerais]. Repositório institucional da UFMG. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ADQHWL. Acesso em: 13. Fev 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Análise do fascismo como expressão dos interesses imperialistas na periferia global

FRANCO; Maria Laura Andrade[1]

Resumo

Por meio de uma análise teórica, primeiramente busca-se estabelecer e entender o conceito de imperialismo como concebido por Lênin, com um foco na monopolização e nas ideias de perpetuação da capacidade de acumulação capitalista; logo após é estabelecido o conceito de fascismo, a partir da convergência de múltiplos autores do campo crítico. Diante do estabelecido, é realizado, a partir de uma análise histórica, um apanhado geral da estrutura produtiva agrícola nas décadas de 1940 a 1970, e sua relação de dependência com a entrada do capital externo no país. A partir disso, busca-se entender como o fascismo permite a perpetuação dos interesses imperialistas diante da economia brasileira. A pergunta principal que move o debate é: como podemos entender a relação entre o fascismo e a imposição dos interesses imperialistas perante países periféricos?

Palavras-chave: Imperialismo; Fascismo; Brasil; Ditadura Militar; Estados Unidos

[1] Discente do Programa de Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU), Uberlândia, Minas Gerais, e-mail: marialauraanfra@ufu.br.

1. Introdução

O fascismo nasceu como conceito em um momento histórico no qual o cenário econômico global passava por uma mudança estrutural profunda, marcada pela alta monopolização e o crescimento dos conflitos inter-imperiais. Diante disso, o fascismo é concebido também em um momento de mudança, em um entre-guerras que desestabilizou o sistema capitalista europeu esse fenômeno vai agir como ferramenta de opressão das classes revolucionárias, ajudando a manter e perpetuar esse sistema.

A partir do estabelecimento desses dois conceitos é possível analisar o momento histórico do Golpe de 1964 no Brasil, com uma perspectiva mais crítica. Desde o seu nascimento, a produção agrícola brasileira enfrentou sérios obstáculos de modernização e eficiência, resultando em um rendimento muito aquém do potencial comparado a outras nações. O período pós-Revolução Verde, na década de 1970, trouxe consigo uma transformação significativa mas não necessariamente libertadora da agricultura brasileira, com a entrada de capital estrangeiro destinado a mecanização da produção, que possibilitou reparar o baixo rendimento agrícola, porém a custo da autonomia desse setor.

A modernização orientada por interesses estrangeiros, fortaleceu os grandes latifúndios. Nesse contexto, a expansão do complexo agroindustrial no Brasil foi acompanhada por um controle cada vez maior do capital estrangeiro sobre a produção primária, e a história da produção agrícola no Brasil reflete não apenas uma luta por eficiência e modernização, mas também uma batalha constante pela autonomia e preservação dos recursos naturais diante dos interesses do mercado global.

2. Imperialismo

Em meados de 1917, Lênin, publicou seu livro “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo’’, no qual ele caracteriza o imperialismo como uma evolução natural do capitalismo, uma fase ainda mais concentrada e monopolística. Após a completa repartição colonial do globo entre potências, ou seja, todas as terras não-ocupadas já haviam sido conquistadas e anexadas, a luta pela anexação e pelo poder se exacerba, esses países agora vão disputar todos os tipos de território, não se atendo mais apenas à periferia, buscando não

necessariamente apoderarem-se de territórios para si, mas também para minar e enfraquecer o poder das outras potências. Nesse cenário de extrema competição pelo acúmulo de terras e poder, se enxerga o argumento mais relevante para o debate em questão, que é a inevitável monopolização de recursos e meios de produção advindas da acumulação, e, consequentemente, a morte da livre concorrência no cenário internacional (Lênin, 1917, p. 149).

Analisando a conjuntura da Europa, a livre concorrência do mercado teve seu auge nas décadas de 60 a 70 do século XIX. Porém, com o "crack" de 1873 e a subsequente depressão, ocorre um momento propício para a ascensão de grandes grupos interligados, chamados de cartéis, que conseguiram começar o processo inicial de acumulação, que logo após levaria à monopolização. O posicionamento econômico desses cartéis é solidificado com a crise que ocorreu de 1900 a 1903, e o que nasceu como um movimento oportunístico para aproveitar a conjuntura momentânea desse período histórico, eventualmente tornou-se um elemento básico da economia global, conquistando gradualmente toda a esfera industrial. (Lênin, 1917, p. 152). É perceptível, a partir da exposição de Lênin, que as crises econômicas possuem um papel extremamente importante no processo de monopolização do mercado, e de morte da livre concorrência. Esses momentos de desestabilização da estrutura econômica permitem com que grupos, por exemplo os cartéis, manipulem mais facilmente o mercado, de modo a acumularem cada vez mais e mais fatias da estrutura produtiva, marginalizando o pequeno produtor, e impossibilitando a entrada de novos competidores.

A maneira acelerada como esse processo de concentração ocorreu, em questão de menos de 30 anos, caracteriza um dos pontos aparentemente mais contraditórios do capitalismo, sendo o mesmo sistema que promove, idealmente, a livre concorrência e a liberdade de mercado, e ao mesmo tempo permite a extrema acumulação e a formação de monopólios. Mesmo um século depois da revolução industrial, o número de empresas que tinham acesso a fontes de energia e maquinários eram ínfimas, sendo que já no começo do século XIX, 9% das empresas européias correspondiam a 93% do uso de energia elétrica e a vapor. Nos Estados Unidos essa concentração se mostrava ainda mais intensa, tendo que, em 1904, 0,9% das empresas, abarcando os diversos ramos da economia, empregavam 25,6% dos operários, e produziam 38% do valor total de produção (Lênin, 1917, p. 149-150).

Devido ao direcionamento das economias nacionais sob grupos relativamente pequenos e coordenados, esses cartéis conseguem combinar entre si as condições de mercado que mais vão favorecê-los, como condições de venda, prazos de pagamento, repartição de mercados, preços, etc. Eventualmente, ocorre a monopolização das fontes de

matérias-primas, da mão de obra qualificada, e dos meios de comunicação (linhas férreas, companhias de navegação, etc). Esse processo de privatização de todos os componentes necessários para a realização da produção, expulsa os concorrentes existentes que não são parte dos cartéis, e impede a entrada de novas empresas no mercado, pois o custo e o risco de entrada se torna cada vez mais e mais inacessível (Lênin, 1917, p. 152-153).

> A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Efectua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos partilham entre si por contrato (Lênin, 1917, p. 154-155).

Com o alto nível de monopolização de todos os meios de produção, as esferas econômicas se tornam cada vez mais e mais mescladas, e eventualmente os mesmos grupos que controlam a produção industrial, passam a controlar também a produção agrária e o capital bancário. Os bancos não são alheios a esse processo, e essas instituições que antes agiam como intermediários nos processos financeiros, agora se tornam os grandes monopolizadores das esferas de produção globais. Com a concentração do grosso do capital em poucos grandes bancos, esses se tornam "monopolistas onipotentes", desfrutando de níveis de influência e poder enormes sobre o sistema capitalista devido ao seu controle quase que desregulado sobre o capital global. Em 1913, o cálculo aproximado da concentração de capital entre os 9 grandes bancos berlinenses era de 5.100 milhões de marcos para um total de 10.000 milhões, ou seja, mais de 50% do total de capitais. Porém, essa representação considera apenas o controle direto por esses principais bancos do capital, ao analisar a relação de suas sucursais os números são bem mais gritantes. Em 1909, esses mesmos 9 bancos, juntamente com suas sucursais, controlavam 11.300 milhões de marcos, o que representa cerca de 83% de todo o capital bancário alemão. O Banco Alemão, e sua rede de bancos, controlava sozinho cerca de 3.000 milhões desse total, evidenciando o nível da monopolização que começa a ocorrer. (Lênin, 1917, p. 158-159).

Figura 1: Relação dos bancos berlinenses e seus estabelecimentos

Seis grande bancos berlinenses tinham

Anos	Sucursais na Alemanha	Caixas de depósito e caixas de câmbio	Participações constantes em sociedades anónimas bancárias alemãs	Total dos estabelecimentos
1895	16	14	1	41
1900	21	40	8	80
1911	104	276	63	450

Fonte: Lênin, 1917, p. 160

Como é exposto na tabela anterior, o nível de monopolização que os seis principais bancos berlinenses possuíam diante das transações bancárias do país foi agudamente acentuado em um curto espaço de tempo. Segundo Lênin, em menos de 20 anos, o número de bancos ligados a esses seis multiplicou em quase sete vezes, e o número de caixas de depósitos e caixas de câmbio que eles possuíam multiplicou em quase vinte vezes nesse período. Isso exemplifica que cada vez mais as transações e o capital financeiro eram controladas por esses grandes bancos, que por conta disso expandiam suas operações e exerceciam controle sobre todas as outras esferas econômicas (Lênin, 1917, p. 160).

Nesse momento da evolução do sistema capitalista, algumas rachaduras começaram a aparecer, principalmente advindas da extrema monopolização, e da morte da livre concorrência enquanto ideal. No cenário internacional, os próprios países imperialistas, agora com o "fim da repartição do globo", como dito por Lênin, também se tornam alvo de ataques na busca imperialista pela acumulação, sendo impelidos a conflitos inter-imperialistas. Nisso, a burguesia interna desses países sentirá a ameaça iminente sob sua capacidade de concentração de capital, e diversos mecanismos que visam preservar o status das elites vão ascender, dentre eles o principal foi o fenômeno do fascismo.

3. Fascismo

O fascismo clássico pode ser rudemente entendido como uma expressão do capitalismo em um de seus momentos mais frágeis. Tendo o auge de sua ascensão no pós-Primeira Guerra Mundial, em um momento no qual os países europeus estavam economicamente e socialmente devastados, e as massas populares não viam mais o sistema capitalista como a melhor resposta para seus problemas. Nesse momento único histórico, os discursos alternativos, sobretudo o socialista, ganharam espaço nas esferas sociais mais diversas, e conquistaram uma certa força política, o suficiente para assustar e alertar as elites burguesas de que medidas precisavam ser tomadas para restaurar o status quo capitalista. É nessa conjuntura na qual a conceitualização mais pura pode ser feita do fenômeno do fascismo, um entre guerras no qual o sistema capitalista europeu estava em chamas, e as estruturas que antes o preservavam estavam desmoronando.

Evguiéni Pachukanis, jurista soviético, debate sobre o fascismo desde o começo de sua formação como ideologia. Nos moldes italianos, o fascismo vai tomar uma expressão multifacetada, onde inicialmente ele se alinha com uma demagogia antiplutocrática, se opondo ao capital em um momento no qual os discursos socialistas ganhavam espaço nas

esferas sociais e políticas. Porém, posteriormente, o fascismo rapidamente abandona esse posicionamento inicial, e volta a defender os interesses do capital, com a repressão violenta das massas operárias revolucionárias, e a marginalização dos discursos alternativos. Ao chegar oficialmente no poder, qualquer máscara de movimento popular é abandonada, e o fascismo assume abertamente uma política de defesa dos interesses do capital financeiro e industrial. Realizando uma caracterização direta e simplória do fenômeno do fascismo, Pachukanis vai estabelecer alguns pontos mais relevantes de sua formação e funcionamento, como a conquista direta do poder, ignorando os meios eleitorais e democráticos, o emprego da violência para a submissão de opositores políticos, e a opressão de movimentos revolucionários de massa. (Pachukanis, 2020, p. 56-58).

O fascismo tem sua força dentre as classes mercenárias e militarescas, seduzidas pelos empresários e capitalistas que buscavam defender os interesses das classes proprietárias, recrutando essas massas a partir do uso de discursos patrióticos e chauvinistas (Pachukanis, 2020, p. 57). Esses discursos foram aproveitados de maneira a manipular um dormente sentimento de frustração e desilusão, causado pela devastação econômica advinda da Primeira Guerra Mundial, dentre a pequena e média burguesia, composta por ex-oficiais, as classes médias e os intelectuais, tendo sido proletarizados e ‘’marginalizados’’ na desestabilização do sistema capitalista. O fascismo, então, é um sintoma desse momento histórico, no qual vai ocorrer um processo de decomposição profunda do sistema capitalista, arruinando as condições de vida das classes médias, cada vez mais e mais dispostas a se radicalizarem (Zetkin, 1923, não paginado). Nisso, o capitalismo encontra em sua maior ameaça os seus mais fortes aliados, utilizando, pelo menos na Itália, o fascismo como sua principal ferramenta de recrutamento, efetivamente remanejando as forças dessas massas pequeno e médio burguesas, que representavam uma capacidade grande de ameaça ao sistema, em prol dos interesses capitalistas. Essas classes médias vão então se tornar uma grande arma para o fascismo, pois se encontram mais do que contentes em subjugar e violentar as massas proletárias, talvez em busca de restaurar uma fração, mesmo que minúscula, da posição privilegiada social e econômica que possuíam previamente à guerra.

> Mas existe, em todos os países, um estrato da população - a pequena e média burguesia - que considera ser possível resolver estes gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. E é este estrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos. Na Espanha, a organização da pequena e média burguesia em grupos armados ocorreu antes mesmo que na Itália… (Gramsci, 1921a, não paginado).

O fascismo, como apresentado, age como uma ferramenta que possibilita antes de tudo um novo nível de acúmulo de poder nas mãos da grande burguesia, pois sob seu regime violento e opressivo, todas as esferas de ação política se encontram sob controle dos fascistas (Pachukanis, 2020, p. 59). Ou seja, ele nada mais é do que a expressão de uma crise de reprodução do capitalismo, onde a acumulação natural de capital se torna impossível devido às condições de concorrência do mercado (Mandel, 1976, p. 29). Como exposto por Pachukanis (2020, p. 61) "A ditadura fascista resolveu a tarefa de conservar o poder nas mãos dos capitalistas…".

A partir de uma análise profunda do fenômeno do fascismo, em um momento histórico posterior à perturbação social-político-econômica que a Europa experienciou no entre guerras, Ernest Mandel, economista e político belga, vai estabelecer essa ideologia como um mecanismo de perpetuação dos princípios de acumulação capitalista, agindo como facilitador da acentuação do cenário de monopolização que o globo vinha experienciando. No espaço de tempo pós-Grande Depressão e pré-Segunda Guerra Mundial, nos anos que o Partido Nazista assume o poder, o lucro de todas as empresas industriais e comerciais alemãs mais que duplicaram, indo de 6,6 milhares de marcos para 15 milhares de marcos em questão de 5 anos. Algumas dessas empresas experienciaram crescimentos absurdos, como as fábricas de tubos Krupp e Mannesmann, que tiveram seu lucro triplicado, ou as fábricas alemãs de armas e munições que viram suas vendas multiplicadas por 10 (Mandel, 1976, p. 27).

O fascismo, e modos de organização política violentos num geral, são um método extremamente eficaz de perpetuação dos interesses das elites das quais estão representando. O uso da violência estatal organizada consegue, como nenhum outro método, subjugar e mitigar qualquer tipo de revolução de massa que poderia ameaçar o poder das elites em questão. Esse fenômeno foi muito registrado e estudado em sua expressão nas áreas urbanas europeias, porém, ele possui uma contraparte tão violenta quanto, utilizada nas áreas rurais pelo grande latifundiário que busca subjugar o campesinato. Essas duas expressões se complementam, elas são ferramentas dos mesmos grupos buscando os mesmos objetivos, que é permitir a perpetuação da acumulação de capital.

Dito isso, Gramsci, político italiano, oferece sua perspectiva da opressão fascista nas áreas rurais italianas. Enquanto nas cidades o movimento operário era o principal alvo dos fascistas, o campo não ficou impune, sendo o camponês alvo da subjugação do capital financeiro, que aos poucos se apoderava dos grandes latifundiários, e monopolizava a produção agrária, ou também o inverso, no qual os latifundiários aos poucos se tornavam os donos dos bancos, e promoviam essa crescente mesclagem entre o capital bancário e agrário,

e subsequentemente o industrial (Gramsci, 1921b, não paginado). A ordem na qual esse processo ocorre pode variar dependendo da conjuntura do país, porém o fato é de que ele acontece, agregando o controle de todos os setores da economia nas mãos de apenas alguns grandes proprietários, promovendo também o controle político total e a monopolização. A constante nesse processo é de que a repressão de qualquer tipo de discurso revolucionário, que possa ameaçar o sistema, deve ser feita de maneira violenta, de modo a preservar a capacidade e intensidade de subjugação e exploração da mão de trabalho, mantendo a grande burguesia como a elite monopolizadora de capital.

4. A questão agrária brasileira

No Brasil, o mecanismo do fascismo como ferramenta de manutenção dos interesses capitalistas se expressou a partir dos interesses das elites conservadoras, como os militares e os latifundiários, porém principalmente no que diz respeito à imposição dos interesses do mercado externo diante da produção interna brasileira. Em um momento específico da história do país, a infraestrutura produtiva que atendia esses interesses externos se encontrava insuficiente, causando um cenário de fragilidade que permitiu a entrada indiscriminada do capital estrangeiro no setor primário brasileiro, solidificando o controle externo diante da produção agrícola e industrial do país. Com esse controle solidificado, a estrutura política e social brasileira vai cada vez mais se adaptando para atender aos interesses agora internalizados, e eventualmente quando essas vontades são ameaçadas o fascismo vai entrar em jogo.

Nisso, voltando à década de 1940, a produção agrícola brasileira historicamente apresentou um rendimento muito abaixo da média quando comparada a outros países. Como apresentado pelo Anuário Estatístico do Brasil de 1946, de 21 dos produtos agrícolas de principal produção no país, 17 tiveram seu rendimento médio por hectare diminuído, no período entre 1931-1944. Em maioria, esses produtos tiveram sua área de cultivo expandida, porém devido à queda do rendimento desse cultivo, sua produção final não teve um crescimento significativo. Comparando a produção por hectare de certos produtos agrícolas no Brasil com dados antigos levantados pela Liga das Nações, de 1930 a 1934, sobre a produção mundial de milho, arroz e batata, podemos perceber um atraso forte do Brasil. Na produção do milho, dentre 8 países o Brasil ocupou o último lugar, tendo 1417 quilos por hectare de rendimento médio, sendo que o Egito, que ocupou o sétimo lugar, teve um rendimento médio de 2287 quilos por hectare, uma margem de diferença enorme. Na

produção do arroz e da batata o resultado se mantém o mesmo, um rendimento da produção abaixo da média, como por exemplo, na produção da batata o maior rendimento apresentado foi pela Bélgica, de 21472 quilos por hectare, enquanto o Brasil teve somente 8643 quilos por hectare (Almeida, 1948, não paginado).

Esses dados demonstram o primitivismo da produção agrícola no Brasil, que em grande parte se manteve inalterado pela história, persistindo modos de produção feudais e ultrapassados, que se baseavam e sobreviviam apenas a partir da exploração do trabalho braçal no campo, que se manteve possível, apesar do êxodo rural, devido à grande disponibilidade e reserva de trabalhadores. O movimento natural causado pelas condições de trabalho análogas a escravidão que os camponeses enfrentavam seria a fuga da mão de obra para as cidades, seguido da escassez de braços para a produção agrícola, e consequentemente o aumento da mecanização desse setor. Como foi na Inglaterra e logo após nos Estados Unidos, os camponeses saíram do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades com atividade industrial, o que forçou a substituição desses trabalhadores por maquinário. Diante disso, dado a suposta "falta de braços no campo", que na realidade não se mostra de fato, a produção brasileira também deveria ter se modernizado, porém, isso não ocorre na conjuntura apresentada – ocorrendo apenas anos depois com a Revolução Verde – e essa se mantém ultrapassada (Almeida, 1948, não paginado).

De acordo com o autor, um dos mais fortes motivos pelo qual esse processo não ocorre no Brasil é a monopolização da terra nos grandes latifúndios. O processo de mecanização e modernização da produção agrícola seria em teoria mais custoso imediatamente para os grandes proprietários, do que a simples perpetuação dos métodos de produção já estabelecidos, e nisso eles seguem, explorando o trabalhador camponês que em grande parte não recebe nem um salário por sua mão de obra, trabalhando por itens básicos de sobrevivência. A baratização de todas as etapas do processo de produção agrícola é o que ultimamente mantém o rendimento brasileiro tão abaixo da média. Ao invés de mecanizar a produção, se utiliza a mão de obra braçal; ao invés de remunerar e proporcionar uma vida digna e saudável para essa mão de obra para que ela possa produzir de maneira efetiva, se mantém o camponês em situações de doença e exploração; ao invés de se estabelecer práticas sustentáveis de exploração da terra, se prefere o abandono e a procura constante de novas terras não utilizadas (Almeida, 1948, não paginado).

> Ora, nenhum país pode mecanizar efetivamente a sua lavoura sem ter uma indústria de base que produza instrumentos e ferramentas aperfeiçoados e máquinas agrícolas. Aos latifundiários não interessa empregar seu capital em máquinas

> agrícolas, que exigem inversões vultosas e não oferecem aumento imediato de lucros, quando é muito mais fácil para eles explorar os camponeses por processos semi-feudais (Almeida, 1948, não paginado).

Luiz Carlos Prestes, político comunista brasileiro, escreveu em 1947 para a Revista Mensal de Cultura Política um artigo de opinião sobre a reforma agrária, no qual ele pauta, em convergência com Almeida, o latifundiário e o monopólio da terra como o grande problema do atraso da produção brasileira. Os números da época mostram o alto grau que a monopolização da terra tomava, em Pernambuco apenas 0,9% da população é proprietária, em São Paulo 52% do número total de propriedades apenas 0,4% estão nas mãos de pequenos proprietários, dados que ficam ainda mais alarmantes tendo em vista que na época das 41.574.894 pessoas que habitavam no Brasil 28.432.831 habitavam no campo, ou seja, mais de 68% da população total do país. O grau de concentração da propriedade no Brasil, quando comparado com a França, se mostra extremamente alto, pois enquanto na França existiam em torno 5 milhões de proprietários, no Brasil, para população igual, existiam aproximadamente 1.900.000 proprietários, de acordo com o recenseamento de 1940 (Prestes, 1947, não paginado). A partir dos dados apresentados, pode derivar em cálculo que, de 68% da população que vive no campo, apenas 6,7% são proprietários, o que deixa aproximadamente 26.527.831 camponeses à mercê dos latifundiários.

Para Prestes, essa monopolização da propriedade rural somada aos interesses da agricultura ligada à exportação, que por sua parte é comandada pelos interesses do capital externo ligado aos bancos estrangeiros, tem consequências devastadoras para a preservação das riquezas naturais do país. As matas são sistematicamente destruídas com o avanço cada vez mais acelerado para o interior, a procura de novas terras férteis, o que destrói não só as florestas, mas também os cursos naturais das águas. Para ele, isso constitui uma exportação das riquezas nacionais, na qual o país sacrifica seus valiosos recursos naturais em prol do agrado de um mercado exterior, que em torno não contribui de maneira alguma em enriquecer a economia brasileira (Prestes, 1947, não paginado).

E é nesse cenário que a produção brasileira se encontra nas décadas de 40 e 50, em um momento no qual o capital americano não havia ainda adentrado em larga escala no agronegócio. Porém, fica explícito a fragilidade na qual esse setor mantinha-se, com um alto grau da propriedade rural concentrada na mão de poucos latifundiários que não tinham interesse em investir seu capital no melhoramento da infraestrutura e capacidade de produção da terra brasileira. Os índices baixos de rendimento agrícolas brasileiro deixava uma margem grande do mercado externo e interno sem ser atendida, e onde sobra espaço para lucro o

capital tende a preencher, nisso essa conjuntura foi aproveitada pelas empresas estrangeiras para adentrar a economia brasileira e aos poucos assumirem seu controle sobre o setor primário.

No ano de 1976, em uma conjuntura pós-Revolução Verde, Alberto Passos Guimarães, militante brasileiro, escreveu e publicou seu ensaio "*O Complexo Agro-Industrial no Brasil*", no qual ele trata de tal objeto sob uma perspectiva marxista . Para o autor, o projeto de mecanização da produção agrícola do país, a partir dos termos propostos pelos Estados Unidos, resultou no fortalecimento e expansão das grandes fazendas já estabelecidas, à custa do desaparecimento em larga escala da pequena propriedade, que já não conseguia mais competir com o alto nível de rendimento e produção das grandes propriedades. As técnicas modernizadoras adotadas durante esse período, como o uso de maquinários, sementes selecionadas, adubos e fertilizantes químicos, consequentemente criou um grau de dependência alto do setor primário brasileiro em relação à produção industrial desses insumos, que, dada a falta de produção nacional, até certa época só era acessível a partir das importações financiadas pelo capital estrangeiro. Todo esse cenário determina aos poucos um controle crescente do capital externo na produção agrícola brasileira, que vai apenas ser exacerbado com o processo de instalação de indústrias subsidiárias dos grandes grupos internacionais no país – esse grau de dependência do setor agrícola brasileiro com o capital estrangeiro sempre existiu, porém ele vai ser acentuado a partir do nascimento do complexo agroindustrial (Guimarães, 1976, não paginado).

A instalação dessas indústrias em grande parte visava o fácil acesso e exploração da produção agrária nacional para a produção de insumos industriais visando o mercado externo. Como pode ser observado na tabela a seguir, grande parte dessas firmas são produtoras de alimentos industrializados:

Figura 2: Grandes multinacionais atuantes no complexo agroindustrial

FIRMA	SEDE	MILHÕES
1 Ford Motor	Estados Unidos	24 009
2 Unilever	Reino Unido/Holanda	15 016
3 Hoechst	Alemanha Ocidental	8 462
4 E. I. Du Pont de Nemours	Estados Unidos	7 222
5 Nestlé	Suíça	7 080
6 British-American Tobacco	Reino Unido	6 146
7 Philips Petroleum	Estados Unidos	5 134
8 Fiat	Itália	4 882
9 General Foods	Estados Unidos	3 675
10 Borden Inc	Estados Unidos	3 367
11 Ralston Purina	Estados Unidos	3 149
12 Continental Can	Estados Unidos	3 102
13 Coca-Cola	Estados Unidos	2 873
14 CPC International	Estados Unidos	2 742
15 Philips Morris	Estados Unidos	2 564
16 Massey-Ferguson	Canadá	2 513
17 Gervais Danone	França	2 332
18 Pepsico	Estados Unidos	2 321
19 Standard Brands	Estados Unidos	1800
20 Central Soya	Estados Unidos	1 789
21 Quaker Oats	Estados Unidos	1 389
22 Del Monte	Estados Unidos	1 279
23 Kellog	Estados Unidos	1 214
24 Heublein	Estados Unidos	1 124
25 Anderson Clayton	Estados Unidos	879

Fonte: Guimarães, 1976.

O cenário experienciado por Guimarães, em um pós-Golpe de 64, é relevante para articular a influência, e em partes o controle, que o capital externo tem sobre as decisões e a produção do setor primário brasileiro, que como exposto, é acentuada durante os anos de ditadura. Esse Estado criou um cenário propício para a entrada desse capital e da expressão de seus interesses não apenas na produção agrícola, mas também em todos os setores da economia. Como explicitado por Guimarães, a modernização do setor agrícola brasileiro foi feita a partir dos moldes estabelecidos pelos Estados Unidos, que em torno tornou esse setor dependente de insumos que apenas ele poderia oferecer. Em contrapartida, a seguinte instalação de indústrias estrangeiras que eram diretas subsidiárias das empresas internacionais apenas serviu para exacerbar a subjugação e dependência do setor primário brasileiro em relação ao capital estrangeiro, que aqui configura uma tendência desse setor de representar ideologicamente os interesses externos.

> Quando esse setor mais adiantado passa a depender do consumo de máquinas, fertilizantes… já o faz sob a pressão de uma demanda fortemente estimulada pelo crescimento de uma atuante indústria de transformação de produtos agrícolas. Isso quer dizer que os setores industriais fornecedores dos insumos agrícolas só começam a implantar-se a montante da agricultura numa fase ulterior do desenvolvimento da economia, depois de um núcleo de certa magnitude se haver instalado a jusante da agricultura e de este impor, à sua maneira, as quantidades e os tipos de produtos mais conformes às exigências da transformação industrial (Guimarães, 1976, não paginado).

Márcia Gonçalves vai tratar o processo de desenvolvimento da agricultura experienciado a partir da década de 60 como um reforçamento da herança da colonização exploradora que o país havia sofrido, no qual na busca pelo lucro exacerbado, o estrangeiro dizimou e exterminou grande parte das populações originárias e da riqueza natural do país. Esse processo se mostra inevitável para o Brasil, independente do momento histórico no qual ele vive, devido ao fato de que o país é extremamente rico em terra, água, biodiversidade e riquezas naturais, ele tende a atrair o capital especulativo e agroexportador, afetando diretamente as comunidades que dependem da terra para se sustentar, como os indígenas, quilombolas e o campesinato. Em convergência com o que Prestes havia dito décadas antes, Gonçalves interpreta a abertura do Brasil para a exploração capitalista como uma mercantilização das riquezas naturais nacionais, na qual o país se sujeita a ser esmiuçado, sem perspectiva alguma de retorno justo (Gonçalves, 2017, p. 3). A mecanização do campo significou a subordinação da terra ao capital, e nisso a produção agrícola brasileira tomou forma a encaixar os interesses do mercado externo, adotando a heterogeneidade das culturas cultivadas, a superprodução, a exclusão do trabalhador do campo e a monocultura (Gonçalves, 2017, p. 4-6).

5. Síntese

O fenômeno do fascismo e seus mecanismos preserva sua intenção original, que é a de perpetuação dos interesses econômicos das elites capitalistas. Porém, como visto, na Europa esses interesses advém das elites grande burguesas internas dos países, já na periferia, em específico do caso tratado o Brasil, devido à sua posição de dependência no cenário internacional, esse fenômeno se expressa em prol do mantimento dos interesses das elites externas. Isso ocorre porque em grande parte a formação econômica e social desses países periféricos aconteceu em um cenário de colonização, no qual o nascimento de uma burguesia interna ocorreu diretamente submisso à imposição dos interesses dos colonizadores na conjuntura interna dos países, acarretando em elites que perpetuam as ideologias e interesses de seus dominadores.

Diante disso, a conjuntura produtiva brasileira é extremamente subjugada aos interesses do mercado externo desde sua concepção nos moldes coloniais. O que muda no decorrer do tempo é apenas qual poder externo está controlando esses interesses, seja Portugal, Inglaterra ou Estados Unidos. Dito isso, nos é mais relevante tratar do momento histórico que constitui as décadas de 1960-70, no qual o Brasil vai experienciar um grande

nível de entrada de capital estrangeiro em sua economia, principalmente o americano. Com essa entrada, em grande parte permitida pelo golpe de 64, pode-se observar cada vez mais a marginalização do interesse nacional. O interesse imperialista, que nessa conjuntura significa principalmente os Estados Unidos, toma a frente das decisões dos setores de base da economia brasileira, controlando fortemente o setor agrário e o industrial. Nisso, qualquer tipo de pauta que possa prejudicar a margem de lucro desses capitalistas é ignorada e excluída, como a preservação do meio ambiente brasileiro e seus recursos naturais, a qualidade de vida e dignidade dos povos do campo, e a produção agrícola e industrial que beneficiasse o povo brasileiro e não apenas o mercado externo.

No Brasil, o fascismo toma a forma da ditadura militar, que foi conspirada a partir da convergência de interesses das elites conservadoras brasileiras, em principal as agrárias e militares, e do poder externo, visto no governo americano. Na esfera política brasileira, o populismo ia ganhando espaço como modo de governança principal dos governos, e cada vez mais a população, agora aglomerada nos pólos urbanos devido à industrialização, ganhava poder e conseguia impor seus interesses. Para João Goulart, presidente brasileiro de 1961-64, esse cenário se tornou impossível de lidar, pois de um lado seu governo sofria extrema pressão por parte da população, e do outro lado sofria pressão por parte das elites conservadoras. Os interesses desses dois pólos de poder na esfera social brasileira eram diretamente paralelos, pois os trabalhadores reivindicavam melhores condições e salários, já as elites produtivas queriam preservar sua capacidade de exploração da mão de trabalho a baixos preços. Eventualmente, João Goulart, na visão das elites conservadoras, tomou o lado dos trabalhadores revolucionários, representando uma ameaça à capacidade de acumulação de capital no país. Nisso, se torna necessário o uso da ferramenta mais eficaz burguesa em restaurar seu poder, a repressão estatal violenta, culminando no golpe de 64.

A instalação da ditadura no país ocorreu em direta convergência com os interesses capitalistas gerais, abafando qualquer tipo de movimento revolucionário, e permitindo a continuação do processo de monopolização da estrutura produtiva do país, que já vinha acontecendo. Nisso, o capital estrangeiro que aos poucos vinha adentrando os setores da economia, com a mecanização financiada da produção agrícola e a instalação de indústrias de processamento, adquiriu permissão para continuar seu processo indiscriminadamente, aumentando ainda mais sua margem de lucro devido à nova capacidade de superexploração da mão de obra possibilitada pela ditadura. Essas empresas combinadas estrangeiras assumem seu controle sobre todas as etapas de produção, desde a produção do insumo agrícola, ao seu processamento, até a sua exportação, monopolizando o processo produtivo, e expulsando as

empresas brasileiras menores do mercado. Essas filiais são parte de grandes grupos internacionais, e a partir dessa rede de capital elas conseguem aos poucos assumir controle sobre a produção industrial e agrícola do país.

Esse processo (combinação de empresas), como concebido por Lênin, é um fenômeno adjacente à monopolização, e ele ocorre quando à concentração em uma só empresa de diversos ramos da indústria que compõem um mesmo processo produtivo, ou seja, essa empresa possui a capacidade de desenvolver as múltiplas etapas de produção internamente. Essa combinação ajuda a concentrar dentro do escopo de uma só empresa uma produção que demandaria a utilização de múltiplas outras, conduzindo à eliminação dessas empresas ‘’secundárias’’. Esse processo também fortalece o posicionamento da empresa combinada no mercado, e reforça sua capacidade de se manter mesmo durante depressões e crises, ou quando há uma variação alta no preço de matérias-primas, enquanto as empresas ‘’simples’’ não dispõem da alta estabilidade que a combinação proporciona, o que reforça o mercado em prol das empresas combinadas (Lênin, 1917, p. 150).

6. Conclusão

A partir da análise dos fenômenos do imperialismo e do fascismo, podemos enxergar como eles são partes de um mesmo sistema que busca como seu objetivo final e único a acumulação. O fascismo, como muitas outras ideologias, vai diretamente contra os supostos princípios desse sistema, e em teoria não deveria existir e perpetuar dentro deste, porém, esse fenômeno contraditório se sustenta nas bases falhas do capitalismo, que antes prefere permitir a continuação de ideologias danosas do que ferir as margens de lucro dos capitalistas. Diante disso, na periferia global o fascismo é empregado como uma ferramenta do imperialismo, para exercer controle político e econômico nessas regiões.

O Golpe de 1964 e a instalação da ditadura militar é um exemplo perfeito desse processo, pois ele ocorre diante de uma necessidade imperialista da perpetuação dos interesses do capital estadunidense, dentre outros, presente no país. O controle do capital estrangeiro diante da economia brasileira sempre foi um fato relevante historicamente, desde a concepção do país, porém é claro como a instalação da ditadura possibilitou com que esse cenário se aprofundasse, permitindo um crescimento da dependência do país em relação às potências.

O estudo da relação entre o fascismo, o imperialismo e toda a questão agrária brasileira apresentada, possibilita um entendimento mais aprofundado desses fenômenos,

desde suas concepções até seus motivos e bases de legitimidade na sociedade. A partir disso, o estudo de conjunturas similares atuais se torna facilitado diante de uma base histórica esclarecida, tornando o uso dos mesmos mecanismos e discursos historicamente abusados, menos efetivos. Diante disso, o entendimento da formação da estrutura produtiva do Brasil, e o seu agudo grau de dependência em relação ao capital externo, possibilita avaliar a atual situação econômica do país, e entender melhor o que influencia as políticas econômicas adotadas.

7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Miguel. A Queda da Produção Agrícola no Brasil. **Revista Mensal de Cultura Política**, [s. l.], ed. 6, jan. 1948. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/06/queda.htm

GONÇALVES, Márcia Cristina Verdego. **O agronegócio e a mecanização do trabalho no campo**: entre lucro, precarização e exclusão. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, p. 1-12, 25 ago. 2017. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/oagronegocioeamecanizacaodotrabalhonocampoentrelucroprecarizacaoeexclusao.pdf.

GRAMSCI, Antonio. Itália e Espanha. **L'Ordine Nuovo**, 11 de mar. de 1921a. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/03/11.htm

GRAMSCI, Antonio. A luta agrária na Itália. **L'Ordine Nuovo**, 31 ago. de 1921b. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/08/31.htm

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial no Brasil**. [S. n.], [S. l.], p. 1-12, nov. 1976. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/guimaraes/1976/11/05.pdf

LENIN, Vladimir. (2013). **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Germinal: Marxismo e educação em Debate, 4(1), 144–224. Disponível em: https://doi.org/10.9771/gmed.v4i1.9412

MANDEL, Ernest. **Sobre o Fascismo**. 9. ed. [S. l.]: Edições Antídoto, 1976. 136 p.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Fascismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

PRESTES, Luiz Carlos. A Reforma Agrária. **Revista Mensal de Cultura Política**, [s. l.], ed. 1, ago. 1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/prestes/1946/06/17.htm

ZETKIN, Clara. Fascism. **Labour Monthly**, [S. l.], p. 69-78, ago. de 1923.

REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ - O SOCIALISMO DE MERCADO COMO MODELO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO

Ariane Citi Rodrigues[1]

Richard Rodrigues de Souza Silva[2]

RESUMO: O Socialismo de Mercado na República Socialista do Vietnã representa uma abordagem única e eficaz para promover o desenvolvimento econômico em um contexto de transição e desafios históricos. Desde a unificação do país em 1976, o Vietnã enfrentou uma série de desafios, incluindo conflitos e ocupações, que influenciaram sua trajetória em direção a um modelo único de desenvolvimento econômico. As reformas inspiradas no modelo chinês, aliado a variáveis culturais internas, foram fundamentais para a promoção da abertura gradual do mercado e flexibilização das instituições socialistas do Estado. Nisto, as práticas soviéticas na economia foram, aos poucos, abandonadas, em favor de um modelo adaptado à realidade vietnamita. Essas mudanças econômicas, não apenas legitimaram o Socialismo de Mercado, mas também forneceram o arcabouço legal necessário para sua implementação de forma eficaz. No âmbito das mudanças constitucionais e do direito econômico, destaca-se a evolução desde a Constituição de 1946, que refletia uma orientação social-democrata, até a Carta Magna de 2013, que consolidou os princípios do Socialismo de Mercado. Ao longo desse período, as revisões constitucionais foram marcadas pela busca por uma nova orientação econômica que integrasse princípios socialistas com práticas de mercado, incentivando a iniciativa privada e a competição no desenvolvimento do país. Essas mudanças permitiram ao Vietnã transformar sua economia, essencialmente agraria, para uma economia em destaque no cenário regional e global. O país passou a atrair investimentos estrangeiros, a diversificar sua produção e a promover o crescimento econômico de forma consistente, provando a eficácia do socialismo de mercado.

[1] Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: arianecitirodrigues@gmail.com

[2] Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: richardrssinternacionalista@outlook.com.br.

PALAVRAS-CHAVE: Socialismo de Mercado; Desenvolvimento econômico do Vietnã; Doi Moi; Modelos alternativos de desenvolvimento econômico.

ABSTRACT: Market Socialism in the Socialist Republic of Vietnam represents a unique and effective approach to promoting economic development in a context of transition and historical challenges. Since the country's unification in 1976, Vietnam has faced a series of challenges, including conflicts and occupations, which have influenced its path towards a unique model of economic development. Reforms inspired by the Chinese model, combined with internal cultural variables, were fundamental in promoting the gradual opening up of the market and the flexibilization of socialist state institutions. Soviet economic practices were gradually abandoned in favor of a model adapted to the Vietnamese reality. These economic changes, not only legitimized Market Socialism, but also provided the legal framework necessary for its effective implementation. In the context of constitutional changes and economic law, we highlight the evolution from the 1946 Constitution, which reflected a social-democratic orientation, to the 2013 Magna Carta, which consolidated the principles of Market Socialism. Throughout this period, constitutional revisions were marked by the search for a new economic orientation that integrated socialist principles with market practices, encouraging private initiative and competition in the country's development. These changes enabled Vietnam to transform its essentially agrarian economy into one that is prominent on the regional and global stage. The country began to attract foreign investment, diversify its production and promote consistent economic growth, proving the effectiveness of market socialism.

KEYWORDS: Market socialism; Vietnam's economic development; Doi Moi; Alternative models of economic development.

1. INTRODUÇÃO

A história política e econômica da República Socialista do Vietnã mostra-se como um elemento conturbado desde o surgimento do país como Estado independente, em fins da década de 1950 (Kissinger, 2012). Em um primeiro momento, para olhos desavisados, o Vietnã não demonstra apresentar nenhuma característica excepcional que o diferencie dos demais países do Sudeste Asiático, sendo que na realidade a existência de vizinhos como Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Cingapura e China podem até apequenar Hanoi diante das capacidades econômicas, militares e políticas desses países.

Contudo, quando observando mais sucintamente, o Vietnã, na atualidade, mostra-se como um Estado *sui generis* não só pelos elevados índices de crescimento evidenciados nas duas últimas décadas, mas também pelo próprio patamar de subdesenvolvimento que o país se encontrava ao fim da guerra de reunificação com a sua contraparte do sul (Van Arkadie, 2004). A relevância do caso vietnamita ocorre, tanto pelo elevado patamar de atraso produtivo e tecnológico em que o país se encontrava no dado momento em que se optou pela abertura controlada de sua economia e da sua progressiva adoção do Socialismo de Mercado, quanto pelas melhoras dos índices macroeconômicos do país desde fins da década de 90 (Van Arkadie, 2004). O Socialismo de Mercado adota pelo Vietnã, mesmo em sob uma robusta contraposição aos ditames econômicos Ocidentais[1], conseguiu realizar impressionantes feitos econômicos, apresentando uma alternativa a primazia do modelo econômico capitalista na contemporaneidade (Jabbour, 2021; Van Arkadie, 2004).

Dito isso, torna-se, então, necessário investigar como ocorreu esse rápido desenvolvimento vietnamita, que mesmo sob ampla gama de adversidades que impeliram o país na direção contrária, como pode ser evidenciada na longa duração das guerras[2] que se envolveu e o repentino início do colapso soviético em fins da década de 1980,[3] não foram capazes de solapar o sistema econômico do país, tal qual ocorreu com os Estados socialistas do Leste Europeu (Segrillo, 1999; Van Arkadie, 2004). Esses fenômenos evidenciam a robustez do sistema econômico da República Socialista do Vietnã no decorrer dos anos, demonstrando como mesmo antes das reformas econômicas da década de 80, havia no sistema produtivo nacional a capacidade de alicercear o seu sistema política e de promover alguma geração de riqueza (Van Arkadie, 2004). Dito isso, essa situação faz que o modelo produtivo vietnamita seja não apenas um modelo econômico robusto desde o seu princípio, mas o torna um candidato viável e factível de prover ao mundo um sistema de desenvolvimento econômico, tecnológico e social fora dos moldes Ocidentais que possa sanar os ímpetos de crescimento econômicos, melhorar as condições de vida da população e aprimoração das capacidades produtivas dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Jabbour, 2021; Van Arkadie, 2004).

Portanto, em fins de estudar o sistema econômico da República Socialista do Vietnã e de aferir as capacidades desse modelo, tanto em escala local, como sua viabilidade como um modelo alternativo de desenvolvimento não calcado nas ideias ocidentais. Para tal, a análise apresentada no presente artigo, buscará, por meio de 3 seções além desta, demonstrar,

primeiramente, uma contextualização histórica e dos princípios basilares da sociedade vietnamita e, em uma seção posterior, abordar por meio das análises constitucionais do país[4] (1946, 1959, 1980, 1992 e de 2013) e da exposição de dados econômicos, demonstrar a evolução do ambiente econômico do Vietnã e, por fim, se discorrerá sobre as conclusões obtidas no decorrer do desenvolvimento dessas conjecturações (Thi Hien, 2022; Van Arkadie, 2004).

2. CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO DESEMPENHO ECONÔMICO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ

Antes de iniciar a análise sistematizada das constituições e da evolução das normativas que compuseram um sistema econômico tão pujante e resiliente como o da presente República Socialista do Vietnã, é necessário, primeiro, observar como ocorreu, em linhas gerais, a evolução histórica do desenvolvimento econômico do país. A Partir disso, será, então, apresentado uma breve contextualização histórica, no intuito de caracterizar os elementos chave da cultura e da sociedade vietnamita, agregada a apresentação do crescimento econômico do país nos anos recentes.

2.1 Breve contextualização histórica

O Vietnã, durante grande parte, do que no Ocidente era conhecido, de Idade Antiga até parte da Idade Média, especificamente do ano 111 antes de Cristo (AC) à 938 depois de Cristo (DC), a atual região da República Socialista do Vietnã pertencia ao Império chinês (Macedo, 2016). Somente após a batalha de Bach Dang (938 d.C) a península asiática em questão conquistou a independência da China Imperial, entretanto, dado o período milenar de influência chinesa, as heranças culturais são inegavelmente notáveis na organização vietnamita e, algumas delas, perduram até a atualidade (Postcolonial [...], 2002).

Como expoente desses elementos, o confucionismo (Binh, 2016) se destaca, que sofrendo diversas adaptações no contexto vietnamita, herdado da China Imperial, baseava-se no conjunto de doutrinas sociopolíticas, anteriormente usados como forma de exercer controle, mas que, após independência, tornou-se pilar dos valores vietnamitas (Gillespie; Nicholson, 2005). Logo, tal doutrina que visava o controle de um povo, passou a guiar diversos princípios

civis, tal como a hierarquia familiar e moralidade, mas que também impactou diretamente a forma de governar das dinastias seguintes no país (Gillespie; Nicholson, 2005). Historicamente, pode-se afirmar que o país, desde seu "nascimento", prezava pela promoção da harmonia social, o dever de o governante agir com integridade e sabedoria, o bem-estar do povo, e principalmente, a valorização da educação para a população (Gillespie; Nicholson, 2005).

Posterior a esse momento histórico, além da interferência dos polos culturais sinocêntricos, houve a difusão de outras vertentes de pensamento, provenientes diretamente do Ocidente, notadamente da Europa Ocidental (Macedo, 2016). Impelido pelo imperialismo nascente do século XIX e visando ampliar seu acesso à matéria prima, principalmente no que tange a extração de borracha, a França, a partir de 1859 inicia o processo de ocupação e colonização da região da Indochina (Postcolonial [...], 2002). No período de 1862 a meados de 1890, a França obteve o controle de países como Vietnã, Laos e Camboja, barrando diretamente o avanço japonês, que adotava uma política expansionista na região (Macedo, 2016).

Dito isso, vale ressaltar que, o fim do século XIX é marcado por disputas imperiais, num contexto de segunda revolução industrial, as potências buscavam maximizar os lucros e o acúmulo de riqueza, tendo como forma mais eficiente de desenvolvimento, explorar países não-desenvolvidos e "bárbaros" (Macedo, 2016). Isso acaba por culminar, dentre outros motivos, a Primeira Guerra Mundial (1914/18), e posteriormente, na Segunda Guerra Mundial (1939/45) (Macedo, 2016). Com as guerras mundiais e o envolvimento direto francês em ambas, o país sofria com a economia enfraquecida, perdas de territórios e inúmeros impactos sociais, entretanto, nessa conjuntura, é de suma importância entender que se deu início ao declínio do colonialismo e a próprio processo que levou a independência do Vietnã (Jabbour, 2021; Kissinger, 2012).

Dado o contexto de insatisfação da ocupação francesa, Ho Chi Minh, que cresceu no contexto de colonização no fim do século XIX, estudou e se aprofundou sobre ideias políticas e filosóficas vigentes na época (Quem [...], 2019). Durante suas viagens por diferentes continentes no início do século XX, Ho Chi Minh testemunhou diretamente tanto os impactos adversos do imperialismo sobre outros países empobrecidos, que eram alvos de exploração, quanto a luta dos povos pela liberdade (Quem [...], 2019). Em Paris, o futuro líder da revolução vietnamita, se envolveu com o movimento socialista, ajudando a fundar o Partido Comunista Francês, e em Moscou recebeu treinamento em táticas de guerrilha, tornando-se membro do Partido Comunista Russo (Quem [...], 2019).

Ao retornar para seu país, já com a visão estratégica aprofundada e maior conhecimento político, Ho Chi Minh começou a organizar e mobilizar o movimento pela independência, desempenhando papel crucial na resistência contra os japoneses durante a Segunda Guerra e na luta contra a França. Mais tarde, em 1930, é fundado o Partido Comunista Indochinês, que originou o Partido Comunista do Vietnã (Quem [...], 2019). Mesmo com o fracasso do reconhecimento do Vietnã na Conferência de Paz de Paris (1919), a luta não cessou (Sharp, 2022). Em setembro de 1945, é proclamada a independência, pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelos ideais de liberdade e autodeterminação, que no cenário do direito internacional, estava em alta. No entanto, os franceses se recusaram a reconhecer tal declaração e buscaram restaurar seu controle na região.

Logo, a luta pela independência vietnamita, que iniciou logo após o fim da Segunda Guerra mundial, findou em 1954, com o reconhecimento da França após a assinatura dos Acordos de Genebra (1954: [...], 2015). Como parte dos Acordos de Genebra, a França concordou em conceder independência ao Vietnã, dividindo temporariamente o país em duas partes: a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte) e o Estado do Vietnã (Vietnã do Sul), uma entidade autônoma associada à França (Macedo, 2016).

Com a divisão do país em dois territórios e a vigência da lógica da Guerra Fria houve um progressivo tensionamento na região, que acabou por levar a um agravo das disputas entre o bloco capitalista e comunista, que consequentemente resvalou para as lutas que ocorriam no Vietnã naquele dado momento (Kissinger, 2012). De 1955 até 1975 o país enfrentou o exército sul-vietnamita e as forças armadas estadunidenses, contando para tal, com o auxílio econômico e bélico da República Popular da China e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Kissinger, 2012).

Após a vitória no conflito e a reunificação do território, o país tentou aplicar de fato o uma economia de planejamento centralizado no país, mas o enfraquecimento dos auxílios soviéticos, em função dos agravamentos das problemáticas econômicas da URSS, e os tensionamentos com a China, que resultaram no fim dos apoios destas (Van Arkadie, 2004). Além disso, ligado ao enfraquecimento do próprio modelo de produção de economia de planejamento central, levou o país a abortar essa ação, em vistas disso, o Vietnã induziu, progressivamente, a abertura de sua economia após os anos de 1980, através das reformas econômicas ensejadas pelo Doi Moi (Renovação) (Van Arkadie, 2004).

Na busca de sanar as problemáticas econômicas do Vietnã foi ensaiada uma abertura econômica para conter a estagnação produtiva e alta na inflação, com isso resultando em uma progressiva adoção dos preceitos do Socialismo de mercado como modelo econômico (Van Arkadie, 2004). Essas reformas, iniciadas em 1986, deram a tônica da nova faceta econômica do Vietnã, com o país integrando-se na economia internacional e adotando um modelo alternativo de desenvolvimento econômico, que perdura até na atualidade, propiciando que sua economia não só sobrevivesse ao colapso soviético, mas também permitindo que, agora, o Vietnã seja umas das nações com o crescimento uns dos maiores e mais consistentes no cenário internacional (Van Arkadie, 2004).

Posto isso, por meio dessa breve caracterização histórica da República Socialista do Vietnã, é possível observar os principais fundamentos que caracterizam a atuação do país no âmbito econômico desde a sua independência, mas mais especificamente, após o "Doi Moi". Dito isso, cabe agora, apresentar as características basilares do Socialismo de Mercado vietnamita e, sob uma base empírica, apresentar indicadores do desenvolvimento econômico do país.

2.2 Histórico de desenvolvimento e crescimento econômico na atualidade

Posto esses elementos e a breve caracterização da história política e econômica do país, é possível identificar três variáveis basilares para a ideal caracterização da resiliência, do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico do país nos anos recentes. Esses pilares da economia e da sociedade vietnamita, como apresentado anteriormente, podem ser vistos sob a forma do Confucionismo, Comunismo e do Nacionalismo.

Esses princípios acabaram por tornarem-se fundamentais na caracterização do país e de seu desenvolvimento econômico, com cada um deles atribuindo um valor para a aferição da resiliência econômica do Vietnã e seu, posterior, crescimento (Gillespie; Nicholson, 2005). Dito isso, cabe, agora, discorrer brevemente sobre esses princípios tão essenciais a economia vietnamita.

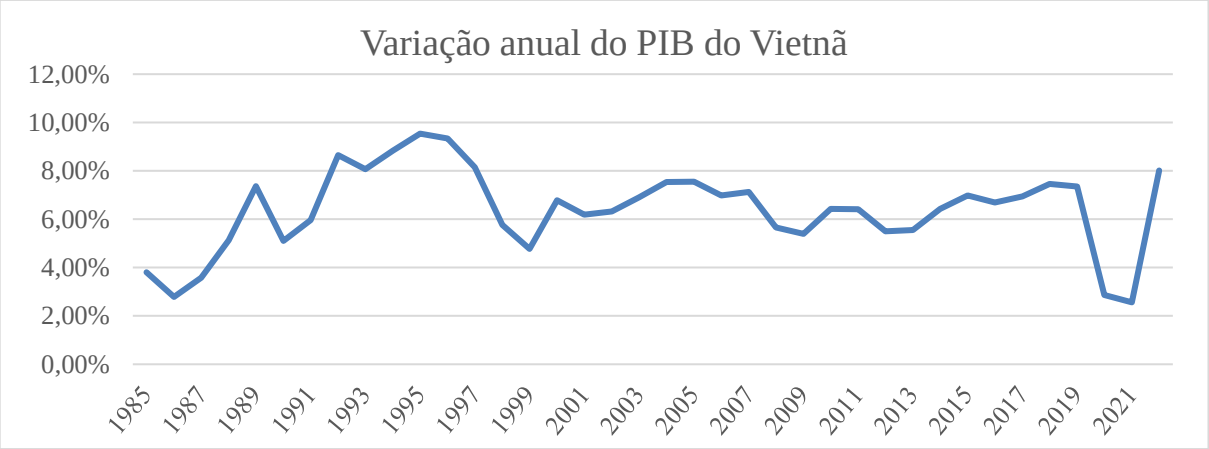
O confucionismo é correlacionado ao respeito das populações nacionais a hierarquia governamental e a primazia da busca da estabilidade no espectro econômico e político, mesmo em momentos de grande adversidade, fenômeno esse, considerado essencial para a manutenção da estabilidade política do país durante os períodos de beligerância e da crise econômica anterior ao Doi Moi (Gillespie; Nicholson, 2005). No tocante ao comunismo, é atribuído a ele

o papel central do Estado como guia da economia e da política nacional, atribuindo a este o papel de promotor do desenvolvimento social, direcionando esses esforços para o aprimoramento das capacidades humanas, materiais e, principalmente, das próprias dogmáticas socialistas no país (Gillespie; Nicholson, 2005). Por fim, o nacionalismo é responsável por dar a tônica do desenvolvimento econômico e social do país aos seus próprios moldes regionais e culturais, tornando-se assim um elemento de resistência à importação de modelos políticos, econômicos e sociais fora do próprio Vietnã (Gillespie; Nicholson, 2005).

Esses três princípios basilares da sociedade vietnamita foram capazes de manter o país sob a estabilidade, aprimorar as capacidades de desenvolvimento interno (social e econômica) ao mesmo tempo que mantém sob a égide do Estado na primazia de atuação no ambiente econômico (Gillespie; Nicholson, 2005; Van Arkadie, 2004). Esse conjunto de postulação torna o Vietnã um país *sui generis* na composição das suas normativas econômicas e do Socialismo de Mercado, pois, mesmo que o princípio econômico aplicado seja semelhante ao chinês, o desenvolvimento desse fenômeno no país mostra-se flagrantemente diferente[3], além de ter enfrentado dificuldades de maior monta do que os apresentados à China (Gillespie; Nicholson, 2005; Van Arkadie, 2004).

Feito essa breve caracterização, cabe então, apresentar de fato, como essa junção de elementos e a implementação do Socialismo de Mercado, reverbera na desenrolar do desenvolvimento econômico do país, como será demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Variação anual do PIB do Vietnã



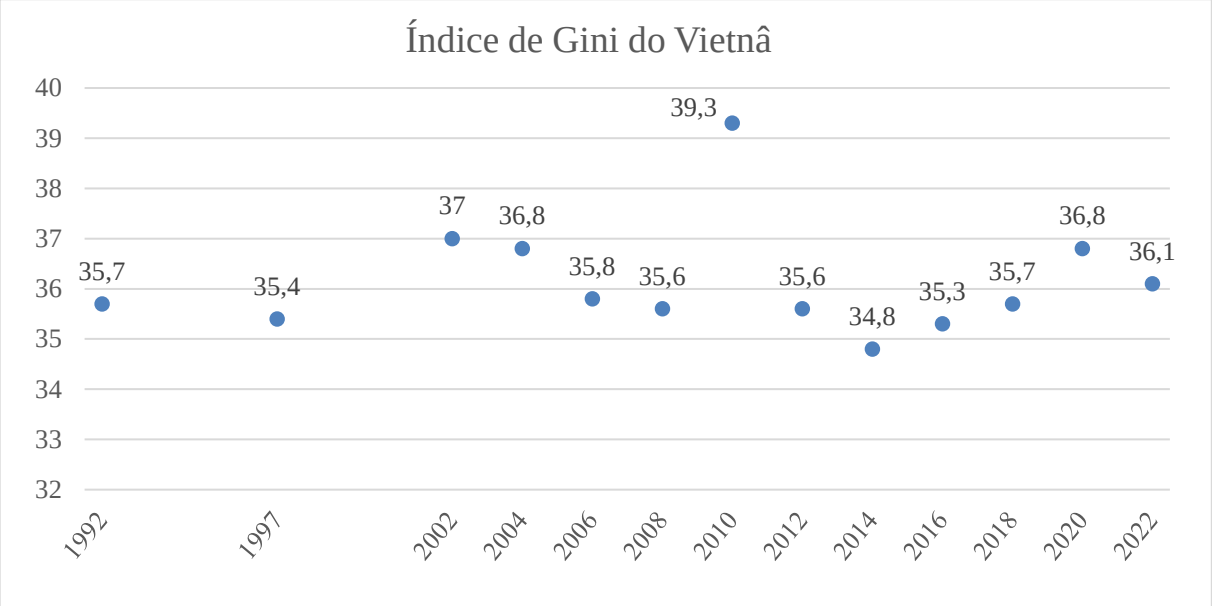
[3] Ressalta-se o histórico gigantismo chines em população, território e articulação política, que é *in limini* um elemento facilitador para o desenvolvimento econômico chinês.

Fonte: Banco Mundial, 2024. Elaboração Própria.

A Partir do gráfico 1, é possível identificar como a partir de 1986, o ano de implementação do Doi Moi e o início da transição ao Socialismo de Mercado, há uma trajetória de dinamização e crescimento da economia, demonstrando a robustez econômica do Vietnã quando reorientado as suas políticas econômicas (Gillespie; Nicholson, 2005; Van Arkadie, 2004). Contudo, como é sabido, a metrificação das capacidades de geração de riqueza de uma economia não deve ser avaliada apenas em função do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia, economia, pois, desconsidera a evolução da distribuição da renda e do incremento da qualidade de vida da população.

Para contemplar essa questão, sob a forma de outro gráfico, especificamente utilizando-se o Índice de Gini, busca-se, a seguir, a demonstrar dados relativos à caracterização da renda e da melhora dos índices socioeconômicos do país.

Gráfico 2: Índice de Gini do Vietnã



Fonte: Banco Mundial, 2024. Elaboração Própria.

O gráfico, diferente do que se poderia esperar em um panorama de robusto crescimento econômico, demonstra uma progressiva melhora da igualdade na distribuição de renda à população, fenômeno esse, que a própria China tem dificuldade em conciliar, ou seja, a dificuldade de promover o crescimento sem agravar a desigualdade econômica.

A partir da análise conjunta dos dois gráficos é possível observar a excepcionalidade do Socialismo de Mercado adotado pelo país, mostrando-se como o modelo de desenvolvimento e crescimento vietnamita encontra-se longe de se esgotar, como recorrentemente começa-se a aventar à economia chinesa (Gros, 2023; Jabbour, 2021). Portanto, dado a importância desse modelo econômico adotado pelo Vietnã, cabe agora apresentar como ocorreu a implementação desses princípios de desenvolvimento no país, buscando, para isso, observar a evolução institucional, para aferir a dinâmica do processo abertura de mercado e da implementação do Socialismo de Mercado (Van Arkadie, 2004).

3. ANÁLISE CONSTITUCIONAL

Partindo do princípio de que o Vietnã é um país reconhecidamente socialista e desde a sua fundação como Estado nacional o país vincula-se as ideias do comunismo, é valido, em consonância aos preceitos do país, observar esse processo por meio das suas alterações constitucionais (Gillespie; Nicholson, 2005; Van Arkadie, 2004). Esse método de investigação, adotado no presente artigo, busca sob os mecanismos de jurisprudências soviético e socialista[4], que igualmente possui forte tradição no Vietnã, captar e identificar as variações das políticas econômicas aplicadas no país, já que esses países veem o direito apenas como uma ferramenta política (Gillespie; Nicholson, 2005). Dito isso, se utilizara das constituições nacionais para analisar como ocorreu a progressiva aceitação e adoção dos preceitos econômicos do Socialismo de Mercado no país, por parte das elites comunistas, e em como se deu o processo de transição de uma economia aos moldes soviéticos para um modelo com maior abertura de mercado (Van Arkadie, 2004).

3.1 Constituição de 1946: Ho Chi Minh e a Primeira Constituição

Após o estabelecimento da independência é promulgada oficialmente, em 1946, a primeira constituição da República Democrática do Vietnã, formulada pela Assembleia Nacional. Com certa proximidade com a constituição soviética, a Constituição de 1946 tinha como ideal criar um país socialista, sendo determinado que o Partido Comunista fosse a

[4] As constituições e arcabouços normativos de cunho soviético possuem em seu cerne a perspectiva de que o direito é apenas uma repercussão das vontades políticos, sendo este apenas uma ferramenta para a implementação dos projetos dos tomadores de decisão política. Essa percepção do direito, pode ser vista na facilidade de aplicação dos mecanismos de alteração constitucional dos países de cunho soviético, em fins de facilitar a implementação de projetos políticos, econômicos e militares.

principal autoridade no território, detendo o papel central no governo, controlando todas as instituições e processos governamentais (VIETNÃ, 1946).

O líder estatal seria eleito a partir da escolha do Conselho dos Representantes Eleitos, composto por membros do Partido Democrático do Vietnã e outras organizações políticas. Apesar da participação da escolha do chefe de governo ser limitada à população, era garantido pela constituição a liberdade de expressão, o direito de participação na política local e filiação a partidos (VIETNÃ, 1946) . Nesta conjuntura, era notável que maior parte do mundo ocidental lutava pelos direitos iguais e pela liberdade de expressão, algo que, pela ética socialista e confucionista já era assegurado (Binh, 2016). Independente da raça, gênero, religião ou classe social, todos, por lei, possuíam acesso à educação, saúde, moradia e poderiam trabalhar livremente, exercendo também o direito de ir e vir. No âmbito econômico, a constituição de 1946, estipulava que os cidadãos possuíam o direito à propriedade privada (incluindo renda, poupanças, posses privadas, capital e ativos em empresas), protegidos por lei, excerto em casos de necessidade absoluta relacionada à defesa nacional, segurança ou interesse nacional, emergências ou proteção contra calamidades naturais, nos quais o Estado pode fazer aquisições forçadas ou requisições de propriedades (VIETNÃ, 1946).

Apresentado esses princípios gerais da carta magna do país, que em grande parte vai se delongar até os dias atuais, tem-se então a necessidade de debruçar-se sobre o direito econômico e as realidades produtivas e socioeconômicas do Vietnã (Van Arkadie, 2004). Nessa primeira constituição, apesar da busca em postular a centralidade do Estado na vida econômica, havia uma postura mais próxima ao que era promovida no Ocidente, de garantir as liberdades individuais e a livre iniciativa privada, até em função da necessidade de preocupar-se primeiro com a efetivação e consolidação da independência do que a reestruturação do sistema econômico do Vietnã aos moldes socialistas (Van Arkadie, 2004).

Em razão do estado beligerância que o país se encontrava com a França, mesmo com o país tendo uma clara proximidade com os princípios do socialismo, foi adotado os preceitos do comunismo de guerra, com a descentralização econômica e de flexibilização da posse dos meios de produção[5] (Van Arkadie, 2004). Com isso, além das tradicionais questões culturais e sociais internas personificadas no confucionismo, isso foi incrementado pelas próprias diretivas do governo central, promovendo uma grande descentralização econômica no intuito de manter uma

[5] Em função da guerra de independência e da primazia dos objetivos militares e políticos houve a permissão da continuidade da atividade economia privada.

efetiva capacidade da manutenção do esforço de guerra (Van Arkadie, 2004). Como fenômeno facilitador da manutenção da capacidade de guerra do Vietnã, desde esse momento o país passou a usufruir de auxílios técnicos e materiais da China e, principalmente, da União Soviética, resultando em um princípio de industrialização da economia em alguns setores (Van Arkadie, 2004).

3.2 Constituição de 1959: A efetivação do comunismo no Vietnã do Norte

A constituição de 1959, promulgada após o fim da guerra de independência (1ª Guerra da Indochina) foi imbuída de uma clara disposição em adotar e implementar os preceitos do socialismo no país (Van Arkadie, 2004). Diferente de sua antecessora, determinava que o Estado exerceria a gestão econômica do país, sob princípios de uma economia de comando centralizado aos moldes soviéticos, promovendo o desenvolvimento econômico e social do país (Van Arkadie, 2004).

Explicitando, ainda no preambulo, a necessidade de manter a integridade territorial, unir a nação e conquistar a total liberdade para reconstruir a história, a constituição promovia o centralismo democrático, ou seja, todas as decisões eram tomadas de maneira centralizada pelo partido e implementadas de forma democrática, com as massas sendo ouvidas e negociando (VIETNÃ, 1959). A propriedade privada foi limitada, e o Estado desempenhava controle na economia, na terra e dos recursos naturais (Van Arkadie, 2004).

Dito isso, para que seja possível compreender os impactos econômicos, é necessário recapitular a contextualização. Anterior à plena implementação do socialismo e da plena independência, o país estava sob domínio colonial francês, afetando diretamente todas as políticas econômicas, com ênfase na exploração de recursos para benefício da metrópole (Macedo, 2016). A estrutura era agrária, caracterizada por grandes propriedades de terras controladas por proprietários feudais e latifundiários, com camponeses enfrentando condições de trabalho insalubres e baixo padrão de vida, e toda a produção era voltada às demandas francesas (Sugden, 2013).

Por consequência da perpetuidade da estrutura agrícola não modernizada, a industrialização também se mostrava limitada e dependente da França, com foco na mineração, processamento de recursos naturais e insumos agrícolas, com poucas indústrias, que por sua

vez, sequer dinamizavam a economia (Sugden, 2013). Logo, a economia era extremamente dependente da metrópole realizar investimentos à fim de desenvolver as indústrias (Sugden, 2013).

De 1956 em diante, com a adoção de políticas econômicas socialistas, incluindo, nacionalização das indústrias, a plena estatização da terra e, posterior, coletivização agrícola[6] e a crescente cooperação com a China e a União Soviética[7], buscando desenvolver a sua economia a patamares modernos (Van Arkadie, 2004). Dito isso, partindo para as questões industriais, o novo regime socialista buscou uma industrialização mais ampla e diversificada, com investimentos em setores como manufatura, energia, infraestrutura e serviços públicos, com o Estado desempenhando papel central na promoção do desenvolvimento industrial. Isso foi essencial para que, no limite do possível durante a 2ª Guerra da Indochina, o país buscasse à autossuficiência econômica e reduzisse a dependência de auxílios estrangeiros e consolidasse setores-chave da economia, notadamente os voltados a guerra e a segurança energética (Sugden, 2013). Ademais, foram adotadas medidas em *prol* da reforma do sistema financeiro, incluindo a criação de bancos estatais e programas de crédito para agricultores, pequenas empresas e cooperativas, que foi responsável por estimular o desenvolvimento e consumo em áreas rurais e urbanas (VIETNAM, 1959).

Nesse sentido, prezando pela autossuficiência, o governo incentivou a produção nacional de bens que antes eram importados, como alimentos, produtos manufaturados, máquinas e equipamentos (Lin, 2020). Isso envolveu a concessão de incentivos fiscais, proteção tarifária e apoio financeiro para empresas locais que produzissem tais itens. O exemplo dado mostra que, todo o investimento vietnamita da época visava o desenvolvimento de setores estratégicos, prezando pela subsistência, infraestrutura, indústria de base (como siderurgia e química) (Lin, 2020).

Contudo, apesar da implementação dos planos de reforma agrária, da promoção de políticas industriais voltados para a indústria pesada e o sufocamento dos meios privados de produção, não houve a centralização da economia aos moldes soviéticos em razão das

[6] A existência da estrutura agrária defasada e feudal, aos olhos socialistas, necessitava de uma reforma, e, tal reforma executada visava redistribuir a terra dos latifundiários para os camponeses, estabelecendo fazendas coletivas e cooperativas agrícolas, ocasionando maior equidade na distribuição de terras e recursos agrícolas. Ademais, a reforma agraria, em consonância aos princípios econômicos soviéticos, seria responsável por promover a acumulação de excedente de capital e recursos necessários para a industrialização do Vietnã.

[7] A motivação do apoio fornecido por esses países derivava da busca de contrabalancear o bloco capitalista na região, notadamente os EUA, personificados pela figura da República do Vietnã (Vietnã do Sul).

necessidades da guerra com o Vietnã do Sul e, principalmente, com os EUA (Van Arkadie, 2004). Essa incapacidade de centralizar a economia, em função dos sistemáticos bombardeios estratégicos estadunidenses nas principais cidades e parques industriais do país, levou que houvesse a necessidade de manter uma economia descentralizada e com grande influência regional na formulação de políticas econômicas e de gestão dos empreendimentos industriais (Van Arkadie, 2004).

3.3 Constituição de 1980: A tentativa de implementação de uma economia centralizada

Levando em conta o panorama pós unificação em 1976 e já sob o nome de República Socialista do Vietnã[8], há a promulgação da constituição de 1980, inspirada na Carga Magna da União Soviética de 1977[9], buscou consolidar o entendimento da primazia de Hanoi sobre todos os meios de produção do país, no intuito de efetivar de fato a implementação de uma economia de comando centralizado no país, aos moldes do que era feito na União Soviética (Gillespie; Nicholson, 2005). Essa constituição, tal qual a anterior, reafirmava o objetivo do país coletivizar as terras e os meios de produção do país, fenômeno esse, que em função do fim da guerra, era, agora, possível de ser plenamente realizado (Van Arkadie, 2004).

A implantação acrítica das diretivas postuladas pelos soviéticos no âmbito econômico, aliado ao próprio enfraquecimento da URSS, resultou que o Vietnã, mesmo que motivado pelo fim da guerra e o seu apego as doutrinas econômicas soviéticas, não conseguisse levar a cabo os processos de coletivização em seu território, em função dos custos políticos e econômicos provenientes dessa ação (Van Arkadie, 2004). Diante das dificuldades econômicas em razão do fim dos auxílios econômicos soviéticos e da diminuição do comercio subsidiado com a União Soviética, o Vietnã tentou realizar apenas dois processos sistematizados de coletivização econômica nos antigos territórios da República do Vietnã (Vietnã do Sul)[10], mas em função da crise econômica que já se aventava ao país e as próprias consequências desestabilizadoras coletivização, levaram que houvesse o abandono desse projeto político-econômico (Gillespie; Nicholson, 2005; Van Arkadie, 2004).

---

[8] Oficialmente, logo após o fim da guerra com o Vietnã do Sul, o país deixa de adotar o nome República Democrática do Vietnã e passa a se chamar de República Socialista do Vietnã no dia 2 de julho de 1976.

[9] Essa constituição foi promulgada por Leonid Brejnev, sendo considerada uma constituição neosstalinista. A inspiração da constituição vietnamita nessa Carta Magna reafirmava a adoção incondicional do país ao modelo econômico, social e político da União Soviética.

[10] Ressalta-se que nesse dado momento todas as terras do norte já tinham sido coletivizadas.

Além disso, outra dificuldade presente na implementação desse modelo econômico, previsto nesta constituição, foi a tentativa de centralizar a economia do país, sem que este tivesse uma estrutura burocrática ou tradição econômica condizente para manejar essas centralizações de forma bem-sucedida (Van Arkadie, 2004). Essa situação, que, em partes, passou pela absorção e subordinação das empresas regionais levou a uma perda de eficiência produtiva e de alocação de recursos na economia vietnamita, agravando ainda mais processo inflacionário e desabastecimento que ganhava força na economia do país (Van Arkadie, 2004).

Visto as dificuldades na implementação desse modelo, houve, apenas de forma breve, a sua aplicação no sistema econômico do país (Van Arkadie, 2004). Apesar dessa carta constitucional e suas normativas terem sido mantidas até 1992, logo a após a sua promulgação ela já se mostrava ineficiente para lidar com a realidade vigente (Van Arkadie, 2004). Se inicialmente essas constituições e suas normativas econômicas mostraram-se ineficazes e foram tacitamente ignoradas pela população e pelas autoridades oficiais, sob o bojo do Doi Moi foram adotadas políticas abertamente contrarias aos preceitos socialistas até então vigentes no país (Gillespie; Nicholson, 2005; Van Arkadie, 2004).

3.4 Constituição de 1992: A oficialização do Socialismo de Mercado

Se a constituição de 1980 mostrou-se anacrônica no momento econômico, político e social que foi adotado, a constituição de 1992 mostrou-se sob um panorama de plena ruptura dos ditames econômicos anteriores e, por consequências, internalizando totalmente os preceitos das reformas econômicas do “Doi Moi” (Van Arkadie, 2004). Essa Carga Magna e seu arcabouço normativo de direito econômico, passou reconhecer a necessidade da abertura econômica do país e do afastamento do Estado como gestor máximo da economia, abrindo margem para uma maior atuação da iniciativa privada e de maior participação econômica no mercado internacional (Van Arkadie, 2004).

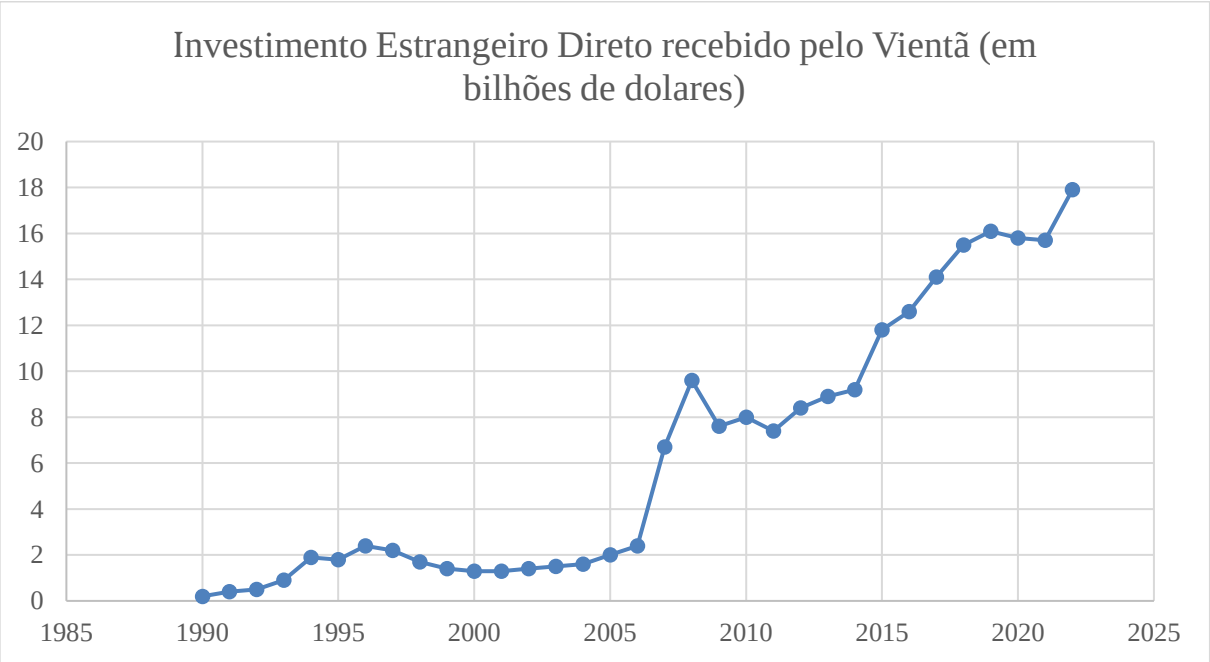
Essa constituição, aos moldes de suas congêneres anteriores, segue os princípios estatutário, tão comuns ao direito soviético, atuando em grande parte apenas para reconhecer as alterações ocorridas nos últimos anos no país (Van Arkadie, 2004). Alterações essas que se mostraram profundas, vide que a privatização do sistema de saúde pública no Vietnã e da permissão da posse privada da terra, permitirão que o Estado se abstivesse tanto de exercer o pleno controle dos meios de produção, como de arcar com os custos de prover contrapartes sociais a sua população em alguns âmbitos (Van Arkadie, 2004).

Diferentemente da Constituição de 1980, a carta constitucional de 1992 promulgava o fim da economia descentralizada e a abertura econômica do país, reafirmando a já antiga tradição de descentralização da economia vietnamita (Van Arkadie, 2004). Essa medida foi complementada pelo reconhecimento do Estado como um agente ativo na economia que não mais exercia o monopólio dos meios de produção, mas que ainda exerceria a primazia no desenvolvimento econômico interno (Van Arkadie, 2004).

Esse momento foi marcado pela abertura da economia ao investimento estrangeiro, a flexibilização das importações, a implementação de métricas de desempenho e produtividade entre as indústrias estatais, em vias de aumentar a capacidade econômica destas em relação as nascentes empresas privadas nacionais e as indústrias estrangeiras (Van Arkadie, 2004). A reestruturação do sistema bancário do país, também se mostrou determinante para o controle da inflação, que agregado as medidas de reestruturação industrial, levaram a um progressivo processo de estabilização das variáveis macroeconômicas e o fim do desabastecimento de produtos na economia vietnamita (Van Arkadie, 2004).

Essas medidas, como poder ser visto no gráfico a seguir, demonstra como, desde o dado momento da abertura econômica promulgada por essa constituição, o país passou a se inserir definitivamente no sistema econômico e financeiro internacional.

Gráfico 3 – Investimento Estrangeiro Direto recebido pelo Vietnã



Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

A partir do gráfico 3 é possível então aferir a importância dessas medidas para a entrada do capital externo do país, dinamizando a atividade econômica interna e fomentando a inserção internacional do país nas cadeias de produção globais (Van Arkadie, 2004). Contudo, por mais que os ganhos provenientes da abertura econômica e as entidades internacionais, como a Organização Mundial do Comercio (OMC)[11], impeliram o país a abrir mais o mercado. Contudo, o Vietnã, sob o viés do nacionalismo e do socialismo, continuou a se contrapor efusivamente a realizar esse tipo de medida que potencialmente poderia gerar uma abertura econômica em grande escala na economia, que acabasse por dirimir as próprias capacidades de intervenção do Estado na economia (Van Arkadie, 2004).

3.5 Constituição de 2013

A Constituição de 2013, em conformidade com a Carta Magna de 1992, frisa que o modelo econômico adotado pelo país é uma economia de mercado orientada para o socialismo, com diferentes formas de propriedade e setores econômicos, com a economia estatal mantendo seu papel dominante, mas sem o monopólio dos meios de produção (VIETNÃ, 2013). Dito isso, o Estado mantém a sua identificação com os princípios socialistas e se mantem responsável por promover incentivos e criar condições para que empresários e empresas realizem investimentos, produção ou negócios, visando o desenvolvimento (VIETNÃ, 2013).

A continuidade das reformas iniciadas no período do Doi Moi, continuou a promover, na constituição de 2013, a liberalização do comércio[12], atração de investimentos estrangeiros[13] e modernização dos setores econômicos para contribuir para a construção nacional. Houve uma contínua diversificação da economia vietnamita, com crescimento em setores como tecnologia da informação, manufatura avançada, turismo, agricultura de alto valor agregado e serviços financeiros (Pinto; Corrêa, 2014). Não somente isso, mas os investimentos na infraestrutura, tais como estradas, portos, aeroportos, energia e telecomunicações, se mostraram essenciais para melhorar a conectividade interna e a competitividade econômica (Pinto; Corrêa, 2014).

[11] Vale ressaltar que a República Socialista do Vietnã entrou na OMC no ano de 2006

[12] Ressalta-se que a integração do país na OMC preparou o terreno para a participação do Vietnã em tratados comerciais posteriores, como o TPP (CPTPP, 2018) e o RCEP (2020), fortalecendo ainda mais sua posição como um parceiro comercial confiável e engajado no cenário global.

[13] Pontua-se, que, alguns autores como Elias Jabbour, o processo de financeirização do Vietnã mostrou-se mais amplo do que foi observado nos seus congêneres socialistas, podendo representar, no futuro, alguns riscos a economia do país.

Para isso, foi necessário que o país aumentasse a atração de investimentos estrangeiros diretos em tais setores, fornecendo incentivos e garantias para investidores estrangeiros, já que até a promulgação dessa constituição o país ainda é marcado por uma baixa transparência na organização e nas tomadas de decisões estatais. Além disso, por mais que essa constituição tenha apresentado uma luta empedernida em sua aprovação, visto a disputa entre os socialistas mais conservadores e os mais pró mercado, nessa constituição foi reafirmado as prerrogativas do Estados em proteger o país, sob o viés do protecionismo e da gradual implementação das normativas internacionais, conforme a necessidade da República Socialista do Vietnã (Gillespie; Nicholson, 2005).

Essas normativas apresentadas e trabalhadas nessa constituição e em seu direito econômico fundamenta-se sob a perspectiva de que o país continua a se integrar, mesmo que de forma cadenciada e progressiva, ao sistema internacional, outorgando ao país a continuidade de uma política gradualista de inserção econômica (Alves, 2023). Por outro lado, a elaboração das normativas dessa constituição esbarra em outra realidade econômica, a da dificuldade em internalizar o desenvolvimento, criação e produção de tecnologias de ponta e da diversificação da sua pauta produtiva de bens relacionado a produção de hidrocarbonetos (Alves, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações realizadas no decorrer do presente artigo, apresenta-se como a República Socialista do Vietnã passou por várias adversidades econômicas desde o seu surgimento como Estado independente. Como forma de sanar as problemáticas, o país passou a adotar, progressivamente, o Socialismo de Mercado, que promulgava a necessidade de uma abertura economia em concomitância com a implementação de uma postura ativa de atuação dos Estado em setores chave da economia.

Através da análise das suas constituições, sob um viés econômico, foi possível observar como ocorreu o processo de implementação do Socialismo de Mercado no país, demonstrando a viabilidade da implantação desse modelo político-econômico e os resultados obtidos por meio dessas medidas. Essa evolução política, acima de tudo, demonstra-se a viabilidade do modelo de Socialismo de Mercado, principalmente o vietnamita, já que não apresenta os gigantismos tão notórios da China, de ser implementado nos demais países do sistema internacional como um modelo efetivo de crescimento, distribuição de renda e incremento da capacidade produtiva em nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento.

Portanto, o modelo do Socialismo de Mercado mostra-se um modelo eficaz e capaz de promover dogmáticas econômicas alternativas aos preceitos do neoliberalismo e as ditas políticas de crescimento e econômico promovidas pelas instituições econômicas internacionais. O Socialismo de Mercado, em contraposição a esses modelos, continua a demonstrar a centralidade do Estado no processo de desenvolvimento e, em momento algum, observa a abertura indiscriminada da economia como pré-requisito para a efetivação da melhora das variáveis macroeconômicas e sociais de um país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Yuri Ferreira. **Made in Vietnam:** desempenho exportador e crescimento econômico no Vietnã pós Doi Moi. 2023.

BIAGI, O. L. O IMAGINÁRIO DA GUERRA FRIA. Revista de História Regional, [S. l.], v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119. Acesso em: 8 abr. 2024.

BINH, N. V. (2016). **Confucian conception of social relationships:** Its influence and significance to our current society. Philosophical Journal, 1(3), 89-99.

GILLESPIE, John. **"Changing Concepts of Socialist Law in Vietnam."** Asian Socialism and Legal Change: The Dynamics of Vietnamese and Chinese Reform, edited by John Gillespie and Pip Nicholson. Camberra: ANU Press, 2005, pp. 45–75. JSTOR.

GROS, Daniel. **The Real Problem with China's Economy**. Project Syndicate, 2023. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/china-slowing-growth-excess-savings-declining-investment-by-daniel-gros-2023-09. Acesso em: 1 abr. 2024

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China:** o socialismo do século XXI. Boitempo Editorial, 2021.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia.** Saraiva Educação SA, 2017.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 2011. Rio de Janeiro. Objetiva, 2012.

LIN, James. Martyrs of Development: Taiwanese Agrarian Development and the Republic of Vietnam, 1959–1975. Cross-Currents: East Asian History and Culture Review, v. 9, n. 1, p. 67-106, 2020.

MACEDO, Emiliano Unzer. **História da Ásia:** uma introdução à sua história moderna e contemporânea. Emiliano Unzer Macedo, 2016.

MORADIELLOS, Enrique. **"The Potsdam Conference and the Spanish Problem."** Contemporary European History 10, no. 1 (2001): 73–90. http://www.jstor.org/stable/20081775.

PINTO, Eduardo Costa; CORRÊA, Ludmila Macedo. Cadeias Globais de Valor e Desenvolvimento: o caso do Vietnã. Boletim de Economia e Política Internacional, v. 17, p. 89-107, 2014.

POSTCOLONIAL Vietnam: **New Histories of the National Past**. Duke University Press: [s. n.], 2002.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Reconstruindo a "Reconstrução":** uma análise das principais causas da Perestroika soviética. 1999. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal.

SUGDEN, Fraser. **Pre-capitalist Reproduction on the Nepal Tarai:** Semi-feudal Agriculture in an Era of Globalisation. Journal of Contemporary Asia, v. 43, n. 3, p. 519-545, 2013.

SHARP, Alan. **The Paris Peace Conference and its Consequences.** [S. l.], 9 jun. 2022. Disponível em: https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/the_paris_peace_conference_and_its_consequences. Acesso em: 1 abr. 2024.

THE WORLD BANK. **DataBank.** The World Bank, 2024. Disponível em: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators/preview/on. Acesso em: 1 abr. 2024

THI HIEN, D. **Constituições do Vietnã: Garantia política e legal para o desenvolvimento da educação nacional.** Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 26, n. esp., Thi Hien, 2022 1, e022036, mar. 2022. e-ISSN: 1519-9029. DOI: https://doi.org/10.22633/rpge.v26iesp.1.16512.

VAN ARKADIE, Brian; MALLON, Raymond. Viet Nam-a transition tiger?. Camberra: ANU Press, 2004.

VIETNÃ. [Constituição (1946)]. **Vietnam Constitution 1946**. [*S. l.*: *s. n.*], 1946. Disponível em: https://media.bloomsburyprofessional.com/rep/files/vietnam-constitution-1946x.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.

VIETNÃ. [Constituição (1959)]. **Constitution of the Socialist Republic of Vietnam** . [*S. l.*: *s. n.*], 1959. Disponível em: https://www.studocu.com/vn/document/truong-dai-hoc-kinh-te-luat-dai-hoc-quoc-gia-thanh-pho-ho-chi-minh/luat-dan-su/constitution-1959/31732930. Acesso em: 8 abr. 2024.

VIETNÃ. [Constituição (2013)]. **The Constitution of the Socialist Republic of Vietnam**. [*S. l.*: *s. n.*], 2013. Disponível em: https://faolex.fao.org/docs/pdf/vie127527.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.